

**REVISTA**  
**DO**  
**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO**  
**DO ESPÍRITO SANTO**



**Nº 59**

REVISTA  
DO INSTITUTO HISTÓRICO  
E GEOGRÁFICO  
DO ESPÍRITO SANTO



**Vitória-ES**

**Nº 59**

**2005**

## INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

**PRESIDENTE** : Sebastião Teixeira Sobreira

**VICE-PRESIDENTE** : Leonardo Passos Monjardim

**2º VICE-PRESIDENTE** : José Tristão Calmon Fernandes

**3º VICE-PRESIDENTE** : Antonio José Miguel Feu Rosa

**4º VICE-PRESIDENTE** : Aylton Rocha Bermudes

**SECRETÁRIO GERAL** : Victor Biasutti

**SECRETÁRIO ADJUNTO** : Osvaldo Ovídio dos Santos

**TESOUREIRO GERAL** : Manoel Carvalho

**TESOUREIRO ADJUNTO** : Assunta Baliana Zamprogno

**CONSELHO FISCAL** : Rômulo Salles de Sá, Anderson Barbosa e Marcelo Paes Barreto

**CONSELHO EDITORIAL** : Sebastião Teixeira Sobreira (Coordenador), Gabriel Augusto de Mello Bittencourt, Getúlio Marcos Pereira Neves, Hormízio Santos Muniz, José Tristão Calmon Fernandes, Leonardo Passos Monjardim e Matusalém Dias de Moura

**Editor** : Marien Calixte

**Capa** , Projeto Gráfico e Editoração: Hormízio Santos Muniz

**Normalização parcial e catalogação** : Ana Maria de Matos - CRB 12/ES 425

**Revisão dos Textos** : pelos autores dos artigos e pelo editor.

---

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo – N. 59 (dez. 2005). – Vitória: O Instituto, 1917-  
281 p. ; 20  
Anual.

1. Espírito Santo (Estado) – História – Periódicos. 2. Espírito Santo (Estado) – Geografia – Periódicos. 3. Biblioteca Pública Estadual, 1855-2005 – História – Periódicos. 4. Pacheco, José Renato Costa, 1928-2004 – Crítica e interpretação – Periódicos. 5. Cunha, Euclides, 1866-1909 – Crítica e interpretação – Periódicos. 6. Polícia militar – Espírito Santo (Estado) – Aspectos históricos – Periódicos. 7. Açúcar – Legislação – Espírito Santo (Estado) – Periódicos.

CDU: 94(815.2)(05)

---

### IHGES

Av. República, 374 – Ed. Domingos Martins

Parque Moscoso – Vitória, ES – CEP : 29060-620

Tel.: (27) 3223-5934 – e-mail : ihges.vix@zaz.com.br

# SUMÁRIO

<b>A Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo –memória administrativa – 1855/2005 .....</b>	7
Rogério Coimbra	
<b>Renato Pacheco e sua visão da cultura capixaba .....</b>	39
Getúlio Marcos Pereira Neves	
<b>Euclides da Cunha e “Os Sertões” .....</b>	45
Leonardo Passos Monjardim	
<b>A globalização e seu impacto sobre a noção de Estado .....</b>	69
Graziella Maria Deprá Bittencourt	
<b>A Independência e o Espírito Santo .....</b>	75
Adriana Pereira Campos	
<b>A sociologia da agricultura no Espírito Santo ....</b>	85
Yvonne Pedrinha de Carvalho Amorim	
<b>Aspectos históricos sobre a festa de Nossa Senhora da Penha .....</b>	101
Carlos José Fernandes	
<b>Campos de silêncio: As questões curriculares e o racismo na formação universitária dos licenciandos/as em História .....</b>	105
Leonor Franco Araújo	
<b>Cervantes e o seu objetivo estético .....</b>	117
Ester Abreu Vieira de Oliveira	
<b>Considerações sobre a agricultura açucareira: a legislação do Estado Novo .....</b>	125
Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa	

<b>Crimes e delitos</b> .....	151
Antonio José Miguel Feu Rosa	
<b>Fundamentos do Constitucionalismo e da Constituição Brasileira</b> .....	155
Gabriel Augusto de Mello Bittencourt	
<b>Resumo da história da geografia do mundo antigo</b> .....	177
Ricardo Brunow Costa	
<b>Do Mulembá à poligonal 11: Um pouco da história vitorriense</b> .....	185
Fernando de Moraes Achiamé	
<b>Farmacêuticos, boticários e dentistas-práticos da antiga Linhares: legítimos pioneiros da saúde pública</b> .....	231
José Tristão Calmon Fernandes	
<b>Breve histórico da Política Militar</b> .....	237
Milton Monjardim Filho	
<b>Anchieta no contexto histórico do desenvolvi- mento do Espírito Santo</b> .....	241
Carlos Teixeira de Campos Júnior	
<b>O Sanatório Getúlio Vargas e o Hospital Universitário “Cassiano Antonio de Moraes” (HUCAM)</b> .....	253
Benito Zanandréa	

## EDITORIAL

### *Valorizar nossa história, consolidar nossa Instituição*

Ao debruçar-me sobre este texto, invoco a sabedoria de Salomão e rogo a Deus que ilumine minha mente para que, de forma consciente e harmoniosa, leve aos corações dos nossos respeitáveis e queridos associados uma mensagem de paz e, em especial, de grande otimismo.

Meus caros amigos!

Ao assumir a presidência desta tradicional instituição cultural do nosso Estado, o **Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, conscientizei-me da responsabilidade nela embutida, e entendi que não deveria medir esforços no objetivo de construir um novo tempo de relações e desenvolvimento, tendo como meta prioritária a de ser guardião dos invioláveis valores inseridos em nossa causa - desafios que também foram vivenciados pelos valorosos membros que me antecederam na missão arquitetônica deste nosso sagrado templo de cultura.

As dificuldades que ora enfrentamos serão passageiras e, certamente, me estimulam, cada vez mais, na busca de suas soluções, convocando para esta missão todos os que, como eu, amam e valorizam nossa instituição e vislumbram os melhores dias que virão. Para isto basta acreditarmos em nossa capacidade de criarmos e construirmos fatos novos e positivos que,

por certo, nos conduzirão para bem longe da tempestada ora vivida, norteando-nos na direção de um porto seguro.

Sebatião Teixeira Sobreira  
PRESIDENTE

# **Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo: memória administrativa- 1855–2005.**

*Rogério Coimbra* <sup>(\*)</sup>

Resumo: Na verdade, o que se precisa evitar é a destruição. A terrível realidade descrita no filme *Fahrenheit 451*, de Truffaut, em que o Corpo de Bombeiros tem a função de queimar livros, não é assim tão fantasiosa. À compulsão de ler contrapõe-se, historicamente, a tentação de destruir. A pior tragédia que pode acontecer à Humanidade é a morte de seus livros. (José Mindlin. O Globo, 21.10.2004).

**Trata-se aqui da trajetória administrativa da Biblioteca Pública Estadual, que completa 150 anos como instituição em 16 de julho de 2005.**

Os primeiros momentos, as primeiras décadas de existência da Biblioteca Pública Estadual chegam a ser patéticos. Surgida num cerco de dificuldades culturais e financeiras e marcada desde cedo com o estigma do abandono, apesar de esforços isolados por parte de alguns governantes, ao longo do tempo tentou impor-se como instituição. E tem sido essa a política utilizada para a sua sobrevivência – a instituição pela instituição.

A Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo é uma das mais antigas bibliotecas públicas do Brasil. Ela foi fundada em 16 de julho de 1855, sendo a ela anteriores apenas as da Bahia (1811), Maranhão (1829), Sergipe (1848) Pernambuco (1852) e Santa Catarina (1854)<sup>1</sup>.

Biblioteca, no Brasil, passa a ser coisa de cidadão a partir de 1811. A biblioteca pública diferencia-se das outras pelo seu caráter demo-

---

<sup>(\*)</sup> O autor e associado do IHGES.

crático, por ser um espaço aberto e disponível para todos os membros de uma comunidade, sem restrições de uso. Nesse sentido é que se considera a da Bahia como a primeira biblioteca pública a ser fundada no Brasil, o que se deu em 4 de agosto de 1811.

As bibliotecas fundadas anteriormente, como as dos conventos, não eram públicas, e a Biblioteca Real do Rio de Janeiro já existia em Lisboa, havendo, portanto, no caso, apenas a transferência da sede. É importante salientar que a fundação da Biblioteca Pública da Bahia não se efetivou através da iniciativa governamental. Ela foi criada por iniciativa dos cidadãos<sup>2</sup>.

O cidadão empreendedor nesse caso foi Pedro Gomes Ferrão de Castelo Branco, que encaminhou um projeto ao Conde dos Arcos, governador da capitania da Bahia. O que ele queria era apenas a aprovação do projeto, pois a instituição seria mantida através da cooperação de todos os cidadãos que quisessem participar.

No Espírito Santo coube ao cidadão Brás da Costa Rubim a iniciativa de constituir uma biblioteca pública. Em 1853, enviou do Rio de Janeiro, onde residia, 400 volumes de seu acervo particular para montar a Biblioteca Provincial, cabendo ao presidente Evaristo Ladislau e Silva organizá-la.

Brás da Costa Rubim nasceu em Vitória em 1812, quando seu pai, Francisco Alberto Rubim, governava a capitania.

Parece ter sido homem de relativa instrução; o Instituto Histórico contava-o entre seus sócios, pela predileção que mostrava pelo estudo da história pátria, em particular pela que interessava à terra do seu berço. Ele influiu intelectualmente nos destinos e no progresso de seu berço. Faleceu esse espírito-santense, no Rio de Janeiro, a 11 de agosto de 1871<sup>3</sup>.

Afonso Cláudio, considerado um crítico rigoroso, chega a fazer restrições, em sua História da Literatura Espírito-santense, ao trabalho intelectual de Brás Rubim, mas não se furta a elevá-lo ao plano dos grandes e sinceros amantes da terra capixaba. A partir da segunda metade do século XIX o Espírito Santo constrói sua história recente e Brás Rubim insere-se nela como autêntico valorizador do patrimônio cultural capixaba. Teve publicados, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, seus trabalhos *Notícia cronológica dos fatos mais notáveis da Província do Espírito Santo, desde o seu descobrimento até a nomeação do governo provisório* (Revista, tomo XIX) e *Memórias históricas e documentais da Província do Espírito Santo 1534-1861* (Revista, tomo XXIV) <sup>4</sup>.

O Espírito Santo sofria, desde os primórdios do século XVIII, os efeitos da síndrome de isolamento a que fora submetido por terem sido cortadas suas comunicações terrestres com outros centros, visando a proteção do ouro das Minas Gerais contra possíveis atividades de contrabando. Na Memória Estatística da Província do Espírito Santo, escrita em 1828, o presidente Inácio Accioli de Vasconcelos revela que as artes em geral eram muito pouco praticadas, ou nulas, na província, não havendo ali nem mesmo um encadernador de livros. Em 1852, o presidente Nascente de Azambuja afirmava que no Espírito Santo não havia nenhuma associação literária, nem periódico literário ou científico, nem publicações de obras <sup>5</sup>. Nota-se pois o vazio cultural da província, através de simples indicadores, em plena metade do século XIX.

A iniciativa de criação de uma biblioteca seria pois um grande estímulo para o despertar cultural do Espírito Santo. Fundada em 1855, no governo provincial de Sebastião Machado Nunes, a Biblioteca Provincial recebeu livros importantes (alguns deles tinham pertencido ao extinto Colégio dos Jesuítas e muitos outros foram doados por particulares), além de brochuras e folhetos. Foi instalada numa das salas do pavimento térreo do Palácio do Governo, ao som de velhas bandas de música e em meio ao entusiasmo e exaltação ardente de consciência cívica do povo, com um inflamado discurso do presidente da comissão encarregada da biblioteca pública da cidade de Vitória, João Clímaco de Alvarenga Rangel <sup>6</sup>.

O início porém foi muito difícil, apesar dos apelos oratórios dos governantes, das festas e promessas.

João Clímaco de Alvarenga Rangel e José Cândido Camilo Ferreira Rebelo, em 6 de abril de 1859, assinaram documento dirigido ao presidente da província, Pedro Leão Veloso, e por este anexado em sua mensagem à Assembléia Legislativa, neste mesmo ano. Ali se menciona ter sido por ele constituída comissão para organizar o acervo doado à Biblioteca, integrando-a José Carlos Ferreira Rebelo, João Malaquias dos Santos e Azevedo José Joaquim Rodrigues. Este último foi logo substituído pelo padre João Clímaco, enquanto João Ferreira Maia substituiu João Malaquias, que falecera pouco depois.

Os primeiros recursos haviam vindo de dotação votada no orçamento de 1854, no valor de 100\$000 (cem mil réis). O documento assinado pelos dois conselheiros aponta a total falta de condições físicas da Biblioteca, sem mesas nem estantes e com os livros espalhados pelo chão, o que tinha como consequência baixos índices de frequência. O responsável direto pela organização do acervo doado por Brás Rubim fora João Malaquias e, devido à sua morte, não se fez inventário nem relatório sobre a real situação dessa nova unidade administrativa da província. João Maia ficou sendo o depositário da chave da sala.

A sala ficava então no segundo pavimento do Palácio, no ângulo sul e oeste mas mudou-se para o primeiro pavimento, na mesma posição, sendo sua entrada comum à dos Correios<sup>7</sup>. Com tantas dificuldades, seu funcionamento nos primeiros anos foi precário, desenvolvendo-se no antigo Colégio dos Jesuítas uma promiscuidade díspar, conforme indica César Augusto Marques em seu Dicionário Histórico-Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo, editado em 1878:

Numa de suas vastas acomodações [do Colégio dos Jesuítas] reside o Presidente da Província, e noutra funcionam a Secretaria da Presidência, o Liceu, a Tesouraria, a Fazenda, a Administração dos Correios, o armazém de artigos bélicos, a Bi-

biblioteca Pública, uma escola de primeiras letras, e o quartel de pedestres<sup>8</sup>.

Não havia também funcionários ou pessoas habilitadas para servir como bibliotecários, procurando-se a transferência de algum outro servidor. A comissão reivindicou a aquisição de 2 estantes envidraçadas, de doze palmos de altura e dez de largura, 42 cadeiras de braço, 1 mesa para o bibliotecário, 1 reposteiro, 1 armário para arquivo, 1 escada e 50\$ anuais para pequenas despesas. O conselheiro Rebelo foi quem coordenou o empreendimento e a comissão chegou a contratar o artista João d'Almeida Brandão para encadernar 60 volumes, bem como folhetos literários e coleções de Leis de 1854-56<sup>9</sup>.

O esforço foi suficiente para que a Biblioteca ainda mantivesse as portas abertas por quatro anos a partir de sua instalação, ou seja, até 1859. Depois, permaneceu fechada até 1880, quando, cuidadosamente remontada por ordem do presidente provincial, Eliseu de Souza Martins, passou a funcionar numa das salas do Ateneu Provincial, mais tarde ocupando a sacristia da Igreja de São Tiago. Foram 21 anos que a biblioteca esteve de portas fechadas, ou semi-abertas, desorganizada, sem comando, sem atrativos.

Costa Pereira, presidente da província, em relatório de 1861, registra as dificuldades encontradas pela Biblioteca para funcionar, mesmo em escala bem maior. A sala onde estava abrigada achava-se em condições de abandono e desprovida de móveis adequados, e o acervo contava com poucas obras de valor. Além disso, ao mesmo tempo em que se dava o desaparecimento de volumes, outros estragavam-se pelo chão. São palavras de Costa Pereira, culminando com um apelo à sociedade em busca de parceria:

Cumpre dizê-lo: raros são os curiosos que freqüentam esta sala aberta ao amor da ciência e ao prazer literário. Deserta, freqüentemente fechada, estragam-se os livros que quase em vão, pedem o comércio dos homens ilustrados. Inútil no presente, resta apenas à biblioteca o apelo para as alterações do porvir<sup>10</sup>.

O presidente Costa Pereira, em 1862, diante da situação por ele mesmo descrita, fez publicar em 18 de outubro o Regulamento da Biblioteca Pública da Vitória, normatizando definitivamente o funcionamento da instituição. Todo o trabalho de organização era atribuição do Guarda ou Conservador da Biblioteca, que, além de manter a ordem na sala de leitura, classificava e arrumava os livros, solicitava autorização para comprar novos títulos ou mesmo vender os considerados inúteis ou existentes em duplicata. Mas a autoridade maior era a do presidente da província, cabendo tão-somente a ele a autorização para empréstimo de qualquer obra. O horário previsto para funcionamento da biblioteca era de 9 às 14 horas. Eis o regulamento na íntegra:

## **Primeiro Regulamento da Biblioteca Pública de Vitória.**<sup>11</sup>

### *Capítulo 1º*

*Art. 1º - A Biblioteca Pública da Vitória é um estabelecimento que tem por fim auxiliar o estudo das ciências e das letras da província, pela aquisição de obras cuja leitura será franqueada aos que as procurarem, observadas as disposições do presente Regulamento.*

*Art. 2º - Os livros da Biblioteca deverão ser colocados nas estantes segundo o formato e a matéria de que tratarem para o que se observa a seguinte classificação:*

*1º - Jurisprudência.*

*2º - Ciências Sociais.*

*3º - Matemáticas.*

*4º - Ciências Naturais.*

*5º - Belas-Artes.*

*Art. 3º - Quando houver algum livro que não trate de assuntos pertencentes às diversas classes acima indicadas será colocado em estante especial sob o título de Miscelâneas.*

*Art. 4º - As brochuras, manuscritos, estampas, mapas, etc. serão guardados em armários, procurando-se, quando for possível, observar a classificação determinada pelos artigos antecedentes.*

*Art. 5º - O Guarda ou Conservador organizará em livro, por ele aberto, encerrado e rubricado, o catálogo de todas as obras existentes na Biblioteca, observando a ordem alfabética, segundo o título da obra ou o nome do autor.*

*§ 1º - No catálogo serão indicados o formato do livro, a edição, seu valor, bem como em uma casa especial, o nome da pessoa que o tiver ofertado e, se for comprado, a data da compra e o preço.*

*§ 2º - As obras que forem adquiridas durante o ano serão notadas em outro livro, fazendo-se no fim de cada ano um suprimento ao catálogo geral e, de cinco em cinco anos, ou antes, se a presidência assim o determinar se procederá à reforma desse catálogo.*

*Art. 6º - Todos os livros e papéis da Biblioteca terão na primeira e última página o selo do estabelecimento que consistirá no escudo das armas nacionais com as palavras – Biblioteca Pública da Vitória. Os livros doados terão além disso o nome do doador e a data da doação.*

## **Capítulo 2º**

*Art. 7º - Ao Guarda ou Conservador da Biblioteca compete:*

*§ 1º - Empregar o maior cuidado na conservação dos livros,*

*papéis e móveis do estabelecimento, sendo responsável por qualquer extravió.*

*§ 2º - Comprar os livros que julgar necessários e vender os inúteis ou em duplicata, precedendo a autorização da Presidência.*

*§ 3º - Organizar o catálogo dos livros, brochuras, estampas, mapas, manuscritos da Biblioteca de conformidade com o artigo 5º.*

*§ 4º - Propor à Presidência a encadernação dos livros e ajustá-la com quem maior vantagem oferecer, bem como a compra dos móveis indispensáveis.*

*§ 5º - Apresentar à Presidência, um mês antes da abertura da Assembléia Provincial ou sempre que lhe for determinado, um relatório a respeito do estado do estabelecimento, número de obras que nele existirem especificando as que forem adquiridas no tempo que tiver decorrido da apresentação do último relatório, meios por que foram adquiridas, nome dos doadores, número de pessoas que frequentaram o estabelecimento e das obras lidas ou consultadas por elas, bem como indicação dos melhoramentos que julgar necessários.*

*§ 6º - Manter a ordem na sala de leitura, fazendo que se retirem os que a perturbarem.*

### **Capítulo 3º**

*Art. 8º - A Biblioteca estará aberta todos os dias que não forem de guarda, das nove horas da manhã às duas da tarde. Além*

*desses dias e horas, se abrirá o Guarda a isso se preste ou por ordem da Presidência.*

*Art. 9º - Terão entrada franca na Biblioteca as pessoas que comparecerem decentemente vestidas e quiserem ler ou consultar qualquer livro ou manuscrito.*

*Art. 10º - O Guarda da Biblioteca tomará nota, em livro especial, de todas as pessoas que freqüentarem o estabelecimento, bem como das obras que pedirem para ler.*

*Art. 11º - Em regra, cada pessoa não poderá pedir ao mesmo tempo mais que uma obra, ficando porém ao arbítrio do Guarda alterar esta disposição, quando assim o julgue conveniente e sob sua responsabilidade.*

*Art. 12º - As pessoas que quiserem tomar notas poderão fazê-lo e para isso lhes fornecerão papel, pena e tinta.*

*Art. 13º - Não é permitido tirar livros da estante e sim pedi-los do Guarda a quem serão entregues, terminada a leitura.*

*Art. 14º - Ninguém poderá levar da Biblioteca qualquer livro, brochura, estampa, etc. Só o Presidente da Província poderá autorizar o empréstimo de alguma obra, quer as que lho requererem diretamente, quer as que fizerem por intermédio do Guarda da Biblioteca que informará a respeito da pessoa que requerer o empréstimo, a qual assinará um recibo em que se declara a obra, número de volumes e o tempo marcado para a leitura. Nesse recibo se expressará igualmente a obrigação de pagar-se o valor da obra se não for entregue dentro do prazo marcado para a leitura ou se voltar deteriorado. O valor será designado no catálogo pelo Guar-*

*da ou Conservador (podendo reforçar-se com autorização do Presidente quando, pela baixa dos preços das edições, estrago ou qualquer motivo assim se torne necessário).*

*Art. 15º - Todas as lacunas e omissões que se encontrem na prática serão decididas pela Presidência, sendo as decisões incorporadas ao presente regulamento.*

*Palácio da Presidência da Província do Espírito Santo  
em 18 de outubro de 1862*

*José Fernandes da Costa Pereira Junior.*

Mas não há notícia de revitalização da biblioteca. É com a figura de Eliseu de Souza Martins, presidente da província, isso em 1879, que a instituição ressurgiu. Souza Martins já demonstrara uma especial inclinação por acionar o Estado em favor das artes e da cultura ao assinar a Lei nº 1 de 1879, autorizando a construção de um teatro público.<sup>12</sup> Demonstrou interesse e apreço pela cultura manifestando sua preocupação com o ensino básico no país e defendendo a causa da instrução popular, e chegou a aventar, em relatório de março de 1880, a criação na capital de um templo consagrado às ciências, às artes e às letras, no qual funcionariam como sacerdotes os concidadãos. Orgulhava-se de ter reunido 1.844 volumes na biblioteca, adquirindo 239, o que elevaria o acervo a 2.083 obras. Registrou-se um agradecimento a todos que colaboraram diretamente para a revitalização da Biblioteca, como Leopoldo Augusto Deocleciano de Melo e Cunha, Daniel Accioli de Azevedo, que, além de livros, doou mobiliário, César Augusto Marques, e o comércio, através de Dias da Silva Júnior, B. L. Garnier, G. Leuzinger & Filhos e Serafim José Alves. A partir desse momento a biblioteca passa a receber os principais jornais do país e busca dotação para assinatura de revistas nacionais e estrangeiras. A Biblioteca Pública de Vitória prepara-se para receber uma frequência entusiasmada pelas intenções do governo.<sup>15</sup>

A Biblioteca ganhou notoriedade e suporte administrativo através de resolução contida na Lei nº 19, de 10 de maio de 1880, que dizia:

*Art.1º - É reconhecida como propriedade da Província a Biblioteca Pública, inaugurada no edifício do Ateneu provincial nesta capital*

*Art.2º - Para aquisição de livros, revistas, jornais, expediente, asseio e luzes, fica estabelecida a dotação anual de dois contos de réis.*

*Parágrafo Único - Fica o Presidente da Província autorizado a despende o que for necessário para a encadernação dos livros existentes atualmente em brochura.*

*Art.3º - À inspeção da Biblioteca compete:*

*§ 1º - Ao Presidente da Província que confeccionará o respectivo regulamento.*

*§ 2º - Ao Bibliotecário que poderá ser o Diretor ou um dos professores do Ateneu percebendo a gratificação anual de 1:200\$000*

*§ 3º - Ao Amanuense que servirá de Porteiro e substituirá o Bibliotecário em seus impedimentos e terá o ordenado de 600\$000 e 30\$000 de gratificação.*

*Art.4º - Ficam revogadas todas as disposições em contrário.*

Eliseu de Souza Martins.  
Presidente da Província. 14

Enfim deu-se a reabertura da Biblioteca. Entre muitos festejos foi executado, em primeira mão, um hino de autoria de João Azevedo, com letra do político e intelectual Peçanha Póvoa, intitulado “Hino da Mocidade Espírito-santense”.<sup>15</sup> João Azevedo era um dos mais conceituados músicos da segunda metade do século XIX. Curiosamente, a conjugação da letra original, sem alterações, a uma nova melodia, encomendada a Artur Napoleão em 1894, gerou o que é hoje o Hino do Estado do Espírito Santo. Quem encomendou a composição foi um capitalista capixaba radicado no Rio de Janeiro, Urbano da Cunha Faria.<sup>16</sup> O mesmo Faria é elogiado pelo presidente Marcelino de Assis Tostes por sua doação, em 1881, de 400\$000 para aquisição<sup>17</sup> de livros, quantia essa que foi usada para encomendar livros da Europa. A direção da Biblioteca estava a cargo de Domingos Gomes Barroso, que prestou conta dos serviços executados, informando que a Biblioteca, em 1881, recebeu 2.886 visitantes e que, na falta de amanuenses, conseguiu-se que o porteiro do Ateneu Provincial desempenhasse essa função, acumulando os dois cargos. Este seria Jovino Vital Pinto, que teve acrescidos em 100\$ anuais os seus vencimentos, o mesmo acontecendo com Bento José Bastos, também do Ateneu Provincial. Bento Bastos, cinco anos depois, já era o responsável direto pela Biblioteca, e tudo indicava que a instituição funcionava muito bem.<sup>18</sup>

Em 1882 foram doados 655 volumes à Biblioteca e adquiridos 319.<sup>19</sup>

Nesse ano a instituição gozava de muito prestígio junto à comunidade e à imprensa, esta, por sinal, sempre colaborando com a remessa de jornais e revistas. Para se ter uma idéia foram aplicados, em 1882, 2:868\$120 (dois contos, oitocentos e sessenta e oito mil, cento e vinte réis), incluindo despesas de pessoal.

Foi contratada na Corte a Casa Laemmert & Cia, para serviços de encadernação e brochuras. O ex-presidente Elizeu de Souza Martins, considerado então o fundador da Biblioteca, não se afastou da instituição e foi designado pelo presidente Inglês de Souza para organizar o catálogo bibliográfico. Esforços e vontade política em favor da Biblioteca eram

constantes. Através do livreiro da Corte, B. L. Garnier, foram adquiridas obras científicas e literárias no valor de 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis).<sup>20</sup>

Nessa nova fase, a frequência da Biblioteca era mais que satisfatória, conforme informação estatística em 1883:

Durante o mês de outubro último foi esse estabelecimento freqüentado por 279 pessoas, sendo visitantes 57 e leitores 222, que consultaram 262 obras, distribuídas nas classes seguintes: Belas Artes, 74; Ciências Naturais, 17; Ciências Matemáticas, 23; Ciências Médicas, 5; Jurisprudência, 3; Moral aplicada, 19; História e Geografia, 27; Jornais e Revistas, 95; Escritas em português, 85; francês, 67; inglês, 5, e, latim, 11.<sup>21</sup>

O presidente Antônio Joaquim Rodrigues, em relatório de 1885, considera a instituição de grande utilidade pelos bons serviços prestados. De dezembro de 1883 até agosto de 1885 foram adquiridos 160 volumes, a instituição recebeu a dotação de 434 mil réis para novas aquisições e, no período citado, a frequência foi de 3.545 pessoas. Nessa ocasião foi nomeada uma comissão para organizar o catálogo geral.<sup>22</sup>

A Biblioteca Pública funcionou normalmente por 12 anos, portanto até 1892. A partir daí teve suas coleções desfalcadas, alguns de seus bons livros furtados e muitos deles estragados pelas traças ou pela falta de manutenção. A instituição agonizou. Funcionava como uma repartição à parte, sendo em 1897 anexada à Diretoria Geral da Instrução Pública.<sup>23</sup> Nesse ano todo seu pessoal foi dispensado e, no ano seguinte, 1898, a biblioteca foi mais uma vez fechada, sendo recolhidos os respectivos livros a uma sala da diretoria da própria instituição. Data dessa época a sua completa desorganização, sendo as suas coleções, já então preciosas, bastante prejudicadas pelo desvio de livros cedidos a título de empréstimo e que não foram devolvidos.<sup>24</sup>

Jerônimo de Souza Monteiro, presidente do Estado, em 1909 incumbiu Ubaldo Ramallete Maia de restaurar a Biblioteca, organizando-a caprichosamente, dando-lhe um grupo de funcionários ativos, competentes, restabelecendo suas coleções incompletas e dotando-a de livros novos e valiosos. Do arquivo histórico outrora existente no convento de Nova Almeida foram transferidos para a biblioteca vários papéis de importância, alguns bem raros e muitos dos quais datavam dos primeiros tempos da capitania. Na ocasião foi reorganizado o Arquivo Público, sob a supervisão de Deocleciano de Oliveira, então secretário de Instrução, a partir de um caótico acervo entulhado num compartimento, também na igreja São Tiago, e que tinha a pretensiosa denominação de “Arquivo da Secretaria”.

A instalação é modesta e simples, de acordo com nossos recursos, mas em condições de satisfazer plenamente ao fim a que se destina. São repartições estas, como sabeis, da mais alta importância: o arquivo, porque concentra todo movimento histórico da vida e administração do estado, além de guardar preciosos documentos de defesa de nossos direitos e interesses mais palpitantes; a biblioteca, por proporcionar ao povo — sem distinção de categoria — a aquisição fácil de conhecimentos que muito podem influir na vida individual e social. [...] A reorganização da Biblioteca foi levada a efeito pelo digno secretário do Governo, Dr. Ubaldo Ramallete, que pôs em destaque o cuidado com que costuma se entregar aos serviços que lhe são confiados. A pobreza de nossa Biblioteca exige a consideração de verba especial para a aquisição de livros, assinatura de revistas e jornais, que não podem dispensar as instituições desta natureza.

A Biblioteca Pública Estadual foi reinaugurada, mais uma vez, no dia 26 de setembro de 1909, exatamente às 14 horas. (26) Após entregue ao público, a instituição passou a funcionar no horário de 10 da manhã até às 16 horas e deveria ser franqueada no período noturno (entre 19 e 21

horas) logo que fosse concluída a instalação da luz elétrica em todo o prédio (antiga igreja São Tiago), o que ocorreu em 9 de maio de 1910.

Ubaldo Ramalhete empenhou-se na reestruturação da Biblioteca, desde a parte física à organização do catálogo e normas de atendimento.

Para maior comodidade do público e por conveniência do serviço, a sala de leitura e consultas é separada das demais dependências da Biblioteca. Nela há os lugares numerados de acordo com a numeração do cabide para chapéus, bengalas e quaisquer outros objetos que os leitores tragam e das senhas que o porteiro é obrigado a lhes entregar na portaria.

Assim, o leitor chega à Biblioteca, entrega seu chapéu, recebendo uma senha cujo número lhe vai servir para pedir a obra que deseja consultar. Faz o seu pedido enchendo um boletim que encontra em mesa especial ao entrar na Biblioteca. Nesse boletim, escreve o nome da obra e do autor que deseja, o número da sua senha, o seu nome e residência. Entregue o boletim e a senha ao empregado da repartição, este é obrigado a indicar ao leitor o seu lugar na sala de leitura e lá irá levar a obra pedida.

Ao sair, o leitor receberá sua senha em troca do livro que restituir e na portaria ser-lhe-á entregue o chapéu contra a senha.<sup>27</sup>

Em 1913, no governo de Marcondes Alves de Souza, a biblioteca foi transferida para um dos salões do prédio do Congresso Legislativo.<sup>28</sup>

Em 1921 é manifestada a preocupação de se instalar a Biblioteca em local mais adequado. Em relatório assinado por João de Almeida Coelho, então responsável pela instituição, há a sugestão de construir um prédio para a sede do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo,

reservando nele os espaços necessários para o Arquivo e a Biblioteca.<sup>29</sup> Arquimino Martins de Matos, diretor da 1ª Seção da Secretaria do Interior, em expediente anexado ao citado relatório de João Coelho, chama a atenção para o estado de penúria em que se encontrava a Biblioteca, considerando que essa instituição havia estacionado no tempo sem acompanhar a evolução do pensamento do Brasil lítero-científico. Recorda o período de 1912-16, quando foi adquirido importante acervo do ex-deputado federal Bernardo Horta, bem como a biblioteca de Deocleciano de Oliveira, logo após seu falecimento, em 1919. Nada mais de significativo ocorrera desde essa data, conforme avaliação de Matos.

A biblioteca, no prédio do Congresso Estadual, funcionava numa vasta sala, num pavimento superior, dividida em duas partes: numa se achavam as estantes e as mesas de revistas e jornais, e noutra, separada da primeira por uma grade de ferro, a área de leitura dos visitantes. O mobiliário consistia de 2 mesas de revistas e jornais, 2 mesas pequenas de catálogos, 1 mesa grande para leitura, 1 mesa para o bibliotecário, 1 para o porteiro, 12 cadeiras austríacas, 1 vitrine, 1 cabide, 1 consolo, 1 lavatório, 10 quadros, 17 estantes de madeira para um acervo de 3.848 obras, havendo um livro de registro de todas as obras por ordem numérica e um catálogo alfabético por título da obra.<sup>30</sup>

Florentino Avidos construiu o prédio na rua Pedro Palácios que viria a abrigar a Biblioteca, em seu andar superior, e o Arquivo, no andar térreo. O prédio foi concluído em 1926, tendo sido gasto na obra um total de 124:247\$067,<sup>31</sup> além de 30:000\$000 pagos a Vlademiro da Silva Santos e sua mulher, pela venda do terreno.<sup>32</sup>

Em novembro de 1926, no governo de Florentino Avidos, a Biblioteca passou a ocupar o pavimento superior do prédio nº 76 da rua Pedro Palácios, ficando essa unidade administrativa vinculada à Secretaria do Interior e Justiça. Nesse prédio a instituição funcionou por 55 anos.

No entanto, já em 1929 há uma queixa pública assinada por Elpídio Pimentel, na Revista Capichaba, pelo escasso amor dos homens

públicos para com o livro, a informação e o conhecimento. Segundo Pimentel, novamente a Biblioteca Pública vê seu acervo esvair-se, devido a um regime de empréstimos extremamente danoso, chegando, em 1929 com poucas 5.726 obras em seu acervo, obras essas de pouco interesse para os pesquisadores da vida literária e histórica do Estado. Pimentel faz um apelo para que homens públicos responsáveis pelo setor e integrantes do Instituto Histórico reorganizem as duas instituições e que se edite uma revista de textos raros, popularizando-se as fontes históricas do Estado, e que se mande pesquisar nos espólios dos homens cultos espírito-santenses, ou, até mesmo, que se recorresse aos arquivos municipais e diocesanos, ou aos da Câmara Eclesiástica e aos dos frades franciscanos, ambos no Rio de Janeiro, e também a todos os Institutos Históricos do Brasil, em suas bibliotecas, arquivos, etc., etc., etc. Há um clamor pela preservação e difusão da memória e da história capixabas.<sup>33</sup>

Relatório referente ao período de abril de 1935 a maio de 1936 inclui as impressões do então responsável pela unidade, Sílvio de Albuquerque Leão, que substituiu Carlos Justiniano de Matos. Leão lamentava o estado em que se encontrava a instituição, principalmente no que se referia à limpeza, conservação dos equipamentos, péssimas instalações elétricas e hidráulicas, além de dispor de um catálogo desorganizado.<sup>34</sup>

Em 1935 a Biblioteca Pública tinha seu quadro de funcionários reduzido a 1 porteiro, 1 servente, 1 auxiliar e 1 chefe, então Sílvio de Albuquerque Leão. Foram feitas 1.808 consultas em sete meses, numa média de 10 consulentes ao dia, em dois períodos: o primeiro dedicado aos estudantes, entre 12 e 15 horas, e o segundo, a usuários em geral, entre 19 e 21 horas. Não houve aquisição por inexistência de verba orçamentária, mas receberam-se por doação 80 obras, entre brochuras e folhetos. Entretanto eram fartos os jornais de todo o país nas estantes, junto com revistas, doações da própria imprensa.<sup>35</sup>

Em 1936 o prédio passou por uma eficiente reforma interna e externa, bem como foi renovado seu mobiliário, substituindo-se as velhas

estantes de madeira por outras mais adequadas, em aço, num custo total declarado de 20:936\$900.<sup>36</sup>

Em virtude do Decreto-Lei nº 13.952, de 17 de outubro de 1942, foi criado o cargo de Diretor da Biblioteca e Arquivo Público, ficando destarte esse serviço desanexado da Secretaria de Interior e Justiça, a partir de 1º de janeiro de 1943, data em que entrou em vigor o referido decreto.

Depois da reorganização por que passou o funcionalismo público em virtude do Decreto nº 15.090, de 28/10/43, ficou desmembrada a Biblioteca do Arquivo Público, passando essa a subordinar-se à Secretaria de Educação e Cultura com a denominação de Biblioteca Estadual e, esse, permanecendo na Secretaria de Interior e Justiça.<sup>37</sup>

Em 1955, no governo de Francisco Lacerda de Aguiar, comemorou-se o centenário da Biblioteca Estadual. Uma extensa programação foi coordenada e cumprida pelo então diretor, Celso Calmon Nogueira da Gama. A imprensa manteve uma cobertura constante e, devido a alguns atrasos na obras de reforma do prédio da instituição, o de nº 76 da rua Pedro Palácios, resolveu-se transferir as comemorações para o dia 8 de setembro, Dia da Cidade de Vitória, então conhecido como Dia do Capixaba. Uma campanha foi deflagrada em favor do lançamento de um selo comemorativo por parte do Departamento de Correios e Telégrafos.<sup>38</sup> A proposta foi abraçada entusiasticamente pelo jornalista Mesquita Neto, pois, segundo justificou, anteriormente já haviam sido criados selos para o IV Centenário da Colonização, em 1935, e para o IV Centenário da cidade de Vitória, em 1951. O articulista cita, curiosamente, dois exemplos que militariam em favor da idéia do selo: o 50º aniversário do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e o 50º aniversário do Fluminense Futebol Clube. Diz ele:

A instituição de uma Biblioteca Pública, todos hão de convir, é tão importante como a de um Instituto Histórico ou a criação de um clube esportivo, pois o Instituto e a Biblioteca servem à inteligência e ao espírito, ao passo que o esporte se relaciona com o físico.<sup>38</sup>

O espírito entusiástico e talvez ingênuo da época também celebrasse o cinquentenário do Almanaque do Tico-Tico, certamente presença constante nas estantes do acervo da centenária instituição. O selo não saiu, mas foi garantido um carimbo comemorativo. O fato assim foi comunicado ao público:

O Departamento de Correios e Telégrafos autoriza o uso de um carimbo obliterador, de metal, comemorativo do Centenário da Biblioteca Estadual de Vitória. O aludido carimbo é de formato circular e é contornado por um friso, tendo ao centro vários livros, entre os quais se acha um aberto ao meio, onde se lêem, na página esquerda a era "1855" e, na direita "1955". Na parte superior lêem-se ainda os dizeres "1º Centenário", disposto em arco, logo abaixo "Da Biblioteca Estadual", em três lances horizontais sobrepondo-se a palavra Estadual sobre os desenhos dos livros. Na parte inferior os dizeres "Correio Vitória", "Espírito Santo" e a data "8-9-55", em três lances horizontais. O referido carimbo além de obliterar os selos postais representativos do franqueamento da correspondência à mesma aderidos, poderá ser aplicado em blocos, quadras e em papéis avulsos, desde que seja manipulado exclusivamente por servidores postais, mediante fiel observância das normas reguladoras do assunto. [O comunicado é assinado pelo então diretor regional do órgão, Arnóbio de Araújo Lírio.]<sup>39</sup>

Tudo era expectativa no mundo intelectual e mesmo burocrático para a solenidade comemorativa do centenário da Biblioteca Estadual. Anunciava-se a vinda de Antônio Caetano Dias, diretor de cursos da Biblioteca Nacional, para proferir importante palestra. O celebrado jornalista Edgard Feitosa manifesta-se sobre a Exposição do Livro Capixaba, ansiosamente aguardada, pois reuniria o potencial literário capixaba:

Ontem fui à Biblioteca a fim de acompanhar as medidas preliminares à realização do notável certame. E senti o esforço incansável do Dr. Celso Calmon, procurando arrancar das estantes particulares as raridades bibliográficas que farão do seu empreendimento o marco zero donde partirão outros espíritos brilhantes rumo às realizações como esta, atrevidas e grandiosas. Troquei idéias com Da. Júlia Lobato, uma santa em forma de mulher que, entre poeira e tintas frescas, me pôs a par do programa que se elabora. Somei todos os prós e contras, enfileirei ante meus olhos, as cifras da descrença subterrânea com as cifras das atitudes desassombradas de amor ao Passado e verifiquei a existência de um saldo considerável para o êxito insofismável, absoluto dessa Exposição, que visa antes do mais, dar às novas gerações capixabas uma idéia pelo menos vaga do que tem sido a nossa evolução cultural nestes quatro séculos de atividade incessante, através das obras lançadas pelos escritores espírito-santenses.<sup>40</sup>

Eis que chega o dia 8 de setembro de 1955, data de aniversário da capital, para se comemorar, mesmo com quase dois de meses de atraso, o centenário da Biblioteca Estadual. Pela manhã, uma multidão se concentrou na praça da Catedral Metropolitana para lançamento da pedra fundamental do futuro edifício da Biblioteca Estadual, em terreno doado pelo Estado, situado ao lado do Hospital da Associação dos Funcionários

Públicos, com a presença do governador Francisco Aguiar, do secretário de Educação e Cultura, Manoel Moreira Camargo, do secretário do Interior e Justiça, João Fortunato Ribeiro, do representante da Biblioteca Nacional, Antônio Caetano Dias, e do diretor da Biblioteca, Celso Calmon Nogueira da Gama. A biblioteca teria de esperar mais 22 anos para ter uma nova sede, e em outro local. A iniciativa da sua construção naquele terreno, hoje ocupado pela expansão do hospital, resumiu-se ao lançamento da pedra fundamental. Mas o programa foi cumprido com sucesso e, no período da tarde, Antônio Caetano Dias proferiu a palestra “A Biblioteca Como Centro de Documentação”,

[...] seguindo-se depois a abertura da IV Exposição do Livro capixaba, além da inauguração de uma placa comemorativa, em formato de um livro aberto, um pedestal de jacarandá, confeccionado pelos Pavonianos de Vitória, com dizeres alusivos ao centenário e citação dos governantes Sebastião Machado Nunes, Presidente da Província em 1855 e Francisco Aguiar, governador em 1955.<sup>41</sup>

Esse pedestal encontra-se nos dias de hoje na sede da Praia do Suá, no andar superior.

Não há notícia de grandes melhorias implantadas no órgão de 1955 até o final dos anos 60.

Cristiano Dias Lopes Filho, em seu governo, deu um novo impulso à atividade cultural capixaba com a criação da Fundação Cultural do Espírito Santo, em 17 de novembro de 1967, através da Lei 2307, transferindo para o seu patrimônio a Biblioteca Pública, apesar de sua regulamentação tenha sido em 30 de janeiro de 1970, através do Decreto 039-N. Foi extinta a Divisão de Cultura, que era vinculada à Secretaria de Educação e cuja chefia era ocupada pela escritora Neida Lúcia Moraes desde 1967.

A Biblioteca Estadual era chefiada por Julieta Bastos. No início do governo de Arthur Carlos Gerhardt Santos, em março de 1971, Neida Lúcia assumiu aquele órgão. Em julho, através do Decreto nº 1651-N, o governo criou uma comissão para inventariar o acervo da Biblioteca Estadual a fim de transferir esse patrimônio à recém-criada Fundação Cultural. A comissão foi composta pela ex-chefe da Biblioteca, Julieta Bastos, pela chefe do Serviço de Bibliotecas da Fundação Cultural, Neida Lúcia Moraes, e por uma bibliotecária do Instituto Nacional do Livro, Marília Guimarães Lima Freire. A Biblioteca esteve fechada entre julho de 1971 e junho de 1972.<sup>42</sup> Cerca de 5 mil títulos foram adquiridos, entre publicações, brochuras e periódicos.

Na gestão de Neida Lúcia Moraes, entre 1971 e 1979, foi modernizado o setor de empréstimos, disponibilizando-se carros-biblioteca, na época três Kombis, e deu-se especial atenção ao acervo infantil e ao da produção capixaba, os quais mais tarde ganharam espaço próprio. Também se articulou a vinda das barracas que formariam a Feira de Livros, na Praça Costa Pereira, que se destacavam pela sua forte cor amarela, abrigando livrarias e editoras de renome.

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, cuja implantação foi iniciada em 1977 pelo Instituto Nacional do Livro, era de fundamental importância para o desenvolvimento de bibliotecas públicas estaduais.<sup>43</sup> A Biblioteca Pública Estadual aderiu imediatamente ao programa e, em maio de 1978, foi firmado convênio entre a Fundação Cultural do Espírito Santo e o Instituto Nacional do Livro, cuja oficialização ocorreu em novembro de 1981, época em que o Departamento Estadual de Cultura havia substituído a extinta Fundação Cultural.<sup>44</sup>

A Biblioteca tinha seu destino traçado no governo Elcio Álvares e almejava-se uma nova sede. A velha sede estava causando prejuízo não só à própria instituição, sufocada no pequeno espaço em que se alojava há mais de meio século, como também aos usuários, que perdiam serviços importantes, como o fechamento do setor infantil. Neida Lúcia Moraes lembra, quando assumiu o órgão, em 1971, da precariedade do espaço,

tendo inclusive encontrado um quadro de Levino Fânzeres servindo para aparar goteiras do teto do prédio. O acervo estava ameaçado.<sup>45</sup>

A Biblioteca Pública funciona em prédio antigo situado à Rua Pedro Palácios. O prédio não oferece condições para ampliação de seu acervo. O espaço também é mínimo tendo obrigado a Fundação Cultural a suprimir o setor infantil de forma a melhorar o setor técnico. A construção de novo prédio para abrigar uma Biblioteca mais condizente com as necessidades da Grande Vitória e não somente na capital, é um problema que carece de solução urgentíssima.<sup>46</sup>

No início de 1979, no final do governo de Elcio Álvares, Neida Lúcia Moraes coordenou a mudança da sede da biblioteca para um novo prédio, na Praia do Suá, onde atualmente está instalada. Ela foi uma das incentivadoras da criação do curso de Biblioteconomia na UFES, onde tinha um forte aliado, seu marido Fernando Moraes, então sub-reitor Acadêmico. Empossado por Eurico Rezende, em 1979, como presidente da Fundação Cultural, Renato Pacheco nomeou para chefiar a biblioteca Marlene Rodrigues, assumindo Neida Lúcia a Divisão de Literatura da Fundação.

Marlene da Silva Rodrigues formou-se em Formigas, Minas Gerais, tendo sido contratada pela Fundação Cultural em 1976. Foi a primeira bibliotecária graduada a atuar no órgão e a primeira a assumir sua chefia, como bacharel, em 1979. Em sua gestão reforçou-se a implantação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, com o apoio do Instituto Nacional do Livro, que doou mobiliário, equipamentos e acervo para dar cobertura aos 46 municípios existentes, além de promover cursos para auxiliares de biblioteca e assistência técnica. Criou espaços especiais para o setor infantil, inaugurado oficialmente em 8 de outubro de 1979, na Semana da Criança<sup>47</sup>, hoje um dos mais concorridos do órgão. Contratou em 1981 a bibliotecária Kátia Alvarenga de Lima especialmente para

consolidar o espaço infantil, e o setor do Espírito Santo foi estruturado pela bibliotecária Maria do Carmo Schwab. Em 1985 realizou o concurso Leia Mais, em convênio com o Banestes, e o projeto Ciranda do Livro, em convênio com a Fundação Roberto Marinho.<sup>48</sup>

Uma importante conquista nesse período foi a criação do setor Braille, cuja origem foi o Serviço de Educação Especial na área de Deficiências Visuais, da Secretaria de Educação, coordenado por Maria Gisselda Pelissari. Tal atividade foi transferida para a Biblioteca Pública, onde até hoje opera como setor Braille. Já nessa época atuava na biblioteca a professora Maria Joana de Souza que, a partir de 1990, após concluir curso de educação especial, esteve à frente do setor onde atua até hoje. A professora Gisselda Pelissari criou assim um dos espaços mais importantes da Biblioteca Pública Estadual.

Pelissari contactou a chefe da Biblioteca Pública Estadual e propôs a criação de uma seção Braille, para onde transferiria todo material especializado disponível na Secretaria de Educação. Idéia que foi bem aceita. Através da portaria E nº 1347, de 05 de junho de 1980, o Secretário de Estado da Educação instituiu a “Semana do centenário de Helen Keller”, de 23 a 27 de junho de 1980, que constou de uma programação onde um dos itens era a organização do setor Braille na Biblioteca Pública Estadual da Fundação Cultural do Espírito Santo.<sup>49</sup>

Instalada no dia 27 de junho de 1980, a seção Braille da Biblioteca Pública Estadual contou com uma sala onde recebeu o material transferido da Secretaria da Educação: livros em Braille, estantes, armários, mesas, cadeiras, máquinas Perkins e material de consumo. Foram designadas, para atender os deficientes visuais que recorressem à seção, duas professoras especializadas, Maria Conceição Fracalossi Scharan e Antônia Maria Lopes Celante.<sup>50</sup>

No governo Max Mauro, em 1987, assume a chefia do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, portanto a direção da Biblioteca Pública Estadual, a bibliotecária Dayse Alexandre Rabelo Muzzi, permanecendo até o ano seguinte, ocasião em que assumiu a bibliotecária Nádia Alcuri. Exercendo uma gestão intermediária, a bibliotecária de carreira Ilza Ferro assumiu a função.

Nádia Alcuri Campos dirigiu a Biblioteca entre 1988 e 2003, inicialmente com o cargo de chefe do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, passando a diretora do Sistema de Bibliotecas, na estrutura do Departamento Estadual de Cultura, e depois a coordenadora do Sistema Estadual, na estrutura da atual Secretaria de Estado da Cultura e Esportes. Uma das primeiras ações de sua gestão foi valorizar os espaços especiais criados para a biblioteca provincial e para o setor infantil e do Espírito Santo, além de criar um espaço para exposições de obras de artistas locais, tornando a biblioteca um “corredor cultural”.<sup>51</sup>

Um dos propósitos da época era a transferência da sede para outro local, especificamente no prédio onde funcionava a então Secretaria Estadual de Administração e Recursos Humanos, ex-sede do Departamento de Imprensa Oficial e atual sede do Museu do Espírito Santo. Na ocasião o Departamento Estadual de Cultura não tinha sede própria e a intenção era ocupar o prédio da Praia do Suá. O tempo passou e a Biblioteca ocupa hoje um espaço nobre no parque comercial da cidade, a Enseada do Suá.

O Espaço Carlos Chenier foi inaugurado em 7 de julho de 1990, no andar superior do prédio da biblioteca, que serviria também para lançamento de livros, dando uma nova dinâmica à instituição.<sup>52</sup>

Em 13 de novembro do mesmo ano, foi aberta a Biblioteca Provincial Brás Rubim, com acervo de livros editados entre 1600 e 1945. Também nesse ano foi lançado o Catálogo de Literatura-Seção do Espírito Santo, elaborado pela bibliotecária Maria do Carmo Schawab.

Em 1992 a Biblioteca reuniu através de doações cerca de 70 mil livros. Era o Projeto Nossa Biblioteca, executado em convênio com a Rede

Gazeta e a Fundação Roberto Marinho, além da participação da Ceterpo, tendo como objetivo uma larga campanha de doação de livros visando a ampliação dos acervos das bibliotecas públicas do Estado. Foram realizadas pré-estréias de filmes cujos ingressos eram trocados por livros, bem como peças de teatro, montadas na própria sede. Na Terceira Ponte manteve-se, durante um ano, a cada último sábado de cada mês, entre 10 e 13 horas, a possibilidade de se pagar o pedágio com livros.

Em agosto de 1992 foi executado um projeto também muito bem sucedido, o Teatro do Texto, que consistia em adaptar obras de escritores capixabas para uma leitura dramatizada. Participaram atores de projeção nacional como Luiz de Lima, idealizador do projeto, Pedro Paulo Rangel e Paulo Betti, que dramatizaram textos de escritores como Reinaldo Santos Neves e Renato Pacheco, entre outros.

Em 1993 foi executado o projeto O Escritor na Cidade, que permitiu a presença de autores capixabas em diversos municípios, ocasião em que proferiam palestras, promoviam noite de autógrafos e lançamento de livros.

Em 2000 a Biblioteca sediou a Comissão Espírito-Santense Comemorativa dos 500 Anos do Brasil. Suas atividades culminaram com a construção de uma réplica de caravela quinhentista, tendo representado o Estado do Espírito Santo, em Porto Seguro, Bahia, por ocasião da semana comemorativa dos 500 Anos, em abril de 2000.

Entre 10 e 14 de dezembro de 2001 a Biblioteca Pública realizou o evento Espírito Santo: Um Painel de Nossa História que consistia numa série de palestras sobre temas diversos, reunindo João Gualberto de Vasconcelos, José Eugênio Vieira, João Batista Herkenhoff, Francisco Aurélio Ribeiro, Almerinda da Silva Lopes, Luiz Tadeu Teixeira, Rogério Coimbra, Antônio Alaerte, Renato Saudino, Eliomar Mazzoco, Estilague Ferreira dos Santos, Gabriel Bittencourt, Luiz Cláudio Ribeiro, Roberto Garcia Simões, Sebastião Pimentel, Juçara Leite, Rogério Medeiros e José Alexandre Buaiz. Os temas foram a Trajetória Política do Espírito Santo, os Processos de Industrialização, Cidadania, Arte e Cultura, Evolução Polí-

tica e Econômica, Meio Ambiente e Educação. O evento foi organizado pelo Professor Gabriel Bittencourt e realizado no auditório da Assembléia Legislativa. Em dezembro do ano seguinte todas as palestras foram editadas em livro, com o apoio da Imprensa Oficial, tendo sido lançado na sede da Biblioteca Pública, reunindo na ocasião cerca de 1.200 pessoas, evento esse provavelmente o mais concorrido em toda a existência da instituição.

Em 2004, o Governo de Paulo Hartung, através do Decreto nº 512-S, de 12/05/04, instituiu um período para a realização de eventos comemorativos aos 150 anos da Biblioteca Pública, bem como autorizou a Secretária de Cultura, Neuza Mendes, a formar comissão encarregada de indicar projetos referentes a tal comemoração, sendo o período entre 16 de julho de 2004 e 15 de julho de 2005 determinado para essas atividades. A comissão foi instalada dia 16 de julho de 2004, na sede da biblioteca, esta então coordenada pela bibliotecária Eugênia Magna Broseguini, por ocasião da comemoração dos 149 anos da entidade que permaneceu no cargo de Coordenadora do Sistema Estadual de Bibliotecas até agosto de 2005.

Na administração Paulo Hartung foram realizados fóruns para formulação de políticas públicas em biblioteca, envolvendo profissionais que atuam em bibliotecas públicas no Espírito Santo. Além disso, três novos municípios recebem bibliotecas em parceria com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas: Cariacica, Brejetuba e São Domingos do Norte.

Em 30 de dezembro de 2004, através da Lei Complementar nº 310, publicada no Diário Oficial de 03/01/2005, o Governo criou o cargo de Diretor de Espaço Cultural da Biblioteca Pública, vindo a ser ocupado por José Modesto Barcelos. Em 15 de julho de 2005, com a presença do Governador Paulo Hartung, festejou-se o sesquicentenário da Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo, mesmo sem o brilho e tamanho dos festejos do centenário de 1955, mas com a apresentação de um projeto arquitetônico promissor para ampliação física da instituição, cuja cópia, afixou-se no hall de entrada da sua sede.

Em 21 de setembro de 2005 foi nomeada para o cargo de Coordenadora

do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, Rita de Cássia Maia e Silva Costa, doutora em Literatura. Nessa ocasião a biblioteca mantinha o horário de funcionamento entre 8 h e 19 h e com um quadro de 13 funcionários, compreendendo 01 diretor de espaço, 05 bibliotecárias, 05 auxiliares de bibliotecárias, 01 oficial administrativo e 02 auxiliares de serviços gerais.

Através da Lei nº 7.958, de 17 de dezembro de 2004, a Biblioteca Pública passou a ser denominada *Biblioteca Pública Estadual Levy Cúrcio da Rocha* conforme publicado no Diário Oficial de 20 de dezembro de 2004.

## Notas:

1 - Suaiden, Emir José. Biblioteca Pública Brasileira, Lisa, INL. São Paulo, Brasília, 1986, p. 7. Apesar de o autor fazer referência à criação da biblioteca de Santa Catarina em 1855, no entanto no ano de 2004 foi comemorado o sesquicentenário da instituição catarinense.

2 - Idem, p. 5.

3 - Cláudio, Afonso. História da Literatura Espírito-santense, Biblioteca Reprográfica Xerox. Rio de Janeiro, 1981, p. 157.

4 – Idem, ibidem.

5 - Bittencourt, Gabriel e Campos, Nádia Alcure. Palácio Anchieta: de colégio à casa de governadoria. SECES, BPE, Vitória, 2000, p. 105.

6 - Citado no discurso de Celso Calmon Nogueira da Gama, diretor da Biblioteca Pública Estadual. In Catálogo da IV Exposição do Livro Capixaba, Biblioteca Pública Estadual- Secretaria da Educação. Vitória, 1955.

7 - Relatório de João Clímaco de Alvarenga Rangel e José Cândido Ferreira Rebelo, dirigido a Dr. Pedro Leão Veloso em 6 de abril de 1859.

8 - Derenzi, Luiz Serafim. História do Palácio Anchieta, SEDU-Divisão de Cultura-Vitória, 1971, p. 37.

9 - Relatório de João Clímaco de Alvarenga Rangel para Pedro Leão Veloso, citado.

10 - Relatório à Assembléia Legislativa encaminhado por José Fernandes da Costa Pereira em 1861. Tipografia Capitaniense, Vitória, 1861, p. 48.

11 - Livro de Leis da Província do Estado do Espírito Santo, tomo XXIV, Parte Segunda: Regulamentos, Instruções e Decisões do Governo Provincial. Tipografia Capitaniense, Vitória, 1862.

12 - Leis da Província do Espírito Santo. Tipografia da Gazeta de Vitória, Vitória, 1879.

13 - Relatório apresentado à Assembléia Legislativa em 9 de março de 1880 pelo Presidente da Província Eliseu de Souza Martins. Tipografia da Gazeta de Vitória. Vitória, 1880, p. 7.

14 - Livro de Leis da Província do Espírito Santo. Tipografia da Gazeta de Vitória. Vitória, 1880.

15 - Almanak do Estado do Espírito Santo de 1899. Ed. A. Moreira Dantas, p. 257.

16 - Coimbra, Rogério. Hino Espírito-santense. In Revista do I.H.G.E.S. nº 55, p.8.

17 - Relatório de Marcelino de Assis Tostes, de 15 de fevereiro de 1882. Tipografia do Horizonte. Vitória, 1882, p. 10.

18 - Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, em 9 de julho de 1887, pelo Coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas. Tipografia do Espírito-Santense. Vitória, 1887, p. 4.

19 - Relatório do Presidente da Província Martim Francisco Ribeiro de Andrade Júnior. Tipografia do Horizonte. Vitória, 1883, p. 3.

20 - Relatório de Herculano Marcos Inglês de Souza, entregue em 9 de dezembro de 1882 a Martim Francisco Ribeiro de Andrade Júnior. Tipografia do Horizonte. Vitória, 1882.

21 - O Horizonte, edição de 13 de novembro de 1883.

22 - Relatório apresentado à Assembléia Provincial do Espírito Santo em 22 de outubro de 1885 pelo presidente desembargador Antônio Joaquim Rodrigues. Tipografia do Espírito-Santense. Vitória, 1886, p. 21.

23 - A Gazeta, edição de 16 de julho de 1955.

24 - Relatório apresentado a Jerônimo Monteiro pelo Sr. Ubaldo Ramallete Maia, Secretário do Governo e Diretor do Interior, em 30 de julho de 1910. Imprensa Oficial. Vitória, 1910. p. 170.

25 - O Comércio do Espírito Santo, edição de 15 de setembro de 1909.

26 - Idem, edição de 29 de setembro de 1909.

27 - Ramallete, Ubaldo. Relatório entregue a Jerônimo Monteiro, em 30 de julho de 1910, acima citado. p. 171-2.

28 - A Gazeta, edição de 16 de julho de 1955.

29 - Relatório apresentado pelo Secretário do Interior, Cassiano Cardoso Castelo, ao presidente do Estado. Oficinas da Imprensa Oficial. Vitória, 1922. p. 7.

30 - Idem, p. 43.

31 - Mensagem apresentada por Florentino Avidos ao Congresso Legislativo em 15 de junho de 1928. p. 69-70.

32 - O Patrimônio do Estado. Imprensa Oficial. Vitória, 1935. p. 9.

33 - Pimentel, Elpídio. Vida Capichaba nº 186, de 1 de agosto de 1929.

34 - Relatório do Secretário do Interior Celso Calmon Nogueira da Gama, referente ao período de abril de 1935 a maio de 1936. Imprensa Oficial. Vitória, 1937, p.16 e 132.

35 - Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 1 de julho de 1936 pelo Governador Capitão João Punaro Bley. Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo. 1936.

36 - Mensagem apresentada pelo Governador do Estado Capitão João Punaro Bley, em

1 de julho de 1937. Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, 1937. p. 134 e 275.

37 - A Gazeta, edição de 16 de julho de 1955.

38 - A Gazeta, edição de 17 de julho de 1955.

39 - A Gazeta, edição de 7 de setembro de 1955.

40 - A Gazeta, edição de 21 de agosto de 1955.

41 - A Gazeta, edição de 20 de setembro de 1955.

42 - A Tribuna, edição de 30 de maio de 1972.

43 - Suaiden, Emir José. Op. cit.

44 - Diário Oficial do Estado, edição de 28 de novembro de 1981.

45 - Depoimento ao autor em 14 de abril de 2004.

46 - Mensagem do Governador Élcio Álvares à Assembléia Legislativa em 15 de março de 1977. p.153.

47 - Depoimento ao autor em 27 de abril de 2004.

48 - A Gazeta, edição de 6 de outubro de 1979.

49 - Souza, Maria Joana de - Monografia: Seção Braille, um estudo sobre sua origem, estrutura e funcionamento na Biblioteca Pública Estadual do ES. Curso de Especialização de Educação Especial, UFES, Vitória, 1992.

50 - A Gazeta, edição de 10 de novembro de 1988.

51 - Idem.

52 - Carlos Chenier, um dos mais ativos e respeitados poetas da década de 60, crítico de arte e pintor, faleceu em 1989, ocasião em que era funcionário do então

Departamento Estadual de Cultura, atuando na Divisão de Memória, na Biblioteca Pública. Em 2004, o espaço foi desativado e atualmente é ocupado pela Hemeroteca.

## **Renato Pacheco e sua visão da cultura capixaba**

*Getúlio Marcos Pereira Neves* (\*)

Há um ano fomos todos, em espírito, acompanhar Renato Pacheco a seu Porto Final. Não à pequena localidade de Baixo Guandu, terra natal de seu mestre Guilherme Santos Neves, e que emprestou título à antologia de sua obra poética publicada em 1998, mas aos portos do mar da baía de Vitória, a sua cidade que já há muito deixou de ser “só mar e morro”, como ele certa vez cantara em “Vista Geral de Vitória”, poema de 1948.

Vitória desde 1928, ano do nascimento de Renato Pacheco, conheceu um desenvolvimento acelerado, refletindo o desenvolvimento acelerado do Estado do Espírito Santo nos últimos setenta anos. Observador e analítico, ele, como ninguém, observou e analisou a marcha da história nestas paragens. E observando e analisando, produziu obra ímpar, porque nem sequer ombreada, de compreensão e divulgação das coisas do Espírito Santo.

E como todas as coisas têm seu porto final, assim como a obra de uma vida é bom que também o tenha, Renato Pacheco pretendeu, resumindo lembranças, experiências e estudos realizados ao longo dos últimos cinquenta anos, legar aos estudiosos das coisas da terra uma espécie de guia comentado do percurso deste Estado do Espírito Santo nessa seara que foi a sua constante área de cogitação e produção, que é a cultura capixaba.

---

(\*) Juiz de Direito, Sócio efetivo do IHGES e Membro da Academia Espírito Santense de Letras.

Seu último trabalho, que ele, Presidente de Honra, desejou ver publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, é um apanhado do quanto se produziu aqui ao longo de quinhentos anos em termos de cultura. Não se trata de cultura no sentido antropológico do termo, mas num sentido mais amplo, de produção de bens “palpáveis”, e a cultura capixaba foi abordada por ele, seguindo a lição de Rossini Tavares de Lima, no “ABC do Folclore”, de 1952, subdividindo sua matéria de estudo em cultura erudita, de massa e popular.

Não era empreitada para qualquer um. Ao menos não para um simples cronista. Esta primeira sistematização de quanto se produziu em termos de cultura no Espírito Santo, e não só por ser a primeira, deveria ser empreitada para quem pudesse compreender e revelar os mecanismos de produção e assim analisar os resultados produzidos. Tarefa para verdadeiro intelectual. E seu derradeiro trabalho, “A CULTURA CAPIXABA: UMA VISÃO PESSOAL” se encerra com citação de Edward W. Said, o que é emblemático. Renato Pacheco foi um verdadeiro intelectual, e Said é um dos que, entre essa classe, vem se preocupando com o papel do intelectual na sociedade.

Como propugna Said - mas muito antes dele - Renato Pacheco foi um intelectual engajado. Cito, por exemplo, que sua crença no Direito como sistema mais perfeito de regulação social, como constatei em “Considerações à volta do Pensamento Jurídico de Renato Pacheco”, publicado n “O Reino Conquistado”, pelo IHGES, em 2003, o leva ao resgate da história de Pedro Leppaus, ex-meeiro de vítima de um homicídio ocorrido em 1954, e que a ele foi injustamente atribuído. Assim, fez publicar em 1985 “Pedro Leppaus: erro judiciário contado ao povo”. Não se pode notar aqui certa inspiração no exemplo de Voltaire, na sua luta pela revisão dos processos Calas, em 1765, e Sirven, em 1771? Ou de Zola, na sua luta pela revisão do caso Dreyfuss, na célebre carta de 1898?

Renato Pacheco foi igualmente engajado nessa sua última obra, de resgate histórico, de análise histórico-sociológica e de crítica à atividade pública. No passado o fora, por exemplo, fazendo propostas de planejamento, em sentido amplo, para a cultura local, em sua passagem pela Fundação Cultural do Espírito Santo e pelo Conselho Estadual de Cultura. Não poderia deixar de sê-lo agora, e introduziu entre as páginas de “A CULTURA CAPIXABA” uma crítica ao papel do Estado como fomentador de políticas culturais, e particularmente ao papel desempenhado pelo Estado do Espírito Santo na produção cultural da terra. E ao nos trazer ao “A CULTURA CAPIXABA” os resultados de sua meditação nessa seara específica de seu labor pelo Espírito Santo, essa passagem do livro pode ser tida pelos da área, os produtores culturais, como o ponto alto da derradeira obra de Renato Pacheco.

Mas a crítica séria deve fundar-se na compreensão do processo que é objeto dessa crítica. E ele tinha uma ampla compreensão desse processo, como já o dissemos, fundamento, aliás, de sua autoridade no criticar. E nos procurou legar essa compreensão, realizando síntese histórica da cultura produzida no Espírito Santo, desde os seus primórdios. O que, da mesma maneira, poderá ser considerado o ponto alto de sua derradeira obra pelos da área, os historiadores e os sociólogos da cultura.

Interessante é que, utilizando-se de seus famosos arquivos pessoais e de sua decantada memória, registra uma infinidade de fatos — e detalhes desses fatos — acontecidos na vida cultural do Estado ao longo do século XX. E assim o leitor não comprometido com preocupações de cunho científico e literário pode ler a derradeira obra de Renato Pacheco como uma espécie de grande reportagem, a que não faltam, sequer, os detalhes afetos ao colonismo social - por exemplo, revelando que a miss tal do ano tal passou a ser a senhora fulano de tal. O que vai dar a estes leitores motivos para considerar estas passagens como o ponto alto da obra.

Ele mesmo romancista, poeta, ensaísta - escritor, enfim - traz às páginas de “A CULTURA CAPIXABA” um resumo do estudo sobre a história do livro no Espírito Santo, que anteriormente fizera em “Introdução à História do Livro Capixaba”, publicado na coletânea “Estudos Espiritossantenses”, pelo IHGES, em 1994. Aliás, aqui pode-se ver um exemplo acabado da forma de atuação do intelectual Renato Pacheco: ao lado do investigador, foi também o empreendedor que, inconformado com um comentário jocoso de Monteiro Lobato (para quem o Espírito Santo, nos idos de 1919, parecia “uma ficção geográfica”, onde não havia uma só livraria), tentou iniciar aqui, em 1951, uma editora comercial que chegou a publicar cinco livros, mas logo encerrando as atividades, por falta de adequada estrutura empresarial. E da mesma forma os interessados na pessoa humana de Renato Pacheco, nos seus traços de caráter e na sua biografia deverão considerar esses trechos como o ponto alto de sua derradeira obra.

Isto é, pode-se ler sua derradeira obra sob vários enfoques, e com interesses diversos. Intelectual multifacetado, homem de múltiplos interesses como o chamei ao dar notícia de sua passagem pelo IHGES, em “50 anos de presença de Renato Pacheco no IHGES”, publicado no n.º 58 da Revista, de 2004, sempre teve a capacidade de atrair a atenção do estudioso tanto quanto a do homem do povo, a quem falava de perto. Tanto que, como os estudiosos, o homem do povo fez também questão de homenageá-lo por ocasião de seu falecimento, na bela reunião dos grupos de cultura popular que para isto vieram se apresentar no Parque Moscoso em plena Quaresma.

É fato que, como estudioso e ele próprio engajado no processo de produzir cultura entre nós, Renato Pacheco teve seu porto seguro nesta Casa do Espírito Santo. O Instituto cuja feição ajudou a moldar, cujos destinos ajudou a dirigir, cuja produção científico-literária ajudou a elevar, é o repositório maior de sua obra, como constatei no referido “50 Anos de Presença de Renato Pacheco no IHGES”. Grande parte de seus estudos e de

sua produção cultural como objeto saiu daqui, e aqui está guardada. Sua atuação generosa nesta casa foi imprescindível para o atual momento por que passamos, e esta constatação dispensa maiores fundamentações. Não poderia ser de outro editor que não o IHGES a publicação da derradeira obra de Renato Pacheco.

A visão pessoal que Renato Pacheco nos deixa da cultura capixaba é da mesma forma generosa. Racionalista, levando ao extremo a concepção do *cogito* que opôs Descartes a Santo Tomás de Aquino, que opôs duas maneiras opostas de pensar o mundo, Renato Pacheco era também o agnóstico que nos recomendava a Deus sempre que saíamos em excursão pelo interior para algum compromisso pelo Instituto. Da mesma forma crítico, desmistificador, o livre pensador até certo ponto iconoclasta que se nos revelou em “O Macaco Louco”, publicado pelo IHGES, em 2000, é o mesmo que não se furtou a listar todos quantos se ocupam de alguma maneira da atividade de produção cultural neste Estado. E isto nas mais diversas áreas, denotando sua incansável curiosidade, seu rigoroso método e seu cuidadoso conhecimento dos acontecimentos contemporâneos.

Cito exemplo: ao lado de juristas de escol nestas terras, como o foram um Afonso Cláudio, um Carlos Xavier Paes Barreto, um Eurípides Queiroz do Valle, de historiadores renomados, como Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa e Miguel Depes Tallon, Renato Pacheco não teve pudor na inclusão do meu nome na referida obra. É o seu traço de generosidade sobressaindo ao do crítico, de incentivo constante aos que de alguma forma tentam fazer alguma coisa. Conhecedor das dificuldades, tratava de estimular, de ajudar, de elogiar e de criticar — tudo isto já tendo visto acontecer comigo próprio, ao levar até o mestre algum trabalho para sua apreciação.

A visão pessoal que Renato Pacheco nos deixa da cultura capixaba é uma visão generosa, repito. Consciente das fragilidades desta terra, fruto dos condicionamentos históricos que lhe foram impostos, demons-

tra saber lidar com estas fragilidades ao fazer análise de conjunto. Consciente da fragilidade humana demonstra saber lidar com elas, fazendo críticas impessoais às pessoas. Consciente de suas próprias limitações nos dá testemunho de desprendimento ao pretender, de maneira despretensiosa, simplesmente nos indicar um caminho a seguir. O que considero o derradeiro exemplo de seu engajamento como intelectual, de sua vontade de interferir ativamente no melhoramento da sociedade em que viveu.

A produção de Renato Pacheco chegou a seu porto final. O seu legado não, porque sua produção passará a ser cada vez mais estudada, dissecada, analisada. E dessa investigação é que nascerão novas vertentes de estudo, novas facetas de interpretação, sem dúvida novas maneiras de ver e de compreender a cultura capixaba. Como também não há dúvida de que essa tarefa será em grande parte facilitada por ter-nos deixado o mestre, mais uma vez, como ao longo dos últimos cinquenta anos, sua visão pessoal a respeito.

É o início de nosso percurso, agora sem ele para levar o farol, até a um porto que, longe de ser final, seja seguro, aliás, como ele sempre foi para nós pelo seu exemplo. Na “Oração Anarquista”, poema que compõe as “Lamentações de Antão Reis”, um de seus três heterônimos, propugnou: *“Senhor, é preciso passar meio século/ sem nada, mas nada mesmo, escrever/ deixando virgens toneladas de papel.”* Não dando ouvidos ao velho Antão Reis, não o fez o ortônimo Renato Pacheco. Felizmente para todos nós, os admiradores de sua obra.

Texto da palestra proferida no IHGES, a 16 de março de 2005

## Euclides da Cunha e “Os Sertões”

*Leonardo Passos Monjardim<sup>(\*)</sup>*

São os livros o tesouro das nações. Forjam e burilam a nacionalidade. Do Evangelho ao Contrato Social, foram os livros os forjadores das revoluções. Plínio, o Moço, afirmava: “os espíritos imortais dos mortos falam nas bibliotecas”. Extingue-se o homem, o livro fica para perpetuar-lhe a memória.

Na oportunidade, para tema do presente ensaio, buscamos “*Os Sertões*”, de Euclides da Cunha, o mais brasileiro dos livros, a Bíblia da nacionalidade. Nenhum outro, com maior intensidade, descreve, reflete a terra e a gente brasileira. Vivíssimo, o sertanejo se estereotipa na aparente fragilidade.

É, antes de tudo, um forte – Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. Entretanto, a sua aparência, no primeiro relance, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas.

É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a faculdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gigante e sinuoso, apresenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a um cavalo, se sofria o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a

---

<sup>(\*)</sup> É 1º Vice-Presidente do IHGES e Membro da Academia Jovem Espírito Santense de Letras e da Academia Espírito Santense de Letras.

espenda da sela. Caminhando, mesmo rápido, não traça trajetória retilínea e firme. Avança celeremente, num bambolear característico de que parece ser o traço geométrico os meandros das trilhas sertanejas. E se na marcha estaca pelo motivo mais vulgar, para enrolar um cigarro, baterisqueiro, ou travar ligeira conversa com um amigo, cai logo — cai é o termo — de cócoras, atravessando largo tempo numa posição de equilíbrio instável, em que todo o seu corpo fica suspenso pelos dedos grandes dos pés, sentado sobre os calcanhares, com uma simplicidade a um tempo ridícula e adorável.

É um homem permanentemente fatigado. Entretanto, toda essa aparência de cansaço ilude. Nada é mais surpreendente do que vê-lo desaparecer de improviso. Naquela organização combatida operam-se, num segundo, transformações completas. Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormecidas. O homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas de estatura e no gesto; e a cabeça firma-lhe, alta, sobre os ombros possantes, aclarada pelo olhar desassombrado e forte; e corrigem-se-lhe, prestos, numa descarga nervosa instantânea, todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e da figura vulgar do tabaréu canhestro, reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias.

A exemplo de Flaubert, Euclides era escravo da forma. Vigoroso e próprio revela o seu estilo a cultura, a sensibilidade, a elegância, o apurado senso da arte de bem escrever que o destaca dentre os demais escritores. Nas suas mãos a pena era florete que esgrimia como ninguém.

Todavia não lhe faltaram críticos. Era, para alguns, precioso e rebuscado. Houve quem ousasse dizer que ele escrevia com um cipó. Mas que cipó!

Reportando-se à parte do livro referente à Terra, assim se expressou conhecido crítico literário português: “serem as mais formosas páginas que se escreveram em nossa língua”.

Em a quinta edição de “*Os Sertões*”, a guisa de curiosidade, os editores estamparam a fotogravura de duas páginas do livro, com as anotações do brilhante estilista para a edição definitiva. Sente-se nele a preocupação, a tortura da forma. “Num tal estilo”, comentou Agripino Grieco, severo crítico literário: “o adjetivo reina com esplendor de rajá, mas o substantivo é que na realidade governa”.

Rico, brilhante, por vezes pomposo, o seu estilo não permite imitadores, razão de algumas críticas. Sentimos o cuidado, o apuro, o esmero do escritor na seleção dos vocábulos, rigorosamente ajustados ao sentido, contribuindo harmonicamente para a elegância e beleza da frase.

Não obstante o gênio que o notabilizou e o conduziu ao cenáculo mais alto das letras pátrias, onde o seu nome foi sufragado por Rio Branco e Machado de Assis, Euclides foi um torturado. Torturado pela obsessão da forma que o fazia rever e refundir, a todo instante, o que escrevia, tal qual Vitor Hugo, que até à sétima edição reformou “Bug-Jargal”.

Órfão, não teve a amenizar-lhe os verdes anos, o desvelo do carinho materno. Na adolescência a angústia, a dúvida da carreira a seguir, se o jornalismo, a engenharia ou das armas. Optou pela segunda, com passagem pelo Exército, onde rebelde e arredio não se adaptou à disciplina. Era, por natureza, antimilitarista.

Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha, nascido em Santa Rita do Rio Negro, da então Província do Rio de Janeiro, ocupa, na historia da cultura brasileira, um posto de primeira grandeza, reservado aos nunes tutelares.

Infância infeliz. Órfão aos três anos, foi confiado à tutela de uma tia que pouco depois falecia, passando aos cuidados de uma segunda tia. De

Teresópolis, onde residia, passou para Ponte Nova e daí para a Bahia. Por último, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde cursou as primeiras letras.

No Colégio Aquino, onde terminou o secundário, conheceu Benjamim Constant, de quem se tornou amigo. Ao iniciar o curso de engenharia, resolveu ingressar na Escola Militar, de onde foi expulso por indisciplina. Quando em formatura, para receber o Ministro da Guerra, em visita à Escola, vivendo a República, arrojou, aos seus pés, o espadim. O Brasil era Império.

Transferindo-se para São Paulo, logo retornou ao Rio de Janeiro, onde concluiu o curso de engenharia. Proclamada a República, readmitido no Exército, chegou ao posto de tenente. Em 1896, por convicções políticas, abandonou definitivamente as fileiras.

A partir de então, Em São Paulo, dedicou-se à engenharia civil, a serviço do Estado.

A inclinação para as letras herança paterna. Como comentarista político ingressou na Imprensa, sem prejuízo da seara poética. Em auto-retrato, versejando, assim se retratou: “Este caboclo, este jagunço manso,/ Misto de celta, de tapuia e grego”.

A carreira jornalística iniciou-a em fins de 1888, em diário paulista que fazia a campanha republicana. Durante a Revolução da Armada, em 1893, bateu-se ao lado de Floriano Peixoto, nas trincheiras do Morro da Saúde.

Ao irromper o movimento sedicioso de Canudos, no interior baiano, chefiado pelo místico Antônio Conselheiro, o jornal “Estado de São Paulo”, incumbiu-o da cobertura jornalística do movimento, pois a luta armada se desencadeava, envolvendo sertanejos, forças federais e estaduais. A primeiro de outubro de 1897, ele chegava ao teatro da luta, pouco antes da total destruição do arraial. De pronto procurou aprofundar-se nas causas reais do conflito, nos mínimos antecedentes sociológicos; bem como se familiarizar com os aspectos geográficos, botânicos e zoológicos da região.

Com a mentalidade moldada à luz do racionalismo, quando então as ciências naturais e biológicas forneciam os critérios e as normas

do pensamento, documentou-se de modo a poder formar sobre o caso juízo imparcial e objetivo. Enviou ao jornal as reportagens que se transformariam em um grande livro.

Livro único em todas as literaturas, surpreendeu a crítica, que ante a grandeza e originalidade da obra vacilou como classificá-la, tal a variedade e riqueza do conteúdo, que tanto podia ser trabalho de um cientista, de um geógrafo, de um historiador, de um etnógrafo, de um sociólogo, de um filósofo, como de um artista.

Abrangendo todos os campos dos conhecimentos catalogados, desde a descrição da terra, do homem, da sociedade, da religião e de todos os aspectos do sertão brasileiro, o verdadeiro escopo do escritor, do historiador, do sociólogo, do moralista, foi apontar à Nação o abandono em que se encontrava a gente humilde dos sertões, esquecida pelos Governos; ao mesmo tempo em que apontava o erro da expedição punitiva sem atentar para as causas de natureza sociológica que geraram o conflito: a ignorância, o fanatismo da religiosidade primitiva.

Comentando o grande livro, com muito senso e oportunidade, assim se manifestou um crítico: “Mas, graças ao seu gênio, e a sua indignação moral com que encarou a questão, o livro elevou-se da simples crônica histórica e social para o plano das grandes epopéias, escrevendo, um grande poema épico em prosa”.

Da mesma opinião é Grieco ao dizer: “A fauna e a flora, o sol e as chuvas, a orografia e a potamografia, tudo, no trabalho de Euclides, vive, numa obra de ciência que fosse ao mesmo tempo poesia e pintura”.

Sem as tintas da fantasia o jagunço é descrito com a aura poética de sombreado discreto; heróico se a teatralidade do gaúcho galhardo e fanfarrão. Este carece da astúcia do jagunço, embora pejejador perigoso e rude. Com a mesma perseverança prepara a emboscada e acomete com igual disposição e vigor. Distinguem-se, porém, no arremate, na execução. O gaúcho é garboso, assomado, teatral. Gosta da encenação e as suas cargas têm o cunho viril do temperamento nativo; leva o selo dos filhos dos pampas, sem peias, sem limitações, semelhante à natureza que o

rodeia. A honra do gaúcho exige e a hombria se revigora ao levar o inimigo, de roldão, na ponta da lança.

Assim não é o jagunço. Não cede ao gaúcho em resistência, força e coragem, porém, é mais frio e calculista. Jamais se atira à luta fiado na fortuna. Entra para vencer. Daí ser mais perigoso. Agachado na tocaia ataca a coberto e não abandona a segurança do reduto antes de destruído o inimigo. Dispensa a teatralidade, porque só a vitória é importante.

Em Canudos, nas estradas de Jeremoabo e Monte Santo, o exército pôde conhecer a tática e a estratégia dos homens do Conselheiro. Atônitos os soldados viam cair os companheiros sem que avistados os atacantes. Mais tarde descobriram o segredo dos atiradores invisíveis, imunes às balas.

Ao descrever o jagunço, Euclides aprofunda-se, vai aos refulhos de sua alma, escarpela-a e o apresenta tal qual é na hombria – selvagem:

[...] o jagunço é menos teatralmente heróico; é mais tenaz; e mais resistente; é mais perigoso; é mais forte; é mais duro.

Raro assume esta feição romanesca e gloriosa. Procura o adversário com o propósito firme de o destruir, seja como for. Está afeiçoado aos prédios obscuros e longos, sem expansões entusiásticas. A sua vida é uma conquista arduamente feita era faina diuturna. Guarda-a como capital precioso. Não desperdiça a mais ligeira contração muscular, a mais leve vibração nervosa sem a certeza do resultado. Calcula friamente o pugilato. Ao riscar da faca não dá um golpe em falso. Ao apontar a lazarina longa ou o trabuco pesado dorme na pontaria.

Se ineficaz o arremesso fulminante, o contrário enterreirado não baqueia, o gaúcho, vencido ou pulseado, é fragilimo nas aperturas de uma situação inferior ou indecisa.

O jagunço, não. Recua, mas ao recuar e mais temeroso ainda. Um negacear demoníaco. O ad-

versário tem, daquela hora em diante, visando-o pelo cano da espingarda, um ódio inextinguível, oculto no sombreado das tocaias.

Em “O Homem”, meditando sobre o complexo problema etnológico brasileiro, o escritor, o jornalista, ofusca-se e cede lugar ao homem de ciência, que sem vacilações abraça o autoctonismo das raças americanas, que Lund, não obstante provas irrefutáveis, abjurou-as para perfilhar os dogmas da Igreja. Esposa opinião que é também a de famosos naturalistas, de ser a América “um centro de criação desligado do grande viveiro da Ásia Central; erigindo-se autônomo entre as raças o homem americano”. Demonstra destarte, uma das facetas do seu caráter polêmico.

Escrevendo com um cipó, no dizer irreverente do crítico, sabia dar graça, encanto e poesia aos temas mais áridos, como se do cipó brotassem flores. Exemplo na descrição do clima do Pará:

[...] madrugadas tépidas de 23° centígrados, sucedendo-se inesperadamente a noites chuvosas; dias que irrompem como apoteoses fulgurantes, revelando transmutações inopinadas; árvores na véspera despidas, aparecendo juncadas de flores; bêjos apaulados transmudando-se em prados. E logo depois, no círculo estreitíssimo de vinte e quatro horas, mutações completas; florestas silenciosas, galhos mal vestidos pelas folhas requeimadas ou murchas; ares vazios e mudos; ramos viúvos das flores recém-abertas, cujas pétalas exsicadas se despregam e caem mortas, sobre a terra imóvel sob o espasmo enervante de um bochorno de 35° à sombra. Na manhã seguinte o sol se alevanta sem nuvens e deste modo se completa o ciclo primavera, verão e outono num só dia tropical.

Do clima aos seus reflexos na História, passa com a firmeza do historiador percuciente, que fere o assunto e o esmiúça com segurança

em os mais íntimos refolhos, dele extraindo o essencial, verdadeiramente preciso. Em linhas gerais traça o perfil geográfico e social das regiões Norte e Sul do Brasil, com as características fundamentais de sua gente em relação ao meio físico, e assim explica os acontecimentos históricos e a prevalência de uma região sobre a outra ante a aparente indiferença da Metrópole, hipnotizada pela miragem da Índia Portentosa.

Seguro aborda o fenômeno social das três raças fundamentais e formadoras da nacionalidade — o índio, o português e o negro.

Reportando-se ao Norte do país, diz: “a História é ali mais teatral, porém, menos eloqüente”.

Surgem os heróis, mas a estatura avulta-lhes maior pelo contraste com o meio; belas e vibrantes páginas, mas truncadas, sem objetivo certo, em que colaboram de todo desquitadas entre si as três raças formadoras.

Mesmo no período culminante da luta com os holandeses acamparam claramente distintas, em suas tendas de campanha, os negros de Henrique Dias, os índios de Camarão e os lusitanos de Vieira.

Mal unidos na guerra, distanciaram-se na paz. O drama Palmares, as correrias dos silvícolas, os conflitos da orla do sertão, violam a transitória convergência contra os batavos.

Preso no litoral, entre o sertão inabordável e os mares, o velho agregado colonial tendia a chegar aos nossos dias, imutável, sob o emperramento de uma centralização estúpida; realizando a anomalia de deslocar para uma terra nova o ambiente moral de uma sociedade velha. Sacudiu-o, felizmente, a onda impetuosa do Sul. Aqui a aclimação mais pronta, em meio menos adverso, emprestou, cedo, mais vigor aos forasteiros. Da absorção das primeiras tribos surgiram os cruzamentos das conquistas sertanejas, os mamelucos audazes. O paulista — e a significação histórica deste nome abrange os filhos do Rio de Janeiro, Minas, São Paulo e regiões do Sul — erigiu-se como um tipo autônomo, aventureiro, rebelde, libérrimo, com a feição perfeita de um dominador da terra, eman-

cipando-se, insurreto, da tutela longínqua, afastando-se do mar e dos galeões da Metrópole, investindo com os sertões desconhecidos, delineando a epopéia inédita das “Bandeiras”.

Mas no Sul a força viva restante do temperamento dos que vinham de romper o mar imoto, não se delia num clima enervante; tinha nova componente na própria força da terra; não se dispersava em adaptações difíceis. Alternavam-se melhorando. O homem sentia-se forte. Deslocado apenas o teatro dos grandes cometimentos, podia volver para o sertão impérvio a mesma audácia que o precipitara nos périplos africanos.

Além disto, frisamos este ponto, escandalizando embora os minúsculos historiadores, a disposição orográfica libertava-os de defender o litoral, onde aproava a cobiça estrangeira”.

A Serra do Mar tem notável perfil em nossa História. A prumo sobre o Atlântico, desdobra-se como cortina de baluarte desmedido. De encontro às suas escarpas embatia, fragílisma, a ânsia guerreira dos Cavendish e dos Fenton. No alto, volvendo o olhar em cheio para os chapadões, o forasteiro sentia-se em segurança. Estava sobre ameias intransponíveis que o punham no mesmo passo a cavaleiro do invasor e da Metrópole. Transposta a montanha arqueada como a pressinta de pedra de um Continente, era um isolador étnico e um isolador histórico. Anulava o apego irreprimível do litoral, que se exercia ao Norte; reduzia-o a estreita faixa de mangues e restingas, ante a qual se amorteciam todas as cobiças, e alteava sobranceira às frotas, intangível no recesso das matas, a atração misteriosa das minas.

Produto do meio o homem de canudos iria erigir-se protagonista, inconsciente, do espantoso drama que abalaria os sertões remotos entre

Monte Santo e Jeremoabo; região asperíssima, como se revolto oceano, sacudida por vagas monstruosas, se tivesse de súbito petrificado. Montanhas e vales se sucedem e se recortam, caprichosos, por entre encostas, crestadas por sol inclemente.

Monte Santo é lendário desde quando, arrebatados pela miragem das mimas de prata, rastreando o roteiro de Belchior Dias, os aventureiros por ali passaram em busca das serras de Jacobina.

Monstruoso labirinto de vales, veredas e picadas, cortando a solidão estéril das lombadas que se prolongam por entre as serras Grande e do Atanásio, que a princípio correndo distintas, uma para NO e outra para o N, fundem-se, finalmente, na de Acaru. Unificadas às de Caraíbas e do Lópes, formam a massa imponente do Cambaio, de onde se alongam às pequenas cadeias de Coxomongó e Calumbi; e para noroeste os píncaros torreantes de Caipã.

Lançando-se a NO, a borda dos tabuleiros de Jeremoabo, a de Aracati progride, descontínua, naquele rumo e depois de cortada pelo Vaza Barris inflete para o poente, desdobrando-se nas Serras de Cana Brava e Poço de Cima, que a prolongam. Traçando uma longa curva fechada ao sul pelo Morro da Favela, aos pés do qual, na larga planura, em uma das voltas do rio, repousa o Arraial de Canudos.

O geógrafo, o geólogo, atém-se à natureza do solo, ao relevo orográfico, ao aspecto dos vales, às asperezas das ravinas, para que o sociólogo, o historiador levante, com a segurança do topógrafo, o perfil moral dos seus habitantes, ou seja, o homem em função do meio físico.

Assim Euclides da Cunha analisa e disseca o homem, a personalidade mística do Conselheiro: “Por si nada valeu”, diz, “considerando a psicologia da sociedade que criou. Isolado ele se perde na turba dos neuróticos vulgares”.

Considera-o um grande homem pelo avesso:

[...]paranóico indiferente, este dizer, talvez, mesmo não lhe possa ser ajustado inteiro. A regressão

ideativa que patenteou, caracterizando-lhe o temperamento **vesânico**, é certo um caso notável de degenerescência intelectual, mas não o isolou incompreendido, desequilibrado, retrógrado, rebelde, no meio em que agiu.

Ao contrário, este o fortaleceu. Era o profeta, o emissário das alturas, transfigurado por **ilapso** estupendo, mas adstrito a todas as contingências humanas; passível de sofrimento e de morte, e tendo uma função exclusiva: apontar aos pecadores o caminho da salvação. Satisfaz-se sempre com este papel de delegado dos céus. Não foi além. Era um cervo jungido a tarefa dura; e lá se foi caminho dos sertões bravios, largo tempo, arrastando a carcaça claudicante, arrebatado por aquela idéia fixa, mas de algum modo lúcido em todos os atos, impressionando pela firmeza nunca abalada e seguindo para um objetivo fixo com finalidade irresistível.

Pairou aí, indefinidamente, nas fronteiras oscilantes da loucura, nessa zona mental onde se confundem facínoras e heróis, reformadores brilhantes e aleijões tacanhos, e se acotovelam gênios e degenerados. Não a transpôs. Recalcado pela disciplina vigorosa de uma sociedade culta, a sua neurose explodiria na revolta, o seu misticismo comprimido esmagaria a razão. Aí, vibrando a primeira uníssonos com o sentimento ambiente, difundido o segundo pelas almas todas que em torno se congregavam, se normalizaram.

Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, descendia de uma família marcada pela fatalidade. Os Maciéis, família numerosa, vivia nos sertões do Ceará, entre Quixeramobim e Tamboril. Era gente honesta, inteligente e brava, e vivia da vaqueirice e pequena criação. “Eram homens vigorosos, simpáticos, bem apessoados, verdadeiros serviçais, gozando em toda a redondeza de reputação invejável”.

Na mesma região viviam os Araújo, “família rica, filiada a outras das mais antigas do norte da Província”.

“Araújo Costa e um seu parente, Silvestre Rodrigues Veras, não viam com bons olhos a família pobre que lhes balanceava a influência, sem a justificativa de vastos latifúndios e boiadas grandes”.

Procuraram, então, pretexto para hostilizar os Maciéis, acusando-os de pretensos roubos em propriedades da família.

“Criadores opulentos, senhores de baração e cutelo, vezados a fazer justiça por si mesmos, concertaram em dar exemplar castigo aos delinquentes. E como estes eram bravos até à temeridade, chamaram a postos a guarda pretoriana dos capangas”.

A luta entre as duas famílias proporcionou longa série de crimes, que por muitos anos ensangüentou aqueles sertões. Filho de pai austero, Antônio Mendes Maciel foi educado de modo tal que o isolou da turbulência da família. Caixeiro de pequena casa comercial do pai, em Quiixeramobim, ali viveu tranqüilo até a morte do genitor, quando lhe coube zelar pelas irmãs solteiras, o que cumpriu com rara abnegação. Depois de as ter casado, procurou, por sua vez, casar-se e daí a sua existência dramática.

A infidelidade da esposa desnordeou-o. Desandaram-se os negócios e de queda em queda andou por diversas vilas e povoados, exercendo as mais diversas profissões. E assim surgiu na Bahia

[...] o anacoreta sombrio, cabelos crescidos ate os ombros, barba inculta e longa; face encaveirada, olhar fulgurante, monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano; abordado ao clássico bastão em que se apóia o passo tardo dos peregrinos.

É desconhecida a sua existência durante tão longo período. Tornou-se logo alguma coisa de fantástico ou mal-assombrado para aquelas gentes simples. Ao abeirar-se das rancharias dos tropeiros, aquele velho singular, de pouco mais de trinta

anos, fazia que cessassem os improvisos e as violas festivas.

Era natural. Ele surdia esquelido e macerado, dentro de hábito escorrido, sem relevos, mudo como uma sombra das chapadas povoadas de duendes.

Passava buscando outros lugares, deixando abertos matutos supersticiosos.

Dominava-os, por fim, sem o querer.

No longo peregrinar, de povoado em povoado; de vila em vila; de cidade em cidade, então acompanhado de bom número de prosélitos, ante certas vicissitudes o seu caráter se foi modificando e com ele o gênio irascível. Já não era o peregrino que ao ser contrariado tirava de sob a túnica o lenço e com ele sacudia o pó das sandálias, como era o clássico protesto inofensivo e tranqüilo dos apóstolos.

Contrário ao regime republicano que se implantara no país, insurgiu-se abertamente e pregou a rebeldia contra as novas leis. Assumiu desde 1893, uma feição combatente inteiramente nova.

Decretada a autonomia dos Municípios, as Câmaras das localidades do interior baiano mandaram afirmar nas tábuas tradicionais, na falta de imprensa, os editais para a cobrança de impostos e medidas outras.

Ao surgir a novidade, o Conselheiro, que se encontrava em Bom Conselho, irritou-se. À imposição buscou revide imediato. Num dia de feira, reunido o povo, entre gritos sediciosos e foguetório, queimou as tábuas numa fogueira no meio da praça. Sobre o auto de fé levantou a voz que a fraqueza das autoridades não puderam reprimir. Abertamente pregou a rebelião contra as leis.

O acontecimento repercutiu em Salvador, a Capital. A provocação não ficaria impune. Avizinhava-se a tormenta. Considerando a gravidade do ato cometido, prudente o Conselheiro abandonou a vila rumando para o norte, para Monte Santo.

Imprevidentes, as autoridades não procuraram conhecer o número e força dos rebeldes prosélitos do Conselheiro. Pequena força policial os alcançou entre as localidades de Tucano e Cumbe e o acometeu com decisão e energia certa de destruçá-los à primeira descarga. Batida, o que dela restou buscou na fuga a salvação.

Temeroso da ação repressora da Capital, conhecedor daqueles sertões, o Conselheiro procurou recônditas paragens onde não os buscassem. Marcara-as, talvez prevenindo futuras vicissitudes. Seguiram-no os crentes sem inquirirem para onde iam e assim atravessaram íngremes serranias, ressequidos e estéreis tabuleiros e chapadas razas por longos e longos dias, em marcha lenta e cadenciada — “ao toar das ladainhas e ao passo tardo do profeta”.

Em Canudos, antiga fazenda de gado, a beira do Vaza Barris, acampou. Era

[...]uma tapera de cerca de cinqüenta capuabas de pau a pique. Quando lá chegou o Conselheiro, 1893, a fazenda não mais existia e o lugarejo obscuro estava em plena decadência e abandono. No alto de um esporão da Favela, destelhada, reduzida às paredes exteriores, a antiga vivenda senhoril, em ruínas. Data daquele ano a sua revivescência e crescimento rápido. O aIdeamento efêmero dos matutas vadios, centralizado pela igreja velha, que não mais existia, ia se transformar, ampliando-se, em pouco tempo, na Tróia de taipados jagunços.

A parte do livro, consagrada à luta, completou-o quando o sociólogo e o geólogo cedem lugar ao historiador. Por vezes contundente, mas sempre imparcial, a sua pena assume a incorruptível grandeza de um juiz. Anota, esmiúça, analisa e perquire lance por lance do titânico duelo entre o sertanejo bronco e o civilizado; entre forças heterogêneas de um meio inculto e as representadas por unidades regulares de polícia e exérci-

to. Com os olhos da História registra, sem favoritismo, sucessos heróicos ou cobardes, grandes ou mesquinhos. É superiormente justo. Deixemo-lo falar:

[...] Não tive o intuito de defender os sertanejos, porque este livro não é um livro de defesa; é infelizmente, de ataque. Ataque franco e, devo dizê-lo, involuntário. Nesse investir, aparentemente desafiador, com os singularíssimos civilizados que nos sertões distantes, diante de semibárbaros, estadearam tão lastimáveis selvaticquezas, obedeci ao rigor incoercível da verdade. Ninguém o negará.

O malogro da Expedição Febrônio, a segunda, organizada às pressas, se deve ao desconhecimento do causa demonstrado pelos que a planejaram sem quaisquer informações dos sertões em que se iam bater. Desconhecendo o número e poderio do adversário, a ação redundou em deplorável fracasso, apenas atenuado pelo bom senso do seu Comandante. Batendo-se, sem descanso, por dois dias seguidos, sem alimentos e centenas de feridos a enfraquecer as fileiras, onde os mais aptos se entregavam a azáfama de transportar os canhões e as armas que os feridos não podiam carregar, assaltados por uma multidão de fanáticos ao longo de mais de cem quilômetros de estrada por um sertão inçado de tocaias, os bravos soldados escreveram “um dos episódios mais emocionantes de nossa história militar”.

A capitanear a turbamulta, um mestiço de inexcedível bravura e ferocidade rara – Pajeu. Assim o descreve Euclides:

Legítimo caduz, no seu temperamento impulsivo acolchetavam-se todas as tendências das raças inferiores que o formavam. Era o tipo completo do lutador primitivo – ingênuo, feroz e destemeroso; simples e mau; brutal e infantil – um belo caso de retroatividade atávica, forma retardatária do troglodita sanhudo apurando-se ali com o mes-

mo arrojo com que nas velhas idades vibravam a machado de sílex à porta das cavernas.

O retorno da Expedição a Monte Santo é descrito com a pena a gotejar sangue. Nem um homem válido. Fardas esfarrapadas,

[...] tragicamente ridículos, mal velando a nudez, com os capotes em pedaços, mal se alinhando em simulacro de formatura, entraram pelo arraial lembrando uma turma de retirantes, batidos dos sóis bravios, fugindo à desolação e à miséria. A população recebeu-os em silêncio.

Naquele mesmo dia, caminhando lentamente para Canudos, a extensa procissão de fanáticos derivava pelas serras, carregando aos ombros, em toscos pálios de giraus de paus roliços amarrados com cipós, os cadáveres dos mártires da fé.

Notável é o retrato de Moreira César, chefe da Terceira Expedição. Euclides da Cunha, retrata-o física e moralmente com as tintas fortes de um realismo cru e sem retoques. Retrato definitivo para a posteridade: “Surpreendiam-se igualmente ao vê-lo admiradores e adversários. O aspecto reduzia-lhe a fama. De figura diminuta — um tórax desfibrado sobre pernas arcadas em parêntesis —, era organicamente inapto para a carreira que abraçara”.

Faltava-lhe esse aprumo e compleição inteiriça que no soldado são a base física da coragem. Apertado na farda que raro deixava, o dólma feito para ombros de adolescente frágil agravava-lhe a postura. A fisionomia inexpressiva e mórbida completava-lhe o porte desgracioso e exíguo. Nada, absolutamente traía a energia surpreendente e temibilidade rara de que dera provas, naquele rosto de convalescente sem uma linha original e firme — pálido,

alongada pela calva em que se expandia a fronte bombeada, e mal alumiada por olhar morto, velado de tristeza permanente.

Era uma face imóvel como um molde em cera, tendo a impenetrabilidade oriunda da própria astenia muscular. Os grandes paroxismos de cólera e a alacridade mais forte, ali deviam amortecer-se despercebidos, na lassidão dos tecidos, deixando-a sempre fixamente impassível e rígida.

Os que pela primeira vez o viam custava-lhes admitir que estivesse naquele homem de gesto lento e frio, maneira corteses e algo tímidas, o campeador brilhante, ou o demônio cruelíssimo que idealizavam. Não tinha os traços característicos nem de um, nem de outro. Isto, talvez, porque fosse as duas coisas ao mesmo tempo.

Na minuciosa exposição da campanha, no tumulto dos entreveros, o psicólogo não se aparta do historiador e ao estereotipar o jagunço não olvida o soldado, estadeando o ânimo varonil que reconhece ser a rocha viva da nacionalidade. Homens de todas as cores, amálgama de diversas raças, em meio aos lances perigosos, no abalo das emoções fortíssimas, lhes preponderam, exclusivas, no ânimo, por uma lei qualquer de psicologia coletiva, os instintos guerreiros, a imprevidência dos selvagens, a inconsciência do perigo, o desapego à vida e o arremesso fatalista para a morte.

Seguem para a batalha como para algum folguedo turbulento. Intoleráveis na paz que os molifica e informa; inclassificáveis na paradas das ruas, em que passam sem garbo, sem aprumo, corcundas sob a espingarda desastradamente manejada, a guerra é o seu melhor campo de instrução e o inimigo o instrutor predileto, transmudando-se em poucos dias, disciplinando-os, dando-lhes em pouco tempo, nos exercícios extraordinários da marcha e do combate, o que nunca tiveram nas

capitais festivas — a altivez do porte, a segurança do passo, a precisão do tiro, a celeridade das cargas. Não sucumbem à provação. São inimitáveis no caminhar dias a fio pelos mais mal gradados caminhos. Não bosquejam a reclamação mais breve nas piores posturas; e nenhum se lhes aparelharam na resistência à fome, atravessando largos dias à brisa, segundo o dizer de seu calão pitoresco. Depois dos mais angustiosos tranSES, vimos valentes escaveirados meterem à bulha o martírio e troçarem, rindo, com a miséria.

No combate, certo, nenhum é capaz de entrar e sair, como o prussiano, com um podômetro preso à bota — é desordenado, é revoltado, é turbulento, é um garoto heróico e terrível, arrojando contra o adversário, de par com a bala ou a pranchada, um dito zombeteiro e irônico. Por isto se imprópria ao desdobramento das grandes massas nas campanhas clássicas. Manietam-no as formaturas corretas. Estonteia-o o mecanismo da manobra complexa. Tortura-o a obrigação de combater adstrito ao ritmo das cornetas; e de bom grado obediente aos amplos movimentos da estratégia, seguindo, impassível, para os pontos mais difíceis, quando o inimigo lhe chega à ponta do sabre quer combater a seu modo. Bate-se então, sem rancor, mas estrepitosamente fanfarrão, folgando entre as cutiladas e as balas, arremessando-se doidamente, barateando a bravura.

Com rápidas e fortes pinceladas bosqueja o soldado, a neurose que se apossa do exército; o pânico e a bravura; o pavor e a audácia que se confundem no mesmo aspecto. A mesma ansiedade estimula, alucina com idêntico vigor o homem que foge a morte e o que quer matar.

A mesma ânsia apodera-se de Moreira César. A marche-marche aproxima-se do Arraial de Canudos, da Tróia selvagem. Os soldados estão fatigados e ele está enfermo. Assim mesmo dirige às tropas: “Canudos está

muito perto. Vamos tomá-lo! O alvitre foi aceito pela tropa confiante e motivada no chefe”. “Vamos almoçar em Canudos!” – voltou a gritar mais alto. Uma ovação tremenda, que reboou como o estrondear de um raio, foi a réplica da soldadesca contagiada pelo entusiasmo do famoso chefe.

Graduando a alça de mira dos canhões, ordenou dois disparos sobre o arraial lá embaixo.

Lá vão dois cartões de visita ao Conselheiro, disse quase jovial, com o humorismo superior dos fortes. Em acelerado é a ordem. E os batalhões se despedem, frenéticos, sobre a Tróia de taipa dos sertanejos e para que se não rememorasse o passo de carga da infantaria foi permitido às praças arrojarem de si as mochilas, cantis e bornais, e todas as peças do equipamento, excluídos os cartuchos e as armas. Dispersa, anulada, a Terceira Expedição desaparecera. Tragara-a Canudos, povo monstruoso. Partira-se o prestígio do soldado, e a bazófia dos broncos cabecilhas repastava-se das mínimas peripécias dos acontecimentos. A força do Governo era agora realmente fraqueza do Governo.

Reunindo os cadáveres, dispersos, dos soldados, os jagunços decapitaram-nos, queimando os corpos.

Alinharam a margem da estrada, as cabeças, regularmente espaçadas, fronteando-se, faces voltadas para o caminho. Por cima dos arbustos marginais mais altos, dependuraram os restos das fardas, calças e dólãs multicores, selins, cinturões, quepes de listras rubras, capotes, mantas, cantis e mochilas. A caatinga, mirrada e nua, apareceu repentinamente desabrochando numa florescência extravagantemente colorida no vermelho forte das divisas, no azul desmaiado dos dólãs e nos brilhos

vivos das chapas dos talins e estribos oscilantes. Um pormenor doloroso completou esta encenação cruel: a uma banda avultava, empalado, erguido num galho seco, de angico, o corpo do Coronel Tamarindo. Era assombroso... Como um manequim terrivelmente lúgubre o cadáver desaprumado, braços e pernas pendidos, oscilando a ação do vento no galho flexível e vergado, aparecia nos ermos feito uma visão demoníaca.

Testemunha fiel dos acontecimentos, fiel como Tucídides, não os deforma ou procura amenizá-los. Focaliza-os com a brutalidade e as cores naturais do cenário. As grandes divisões progredindo isoladas ou encontrando-se e dispersando-se logo, distanciando-se às vezes demais, contrastando sempre a investida ligeira da vanguarda com o tardo caminhar da artilharia.

Ao observador atento não escapa o mínimo detalhe; um gesto do Comandante, a pilhéria de um soldado, um acidente no correr da marcha, ou a azáfama reinante no arraial do Conselheiro.

Gradualmente se vai constringindo o cerco da cidadela cabocla. Tem, então, o escritor a oportunidade de confrontar, num teste real, o valor do gaúcho e do sertanejo. O cotejo teve lugar em Cocorobó quando os homens do Conselheiro ocupavam posição dominante em cerro aspérrimo. Vacilante o combate prolongou-se por horas de tiroteio ineficiente, ultimado por uma carga de baioneta. É que “predominava nas fileiras o soldado rio-grandense. E o gaúcho destemeroso, se é frágil ao suportar as lentas provações da guerra, não tem par no se desempenhar em súbitos lances temerários”.

A infantaria do Sul é uma arma do choque. Podem suplantá-la outras tropas na precisão da disciplina de fogo, ou no jogo complexo das manobras, mas nos encontros à arma branca aqueles centauros

apeados arremetem com os contrários como se copiassem a carreira dos ginetes ensofregados dos pampas. E a ocasião sorria-lhes para a empresa estupenda levada a cabo com brilho inexcedível.

Amuda contemplação de Canudos, aquela monotonia acabrunhadora aflora à alma do poeta e se desdobra em evocações que se afligem com “a tristeza das colinas desnudas, ermas, sem árvores, e um rio sem águas, tornejando-as, feito uma estrada poenta e longa, avassalando os quadrantes a corda ondulante das serras igualmente desertas, rebatidas, nitidamente, na imprimadura do horizonte claro, feito o quadro desmedido daquele cenário estranho”. Sob o fogo dos canhões assestados na Favela, no campanário da humilde igreja, o sineiro não claudicava um segundo no intervalo consagrado. Não perdia uma nota.

[...] Cumprida, porém, a missão religiosa; apenas extintos os ecos da última badalada, o mesmo sino dobrava estridulamente sacudindo as vibrações de alarma. Corria um listrão de flamas pelas cimalthas das igrejas. Caía como um rastilho no arraial. Alastrava-se pela praça, deflagrando para as faldas do morro; abrangias; e uma réplica violenta caía estrepitosamente sobre a tropa. Fazia calar o bombardeio. O silêncio descia amortecedoramente sobre os dois campos. Os soldados escutavam, então, misteriosa e vaga, coadas pelas paredes espessas do templo meio em ruínas, a cadência melancólica das rezas.

Sem se aperceber deixa o escritor erguer a ponta do véu que lhe encobre a alma, aparentemente incrédula, ao relatar o seguinte episódio:

[...] Silenciar o sino do campanário da igreja velha, que todas as tardes, tangendo as notas da Ave-Maria, parecia desafiar as forças de assédio,

tornara-se verdadeira obsessão. O dia 23 de agosto propiciou o ensejo com o sabor de desforra, pois fora ferido o General Barbosa, quando inspecionava a bateria do centro. Assestada a grande peça, a “matadeira”, como a apelidara os jagunços, regulada a mira, caprichosamente enquadado o alvo, a grande peça detonou: viu-se arrebentar, com estrondo, o enorme schrapnell entre as paredes da igreja, esfarelando-lhe o teto, derrubando os restos do campanário e fazendo saltar pelos ares, *revolutando, estridulamente* badalando, como se ainda vibrasse um alarma, o velho sino que chamava ao descer das tardes os combatentes para as rezas [...]

Todavia vingou-se o velho sino:

[...] quebrara-se uma peça do aparelho obturador do fanaticamente leal ao chefe guia espiritual. A admiração extravasa-se nas últimas páginas do livro imortal: fechamos este livro, Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia cinco ao entardecer, quando caíram os últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.

Sem dúvida Euclides da Cunha, escreveu o mais brasileiro dos livros, ímpar em nossas letras. Devassando os arcanos da nacionalidade, aprofunda-se e vai aos alicerces, à rocha viva, àquela raça indomável que escreveu, com sangue, a rubra epopéia de Canudos. Entretanto não se detém à pura exposição de um duelo de gigantes. Em todas as páginas aflora o Brasil. Em “A Terra” decifra a incógnita geológica; em “O Ho-

mem”, com vivíssimas cores descreve as populações sertanejas, “as mais substancialmente nacionais”. Observador imparcial, de prestigiosa folha paulista, não se deixa levar pelas paixões que comumente se apossam dos que acompanham o desenrolar de uma contenda. Com ânimo igual exaltou a bravura dos soldados, representantes de várias regiões do país – Centro, Norte, Sul –, como que exaltou a nacionalidade, cujas virtudes se espelham no heroísmo de ambas as partes.

## A globalização e seu impacto sobre a noção de Estado

Graziella Maria Deprá Bittencourt(\*)

**Resumo:** Trata-se de uma abordagem referente aos problemas adjetivos à evolução da noção de Estado no cenário mundial em razão do fenômeno da globalização. Para tanto, iniciaremos a investigação científica a partir de breve delimitação do dito fenômeno, caminhando pelo nascedouro do organismo social estatal até alcançar noção moderna deste.

Nas últimas décadas a comunidade global vem sofrendo uma alteração na ordem internacional. Trata-se de fenômeno integralizante dos mercados mundiais, reestruturando as ordens de cada Estado nacional, implicando em certa perda da governabilidade do Estado (sujeição à ordem internacional), em detrimento da noção de universalidade das relações e comportamentos mundiais.

O fato força-nos ao retorno da questão da mutabilidade da noção de Estado cuja origem reporta-se à Antiguidade, na lição de Darcy Azambuja<sup>1</sup>:

O Estado, porém, não é imutável, é uma das formas da dinâmica social, é a forma política da *socialidade*, como diz Sturzo (*Essai de Sociologie*, pág. 61), e por isso varia através do tempo e do espaço. O Estado antigo, o Estado medieval, o Estado que se organizou sob a influência das idéias da Revolução Francesa, eram diferentes do Estado

---

(\*) Advogada. Especialista em Direito Público e Processual Público pela Cândido Mendes/Consultime (ES). Professora dos Cursos de Graduação em Direito do UNESC – Centro Universitário do Espírito Santo (Campus II), da UVV – Centro Universitário Vila Velha e da Faculdade Estácio de Sá de Vitória.

contemporâneo [...]. Além disso, em todas as épocas o homem desejou modificar e quase sempre modificou o Estado em que vive.

A nova ordem globalizada advém tanto da intensa circulação de bens, de capitais e tecnologias, como também da universalização de padrões culturais e da necessidade de equacionamento de problemas que afetam na totalidade do planeta.

A globalização, ao se proliferar em toda comunidade internacional, surge como uma saída para a crise do modelo fordista<sup>2</sup>, proporcionando uma mudança de mentalidade, com a valorização da qualidade de vida dos povos, dos direitos humanos, da solidariedade, além de trazer novas tendências para a ordem internacional, como um sistema de produção mais flexível, prevalecendo a busca pela qualidade da produção e de trabalhadores multifuncionais, dando maior ênfase à terceirização.

Na medida em que se expande, a globalização traz consigo uma nova ordem supranacional: busca a harmonia das diversas ordens jurídicas. Sua influência atinge as relações dos aparelhos jurídicos dos diversos países, refletida na adoção de tratados e convenções internacionais. As normas aplicadas pelo Estado, já não são mais de sua autoria exclusiva, posto que frequentemente este aplica normas de outras soberanias.

A questão da soberania<sup>3</sup>, inclusive, reforça a idéia de mudança na concepção do Estado Moderno. Desde o século XVI — período em que o Estado adquire a roupagem absolutista — a noção de Estado varia incomensuravelmente. Entendia-se que o governante fora legitimado pelo povo como o único capaz de estabelecer normas.

Na visão contratualista de Hobbes há verdadeiro pacto de submissão atrelado ao monarca, sendo impensável a flexibilização da soberania, como

nos tempos modernos. É o que se extrai da obra “O Leviatã” citada por Renato Janine Ribeiro<sup>4</sup>, ao analisar o autor supra:

[...] é como se cada homem dissesse a cada homem: Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações.

Hodiernamente, nota-se que o Estado não consegue mais ser o único centro de poder, eis que a nova ordem mundial demanda uma interdependência entre os Estados.

O Brasil, por exemplo, é signatário de diversos tratados internacionais, como o Pacto de São José da Costa Rica<sup>5</sup>, o qual trata, dentre outros assuntos, da vedação de prisão por dívida. É signatário, também de tratados junto ao Mercosul que, pelo Cronograma de Las Lenãs, criado pela Decisão Mercosul/ CMC/ Dec. Nº 1/92, disseca de maneira mais pormenorizada as relações coletivas e individuais de trabalho.

Nesse contexto, as autoridades internacionais encontraram nos Tribunais Internacionais uma forma de melhor integralizar e harmonizar as relações entre as nações, como por exemplo, em matéria penal, pela criação do Tribunal Penal Internacional (17/07/1998, Roma). Este Tribunal atua em circunstâncias excepcionais, pois adota o princípio da complementariedade nos casos em que se configure “incapacidade” ou “falta de disposição” dos Estados de processar os responsáveis pelos crimes incluídos na jurisdição do Tribunal.

Coerente com a nova mentalidade internacional, o constituinte derivado acrescentou, por intermédio da Emenda Constitucional nº 45/2004, o §4º ao artigo 5º da Constituição Cidadã (1988)<sup>6</sup>, com o seguinte teor: “O

Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.”

Nota-se, pois, que os reflexos dos novos tempos são encontrados em campos variados, mas ditados entre outros pelo mercado mundial e pelas alianças militares. Atento ao fato, Nicola Matteucci<sup>7</sup> constata verdadeira crise na soberania, afirmando que:

Está desaparecendo a plenitude do poder estatal, caracterizada justamente pela Soberania; por isso, o Estado acabou quase se esvaziando e quase desaparecendo seus limites. [...] O golpe maior veio das chamadas comunidades supranacionais, cujo objetivo é limitar fortemente a Soberania interna e externa dos Estados-membros. [...] desapareceu o poder de impor taxas alfandegárias, começa a sofrer limitações ao poder de emitir moeda. [...] A plenitude do poder estatal se encontra em seu ocaso; trata-se de um fenômeno que não pode ser ignorado.

Destarte, existe um processo de harmonização das legislações dos Estados, rumo à construção de um Direito Comunitário, sendo isto possível pelo impulso da globalização. É certo que as Nações ainda apresentam realidades díspares, entretanto, o Mundo avança para adequar as estruturas, conceitos, costumes, entre outros fatores, à uma realidade uniformizada e atendente aos anseios gerais da comunidade global.

## REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Darcy. Teoria Geral do Estado. 42. ed. São Paulo: Globo, 2002 - p. 06.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 5. ed. Brasília: Edunb, 1993. v.2 p.1318

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto 678, de 06 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica. In: \_\_\_\_\_. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1997.

CAWARZERE, Thelma Thais. **Direito internacional da pessoa humana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. 333 p.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 1991, 259 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. Rio de Janeiro: Cortez, 2002. 572 p.

WEFFORT, Francisco (Org.). **Os clássicos da política**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991. v.1, 287 p.

## NOTAS

<sup>1</sup> AZAMBUJA, Darcy. teoria geral do Estado. 42. ed. São Paulo: Globo, 2002. p. 6.

<sup>2</sup> Conjunto de teorias de administração industrial preconizadas por Henry Ford (1863 – 1947).

<sup>3</sup> Dalmo Dallari, ao analisar o conceito de soberania, expõe que: “Procedendo a uma síntese de todas as teorias formuladas, o que se verifica é que a noção de soberania está sempre ligada a uma concepção de poder, pois mesmo quando concebida como centro unificador de uma ordem está implícita a idéia de poder de unificação.” DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 1991, p. 68.

<sup>4</sup> WEFFORT, Francisco (org.). **Os clássicos da política**. vol. 1. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991. p.62.

<sup>5</sup> BRASIL. Decreto 678, de 06 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica. In: \_\_\_\_\_. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1997.

<sup>6</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

<sup>7</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: Edumb, 1993, p. v. 2, 1187.

## A Independência e o Espírito Santo

*Adriana Pereira Campos<sup>(\*)</sup>*

A presente comunicação tem a finalidade de apresentar o modo pelo qual a elite política da Província do Espírito Santo pretendeu organizar sua pequena porção nos quadros do recém Estado independente do Império brasileiro. Optou-se por abordar essa temática a partir da ação da elite política capixaba.

A posição da Província do Espírito Santo em relação ao Império não deve ser avaliada esquematicamente, pois se, por um lado, não se conformou como um reflexo das determinações da elite carioca, por outro, não manifestou movimentos de resistência como em alhures. Desde o início do processo de autonomia, a elite capixaba interessou-se pelo processo de autonomia provincial, sob cuja bandeira, tantas revoltas eclodiram pelo país.

Desde a chegada do primeiro Governador da Capitania no oitocentos, o Senhor Silva Pontes, os cidadãos dessa Província manifestavam seu desagrado em relação à nomeação de “estrangeiros” para a função. O próprio Governador Rubim, que deixou memória entre os capixabas por seus grandes feitos, não escapou à crítica, chamado muitas vezes de déspota e arbitrário (DAEMON, p. 46). A explicação dessa resistência para com os dirigentes portugueses pode ser creditada às imposições políticas que desorganizaram a capitania por mais de uma vez.

Parece que todos ansiavam por ter seus patrícios no governo. Houve, inclusive, diversas sublevações contra os governadores da Província no fim da

---

(\*) Associada do IHGES, Professora Adjunta da Universidade Federal do Espírito Santo  
Membro do Centro de Estudos dos Oitocentos FAPERJ/CNPq

era colonial. O último Governador, Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos, por exemplo, foi obrigado a lidar com uma revolta em Vitória em março de 1821, cujos líderes tornaram pública a circulação de pasquins de protestos. Em abril do mesmo ano, novas manifestações ganharam um caráter mais amplo e segmentos da elite capixaba vociferaram contra os portugueses, assim como contra o juramento da Constituição lusa. Passado o tumulto, porém, elegeram-se os representantes da Província, dentre os quais um professor (lente) da Universidade de Coimbra nascido em Vitória, que não aceitara a indicação e um outro nativo fora indicado para assumir o cargo.

Com o decreto de 29 de setembro de 1821, dando fim ao temido cargo de Governadores das Capitanias, elegeu-se uma Junta de Governo provisória, constituída, na função de Presidente, pelo vigário da vila de Guarapari, José Nunes da Silva Pires, como secretário, Luiz da Silva Alves Azambuja Suzano e na qualidade de membros, José Ribeiro Pinto, Sebastião Vieira Machado e José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim.

A posição ambígua da Província do Espírito Santo manifestou-se por diversas vezes de maneira paradoxal. Para uma região aparentemente alheia aos destinos do restante do país, o processo de autonomia da ex-colônia foi constantemente pontuado por manifestos gestos de conhecimento da causa. Desde a chegada da Família Real portuguesa até o ato final do rompimento com Portugal, esta Província manifestava seu júbilo pela centelha de esperança de quebra dos laços com a metrópole. Assim, por exemplo, declarou o Secretário da Junta de Governo da Província em correspondência expedida à Câmara de Vitória:

A Junta Provisória de Governo desta Província manda remeter a V. S. e Mces a cópia inclusa da Carta de S. A. R. o Príncipe Regente para que inteirada essa Câmara do seu conteúdo se preste ao prazer e alegria pública mandando festejar e

aplaudir por três dias com luminárias, e todos os sinais de júbilo e regozijo próprios a manifestarem ao Céu e à terra o público reconhecimento dos povos do Reino Unido do Brasil e Algarves por tão alto motivo, e tão venturoso bem como pela se relata marcando isso os dias competentes que não impliquem as religiosas contemplanções desta santa semana. Deus Guarde a Vv. Ss; e Mces. 2 de Abril de 1822. Luis da Silva Alves d'Azambuja Susano (APMV, OFÍCIOS EXPEDIDOS, Caixa 1).

Esse excerto confirma, portanto, a hipótese de que os dirigentes provinciais acompanhavam com simpatia os atos de autonomia por parte da colônia, aprovando o plano de realizá-lo dentro da ordem monárquica vigente. Em seguimento, no dia 21 de junho de 1822, como resposta à Comunicação de que o Senado da Câmara do Rio de Janeiro resolvera oferecer ao Príncipe D. Pedro, no dia 13 de maio na data do aniversário de D. João VI, o título de “Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil” constava: “nos já nos apressávamos a render Vv Ss as devidas congratulações, quando Vv Ss nos antecipam” (Freire, 1935, p. 51). Como se vê, a notícia chegara ao Espírito Santo antes da comunicação oficial da solenidade, dia 26. No ofício encontrava-se ainda a alusão da importância de permanecer no Brasil um membro da Família Real: “de viverem, para sempre, à sombra da proteção S. A. R., livres dos horrores da anarquia, e de desunião com Portugal”. Assinavam o termo Luiz da Fraga Loureiro, Manoel de Moraes Coutinho, João Ribeiro das Chagas, João Pedro da Fonseca Portugal e Francisco Caetano Simões. Outras Câmaras do Espírito Santo receberam a mesma resolução do Senado da Câmara do Rio. A Câmara de Itapemirim respondeu no dia 23 de junho; a de Benevente em 29, também de junho; e a da Vila do Espírito Santo (atual Vila Velha), 2 de julho. Mário Freire (1835, p. 52/53) destaca o ofício expedido pela Câmara de Vitória em 7 de setembro, isto é, no mesmo dia do “brado do Ipiranga”:

A Câmara de Vitória repete os protestos de amor à Casa de Bragança, partidos de súditos — ‘sempre atentos e respeitosos à Sagrada Pessoa de nosso Bom Rey o Senhor D. João Sexto’. Mas lamenta depois: ‘não podemos deixar de sentir intimamente, no fundo dos nossos corações, que nosso Augusto Monarca esteja contrafeito a emprestar o seu sagrado nome em nosso desfavor’. E justificava o desgosto geral pelo acintoso esquecimento da proclamada Constituição: - ‘convencidos estamos e desenganados de que pedir e propor é perder tempo com Portugal. Portugal (que o diria!) que até viola aquilo mesmo que proclamou e estabeleceu à face do Mundo e dos Altares. Convencidos estamos de que Portugal já não quer a razão, só que a espada; que apenas, com meigas carícias, conseguiu que o Brasil lhe confiasse a Jóia Nacional, deu-lhe logo de rosto. [...] nessas circunstâncias, a suprema lei da necessidade obriga a termos um Rei, que nos defenda; o senhor D. João VI está sem ação e contrariando aos sentimentos de Seu Coração a nosso favor; e se Portugal se aproveita dessa vantagem para nos subjugar, lancemos todos maior da fortuna, que temos de possuir a Adorada Pessoa do Senhor Dom Pedro, Digno Pendão dessa Jóia do Brasil. Aclamemos, senhores, suba quanto antes ao Trono do Brasil, um Príncipe que se regozija do Nome de Brasileiro. Reine ele a Constituição neste vasto continente. No Filho amamos e rendamos todo o respeito e homenagem, que devemos ao Pai. Este é o nosso voto; estaes certos que o saberemos sustentar e é igualmente o voto de todo o Povo dessa Vila, como consta cópia junta.

Assinavam esse documento o Ouvidor interino José Libanio de Souza e os mesmos vereadores que haviam assinado o anterior, com exceção de João Ribeiro das Chagas, substituído por Ignácio Pinto Ribeiro. Depreende-se,

portanto, da simples leitura do documento que o Espírito Santo participou de todo o ensejo de independência do Brasil mantendo-se extremamente atualizado com os acontecimentos.

Em 1º de outubro, então, em reunião solene na Câmara da Vila da Vitória, leu-se a comunicação do Senado e da Câmara do Rio de Janeiro, datada de 7 de setembro, “todos assentam que a Sua Alteza Real se devia dar os atributos que competem como Chefe do Poder Executivo neste Reino” (Freire, 1935, p. 54). Alguns homens de destaque da sociedade constavam dentre as assinaturas do termo desta reunião: Francisco Pinto Homem de Azevedo, Padre Marcellino Pinto Ribeiro Pereira, Frei Domingos de Jesus Maria; Padre Francisco Ribeiro Pinto, João Clímaco de Alverenga Rangel, entre outros.

Tal como antecipara no mesmo dia 7 de setembro, a elite política capixaba recebeu a notícia da independência com interesse e simpatia, conforme descrição de Bazílio Daemon (1849, parte 5, p. 62), jornalista nascido em 1834, que afirma: “Houve n’ esta ocasião grandes festejos, iluminação e regozijo público, havendo dias antes sido admitido como sinal de anuência a nossa emancipação política o laço verde e amarelo no braço, e iope da mesma cor no chapéu.”

Dos documentos levantados, pode-se lançar a hipótese de que o Espírito Santo participou do sentimento de autonomia que diversas capitânicas brasileiras possuíam em relação a Portugal. Esse sentimento deveu-se muito provavelmente às intervenções lusitanas que por vezes marcaram negativamente os capixabas, tais como a perseguição aos cristãos novos no século XVII, a expulsão dos jesuítas no XVIII e a nomeação dos poderosos Governadores que, embora tentassem viabilizar políticas modernizantes, agiam com autoritarismo. Bazílio Daemon (1849) escreveu ainda no século XIX que não foram raras as sublevações populares nos primeiros decênios do oitocentos, com cunho inclusive popular. A elite

local, embora desejosa da autonomia, optara pelo caminho conservador como se depreende dos documentos acima, indicando premonitoriamente a continuidade do projeto bragantino, desta feita, em solo brasileiro.

O caráter dessa opção política pela independência relacionava-se, portanto, à tarefa de organizar o país, e a província em particular, de modo a livrar as terras capixabas de interventores. Todavia, o Império brasileiro pouco se diferenciava do português neste aspecto, nomeando como governantes do Espírito Santo indivíduos completamente desligados dos interesses locais. Talvez por isso a Província que louvara tanto o príncipe de Bragança, partilhava com os demais membros da elite brasileira a partir de então as sérias desconfiças com relação ao seu Imperador, que afinal de contas era português e herdeiro do trono lusitano.

É preciso notar a particularidade desse momento histórico porque a hostilidade entre o Parlamento e o Imperador no Brasil produziu um liberalismo construído como instrumento de oposição, fato que gerou conceitos legais muito complexos. O desfecho dessa luta foi a abdicação de D. Pedro I em 7 de abril, que significou a afirmação, conforme Gabriela Nunes Ferreira (1999, p. 26), da nacionalidade e dos princípios liberais contra o absolutismo e os interesses portugueses identificados com D. Pedro I.

A preocupação central da elite política brasileira foi colocar em funcionamento, conforme José Murilo de Carvalho (1999, p. 16), a monarquia representativa de modo a eliminar os vestígios de absolutismo presentes nos atos do Imperador e seus ministros. Adotaram-se diversas medidas descentralizadoras, de modo que se pudesse retirar o máximo de poder do governo Imperial, transferindo-os para os poderes provinciais.

Na verdade, essa grandiosa reforma inicia-se ainda durante o governo de Pedro I, mas é alavancada durante a regência. Em 1834 aprovou-se o ato

adicional e as províncias ganharam vida nova, deixando de ser simples unidades administrativas para tornarem-se unidade políticas. Os Conselhos Gerais foram abolidos e substituídos pelas Assembléias Legislativas Provinciais. Esses legislativos possuíam um amplo espectro de poderes, pois podiam criar impostos, empregos municipais e provinciais, legislar sobre a polícia e a economia municipal, criar ou suprimir artigos dos códigos nacionais. Além disso, o legislativo escolhia dentre seus pares o Vice-Presidente da Província, contrabalançando a influência do Governo Central que nomeava o Presidente. Enfim, o legislativo provincial nasceu prestigioso concentrando poderes antes dos municípios e depois do Governo Central.

A província do Espírito Santo recebeu muito bem a reforma legal e seu desejo de autonomia parecia renovado, sobretudo, na instituição do novo parlamento. A escolha dos membros desse novo órgão seguiria o padrão já determinado pela Constituição, que aconteceria em eleições primárias, nas quais homens livres, com renda mínima de cem mil réis anuais, escolheriam os eleitores da província. Tais eleitores deveriam possuir renda mínima de duzentos mil réis anuais e escolheriam os membros da Assembléia Legislativa Provincial. Dos vinte deputados eleitos, como permitia o Ato Adicional, estiveram presentes onze para a primeira reunião, de caráter preparatório à instalação da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, número considerado suficiente para a abertura da sessão, de acordo com o Artigo 78 da Constituição de 1824. A primeira reunião concentrou-se na análise da legitimidade dos diplomas dos deputados, ou seja, se os eleitos preenchiam os pré-requisitos estabelecidos pela Constituição para ocupar o lugar de deputado provincial. Para dirigir os trabalhos foram escolhidos provisoriamente, por aclamação, para Presidente da Assembléia o Padre João Clímaco de Alvarenga e, para Secretário, o Reverendo Ignácio Félix de Alvarenga Sales.

Na segunda reunião, também de caráter preparatório, ocorrida em trinta e um de janeiro de 1835, os deputados saíram em conjunto da sede onde estavam reunidos, dirigiram-se à Igreja Matriz e neste lugar prestaram juramento. Na sessão de primeiro de fevereiro de 1835, por sua vez, houve a instalação da Assembléia Legislativa Provincial. Nessa reunião esteve presente o Presidente da Província, o Capitão José Pires da Silva Pontes, que leu o relatório dos negócios públicos, de acordo com o Artigo 8º do Ato Adicional. Em seqüência, verificou-se a eleição da mesa diretora da Assembléia, sendo eleitos Presidente João Clímaco de Alvarenga, com doze votos, e Vice-Presidente Manoel Pereira D'Assunção, com 11 votos. Houve empate de quatorze votos entre João Luis da Fraga Loureiro e Dionízio Álvaro Rozendo durante a eleição do Secretário da mesa. O impasse foi decidido por sorteio, elegendo-se Fraga Loureiro como primeiro Secretário e Álvaro Rozendo como segundo Secretário. Nota-se, portanto, que a escolha recaiu sobre aqueles homens da elite presentes nos primeiros atos por autonomia provincial, tal como o Padre João Clímaco de Alvarenga Rangel.

Tudo indica que a elite comungava do ideal de autonomia, contudo, agia no sentido de conter os excessos das hierarquias mais baixas. Há referências, também, que no alvorecer do dezenove até 1850, as sublevações escravas grassavam por essa terra embaladas por sonhos autonomistas, desta vez, lidos pelos povos cativos como liberdade. Assim, as autoridades provinciais preocupavam-se com os ímpetos de insubordinação que se espraiavam por vezes sem controle, demandando quase sempre ações enérgicas e imediatas.

João Clímaco possui uma trajetória emblemática. Esse padre era um homem de posses, mas amante de ideais liberais como a autonomia provincial e a abolição gradativa da escravidão no Brasil. Sua trajetória confirma, enfim, que há motivos concretos para crer que o Espírito Santo partilhou com províncias como o Rio de Janeiro

ro, Bahia e Pernambuco o desejo de autonomia, ensejando, inclusive, pequenos levantes populares. No entanto, a historiografia capixaba registra que após o regresso conservador que retirou definitivamente do horizonte brasileiro a autonomia provincial, dando destaque apenas àquelas províncias já com avançado estágio de riqueza, alguns políticos capixabas deixaram inclusive a vida pública, tal como Clímaco.

Essas indagações sugerem, portanto, que a população do Espírito Santo participou ativamente dos principais acontecimentos da vida política da corte e protagonizou eventos de revolta popular pela autonomia da colônia. Os documentos mostram ainda que a autonomia requerida relacionava-se diretamente com a Província, ensejando momentos de grande tensão com o Império português e, posteriormente, com o Império Brasileiro. Passa da hora que se reconheçam esses aspectos específicos da história local antes que essas fontes se percam definitivamente fruto do descaso e do desconhecimento.

## REFERÊNCIAS:

ARQUIVO da Prefeitura Municipal de Vitória. Ofícios Expeditos e Recebidos [Caixa 1 e 2].

CARVALHO, José Murilo. Introdução. In: \_\_\_\_\_. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 9-34.

DAEMON, Bazílio Carvalho. *História da província do Espírito Santo*: sua descoberta, história cronológica, synopsis e estatística. Vitória: Typografia Espírito-santense, 1886.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império*: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai. São Paulo: Edições 34, 1999.

FREIRE, Mário A. A Independência Nacional na Capitania do Espírito Santo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, n. 9, Vitória, p. 51-56. 1935

## A sociologia da agricultura no Espírito Santo

Yvone Amorim<sup>(\*)</sup>

No primeiro congresso de ensino agrícola em 1911, Pereira Barreto se faria ouvir, reafirmando, historicamente, a sua absoluta crença em conceitos firmados e relacionados com o Brasil Agrícola.

Na história da agricultura brasileira em pleno século XVI muitos ciclos com ela nasceriam, como a “burguesia ávida de bens materiais e de abundâncias”, mas nesse mesmo século chamado de renascimento, tivemos com Inácio de Loyola e a Companhia de Jesus em 1549, a quem muito se deve o desenvolvimento de uma agricultura rudimentar, mas bastante atuante ou viva, que nos foi legada pelos aborígenes. “O Brasil tem, aproximadamente, a mesma idade da ciência agrícola, a mesma idade da revolução comercial, a mesma idade do café. O Brasil nasceu agrícola” (Luiz Amaral - História Geral da Agricultura).

O Espírito Santo quinhentista assinala, com Vasco Fernandes Coutinho e 60 (sessenta) colonos em 1535, a sua idade agrícola. “O Donatário concedeu terras de Sesmaria aos seus companheiros e *obtido o concurso do gentio* (o grifo é nosso), iniciou-se a cultura”. Ou, então, o registro histórico de Gabriel Soares de Souza em seu “Tratado Descritivo do Brasil” em 1587”. “Vasco Coutinho chegou a salvamento a sua Capitania e povoou a Vila de Nossa Senhora da Vitória, a qual chamain de Vila Velha. E ali se fizeram logo plantações de cana, que se na terra deram muito bem, lavraram o açúcar, como tinham cana para isso e instalaram quatro engenhos”.

---

<sup>(\*)</sup> Yvonne Pedrinha de Carvalho Amorim é Associada do IHGES.

A prosperidade da Capitania com as plantações de cana viçosas e florescidas é registro de historiadores. Como, também, a incompetência de D. Jorge de Menezes e de Simão Castelo Branco junto aos indígenas, quando da viagem de Vasco Coutinho a Lisboa. O arrebatado D. Jorge de Menezes, fora deportado por D. João III para o Brasil, como castigo pelos excessos cometidos nas Molucas que, naturalmente, passou a repeti-los no Espírito Santo. "Os portugueses obtiveram de início muitas vitórias sobre os indígenas apavorados. Fundaram perto da Baía do Espírito Santo, a cidade que chamam de Vila Velha, construíram um Forte e *plantaram cana de açúcar*. (O grifo é nosso)".

Plantou-a primeiro Martim Afonso de Souza (há dúvidas levantadas por alguns historiadores), lá pelos idos de 1531, o responsável pela introdução histórica da cana de açúcar no Brasil! No Espírito Santo o seu cultivo teve início em 1535, mas os tupiniquins e os goitacás destruíram as plantações, revoltados com a crueldade dos portugueses que "se mostraram mais bárbaros que os próprios bárbaros" - o registro é de Saint-Hilaire em sua viagem ao Espírito Santo, na segunda década do século XIX. Vasco Fernandes Coutinho, ao regressar de Lisboa, encontrou os índios revoltados; destruídas as plantações e enterrados os seus inábeis substitutos, indo refugiar-se na Ilha que mais tarde se chamaria Vitória, fundando uma nova Vila.

Von Martius afirma que à época do descobrimento "o aborígene brasileiro não era selvagem, mas asselvajado, destroço de civilização anterior". A carta que Pero Vaz de Caminha enviou no dia primeiro de maio de 1500, ao El-Rei D. Manoel, dando notícia do descobrimento, em nenhum momento se refere ao índio como selvagem. "Pardos, nus, sem coisa alguma que cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos e suas setas. Vinham todos rijamente em direção ao batel. Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os depuseram". Proseguiria Ca-

minha: “parece-me gente de tal inocência, que se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. Essa gente é boa e de bela simplicidade”, informa o documento histórico. Através de historiadores, os indígenas em 1500, não eram selvagens, mas asselvajados e como grandes guerreiros jamais aceitaram ver ameaçada, a sua liberdade individual, firmada numa filosofia de vida, que era o grande mundo do silvícola. Segundo fonte de historiadores os índios visitaram a Nau de Cabral, conviveram com os marujos, ajudaram a prover o navio de água e aceitaram, em sua visita ao navio, o oferecimento de pão, peixe cozido, confeitos, fa tens (bolos), mel e figos. Aceitaram, provaram, e como não gostaram, cuspiram fora, inclusive o vinho que lhes foi oferecido em taça, “mal lhe tocaram a boca, não gostaram dele nada nem quiseram mais”.

Embora suscitando controvérsias entre historiadores e sociólogos, para o escritor Luiz Amaral, “o arroz se inclui entre os presentes oferecidos pelos indígenas baianos aos companheiros de Cabral”, citado aqui como reforço de tese sobre a apregoada selvageria dos índios no Espírito Santo. Acreditamos que Saint-Hilaire adotou os conceitos emitidos por Von Martius, quando, categoricamente, afirmou em sua “segunda viagem ao Brasil - Espírito Santo”. (tradução do escritor Carlos Madeira): “O português veio aprender a agricultura com os aborígenes, que aqui viviam da caça e da agricultura, com o cultivo da mandioca para a sua subsistência”. Calógeras, ao calcular a população indígena em oitocentos mil em todo o Brasil, reafirma a fidelidade do índio à agricultura até o final do século XVII.

Era bastante elevada a população indígena do Espírito Santo, formada por índios guerreiros e a sua dizimação pelo colonizador português, foi a mais cruel de que se possa imaginar, na História do Brasil. O registro é de historiadores.

Com a chegada dos jesuítas em 1551, com o padre Afonso Brás e o Irmão Simão Gonçalves, deu-se início à grande missão de catequese, com trabalho irradiador de civilização na Capitania do Espírito Santo. “É esta a terra onde ao presente estou a melhor e a mais fértil do Brasil. Há nela muita caça de monte, muitos porcos monteses e é muito abastado de pescado”, escreveria o fundador da instrução no Espírito Santo em memorável carta a Lisboa. “Afonso Brás constituiu-se o diretor moral dos índios e dos colonos, confraternizando-os”, escreveria quatro séculos depois Maria Stela de Novais, em sua importante “História do Espírito Santo”, registrando, a partir de 1551, na Ilha de Vitória, o reflorescimento da agricultura com quatro engenhos, plantações de vinhas, canas de açúcar e cereais, levantando cercados e dispondo, definitivamente, de todos os meios de defesa contra o índio”.

Os jesuítas em todo o Brasil foram os mestres de agricultura e como advogados dos índios, lutaram contra a sua escravidão. Além disso, iniciaram importante trabalho de catequese, marcando o ciclo da cultura, com a formação dos primeiros “Colégios do Brasil”, semeando a paz, a fraternidade e respeito humano - a semente feliz que tanto viria influir nos destinos da Capitania do Espírito Santo, com a instalação de engenhos de cana e produção de 6.000 arrobas de açúcar; algodão; gado vacum; 180 colonos e cerca de onze mil índios pacificados nas aldeias: São João de Carapina; Serra (antes denominada Conceição); Nova Almeida (antes denominada Aldeia dos Reis Magos) e Benevente (Assunção e, posteriormente, Reritiba”).

Em 1545, a carta relatório de Ambrósio de Meira, informa do primeiro carregamento de açúcar para Portugal, no navio “Brás Teles”, dando ciência dos dízimos reais recolhidos referentes à produção de açúcar na Capitania do Espírito Santo com previsão até janeiro de 1546, totalizando trezentas arrobas.

Em Nova Almeida (antiga Aldeia dos Reis Magos), os registros históricos informaram que a partir de 1580, a população indígena era calculada em cerca de quatro mil índios e como resultado da missão jesuítica, foi desenvolvida a fabricação de louças de barro e da cultura de algodão. Plantavam, colhiam e fiavam “exportando-os para os mercados de Vitória e Rio de Janeiro”.

Segundo a pesquisa histórica, o ciclo do açúcar governou todo o sistema agrícola implantado no Brasil a partir de 1531 e no Espírito Santo em 1535 com Vasco Fernandes Coutinho. Em Nova Almeida (antiga Aldeia dos Reis Magos), os registros históricos informam, que a partir de 1580, a população indígena era de cerca de quatro mil índios e como resultado da missão jesuítica, a fabricação de louças de barro e a cultura de algodão. Plantavam, colhiam e fiavam, “exportando-os para os mercados de Vitória e do Rio de Janeiro”.

O Espírito Santo, quinhentista, superado as dificuldades iniciais de todo um processo de colonização, participou, ativamente, dos ciclos da mandioca, do açúcar, do algodão, do arroz, do feijão e do milho, todos cultivados em escalas iniciais a partir do “Século do Descobrimento”.

Na Capitania do Espírito Santo, em 1621, começaria “a entrada de escravos africanos”. E por alvará de D. João III, desde 29 de março de 1549, era facultada aos senhores de engenho, a compra de escravos, dentro de um número limitado de cento e vinte (História do Espírito Santo - Maria Stela de Novais).

Em 1739, surgiria a “Fazenda de Itapoca”, com a fabricação de farinha de mandioca e o cultivo de hortaliças para o abastecimento do Colégio (Casa do Espírito Santo). Muribeca, no Sul do Estado, era fazenda de criação de gado, cujos currais, no início da missão jesuítica, eram em número de

quatro unidades: Araçatiba, Porta, Sacramento e Camboapina. O trabalho jesuítico de maneira notável continuaria em Reritiba com José de Anchieta - o grande pacificador - reunindo cerca de 12.000 (doze mil) índios no trabalho de catequese. Mas em 1759, com a expulsão dos jesuítas, pelo Marquês de Pombal, a agricultura brasileira, incluindo o Espírito Santo, caiu em desgraça e em desgraça ficaram as populações indígenas que, na sua maioria, abandonaram suas aldeias.

Os jesuítas, no Espírito Santo realizaram um bom trabalho até a metade do século XVII, alcançando o seu apogeu com Nova Almeida (antiga Aldeia dos Reis Magos) nessa altura transformada em uma grande sesmaria para os índios - o primeiro centro de Catequese. Destaque para Carapina, a essa altura com engenho de açúcar, cultivo de legumes e de árvores frutíferas a exemplo da Quinta do Tanque na Bahia.

A “História do Espírito Santo”, de autoria de Maria Stela de Novais, nos dá notícia, em 1760, da produção de Nova Almeida com exportações para Vitória, de 1.000 (mil) arrobas de algodão; 1.500 alqueires de milho; 300 alqueires de feijão; 2.000 alqueires de farinha de mandioca e esses resultados, importantes se fazem destacar, ainda eram por conta da missão jesuítica e de um trabalho perseverante, estimulando o índio à sua importante utilidade na Capitania.

Em 1780, “a lei de 03 de setembro de 1754, do Marquês de Pombal, aboliu, de maneira despótica, em Portugal suas colônias e possessões”.

A Companhia de Jesus, cujo inventário realizado incluía, no Espírito Santo, além de outros bens, os engenhos, fazendas de gado e fábricas de farinha de mandioca, o que nos levou a concluir que o plantio e colheita da mandioca, da cana de açúcar, incluído o cultivo de legumes, frutas e hortaliças, de par com a religião, se constituíram o forte da Missão Jesuítica em seu importante trabalho de catequese.

O índio permaneceu fiel às raízes como “senhor absoluto da cultura de mandioca e de cereais” enquanto que o africano marcou a sua presença nos canaviais e, mais tarde, nas plantações de café em importante participação junto ao Brasil agrícola. A tese é de João Ribeiro: “o Brasil, o que ele é, deriva do colono, do jesuíta, do mameluco, da ação dos índios e dos negros escravos.”

O século XVIII registra no engenho de Araçatiba a produção de açúcar, além da produção de aguardente, melado, e mel de tanque (Brás. 6.129 - pág. 156 - Tomo VI - Livro II - Cap. 2, parte 7, da História da Companhia de Jesus, de autoria de Serafim Leite). O final do século XVIII, nos idos de 1777, registra a fertilidade da Ilha de Vitória, com abundância de frutos e legumes. Exportavam-se para a Bahia, Rio de Janeiro, Santos/SP e outras regiões: açúcar, farinha de mandioca, aguardente, milho, arroz, feijão e panos de algodão. O embarque e o desembarque se davam no Trapiche, onde hoje existe o “Edifício Antenor Guimarães”.

“Se todas as terras desta Província não são absolutamente férteis, elas são, porém de terras cuja fecundidade não pode ser posta em dúvida. Produzem açúcar, mandioca, milho e diversos legumes”, escreveria Saint Hilaire.

Em 1820, contavam-se, em toda a Província do Espírito Santo, 60 engenhos de açúcar, 66 destilarias e, somente a Vila de Vitória exportaria quatro mil alqueires de arroz sem palha. Mas, a partir de 1812, o governador Rubin adotou métodos rígidos para a agricultura no Espírito Santo, proibindo “de maneira despótica” a venda de algodão com semente e de arroz com casca, sendo alvo de críticas de historiadores. Além disso, Rubin criou grandes embaraços ao agricultor, taxando em dois cruzados o alqueire de farinha de mandioca, produzida nos arredores de Vitória. Por conta dessas medidas, liberou-a em outras regiões, incentivando assim a

especulação no mercado, com desinteresse do agricultor da Ilha, que passou a plantá-la somente para o consumo familiar. Com essa medida, a farinha de mandioca passou a ser importada somente para o consumo da população, enquanto “que o dinheiro dos moradores da Ilha de Vitória, enriquecia os de São Mateus, cidade localizada após a região do Rio Doce, entrando na Província do Porto Seguro, cujos arredores produziam muita farinha de mandioca”.

Registra-se o florescimento da agricultura no Espírito Santo, em várias regiões. Na Vila de Itapemirim, realizou-se o embarque de sessenta caixas de açúcar, além da produção de arroz, feijão, farinha de mandioca, com interesse maior pela cana de açúcar. E os colonos que não dispunham de moenda enviavam a sua colheita para os donos de engenhos com quem era dividida a produção. O cultivo do algodão era para o consumo próprio e da região, com tecelagem doméstica.

Saint Hilaire admirou-se do cultivo de cebolas em boa quantidade de terras, nos arredores da Vila de Itapemirim. As cebolas eram exportadas para o Rio de Janeiro, Vila de Vitória e Campos, enquanto que o açúcar da região exportavam-no por conta própria, os agricultores para os negociantes do Rio de Janeiro. Ao tempo de sua viagem, o açúcar custava em Cachoeiro de Itapemirim 2 \$ a arroba.

O Brasil nasceu para a civilização no século XVI ou seja, no século do renascimento da agricultura, “que à queda do Império Romano, estivera talvez tão adiantada quanto hoje, mas sofrera abandonos posteriores”, escreveria Luiz Amaral, ao referir-se à importância do açúcar para o colonizador português, com uma Europa sedenta de produtos agrícolas. Em Benevente (hoje? Anchieta), informa o registro histórico do cultivo de arroz, algodão, feijão, cana de açúcar e mandioca. Esta, com lindas raízes em seis meses de plantio. Quanto ao açúcar era exportado para o Rio de Janeiro e havia fatura de outros produtos normalmente embarcados com

destino à Capital da Província e até negociantes baianos para ali se dirigiam em busca de produtos da região. Naquela época o transporte era realizado por quatro ou cinco navios, que levavam ao Rio de Janeiro, não somente a produção agrícola de Benevente, além de outros especialmente fretados, intensificando o comércio entre agricultores e negociantes que ali chegavam através do Rio Itapernirim.

O preço da produção agrícola em Benevente era conforme demonstrativo abaixo, em 1818:

1 alqueire de arroz c/casca .....	1. 1/2 a 2 patacas;
1 alqueire de milho.....	2 patacas;
1 alqueire de farinha de mandioca..	2 a 3 patacas;
1 arroba de algodão.....	2 patacas, depois elevadas para 3 patacas.

A fertilidade do solo capixaba fazia-se sentir em outras regiões: Iconha, Guarapari, Maruípe (pouca cultura) e até em Jucutuquara, o naturalista francês registrou “engenho e plantação de cana de açúcar, na extremidade do Vale, bem próximo à residência do Capitão -Mor Francisco Pinto”.

A pesca era abundante em Meaípe e os peixes, depois de secos ao sol, eram transportados em pequenas embarcações que partiam de Vitória, Campos e Salvador. Registro histórico em Guarapari, com o preparo de aguardente, cultivo de algodão, arroz, feijão e mandioca. Era bastante considerável, a exportação de algodão para o Rio de Janeiro e outros portos brasileiros. Exportava-se o algodão em rama em um tipo de tecido branco “semelhante ao produzido em Minas Gerais”, é informação do cientista Saint Hilaire. Quanto à produção de algodão em tecido, uma parte destinava-se a camisas e calças para os escravos.

O algodão com sementes era comercializado a l \$ 200 a arroba, que dava oito libras de algodão lavado, trabalho executado por mulheres. Um outro tipo de algodão de fibra amarela era cultivado e dava na mistura, um tecido mais resistente, usado pelas famílias dos agricultores, cuja produção não saía da região.

No Brasil, incluído o Espírito Santo em particular, o algodão e o açúcar, entrariam como cultura nobre na formação das fazendas. Exemplificamos o florescimento das fazendas no Sul do Espírito Santo, destacando a “Fazenda Monte Líbano” uma das maiores em extensão territorial, no município de Cachoeiro de Itapemirim, que segundo Antônio Marins em “Minha Terra e meu Município”, se compunha até 1887, de “3 sesmarias, afora a fazenda “Cachoeira Alegre” que lhe era anexa com 97 (noventa e sete) alqueires de boas terras”. A produção da “Fazenda Monte Líbano” reunia plantações de cana, algodão, mandioca, milho, com engenho de açúcar, fabricação de aguardente e o café iniciando sua idade agrícola, desenvolvido com braço escravo do negro africano, bem antes dos imigrantes alemães e italianos. O algodão produzido na “Fazenda Monte Líbano”, a partir do século XIX, era exportado em grande parte para a Europa e a outra parte da produção era transformada em tecido, para a roupa dos escravos e uso da lavoura. O depoimento é histórico. E quem nos forneceu esses elementos foi o ilustre Senador da República, Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindemberg, governante do Espírito Santo em duas legislaturas. O ilustre “Homem de Estado” era neto e descendente do Capitão Francisco de Souza Monteiro e de D. Henriqueta Rios de Souza Monteiro, mineiros que chegaram à região de Cachoeiro de Itapemirim em 1853, onde fundaram a “Fazenda Monte Líbano”. Segundo o seu depoimento, data de 1869 o conjunto residencial da “Casa Grande”, incluindo 58 janelas, dois pavimentos, com 24 quartos para abrigar a encravaría, além dos paióis, serraria, engenhos de café e de açúcar, fábrica de aguardente, moinho de fubá, plantações de cana, algodão e cereais.

Os engenhos e moinhos, inclusive a serraria, eram movidos por roda d'água e a água da serventia da Fazenda vinha do "córrego Salgadinho" bombeada por um tipo de bomba denominado "carneiro". Mas a água de beber, segundo informação da saudosa escritora Mara Stela de Novaes, o escravo ia busca-la na Fonte do Itabira. O transporte era feito em canudos de taquarassu e viria depois através do Rio Itapemirim. Segundo Maria Stela, a água teria que ser apanhada com o rio seco (era muito barrenta quando o rio estava cheio) e apurada em enormes talhas de barro, durante meses. Esse processo seria o mesmo adotado em outras regiões banhadas por rios, sempre apanhada no período da seca que, ao correr dos meses, se transformava em uma boa água de beber, bem clara. Oportuno se faz registrar que o braço da lavoura ficou por conta dos imigrantes italianos, que foram residir na colônia da "Fazenda Monte Líbano" como meeiros na produção do café. Quanto aos cereais e hortaliças, plantavam e colhiam para o seu próprio sustento.

Segundo Taunay, a cultura do café, no Espírito Santo, teve o seu primeiro ensaio na região do Rio Doce, em 1811. E o primeiro lote data de 1812, negociado a 3\$000 réis a arroba. Com o café, surgiria, para o Espírito Santo, uma nova possibilidade econômica. No governo Rubim, que abrangeu os anos de 1812 a 1819, se faz importante registrar a distribuição de sementes de linho, cânhamo e mudas de café. Quanto à produção de trigo, adaptou-se em Viana e Linhares.

O escritor Antônio Marins registrou a "distribuição de sementes de linho", para o cultivo na Capitania em 1785, com grandes recompensas pelo governo da Bahia. As amostras consistiam em meadas e toalhas de rosto, com bordados e dizeres: "Do primeiro linho plantado, preparado e tecido na Capitania do Espírito Santo, em 1814". Faz-se importante registrar que em 3 de novembro de 1814, o governador Rubim enviou a D. João VI, no Rio de Janeiro, amostras da cultura de trigo. Sobre o resultado da

cultura do trigo, registra Marins, a fabricação de pão, na casa do governador da Capitania, Francisco Alberto Rubim e Sá Pereira, incluindo o início de *uma nova cultura de trigo no Espírito Santo*.

No século XIX, antes do impulso agrícola no Espírito Santo, com os imigrantes europeus, já existiam as plantações de café, com o braço escravo. E com o braço escravo, o nosso bisavô paterno, Raphael Pereira de Carvalho, foi fazendeiro na região do Rio Doce, cultivando, além de outros cereais, o plantio de café. As plantações eram na Ilha da Pedreira e o seu tipo era o 7, de melhor qualidade. Quando da viagem do Imperador D. Pedro II ao Espírito Santo, Raphael Pereira de Carvalho já estava fixado na região do Rio Doce, em Linhares. De sua propriedade era a Fazenda São Raphael, na região de Jucu, nos arredores de Viana. O Imperador D. Pedro II, em seu caderno de viagem, cita as fazendas de sua propriedade, que além de São Raphael, distribuía-se na região do Rio Doce com os nomes: “Guache”, Santa Emília”, “São José” e a “Fazenda Ilha da Pedreira” (Ilha do Almoço, depois conhecida com a denominação de “Ilha do Imperador”). “Vamos endireitando para a Ilha da Pedreira, onde está o almoço, e que pertence a Raphael Pereira de Carvalho” é o registro histórico de D. Pedro II. O Imperador extasiou-se com a beleza e a fertilidade de toda aquela região banhada pelo Rio Doce. Na canoa “Nova Santa Emília”, escavada em um troco de vinhático, D. Pedro II excursionou por toda a região nos arredores de Linhares: “O Raphael Pereira de Carvalho, que à canoa foi esperar-me, disse que o Rio Doce está bom de subir”.

O alqueire de farinha de mandioca, ao tempo de Saint-Hilaire, custava duas patacas e sete patacas quando de sua viagem.

O Imperador D. Pedro II visitou o Espírito Santo em 1860, com passagens pelas colônias de Santa Isabel, Cachoeira de Santa Leopoldina, Vila Velha, Serra, Nova Almeida, Riacho, Benevente, Guarapari, Barra de Itapemirim, Rio Novo, Santa Cruz e Linhares.

Na Colônia de Santa Leopoldina, registrou o cultivo de 20.000 (vinte mil,) pés de café, próximo ao ponto de desembarque. Mostrou-se satisfeito com a fertilidade da terra, embora achando que poderia ser mais adiantada a lavoura de café na Colônia. Antes em seu pernoite em Riacho, região de Linhares, escreveu, em seu caderno de viagem, e comentou a produção agrícola do local: “ terreno fértil com boas matas. Tem mandioca para mil alqueires de farinha; milho para 250: feijão que as chuvas estragaram para 60; um alqueire de milho rende 200; dá bem cana e arroz”.

Colhia-se, no Espírito Santo, um arroz de grão branco, tipo exportação, diria SaintHilaire, em meados de 1818, plantado em setembro, antes das chuvas, cujos métodos de colheita eram semelhantes ao adotado no Maranhão.

A Colônia de Santa Isabel - a primeira colônia de alemães no Espírito Santo, fundada em 1847, por influência do então Presidente da Província, Dr. Luiz Pedreira do Couto Ferraz - logo se desenvolveu com o plantio de cereais e do café. Iniciou-se com 160 (cento e sessenta) colonos alemães. A Colônia de Santa Leopoldina viria em 1856, com 140 colonos, quase todos suíços, seguidos, inicialmente, de 220 colonos alemães.

Dessa forma, conclui-se que, a partir da primeira experiência do plantio do café, em 1811, na região do Rio Doce, o braço era escravo. “O mais insignificante proprietário brasileiro possui, no mínimo, uma modesta fazenda com plantação de café”, expressaria Debret, em sua viagem ao Brasil em 1816.

A imigração européia, com fortes contingentes, especialmente de italianos, foi intensificada após a visita em 1860, de D. Pedro II. O Monarca sentiria, de perto, o colapso e a agonia de uma agricultura carente de braços. E o negro, a essa altura, organizado em quilombos, buscava uma liberdade

que o levaria, em grande número, a fugir das fazendas, onde, anteriormente, emprestou importante papel na manutenção de um estado agrícola para o Brasil.

Faz-se importante registrar a cultura de outro tipo de arroz, de grão avermelhado, riscado, muito recomendado para alimento de doentes - seria o arroz da terra, hoje reconhecido como integral, citado por Câmara Cascudo, antecipando em seu Tratado de Alimentação (Câmara Cascudo 323-a-fls.291.

A rebeldia do negro (importante se faz afirmar) com a formação dos quilombos na segunda década do século XIX reforçaria, com exemplo de escravocratas e abolicionistas, transformado em movimento nacional e culminando com a Abolição da Escravatura em 13 de maio de 1888.

Antes, em 1819 no governo Rubim, o senso anunciou 24.587 almas, com a inclusão de 12.100 escravos. A essa época, muitos engenhos e destilarias funcionavam na região de Itapemirim, incluindo-se o Engenho de Paineiras, reunindo 75 engenhos de açúcar, 66 fogos e 3.727 fogos.

Quando visitou o Brasil, de 1815 a 1817, Maximiliano - o príncipe Wied Neuwied - destacou e elogiou o trabalho de João Felipe Calmon, o primeiro colono a estabelecer, na região do Rio Doce, lavouras de açúcar. Em seu livro "Viagens através do Brasil" Maximiliano elogiou a exuberância das plantações de cana de açúcar, arroz e mandioca da "Fazenda Bom Jardim", de propriedade de João Felipe, elogiando o seu exemplo à população, encorajando-a ao cultivo da terra. João Felipe Calmon "foi pioneiro e fundador, naquela região, de uma fazenda com engenho de açúcar".

Em 1828, com as plantações na lavoura, de março a abril e de setembro a outubro, sempre girando em torno da lua, floresciam as hortaliças e

pomares da Ilha de Vitória: “plantavam-se abóbora, alface, batata, couve, ervilhas, favas, mostardas, gergelim, bananas], laranjas, cidra, limão e continuavam a cultura dos viveiros de café” (História do Espírito Santo de Maria Stela de Novaes). “Os pomares rodeavam as casa, com pés de figo, mangas, romãs, jaca, tamarindo e as nativas goiabas”, prossegue a historiadora. Acrescentamos os nativos cajueiros, bem floridos a partir de julho e carregados de frutos em dezembro.

A influência da lua, na agricultura do Espírito Santo, seria citação de Saint Hilaire. Plantavam-se os vegetais na minguate “os vegetais de raízes alimentícias, como o cará, batata doce e mandioca; o milho, a cana de açúcar, o arroz e o feijão na lua nova; na minguate, as derrubadas para o plantio, que poderia ser antes ou depois das chuvas, com preservação dos ventos, mas sempre de acordo com a lua”.

Em 1844, a exportação do açúcar atingiria 324.308 sacos e 32.033 de sacos de café. Um novo ciclo se aproximava, cuja cultura, no Espírito Santo, levaria a plano secundário a lavoura canavieira - o café!

O final do Império assinalou, no Espírito Santo, a redução dos engenhos, com os alambiques produzindo aguardente insuficiente para o consumo. O algodão já não representava a fonte de renda tão apreciável do período colonial. Somente a farinha de mandioca permaneceria firme no plantio e na produção, como fonte de sustento como São Mateus e Conceição da Barra. A mandioca, que era silvestre no Espírito Santo, não sabemos se por inspiração ou por destino, a mandioca manteve, com a maior dignidade, as suas bases nas culturas indígenas de origem. E em 1892, enquanto desaparecia a produção de açúcar, o café atingiria a produção de 1.111.552 (um milhão, cento e onze mil, quinhentos e cinquenta e duas) sacas.

Nascera e florescia o trabalho do imigrante europeu, com alemães, italianos, luxemburgueses e suíços, desbravando matas, abrindo picadas, cultivando terras, lutando contra as adversidades climáticas, que não lhes permitiu, de início “a manutenção dos padrões de origem”, aventurando-se a um novo tipo de vida, em busca da desejada sobrevivência, somente alcançada muitos anos depois. Por sua vez, o café prometia lavouras generosas e era preciso vencer as peripécias, as epidemias e os mosquitos. Enquanto o Brasil crescia, bem no final do século XIX, teria início a cultura do cacau, por iniciativa do Coronel Joaquim Francisco da Silva Calinon que a incentivou.

O Espírito Santo já estava sob a inspiração do período republicano, marcando, a partir de 1889, para o Brasil, incluído todos os Estados da Federação - um novo centro irradiador de cultura e civilização.

## Aspectos históricos sobre a festa de Nossa Senhora da Penha

*Carlos José Fernandes\**

A história nos conta que a primeira festa da Penha realizada no Espírito Santo, teve início na segunda-feira depois do segundo domingo da páscoa, em 30 de abril de 1570, data escolhida por Frei Pedro Palácios para inaugurar a capela e entronizar a imagem da virgem vinda de Portugal.

Naquele dia, os moradores das vilas do Espírito Santo (atual Vila Velha), Vitória e de outras localidades mais próximas, subiram ao monte para participarem do grande acontecimento. Após a primeira festa, a devoção à virgem foi se propagando em todo o estado, trazendo os primeiros romeiros vindos de lugares mais distantes.

Para que a festa não caísse no esquecimento os moradores da vila junto com os sucessores de frei Pedro, reformaram em 1774 a ladeira de pedras toscas, levantando os muros laterais e erguendo o portão ornamental afim de que os romeiros tivessem um acesso mais fácil ao topo da colina.

Em 1884, o presidente da província do Estado do Espírito Santo, Manoel de Assis Mascarenhas declarou a festa da Penha como dia de “Grande Gala”, decretando feriado em todas as repartições públicas, através da Lei nº 07 de 11 de novembro do mesmo ano. Após o decreto, anualmente a festa foi atraindo cada vez mais um grande número de romeiros.

De acordo com Gomes Neto (1888):

Na véspera da festa, em alguns pontos do campinho acendiam-se fogueiras, a ladeira e toda sua extensão era iluminada por lampiões de barro e tochas embebidas por querosene[...]Ninguém por mais

---

(\*) O autor é professor e associado do IHGES

pobre que fosse, deixava de por uma lamparina na fachada de sua casa(...)As cerimônias duravam duas noites e um dia, com sermões e exercícios piedosos, sendo encerrada com uma missa solene em homenagem a virgem.

A respeito da festa, Heribaldo Balestrero (1970), complementa:

Por não haver hospedagem suficiente em vila velha, as poucas casas existentes na prainha se enchiam de parentes e amigos, as praias lotavam de barracas de lonas ou de palha inclusive nas imediações da ladeira do convento.

O jornal “O Espírito-Santense” de 02 de novembro de 1887, relatou que a festa realizada naquele ano, contou com um elevado número de romeiros, superior a 500.000, o número de carros foi além de 1.800 e o de cavaleiros acima de 2.000.

Em meados do século XIX a festa profana era realizada sob o teto da casa dos romeiros, degenerando em lutos banquetes e jogatina. Em outubro de 1864, a casa foi parcialmente destruída por um vendaval sendo reconstruída em 1920, terminando assim as festas profanas em solo sagrado.

Na festa realizada em 1911, nas primeiras horas da manhã, o cais da prainha ficou lotado de embarcações. No largo da matriz, vários animais de montaria ficavam à sombra das árvores existentes. À noite, o povo subiu a ladeira para participar da festa que traria uma novidade: A luz elétrica, inaugurada no ano anterior, 07/09/1910, proporcionando aos romeiros nos próximos anos subirem a ladeira com alguns pontos iluminados.

Percebendo a importância da festa para a cidade de Vila Velha, em 19 de julho de 1949, a câmara municipal, através da Lei nº 54 decretou o dia de Nossa Senhora da Penha feriado municipal para todos os anos anteriores, sendo revogado pelo então prefeito Domício Ferreira Mendes.

Incentivando mais a festa, no ano de 1953, 5º bispo do Espírito Santo, D. José Joaquim Gonçalves, criou a procissão noturna, onde homens e mulheres saíam da catedral de Vitória no sábado, rumo ao convento para expressarem sua homenagem a padroeira do Estado.

Em 1958, D. João Batista, Bispo de Vitória, com objetivo de fomentar uma maior participação dos homens, pois segundo ele estavam afastados do seio eclesial, determinou exclusivamente a participação dos mesmos na romaria tendo o próprio bispo a frente do referido evento.

A festa de 1970, comemorou o 4º centenário da inauguração do santuário da penha e da morte de frei Pedro Palácios com grande afluência de fiéis, sendo iniciado neste ano a romaria das mulheres na véspera do dia das mães saindo da antiga matriz do Rosário, na prainha rumo ao campinho do convento.

Com o passar dos anos a festa foi se inovando e se tornando mais concorrida. Em 1997, frei Moisés Bezerra, guardião do convento na época, criou a romaria das mulheres saindo do santuário do Divino Espírito Santo, em vila velha, com objetivo de abrilhantar o último dia do oitavário. A partir daí outras romarias como a dos ciclistas e motociclistas passaram a fazer parte da programação da festa anualmente.

Devido o grande fluxo de romeiros, em 2003 a celebração da romaria dos homens passou a ser realizada no parque da prainha de Vila Velha, seguida no dia anterior pela recepção de outras romarias. No mesmo local em 2004, foi acrescentada a romaria das mulheres e o encerramento da festa sendo marcada neste ano pela transmissão do cargo episcopal feita pelo arcebispo de Vitória, D. Silvestre Luis Scandian ao seu sucessor D. Luiz Mancilha Vilella.

### **Referências:**

- BALESTRERO, Heribaldo Lopes. **As festividades da Penha.** Vitória: 1970.
- CARVALHO, Diamantino. **Convento da Penha.** Vila Velha 1984.
- MENEZES, Adriana. **Meio século de caminhada de fé.** Vitória 2003.

NETO, J.J. Gomes. **As maravilhas da fé.**Rio de Janeiro 1888.

WILLEKE, Venâncio. **Antologia do Convento da Penha.**Vitória 1973.

## **Campos de silêncio: as questões curriculares e o racismo na formação universitária dos/as licenciando/as em História**

*Leonor Franco de Araújo<sup>(\*)</sup>*

Com toda a evolução da ciência histórica nas últimas décadas no Brasil, principalmente no campo da História Social e Cultural, sob a influência direta da Nova História dos “Annales”, continua muito constrangedor e pouco receptivo falar de racismo no Brasil.

O caráter científico dos estudos, apesar de ter refutado as ideologias racistas divulgadas nos últimos dois séculos, não conseguiu fazer desaparecer ou minimizar a discriminação racial, parte constituinte do caráter nacional.

A criação ideológica da “democracia racial”, cuja obra referencial é o livro “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre, e que alguns meios acadêmicos consideraram por algum tempo “superada”, continua viva em nossa sociedade, em nossa escola, em nossos currículos, e em nossos cursos de formação de professores.

“Democracia racial” foi substituída por “racismo cordial”, “racismo contemporizador”, que aos olhos mais desavisados não constituiria um “verdadeiro racismo”, como o preconizado por Hitler na Alemanha, por exemplo, já que não fazia vítimas fatais, no sentido físico, por que no sentido da exclusão, já não poderíamos dizer o mesmo.

Essa poderosa idéia, somada à classificação racial baseada em características fenotípicas e sócioeconômicas usadas pelo IBGE na realização dos

---

<sup>(\*)</sup> Professora da Universidade Federal do Espírito Santo

censos brasileiros, que segundo Fulvia Rosemberg produz uma classificação fluida que permite

[...] a possibilidade de passagem da ‘linha de cor’ em decorrência da combinação fenotípica e do status social do indivíduo”; propicia a propagação do racismo, e “explica, em parte, a pequena atenção que vem sendo dada aos estudos sobre desigualdades raciais no Brasil” (apud Aquino, 1998:74)).

A linha da “Escola Paulista” comandada por Florestan Fernandes que, na década de 70, iniciou o estudo das relações raciais e suas desigualdades, contribuiu muito para o crescimento dos estudos na área. Apesar disso essa poderosa corrente do pensamento sócio-histórico brasileiro reduziu a questão das desigualdades às causas econômicas e de classe, vinculando os principais problemas dos negros à pobreza, principalmente com a montagem da tese de “coisificação do escravo”, que retirava desse a sua capacidade de resistência organizada, por exemplo.

A construção brasileira de uma visão particular de convivência racial, não consegue esconder o nosso passado colonial e a sociedade constituída sob o signo de uma prolongada experiência escravocrata, que construiu sua República tendo como um dos pilares as teorias racistas do século XIX, que tinham como objetivo mostrar a superioridade da raça branca européia sobre os outros povos, como forma de justificar as suas ações violentas nas outras partes do mundo, intitulado-se como “missões civilizatórias.”

Em 1905, na obra intitulada *A América Latina: Males de origem*, Manoel Bonfim já identificava os equívocos causados no pensamento brasileiro, pelos erros veiculados pelas teorias racistas, e chamava a atenção para a importância da Educação no combate a essas idéias, afirmando que a discriminação advinda dessas teorias nada mais era que “justificativa européia para o domínio e escravização do resto da humanidade” (1905:278).

As diversas matrizes que compõem a nação brasileira criando uma diversidade étnico-cultural, não ocupam o mesmo espaço na construção da identidade nacional, pelos motivos expostos acima e mais alguns, sobre os quais por hora, não vamos nos deter aqui.

A construção da identidade é um assunto na “ordem do dia”, presente na maior parte das discussões dos grupos preocupados com o racismo e com problemas pertinentes ao negro no Brasil.

Essa discussão vem, invariavelmente, associada à questão da educação. Como diz Regina Pahim Pinto,

[...] é de suma importância que o sistema educacional reconheça e valorize identidade da criança negra, caso contrário, ela se sentirá deslocada na escola e certamente terá um aproveitamento insatisfatório. (1993, p. 36.).

Os estudos de Pinto, junto a diversos Encontros e Simpósios do movimento negro, elegem duas medidas que deveriam ser implementadas na valorização da identidade negra:

*a) Recuperar as raízes históricas e culturais do negro;*

*b) Eliminar imagens negativas a seu respeito que são veiculadas pela escola (livros didáticos, os próprios professores e o relacionamento aluno x aluno e aluno x funcionários), (1993:36).*

Várias são as propostas do movimento para a concretização das duas medidas descritas acima, propostas essas que passam pelo currículo, pelos órgãos definidores da política cultural e educacional, formação dos professores, produção de material didático, atividades de sala de aula, etc.

Focalizaremos aqui dois aspectos que consideramos fundamentais na questão, objetos da nossa pesquisa: a formação de professores de história nas licenciaturas das Universidades Federais e os currículos desses cursos de formação.

Na maior parte da literatura que trata da modificação do atual quadro da educação brasileira, ou mesmo mundial, com clara opção pelo combate às desigualdades sociais, que aqui vincularemos à educação multicultural, os autores consideram fundamental uma formação docente voltada para o professor como “intelectual transformador”.

A noção de professor como “intelectual transformador” comprometido com “ensino como prática emancipadora” aliada à educação multicultural, que dentre seus inúmeros objetivos busca a superação das desigualdades e é anti-racista, nos leva a pensar em medidas possíveis e efetivas no quadro das licenciaturas em História, com o objetivo de trazer efetivamente a discussão das questões raciais para o cotidiano da formação desses professores.

Segundo Henry Giroux, ser um “intelectual transformador” implica em

[...] desenvolver um discurso que una a linguagem da crítica e a linguagem da possibilidade, de forma que os educadores sociais reconheçam que podem promover mudanças. Desta maneira, eles devem se manifestar contra as injustiças econômicas, políticas e sociais dentro e fora das escolas (1997, 163) .

O professor/a nesse contexto considera que o político e o pedagógico são inseparáveis, se constroem na luta pela superação das desigualdades, pela busca de um cidadão crítico e ativo na transformação da sociedade, trabalhando com

[...] indivíduos e grupos em seus diversos ambientes culturais, raciais, históricos e de classe e gênero, juntamente com a particularidade de seus diversos problemas, esperanças e sonhos. (Giroux, 1997, 163)

A razão de centrarmos nosso estudo no currículo dos cursos de formação universitária de professores de História, possui justificativas contundentes. Os estudos realizados na área, mostram claramente que uma das principais dificuldades no combate ao racismo no meio escolar, está ligada à formação de professores, visto que esses profissionais

[...] alegam pouco preparo para abordar questões que tratam de discriminação, preconceito, diferenças culturais, em sala de aula. Uma pesquisa, efetuada com docentes da área de História, mostrou que a falta de formação e de informação é apontada como um dos principais obstáculos para abordar esses temas [...] (Pinto, 1993, 44).

O recorte metodológico com relação ao curso de História, justifica-se por considerarmos a disciplina, tanto no ensino fundamental como no médio, espaço inicial privilegiado para a discussão das questões raciais, apesar de termos claro que a tarefa de combate ao racismo na escola depende da comunidade escolar como um todo, porque combater a discriminação racial envolve mudança de atitude e de posicionamento na sociedade.

Utilizando novamente os estudos e algumas das recomendações listadas por PINTO, no trabalho anteriormente citado, vemos a importância da História nessa questão:

–incluir História da África e História do Negro no Brasil nos currículos de 1º e 2º graus...;

—reciclar professores de 1º e 2º graus em História da África;  
—Criar Departamentos de Língua Africana e de História da África, dentro das universidades;  
—e ainda na necessidade de estimular uma identidade negra, única maneira de o negro assumir a sua condição, valorizar-se e ter forças para lutar pelos seus direitos. Esse processo efetivar-se-ia através dos conhecimentos dos ancestrais, da África. (1993, 36-37)

Centramos ainda a formação de professores, por entendermos que sendo o racismo construído nas relações existentes na sociedade, quanto mais cedo a escola discutir e trabalhar o assunto com os alunos, maiores as oportunidades de formarmos cidadãos conscientes do absurdo da discriminação racial.

Trabalhar com as questões curriculares e a formação de professores de história no nível universitário, implica também em buscarmos a modificação dos cursos de licenciatura na sua relação com o ensino fundamental, com a instituição escolar e com

a tradição elitista da nossa universidade que produz [...] um modelo de educação que hostiliza o povo, que o exclui dos benefícios da educação e da cultura [...], no que se refere às licenciaturas e à formação dos especialistas em educação estão<sup>3</sup> sem se articular fundamentalmente com o sistema escolar, que “consume” os profissionais formados pela universidade. (GADOTTI, 1995, 104)

Sabemos que não nos referimos a qualquer tipo de História e de currículo, pois concepções conservadoras desses conceitos só levariam ao aprofundamento do

racismo, como fizeram até agora as diversas reformas curriculares no Brasil, que mantiveram a disciplina História vinculada “a disseminação do discurso do poder.” (CHAUI apud BITTENCOURT, 1997, 28).

A História da África, por exemplo, deve contribuir para a afirmação da identidade, valorizando a memória coletiva e desmitificando informações e idéias errôneas sobre o complexo e diversificado continente africano.

A Lei n.º 4803 do município de Vitória, datada de 21 de dezembro de 1998, que instituiu a inclusão da História Afro-Brasileira no conteúdo curricular do ensino fundamental das escolas municipais, através das disciplinas de História e Geografia, continua como letra morta, demandando reflexões importantes, já que não percebemos qualquer movimentação da categoria docente em favor da implementação da mesma.

O porquê desse desinteresse também é objeto do nosso estudo, pois apesar das limitações e confusões da Lei, já que não se define a História Afro-Brasileira como disciplina específica ou o conteúdo a ser tratado, acreditamos que o professor instrumentalizado na sua formação terá mais possibilidades de valorizar a cultura negra e o cidadão negro, podendo atuar nos espaços criados pela Lei, que apesar de não serem redentores com relação à discussão das questões raciais, são extremamente importantes para se iniciar a dita discussão.

As questões curriculares que são foco do nosso estudo têm por base pesquisas realizadas em outros estados, principalmente nos estudos realizados por Marlucy Alves Pinto, no Curso de Magistério de uma escola estadual em Belo Horizonte, Minas Gerais, e apresentado com o título de Currículo, Etnia e Poder: O Silêncio que Discrimina.

Diferentemente da autora citada acima, trabalharemos com o termo “raça negra”, definido de maneira pertinente no quadro teórico, por

considerarmos que o termo tem sentido histórico e social, referendado pelo Movimento Negro, e por diversos autores referenciais das áreas das Ciências Humanas e Sociais. Como diz Paraíso, estes autores

[...] usam o termo raça, porque consideram que a discriminação racial na sociedade brasileira se dá, não apenas pelos aspectos culturais dos representantes das diferentes etnias, mas também pela relação que se faz entre esses aspectos e os atributos socialmente observáveis das pessoas pertencentes às diferentes etnias.

Esses rejeitam o determinismo biológico do termo raça e o consideram adequado para referir-se aos negros no Brasil (Munanga, 1990 e Bentes, 1993). Sugerem ainda cuidado ao se trabalhar com o conceito de etnia, para não se realizar uma reflexão cultural das relações raciais e fazer uma análise superficial do racismo presente no Brasil (Stolcke, 1991).

As questões curriculares exploradas nos Currículos Formais e Currículos em Ação dos cursos de formação de professores demonstram que a questão racial continua se constituindo em Campos de Silêncio, nessas duas áreas, em que não se detecta nenhum tópico ou referência com relação a discriminação e as ideologias e teorias racistas. A discussão quando acontece, de forma sempre superficial e descontextualizada, fica refém de datas comemorativas como o 20 de novembro, por exemplo, e os professores não conseguem perceber a importância da interferência crítica que deveriam ter na formulação curricular, o que nos leva novamente à deficiência da formação na graduação, principalmente nas áreas das licenciaturas e da pedagogia.

Por outro lado, não gostaríamos de passar a idéia de que esse estudo é redentor ou serviria unicamente à causa negra, repartindo ainda com PINTO a preocupação que

[...] Abordar essas questões implica, entre outras coisas, considerar os limites que a sociedade e, conseqüentemente, o sistema escolar impõe ao cultivo de alteridades de caráter étnico, a receptividade a essas propostas, o significado e as implicações de ser um “diferente”. (1993, 38).

Buscamos, portanto, a democratização da escola e do conhecimento gerado nas confluências formais e informais de seus partícipes, discutindo criticamente e conjuntamente as questões curriculares e raciais.

O estudo focalizando os Currículos Formais e em Ação de cursos superiores de História, na habilitação da Licenciatura, demonstra que a questão racial se constitui em tema silenciado nessas instâncias, implicando na não instrumentalização dos professores em relação a essas questões, perpetuando a discriminação racial e produzindo identidades racistas, além de não considerar as outras matrizes formadoras da História do Brasil.

Procuramos indicar alguns caminhos e formular algumas propostas que levem à recuperação das raízes sócio-históricas do negro brasileiro, fundamental no resgate de sua origem e auto-estima, e sua inestimável participação na formação da sociedade brasileira, valorizando a identidade negra e a conquista da cidadania, com o objetivo de contribuir na implementação e ampliação das discussões das questões raciais na escola. É fundamental instrumentalizar os professores, aumentando o poder de intervenção desses no combate às práticas racistas do currículo, do material didático, da vida cotidiana, levando a escola, através do conhecimento e crítica transformadora, a se transformar em um importante caminho de resistência e combate ao racismo, hoje tão presente no meio social brasileiro.

A formação de grupos de docentes e pedagogos na discussão das questões curriculares é fundamental para que se desvende o alcance do currículo na disseminação da discriminação, que atinge a toda comunidade esco-

lar, mas que possui especificidades nos diferentes locais onde a escola se coloca, na sua relação com a comunidade do bairro, com os pais dos alunos. Esses grupos, então, poderiam ainda ter a função de mapear suas escolas quanto ao assunto discriminação, como ele é tratado, se ele aparece no planejamento de sala de aula, nas questões de reprovação e evasão escolar, nos problemas disciplinares, na educação infantil, quer dizer, num amplo espectro dentro da instituição, que a mobilizaria como um todo e propiciaria inclusive outras discussões de questões atuais como a violência, a pobreza, etc.

Além disso, é fundamental explorar, através de projetos interdisciplinares, as possibilidades dos chamados “temas transversais”, nas suas facetas relacionadas à discriminação racial, pois aí reside um espaço institucionalizado para a discussão e conhecimento do tema. Chamamos a atenção para os projetos interdisciplinares porque em todas as áreas do conhecimento, nas diversas disciplinas do ensino fundamental e médio, podemos criar e introduzir a discussão sobre o tema, mas para isso é fundamental a capacitação dos professores.

Por isso, achamos necessária a criação da disciplina de História da África, nos cursos de graduação em História, assim como as disciplinas pertencentes às áreas de Geografia, Sociologia, Artes, só para citar algumas, e a discussão fundamental do problema na formação dos pedagogos/as, que na nossa visão são fundamentais na articulação dos projetos interdisciplinares no ensino fundamental e médio.

Concluindo, temos que relatar que isso é apenas uma pequena parte de dados coletados durante a pesquisa, e que pretendemos criar incômodos e discussões para que possamos começar a tratar na instituição escola, espaço privilegiadíssimo para o debate, esse problema que hoje afeta a sociedade brasileira como um todo, e traz sérios problemas na realização da plena cidadania dos homens e mulheres afro-brasileiros desse país.

## Referências:

- 1) ALVES, Nilda. *Trajetórias e redes na formação de professores*. Rio de Janeiro : DP&A, 1998.
- 2) BENTES, R. N. de M. *Negritando*. Belém:Graphitte, 1993.
- 3) BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo:Contexto, 1997.
- 4) CARVALHO ; SIMÕES. Formação continuada do professor por meio da pesquisa da sua própria prática. *Caderno de Pesquisa/Programa de pós-graduação em Educação*. UFES, Vitória, ano 3, n. 04 (fev. 1997).
- 5) FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. Campinas, SP:Papirus, 1993.
- 6) FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e cultura - as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1993.
- 7) FROTA - PESSOA, Oswaldo. *Raça e Eugenia*. In: SCHWARCZ, Lilia e SILVA, Renato (Org ). *Raça e Diversidade*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- 8) GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais - rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre:Artes Médicas, 1997.
- 9)HASENBALL, Carlos ; SILVA, Nelson . Raça e oportunidades educacionais no Brasil. *Cadernos de Pesquisa - Fundação Carlos Chagas*. São Paulo : Cortez, n. 73, p. 5-12, 1990.
- 10) MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo crítico*. São Paulo,1997.
- 11) MOREIRA, Antônio Flávio B. *Conhecimento, currículo e ensino: questões e perspectivas*. Em Aberto, Brasília, ano 12, n. 58, abr:jun. 1993.
- 12) OLIVEIRA, Lúcia e Garcia et al. *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro : IBGE, 1985.
- 13) PINTO, Regina Pahim. *Multiculturalidade e educação de negros*. Cadernos CEDES. Educação e Diferenciação Cultural. São Paulo : Papirus, 1993.
- 14) PARAÍSO, M. A. *O currículo em ação e a ação do currículo na formação do/a professor/a*. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

- 15) \_\_\_\_\_ Lutas entre culturas no currículo em ação da formação docente. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, jan. jun, 1996.
- 16) ROSEMBERG, Fúlvia. Raça e desigualdade educacional no Brasil. In: AQUINO, Julio G. *Diferenças na escola e preconceito na escola - alternativas teóricas e práticas*. São Paulo:SUMMUS, 1998.
- 17) SACRISTÁN, J. Gimeno ; GÓMES, A. J. Pérez. *Compreender e transformar o ensino*. 4. ed., Porto Alegre : ARTMED, 1998.
- 18) SACRISTÁN, J. Gimeno. currículo e diversidade Cultural. In: SILVA, Tomaz T. e MOREIRA, Antonio F. (Org.). *Territórios Contestados - O Currículo e os Novos Mapas Políticos e Culturais*. Petrópolis RJ : Vozes, 1995.
- 19) SILVA e MOREIRA. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: SILVA, Tomaz T. ; MOREIRA, Antonio F. *Currículo, Cultura e Sociedade*. 2. ed., São Paulo:Cortez, 1995.
- 20) SILVA, Tomaz Tadeu. Currículo, conhecimento e democracia: as lições e as dúvidas de duas décadas. In: *Cadernos de Pesquisa - Fundação Carlos Chagas*. São Paulo, n. 73, p. 59-66, 1990.
- 21) SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidades terminais - as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política*. Petrópolis, RJ : Vozes, 1996.

## Notas

<sup>1</sup> - Grifo Meu.

<sup>2</sup> - Grifo Meu.

## Cervantes e o seu objeto estético

*Ester Abreu Vieira de Oliveira (\*)*

Cervantes foi um escritor de pouco sucesso em sua época, comparado com o destaque que tiveram os seus contemporâneos, Lope de Vega e Calderón de la Barca. Também Cervantes foi um homem de poucos estudos universitários, devido às precárias finanças paternas, mas aos 57 anos ofereceu à humanidade o *Quixote* (1605), apesar de obter estudos humanísticos, muito mais como autodidata que como freqüentador de cátedras universitárias. Nessa obra ele separa o romance da esfera do ideal e do real, mostra a disparidade entre o mundo livresco dos cavaleiros andantes – com os seus valores – e o mundo da realidade quotidiana, a dos personagens (e a dos leitores) e mostra, ainda, um mundo real cruel com um sonhador.

De Don Miguel de Cervantes y Saavedra, pretendemos destacar dois aspectos: o do homem e o do escritor, apesar de muitos dados de ambos os aspectos serem desconhecidos e de só deles podermos fazer conjecturas.

Cervantes hoje suscita curiosidade quer seja por seu enquadramento religioso, social ou político. Decorrente desse enigma questiona-se se ele é cristão antigo ou judeu, erasmista ou contra-reformista, homossexual ou heterossexual. A verdade é que ele nos escapa como muitos dos seus personagens que desaparecem do relato sem nenhuma justificativa ou têm vários nomes como a mulher de Sancho: Juana Gutiérrez, Teresa Gaspajo, Teresa Panza, Teresa Sancho Juana Panza, Juana Teresa Gutiérrez.

Como é o seu físico? É mesmo o seu retrato que nos mostra Juan Jáuregui? Seus pensamentos estão pontilhados nas obras. São eles, real-

---

(\*) Associada do IHGES, membro das Academias: ALES, AFESL e Vice-Presidente da APEEES

mente, expressão do homem ou fazem parte da literariedade da obra? Já que a maior parte do que sabemos sobre esse escritor está nos livros, tudo o que se diz de Cervantes é verdade ou ficção? É no prólogo da “Novelas Ejemplares” que se encontra o seu retrato “falado”:

Este que veis aquí, de rostro aguileño, de cabello castaño, frente lisa y desembarazada, de alegres ojos y de nariz corva, aunque bien proporcionada; las barbas de plata que no ha veinte años que fueron de oro; los bigotes grandes, la boca pequeña, los dientes ni menudos ni crecidos, porque no tiene sino seis y esos mal acondicionados y peor puestos, porque no tiene correspondencia los unos con los otros; el cuerpo entre dos extremos, ni grande ni pequeño; la color viva, antes blanca que morena, algo cargado de espaldas y no muy ligero de pies; éste digo que es el rostro del autor de la Galatea y de Don Quijote de la Mancha .

Se prólogo é ficção é verdade ou ficção o descrito? É Cervantes uma ficção dele mesmo? Quantas incógnitas sobre o homem! Questiona-se, ainda, onde nasceu o criador do fidalgo don Quixote e se será em verdade filho de Don Rodrigo Cervantes y Saavedra e de Doña Leonor Cortinas. Novas conjecturas. Quanto ao lugar, foi em Madri, Toledo, Sevilha, Lucena, Consuegra, Esquivia, Alcázar de San Juan ou Alcalá de Henares a cidade berço do escritor cognominado “Príncipe de los Ingenios Españoles”?

Em 1748, don Juan de Iriarte se deparou, na Biblioteca Real, com uma lista impressa em Granada em 1581, que continha 185 nomes de prisioneiros libertados em Argel e, na relação dos libertados, encontrou entre esses nomes o de Miguel de Cervantes, acrescido da informação de que tinha 30 anos e era natural de Alcalá de Henares. Hoje, pode-se ir a Alcalá, cidade muito próxima de Madri, e, perto da Universidade Complutense, visitar uma casa, de estilo renascentista, mobiliada segun-

do a época, que dizem ter sido a que nasceu Cervantes em 1547 em uma data, também incerta, 07 ou 08 de outubro, porque o documento de batismo, encontrado na igreja de Santa Maria Mayor, traz a data 09 de outubro e costuma-se batizar as crianças poucos dias depois de nascida. Assim, há, 455 anos, num outono espanhol, logo em uma primavera brasileira, estava para nascer ou havia nascido “O Príncipe dos Talentos”

Os biógrafos queimam as pestanas para levantar a memória desse insigne escritor espanhol. Era Cervantes um fidalgo, de uma estirpe de cavaleiros que uns dizem godos, isto é cristão velho, outros dizem converso judeu, que acompanhou São Fernando na conquista de Sevilha, oriundo de León, outros dizem de Castilha ou de Galícia. Da sua bisavó paterna Juana de Avellaneda, de origem nobre, dos Condes de Castilha, herdou o sobrenome Saavedra. De seu avô Don Juan de Cervantes, vem o sobrenome Cervantes.

A aptidão de Cervantes para as letras fica conhecida em 1568, quando foram publicados alguns poemas (quintilhas, sonetos, elegias) em homenagem fúnebre à Rainha Isabel, e entre eles havia um soneto de Cervantes. O poeta assinalava a francesinha Rainha, que conquistou o coração do povo espanhol, mostrando a efemeridade da vida e da riqueza e o poder da morte “que leva sempre a vitória”. No último terceto, fecha o soneto com a chave de ouro, colocando a Rainha entre os bem-aventurados:

[...] mirad la bienaventuranza  
que goza nuestra reina esclarecida  
en el reino de la gloria.

Aqui e ali, dentro da obra ou em prólogos, Cervantes faz queixas de suas desventuras. Com modéstia ou não, ironia ou mágoa faz também, como escritor, seu autoconhecimento em muitas de suas obras, inclusive no *Quixote*.

Em “Viaje del Parnaso” reclama do pouco reconhecimento de seus méritos e de suas desventuras dizendo que a roda da fortuna está

parada para ele e que ele como poeta é corvo na voz e cisne na cor dos cabelos.:

“Canto I Yo, que siempre trabajo y me desvelo  
por parecer que tengo de poeta  
la gracia, que no quiso darme el cielo.

porque en la piedra que en mis hombros veo,  
que la fortuna me cargó pesada,  
mis mal logradas esperanzas leo.

Que yo soy un poeta de esta hechura:  
cisne en las canas, y en la voz un ronco  
y negro cuervo, sin que el tiempo pueda  
desbistar de mi ingenio el duro tronco;  
y que en la cumbre de la varia rueda  
jamás me pude ver sólo un momento,  
pues cuando subir quiero, se está queda.

No Canto IV, continua sua auto-analise:

[...] Yo con estilo en parte razonable  
he compuesto “Comedias” que en su tiempo  
tuvieron de lo grave y de lo afable  
Yo he dado en “don Quijote” pasatiempo  
al pecho melancólico y mohíno,  
en cualquiera sazón, en todo tiempo.  
Yo he abierto en mis “Novelas” un camino,  
por do la lengua castellana puede  
mostrar con propiedad un desatino.  
Yo soy aquél que en la invención excede  
a muchos, y al que falta en esta parte,  
es fuerza que su fama falta quede.

Segundo seus biógrafos, os apertos financeiros, a falta de sucesso literário e a necessidade de fugir da Justiça por ter ferido um cavaleiro, levaram-no à Itália para o palácio do papa Pio V, onde foi camareiro do Cardeal Aquaviva e foi admitido nas armas, participando em defesas dos cristãos, contra a invasão do Grande Turco, o Imperador da Turquia, estando presente à célebre vitória dos cristãos em 07 de outubro de 1571, no estreito de Lepanto (Grécia). Só que, depois de sangrenta luta, foi ferido no peito e na mão esquerda. Foi com a perda dela que passou a ser conhecido como “El manco de Lepanto”, isto é o “O maneta de Lepanto”. As feridas foram para Cervantes motivo de glória. Escreveu ele em 1611: “Se as minhas feridas não resplandecem aos olhos de quem as vê, são estimadas pelo menos na estimação dos que sabem onde as obtive [...]”.

Em 1575, Cervantes foi aprisionado por piratas argelinos. Levado para Argel, ficou no cativo até 19 de setembro de 1580.

De volta à pátria, ficou no exército até 1583, quando publica os seis livros de *Galatéia*, obra poética e pastoril. Em 1584 se casou com Doña Catalina de Placis y Vozmediano e foi viver em Esquivas. Em 1587 mudou-se para Sevilha, onde exerceu o cargo de provedor de trigo que lhe levou à prisão, em 1592. Em 1597, novamente foi preso. Por essa época escreveu *Rinconete e Cortadillo*, novela picaresca, *La tía fingida* e *El celoso extremeño*. Acredita-se que no período em que esteve prisioneiro começou a escrever o *Quixote*.

Em 1604 terminou a primeira parte dessa obra e, em 26 de setembro, obteve do Rei permissão para a impressão, mas só em 08 de abril de 1605 foi o lançamento da obra que o imortalizou, sendo relançada em 1608.

Em 1613 foi publicada a obra *Novela ejemplares* que continha 12 novelas. Em 1614 *Viaje al Parnaso*. Em 1615 oito comédias e oito entremeses e a segunda parte do *Quixote*, depois que Alonso Fernández de Avellaneda imprimiu em Tarragona a obra “Segundo tomo del ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha”. Nessa época tinha Cervantes 68 anos, alquebrado e doente escreveu ainda *Persilles y Segismunda*. Em 25 de abril de 1615 morreu.

É bom lembrar que Cervantes era conhecedor da técnica teatral, que escreveu algumas obras dramáticas, mas que de suas tragédias se conhecem só o título, pois muitas se perderam, com exceção de *Los tratos de Argel* e *Numancia*. Contudo, é a sua obra *El ingenioso hidalgo don Quijote de la Mancha* dividida em duas partes, que lhe dá a maior fama.

Nessa obra, ele separa o romance da esfera do ideal e do real, mostra a disparidade entre o mundo da realidade quotidiana, a dos personagens (e dos leitores) e apresenta um mundo real cruel com um sonhador.

Ele se vale do estilo dos romances de cavalaria, cujo empenho era a divulgação dos bons costumes cultivados pela sociedade, com base em uma prosa expositiva e uma linguagem nobre, agradável.

Esses livros repeliam qualquer sinal de harmonia dialógica e serviam como modelo do bem falar, que refletirá o refinamento e a educação do convívio social.

Para recuperar vínculos históricos, inseridos no interior do discurso elevado do romance de cavalaria, Cervantes usa expressões vivas da língua interativa, processo que já tinha sido realizado, um pouco rusticamente, na Idade Média, na obra *La Celestina* de Fernando Rojas.

Nessa obra ele soube fazer o equilíbrio entre o mundo ideal e o real introduzindo um novo “gênero narrativo” que resulta da fusão de vários gêneros.

A mordacidade, que se observa nesse escritor, ao longo desse livro, está presente nas sátiras a valores, temas, atitudes, personagens e convenções literárias que caracterizam os romances de cavalaria e à própria Espanha.

O seu personagem dominante Don Quixote, atraiu tanto a atenção para si que prejudicou, já observado por Ortega y Gasset, o resto da obra e ela mesma, pois se deixam de observar os aspectos mordazes sobre a Espanha.

Cervantes articula a narrativa com recurso do processo dialógico, dando à linguagem culta um aspecto grotesco, no anacronismo do discurso do personagem que reflete um discurso lido, mas não vivenciado, além de inovar o aspecto formal.

No *Quixote* o “Manco de Lepanto” rompe com os cânones tradicionais do romance, desde a maneira de apresentar o prólogo, eliminando o supérfluo, as citações bíblicas e latinas sem representatividade no relato, mas de moda em sua época, para pôr, em execução, um modelo de narrativa moderna, baseado numa “feliz imitação dos bons modelos”, como ele explica no prólogo da primeira parte, nas palavras de um certo amigo seu.

Objetivando alcançar a sua meta, cria um protagonista louco, protótipo de amor e virtude, um ser que só um homem de letras, com o poder de um gênio, poderia produzir. Porque é por meio da emoção estética que o homem de letras escreve uma verdade camuflada, forjando um novo objeto, fonte de um sentimento simulado para legá-lo ao leitor. O objeto estético gerado do seu inconsciente se valoriza quando quem o considera o vê como o receptáculo de uma mensagem a ele endereçada. Ele se instala no vazio onde faltam palavras, o que corresponde ao apelo do olhar e da voz.

Quanto mais seu sentido permanece opaco, mais aumenta a interrogação daquele que lê ou ouve e, paradoxalmente, mais ele sente prazer. Segundo Roland Barthes, no momento em que o leitor experimenta prazer, ele é um contra-herói. Para Barthes todo texto produzido com prazer, proporciona o prazer. A fruição que nos oferece a obra de arte é motivada pela sua duplicidade de linguagem. E é, no artifício de linguagem dupla, que aparece quem vai dar unidade à obra.

Assim, se adentrarmos ao centro da esfera artística e permanecermos dentro da obra de arte mestra cervantina, deparamos logo nas primeiras linhas com o nascer de um herói que nos surpreenderá com a instabilidade do nome: Quijada, Quesada o Alonso Quijano? Depois de batizado o herói, ainda, continuam as variações onomásticas: Don Quijote de la Mancha, Caballero de la Triste Figura, Caballero de los Leones e Alonso, El Bueno.

Persistem as interrogações quanto ao nascimento do personagem: Quando e onde nasceu? Em um tempo impreciso, em um lugar que

nem deve ser mencionado. Por que? Era ele ignóbil? Ou era por que o lugar lhe trazia más recordações?: “En un lugar de la Mancha, de cuyo nombre no quiero acordarme, no ha mucho tiempo vivía un hidalgo [...]”:

Esse homem, de vida simples, convivia com uma criada e uma sobrinha. Ele tinha o *bobby* de ler. Lia muito. Dia e noite. Em qualquer gênero. Entre todos os livros que lia apreciava mais os que narravam as aventuras de um cavaleiro andante.

Para desenvolver a história, Cervantes utiliza o recurso de ela ser escrita pelo árabe Cid Benegeli, e ser recontada por outro narrador.

O personagem nasce e é batizado perto dos 50 anos. Pois é com essa idade que o narrador faz a sua apresentação, descrevendo seus hábitos e suas apreciações. O hábito mais intenso era o de ler. Lia com intensidade, ou melhor, lia procurando encontrar o sentido das palavras rebuscadas que, segundo o narrador, nem Aristóteles entenderia. Essa veemência de leitura o fez perder o juízo.

Assim, é o objeto estético de Cervantes que lhe proporciona manifestar-se como crítico literário, não só quanto ao estilo pouco natural das obras publicadas em sua época, manifestação que faz na introdução, e, depois, aqui e ali nos diversos capítulos, na fala do narrador ou de seus personagens. Assim é por meio de seu objeto estético que podemos conhecer o pensamento do famigerado escritor espanhol.

Seu personagem nasce em rebelião com o mundo e a sociedade. Sendo um inadapável que se evade da vida normal e calma, sai para lutar contra as normas que regulam a sociedade. Não reconhece outra lei que a que lhe é ditada pela própria individualidade. Assim, se esse objeto estético emana do desejo de um escritor, tendo ele vivido muitos reveses da vida, ele é a mensagem de Cervantes. Por meio dele podemos inferir ser o criador um homem bom e otimista.

# Considerações sobre a agricultura açucareira: a legislação do Estado Novo.

*Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa (\*)*

## Introdução

A partir da análise do Estatuto da - Lavoura Canavieira dar-se-á um enfoque especial ao significado e ao valor desta legislação, dentro do complexo sócioeconômico açucareiro.

Envolvendo relações características em virtude das condições da agroindústria do açúcar, os antagonismos e mesmo conflitos entre o fornecedor da matéria prima e o fabricante do produto será contingência desse sistema econômico.

O reforçamento da estrutura latifundiária com o aparecimento das usinas, e o predomínio da figura do usineiro, acentua ainda mais o caráter reivindicatório dos fornecedores de cana.

A problemática da produção açucareira, desde os tempos coloniais, torna-se importante para a compreensão da continuidade do problema ao nível social e econômico, cujas determinantes embora alteradas pelas transformações que surgem, condicionam ainda uma situação de crise. Em função desta evolução de muitos séculos, justifica-se a retrospectiva, a fim de fornecer dados de continuidade, e estabelecer o relacionamento das diversas situações porque passou a agroindústria açucareira.

A nova fase que se inaugura em 1930, através de uma política governamental intervencionista que visa “Reformular, redimensionar e integrar

---

(\*) Doutora em História e Presidente de Honra do IHGES.

órgãos governamentais pré-existentes ou a criar novos”<sup>1</sup> determinara o surgimento do IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool), o qual elaborara o estatuto da Lavoura Canavieira.

Em vista de ser um órgão oficial cuja finalidade é “Assegurar o equilíbrio do mercado açucareiro”<sup>2</sup>, tomamos por base para esta análise o material editado pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, principalmente as revistas *Brasil Açucareiro* e *Jurídica*, além de outras publicações do mesmo órgão.

Convém lembrar que o governo de Vargas, foi um de exceção, no qual a liberdade de imprensa e de expressão era cercada pelo D.I.P - Departamento de Imprensa e Propaganda, que somente permitia publicações que atendessem a conjuntura política da época, o que determinou a consulta a uma bibliografia até um período mais recente a fim de facilitar a interpretação dos resultados do Estatuto da Lavoura Canavieira.

### **Implantação de uma agroindústria**

Somente na idade média que a Europa feudal tomava conhecimento por intermédio dos cruzados e caravanas árabes, do açúcar, o qual em pouco tornava-se devido as dificuldades de transportes da época, um produto grandemente requisitado e portanto de alto valor comercial. Por esses motivos a sua produção era bastante rentável, tanto que o Infante D. Henrique com suas idéias desenvolvimentistas, procurou implantar essa cultura em suas possessões, notadamente na Ilha da Madeira.<sup>3</sup>

As necessidades dos compradores europeus, pois o açúcar transformou-se em pouco tempo em gênero de grande aceitação no mercado internacional, e a rentabilidade do produto, motivou a cultura de cana, cujos fatores conjugados no Brasil, solo e clima dos trópicos, propicio ao desenvolvimento da gramínea, determinaram a sua expansão, animando cada vez

mais a política econômica portuguesa a incentivar cada vez mais uma produção maior, visando uma participação preponderante junto a essa clientela, sempre mais acostumada ao produto tão bem desenvolvido na Colônia.

Com a fundação dos primeiros engenhos por Martim Afonso de Souza, iniciou-se uma fase produtiva de profundas repercussões sócioeconômicas, pois a indústria açucareira foi o grande sustentáculo do Brasil Colônia, criando com o seu surto de progresso, um quadro econômico que condicionou o social.

Como a agroindústria açucareira, devido as suas necessidades de grandes quantidades de matéria prima, e essa de andar por sua vez um imenso contingente de mão-de-obra, fica explicado que durante o período, nas regiões dos engenhos, implantou-se a monocultura latifundiária e a escravidão.

O latifúndio, nessa época, é facilmente explicado pelas condições inerentes ao Brasil, à política e aos interesses de Portugal, bem como a vinculação ao comércio europeu, que decorre do próprio sistema colonial, dando ênfase à grande lavoura. Atendendo a esse critério e à abundancia de terra, o regime de posse caracterizou-se sempre em grandes doações, era que o sesmeiro tinha a obrigação de aproveitá-la dentro de um certo prazo<sup>4</sup>, em caso contrário perderia a posse, pois “a exigência de cultivar as terras doadas era inerente ao próprio instituto sesmeiro que para tal fora criado pois, como já tivemos ocasião de dizer, ele representava uma restrição ao direito de propriedade ao considerar reversível ao patrimônio publico a terra que não fosse utilizada. Para eliminar quaisquer duvidas, o conceito foi reafirmado pelo Alvará de 05 de janeiro de 1785, que declarou ser a cultura a condição essencialíssima na concessão de sesmarias,”<sup>5</sup>. Porém, o tamanho da terra, completamente tomada por uma massa compacta da floresta tropical, tornava-se um trabalho árduo e que demandava um

esforço do proprietário, fazendo que esse para sentir-se compensado economicamente tendesse sempre em querer ampliar a sua propriedade. Somando a esse anseio, a cultura da cana de açúcar, exigia grandes áreas para se tornar mais rentável. E como foi dito que o mercado europeu consumia cada vez mais açúcar, o que implicava maior necessidade de matéria prima, a qual exigia mais área de plantio, reforçando com isso a necessidade do latifúndio.

Por isso, a construção de um engenho e a plantação de Cana, não eram tarefas para o pequeno investidor, pois demandava uma soma vultosa de recursos acima de suas possibilidades. Além disso, esse empreendimento, por sua natureza industrial era bastante complexo, diríamos intrincados, desde a cultura até à comercialização propriamente dita.

Por uma questão lógica, toda a terra em redor dos engenhos ficava tomada pela monocultura, a qual sufocava qualquer plantação diversificada, inclusive a chamada de subsistência.<sup>7</sup>

E a exploração agrícola dessas imensas glebas de terras, exigia mão-de-obra farta, sendo a portuguesa eliminada com a possível, pois esses “não trariam com eles a disposição de por-lhe a serviço neste meio tão difícil e estranho, a energia de seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso, mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam para ele”.<sup>8</sup>

Pelo visto, o reinol imigrante veio com o fim de enriquecer melhorar o seu status social, enfim de ser senhor na nova terra. Aos mais providos financeiramente, coube-lhes os engenhos e as grandes sesmarias, as quais eram em parte cedidas, como arrendamento, a aqueles que desejavam instalar-se, mas não tinham recursos próprios para tanto. Normalmente seriam eles fornecedores de cana para os engenhos vizinhos. Porém esse

relacionamento sempre foi difícil, pois os fornecedores de cana para os engenhos vizinhos dependiam da boa vontade dos senhores de engenho<sup>9</sup>. Além deste ponto atritante, temos os referentes ao exigido aos lavradores pelo arrendamento da terra, sendo as mais variadas formas possíveis, como assim bem explica Alice Canabrava “Quais, os proventos dos fornecedoras de cana? Segundo Andreoni, das canas obrigadas logra o engenho ao menos a metade, como de qualquer outra, que nele livremente, se moí, e algumas partes, ainda mais que a metade”.

Indicações mais miúdas mostravam que, além de ceder a metade da produção, regra geral para qualquer tipo de lavrador, os que ocupavam terras do engenho acrescentavam a vintena ou quinto (um em cada cinco pães, da outra metade), o que perfazia um total de 60% da produção; outros, conforme o uso das terras, pagavam a vintena (um em cada vinte pães) ou a quindena (um em cada quinze pães), o que significa uma porcentagem total de 50,5% e 62,2% respectivamente. A meação simples deveria constituir a norma somente para os lavradores de partido donos de suas terras, sejam vinculados à moagem no engenho, sejam livres dessa condição. Ao tempo de van der Dussam apenas os lavradores com partidos próprios, livres quanto à moagem de suas canas, obtinham no engenho a metade da produção líquida; os que plantavam em terras do engenho em sitio favorecido pela fertilidade e meios de comunicação, recebiam apenas um terço, ou seja, 33%; a grande maioria só beneficiava com 40%, isto é, dois quinto da produção”<sup>10</sup>. Os lavradores em suas duas categorias, os proprietários e os rendeiros constituíam o segundo grupo social dessa aristocracia rural, logo abaixo do ápice, os senhores de engenho<sup>11</sup>.

Além dessa predisposição do português em evitar o trabalho braçal, havia um outro problema maior o numero. A pouca densidade populacional de Portugal, era agravada pelas grandes áreas descobertas e dominadas, chegando essa deficiência a iniciar um processo prematuro de decadência do reino<sup>12</sup>. Para resolver esse problema na colônia, os portugueses trouxeram

a mesma solução adotada na Metrópole: a escravidão negra, pois era a mais fácil, por serem eles os dominadores de grandes porções do continente africano, de onde vinham os nossos escravos<sup>13</sup>. Antes do negro houve tentativas de utilizar o índio, abundante na região, mas com seu espírito mais independente, nômade por natureza, desabitado ao trabalho que deles exigiam, poucos e compensadores foram os resultados obtidos.

Agora, com a entrada do escravo negro, o qual era considerado simplesmente máquina, sem direitos humanos, vemos claramente configurar o quadro sócio-econômico desse período açucareiro, o qual tinha como pontos principais, o senhor de engenho, o fornecedor de cana e escravo, com todas as nuances, que passaram a ser o fundamento social, se não único, o primordial, formando uma mentalidade do mando e submissão, marcando no futuro todo o relacionamento entre o fornecedor da matéria prima e o produtor. Portanto a escravidão como marco social, enraizou esse espírito de dominadores versus dominados<sup>14</sup>, influenciando nas relações de trabalho, não só ao nível escravista mas também livre, e porque não dizer, até aos nossos dias.

## **Crises**

O açúcar desde o seu início, viveu épocas de fastio, entremeadas de crises profundas, com intervenções estatais, principalmente pelo fato de ser um produto na época considerado com especiaria. As crises iniciam antes mesmo de o produto ser industrializado no Brasil, pois em 1498, El-Rei D. Manoel, iniciava a primeira intervenção estatal, a fim de estancar a primeira crise do açúcar, procurando estabilizar a grande baixa de preços que estava ocorrendo devido ao excesso de produção<sup>15</sup>.

Como no Brasil, a produção do açúcar de cana preponderantemente voltada para a exportação, era essa que regulava os preços de compra do produto, flutuando esse, logicamente de acordo com a procura. Além disso,

que dava um sabor especulativo à produção. Vemos que no início fatores estranhos, concorreram para, originar crises tais como a ocorrida na província do Rio de Janeiro, motivada pela criação da Companhia Geral do Comércio do Brasil. Essa foi fundada em 1649 e “se destinava a proteger o transporte do açúcar dos corsários que infestavam o atlântico, mediante o envio anual de duas frotas comboiadas. Em troca desta proteção, a Companhia recebeu inúmeros privilégios e vantagens”<sup>16</sup>. Advém que esta medida a qual tinha o fim de melhorar o transporte do açúcar para a Europa, tornou-se em pouco tempo desastrosa, pois a citada Companhia, por ter o monopólio de cargas, estipulava preços bem inferiores aos usuais, objetivando, com isso lucros maiores, mas em compensação desestimulando a produção.

Afora essas crises sazonais, o açúcar em quase dois séculos manteve-se num processo evolutivo crescente, sendo incontestavelmente o sustentáculo de toda uma aristocracia rural.

Todavia nas décadas do século XVII, começam a surgir crises mais profundas, determinadas pelas invasões holandesas, novos campos de cultura da *gramínea saccharum officinarum*, notadamente nas colônias inglesas e francesas das Américas, que iriam concorrer com o nosso açúcar no mercado europeu, e principalmente, o início da face aurífera a qual carreava seu campo de garimpo a mão-de-obra antes totalmente destinada para a lavoura, pois devido aos baixos preços do açúcar os engenhos não tinham condições de manter o seu contingente escravo.<sup>17</sup>

Após o período de esplendor da mineração, a agricultura em geral teve um novo surto de desenvolvimento, porém o açúcar deixava de ser o único produto agrícola constante de nossa pauta, surgindo grandes plantações de algodão e tabaco, mas no século XIX, surgem novos fatos importantes, que iram modificar profundamente o panorama de até então de supremacia do açúcar em nossa economia, ocasionando uma serie ininterrupta de grandes crises e estagnações da produção.

De uma simples planta ornamental, a beterraba, iria surgir na Europa o mais forte concorrente do açúcar de cana, chegando inclusive a praticamente afastar o segundo do mercado europeu, pelo baixo preço, ocasionando um aumento indesejável nos estoques brasileiros, de um produto perecível a longos períodos de armazenamento, acontecendo por esse motivo desistimos dos plantadores pela negativa dos industriais, que, não tinham mais os mesmos mercados em adquirir matéria prima para moagem<sup>18</sup>.

### PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DE BETERRABA NO PERIODO 1836/1880 - (t.m)

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DE BETERRABA NO PERIODO 1836/1880 - (t.m)

PAIS	1836	1839	1846	1856	1866	1880
Austria-Hung.		2.000	5.000	55.000	150.000	533.000
Beleica						65.000
Franca		22.000	54.000	83.000	204.000	331.000
Alemanha	1.408	13.000	20.000	104.000	201.000	594.000
Russia				17.000	72.000	304.000
Dinamarca						2.000
U.S.A						1.030

PROGRESSAO DA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DE BETERRABA (%) 1800/1880

Produção mundial (t.m.)	1.800	1.830	1.840	1.850	1.860	1.870	1880
Açúcar de cana	245	572	661	907	1.373	1.771	3.832
Açúcar beterraba			55	169	352	952	1.857
% açúcar de cana	100	100	92	84	80	65	52
% açúcar beterraba	0	0	8	16	20	35	48

Adicionados a essa diferente forma de obter açúcar veremos que as novas instalações fabris, implantadas principalmente nas Antilhas, que já estavam utilizando técnicas industriais mais aperfeiçoadas e rentáveis, no fabrico de açúcar de cana, fato que iria retrair a participação do Brasil no percentual das importações européias.

Com essas sucessões de crises, cada vez maiores tentou-se inicialmente erguer a industria açucareira, criando engenhos centrais com financiamento gover-

namental, com o fim de minimizar os custos industriais, pois a função dessas unidades fabris era de encampar os bangüês improdutivos e com técnicas superadas. Porém a falta dessa medida era que desassociava a industrialização da agricultura, situação essa ilógica, pois vemos na produção do açúcar uma agroindústria, integrada, entrelaçada em todas as suas faces, além desta falha técnica do projeto veremos uma resistência natural dos grandes latifundiários e proprietários dos bangüês, o que não levaria avante essa pretendida solução. Surgindo daí as grandes concentrações fabris, com recursos financeiros elevados, de origem particular nacional e estrangeiro, melhor maquinário e técnica avançada, as quais iniciaram a desapropriação, pelo poder econômico, dos latifúndios monoculturados engenhos e proprietários em seu derredor a fim de deterem a produção da matéria prima aglutinando novamente a parte industrial com a agrícola<sup>19</sup>.

Mas no fundo, a grande crise que sempre acompanhou essa agroindústria foi a forma de relacionamento entre o industrial e o agricultor pois “ O ponto nevrálgico para os lavradores era a relação destes com os senhores de engenho, uma vez que o seu lucro ou prejuízo ia depender da conduta dos mesmos”<sup>20</sup>, crises essas que se avolumavam quando o açúcar entrava em baixa de cotação.

### **Economia dirigida - intervenção estatal**

Como vimos, a indústria açucareira vivia em crises, e as solução tanto particulares quanta governamentais eram simplesmente paliativas, fato comprovado exaustivamente nas sucessivas reuniões e conferências, nas quais surgiam soluções filosóficas mas nada práticas, pois além do problema de comercialização havia o choque de interesses entre as partes componentes do problema<sup>21</sup>.

Todas as crises que sucederam nessa atividade industrial, em todas as suas fases, levaram os dirigentes cada vez mais em pensar instituir para o complexo problema a solução de uma economia dirigida estatalmen-

te, buscando com isso uma conciliação dos múltiplos interesses<sup>22</sup>. Isso ocorreu a partir de 1930, logo após a quebra da Bolsa de New York (1929) tumultuando e ocasionando atritos contra os interessados na industrialização do açúcar, originando daí a intervenção do governo Vargas no setor, criando legislação com intuito normativo e controlador de toda a política açucareira no Brasil.

A primeira medida caracterizante dessa nova política econômica, ou seja, a dirigida, foi ainda, elitista, pois favorecia praticamente os usineiros, os quais pressionaram o governo e dele em 15 de setembro 1931, obtiveram o Decreto, n.º. 20.401 com o fim de defender a indústria e o comércio do açúcar. Essa primeira intervenção foi mais baseada em fatores políticos do que técnicos. Essa fase empírica vai dar partida a uma série de medidas, que num encadeamento, natural, procurará atingir um todo, ou seja, a solução dos problemas, tanto sócio-econômicos como políticos, indo essa primeira fase até princípios do ano seguinte.

Em 1932, 11 de fevereiro, instala-se a Comissão de Defesa da Produção do açúcar, criada pelo Decreto n.º 20.761 de 7 de dezembro de 1931.

Essa comissão, tinha, ao iniciar as suas atividades, a função primordial de devolver à indústria açucareira a estabilidade perdida com a péssima comercialização do produto, pelos preços em desvalorização contínua, estoques elevados, exemplificados a seguir: em 1925, São Paulo e Estado do Rio produziam respectivamente 155.348 e 861.070 sacos e em 1929 o ano da Grande Crise, esses Estados elevam as safras para 1.113.417 e 2.102.019 sacos respectivamente. Nesse mesmo período Pernambuco e Alagoas produziam suas maiores safras: 4.603.127 e 10450.986 sacos respectivamente.

Lógico que com essas safras recordes, consumo baixo o quase nula exportação, na praça do Rio de Janeiro caíam os preços do saco de açúcar, que em março de 1929 custava 76.\$,500, em outubro do mesmo ano era vendido

por 26\$500<sup>23</sup>. Enfim, a função primordial da Comissão de Defesa da Produção do Açúcar era paternalista, ou seja, salvar uma indústria obsoleta, ultrapassada em técnicas, sem condições de disputar novos mercados externos e sem condição de atingir o mercado interno que padecia de um só consumo<sup>24</sup>. Essa Comissão preocupou-se tão somente em garantir empregos compensadores para os usineiros, esquecendo dos plantadores principalmente dos consumidores. Mesmo assim a sua atuação foi considerada magnífica pelo Sr. Getulio Vargas que disse: “os resultados satisfatórios imediatamente atingidos (pelo Decreto nº. 20.761) determinaram pouco mais tarde, as medidas definitivas”<sup>25</sup>.

Essas medidas, culminaram com o Decreto nº. 22.789 de 1º de junho de 1933, criando o I.A.A.- Instituto do Açúcar e do Alcool. Estava definitivamente implantada a economia dirigida nessa atividade agro-industrial, pois em seu conteúdo estipulava toda a sistemática da intervenção estatal para o surgimento da indústria açucareira, através do novo órgão criado, bem como a providências complementares, servindo como uma ampliação e consolidação das leis e decretos emanados do poder público desde 1931, relativos ao assunto<sup>26</sup>. Esse decreto considerado de importância capital para a indústria açucareira e alcooleira do Brasil, pois com ele pretendia-se reanimar uma atividade em profundo caos econômico.

Mesmo com essas melhores intenções iniciais, em solver os problemas e conflitos seculares que existiam, a lei que criou esse órgão foi omissa, pois essa como as anteriores leis, que pretendiam equilibrar as situações econômicas dessa atividade, levavam em conta praticamente os interesses dos usineiros, os quais a fim de se livrarem das obrigações sócio-econômicas para com os fornecedores, devido as novas leis, modernizaram e racionalizaram as suas próprias culturas de cana a fim de extraírem de suas terras, matéria prima com custo mais baixo, decorrente do maior rendimento das lavouras, inserido na política de menores preços. Para atingirem esses objetivos, apelando para as omissões legais, os usineiros procu-

raram descartar o antigo parceiro, qual sem os mesmos recursos, não tinham condições de concorrer com poderoso industrial, na melhoria do rendimento agrícola, pois o preço de sua cana seria sempre superior ao da produzida pelo usineiro, que com essa alegação não se comprava, deixando o fornecedor com a opção de vender as terras por falta de consumidor para o que se produzia nelas. Vemos então, paulatinamente, as usinas crescerem em áreas em detrimento do pequeno e médio fornecedor que ia desaparecendo. Analisado em todos os seus aspectos, esse esmagamento do fornecedor pelo industrial, não era justo, principalmente se levarmos em conta que as quotas do açúcar de uma usina estavam na dependência das de cana dos fornecedores.

Três anos após a criação do IAA, os problemas tinham avolumado de tal forma, que foi promulgada a “Lei nº 178 de 9 de janeiro de 1936 com o fim de regular as transações de compra e venda de cana de açúcar entre lavradores e usineiros. Inicialmente urgia definir melhor os direitos e obrigações de cada componente do problema, principalmente dando uma garantia ao fornecedor do consumo de sua cana, ligando-o à usina para a qual teria fornecido durante um número estipulado de safras, isto é, definia que não bastava ser lavrador para ter o direito de fornecer cana: era preciso, antes de mais nada, um vínculo, a habitualidade.

Como também a lei não obrigava aos usineiros a adquirirem canas de quaisquer lavradores, mas somente de seus fornecedores tradicionais.

Outra vantagem da lei 178 para o fornecedor, era que a quota de açúcar, era realmente estipulada em sua função e não ao usineiro, embora que, somente por motivos especiais, nem um nem outro tinham o direito de disporem de suas quotas<sup>27</sup>.

Contudo a lei era eivada de erros, tanto que levou o emérito jurista Dr. Vicente Chermont de Miranda a escrever “Não bastava, porém obrigar

a usina e receber as canas de seus fornecedores; mister se fazia, ainda, fortalecer a posição do lavrador e cercar o seu direito de garantias prontas e eficientes. Isso, porém, não fora feito porque o choque dos interesses antagônicos, no Congresso, mutilara o projeto de lei que lhe fora apresentado, e a lei aprovada representava, apenas, a máxima de transigência da indústria em face da lavoura. Efetivamente, a tutela legal funcionaria com relativa eficiência, enquanto se mantivesse a figura do fornecedor desde que este existisse, a usina era obrigada receber as suas canas. Desaparecido o fornecedor, porém, a obrigação legal converter-se-ia em letra morta, falta de quem se colocasse na posição de sujeito ativo do direito.

Ora, a lei nada dispusera para impedir o desaparecimento do fornecedor.

A usina, certamente, aproveitaria o ensejo resultante da omissão legal.

Nada lhe seria mais fácil do que tornar insustentável a situação do fornecedor. A prática de uma obstinada e sistemática política de má vontade para com os seus fornecedores, acabaria por convencê-los, ainda mesmo aos menos avisados, da inutilidade da luta desigual<sup>28</sup>.

Por essas omissões a lei deixava de cumprir a sua finalidade de apaziguar a luta entre os interessados, servindo isso sim para reativar, transformando-a numa verdadeira batalha de sobrevivência, ficando o fornecedor em posição desigual no conflito contra o produtor, situação assistida passivamente pelo I.A.A, pois não tinha essa autarquia meios legais para coibir o abuso do poder econômico do usineiro.

Sendo assim os ideólogos do governo Vargas, sentiram a necessidade sócio-econômica e, voltamos a insistir, política em procurar dar uma solução mais correta, mais humana e mais conciliatória, convido lembrar que a conciliação e a ambigüidade sempre foram o ponto forte de Getúlio Vargas.

Portanto, estava no nascedouro uma lei, a qual por suas intenções iria criar um verdadeiro clima de polêmica em parte abafado pelo cerceamento da liberdade de expressão motivada pela ditadura Vargas que por intermédio do DIP Departamento de Imprensa e Propaganda., impedia a livre expressão de imprensa ou dos que eram contra a lei.

### **Análise da Lei - Estatuto da Lavoura Canavieira**

O Estatuto da Lavoura Canavieira, Decreto-Lei n° 3.855, de 21 de novembro de 1941, foi a tentativa de resolver todas as pendências que ocorriam no campo açucareiro, de uma vez por todas. Contudo o citado Dr. Vicente Chermont de Miranda, autor do ante-projeto mandado elaborar pelo presidente do IAA, Sr. Barbosa Lima Sobrinho, assim se expressava sobre o estudo “ Remeto a V.Excelência juntamente com o presente, um exemplar do ante-projeto de lei que dispõe sobre as relações entre fornecedores e recebedores de cana e dá outras providencias organizado por esta Secção em obediência as instruções recebidas de V.Excelência. O prazo de dez dias que V.Excelência me concedeu para a elaboração desse ante-projeto, por sua exigüidade, não possibilitou a necessária meditação sobre o trabalho, à proporção que ele ia avançando.’’<sup>29</sup>. Vê-se que uma lei com ideais amplos, já começava baseada em estudos com prazos políticos, e não jurídicos ou técnicos. Nascia sob o signo da improvisação, alicerçada somente em opiniões dos tecnocratas do IAA, sem procurar, com mais tempo, uma consulta a todos os interessados no problema. As duvidas eram tantas que foram feitos seis esboços sendo o ultimo enviado para a apreciação do presidente do IAA. Como esse demorou em iniciar as discussões sobre o assunto, a Seção Jurídica do IAA mandou mais um que serviria de esboço para a discussão em reuniões<sup>30</sup>, nas quais compareciam os Senhores Barbosa Lima Sobrinho, Gileno de Carli, Vicente Chermont de Miranda, e eventualmente Francisco Coqueiro Watson e Antonio G, de Cerqueira,

respectivamente presidente, chefe da seção de Estudos Econômicos, advogado - chefe, chefe da seção de fiscalização e chefe da seção de estatística do IAA. Após vários debates e grande numero de textos, o 15º foi transformado em projeto que apresentado ao governo, sendo convertido em 21 de novembro de 1941 no Decreto-Lei nº - 3.855 com o título de Estatuto da Lavoura Canaveira. Convém frisar que desde o início essas medidas criaram áreas de atrito e descontentamento.

Nos seus capítulos, procura abranger todos os aspectos do problema desde a plantação, industrialização e comercialização, dando um enfoque generalizado para as variadas situações; algumas peculiares a uma só zona açucareira.

Isso é observado pelos títulos em que está dividido o Estatuto:

**I - DOS FORNECEDORES E LAVRADORES DE CANAS**, no qual pretendia definir que era realmente fornecedor e lavrador, dando-lhes nos Art. 1º, 2º, 5º e 6º uma figuração jurídica a qual nos artigos subseqüentes, para os primeiros iria definir as suas vantagens econômicas junto aos usineiros a aos segundos suas vantagens junto aos empregadores<sup>31</sup>. No Art. 7º procurava-se dar ao lavrador uma assistência social inédita, pois provia para ele terras gratuitas para a sua subsistência, salários independentes da flutuação da colheita e direito de moradia condizente, assistência médico-hospitalar e garantia de indenização. O Art. 8º, estendia aos trabalhadores rurais as vantagens da justiça trabalhista<sup>32</sup>. Nos Arts. 11º a 15º dava providências quanto ao cadastramento dos fornecedores, a fim de controlar as quotas de fornecimento pelo IAA.

**II - DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO**, destacamos o Art. 17º, que dá aos fornecedores a garantia de colocação de sua produção por quotas determinadas pelo IAA, e no Art. 18º temos a obrigação dele em entregar as canas nas usinas aonde foi inscrito como fornecedor. Esses dois

artigos preteriam indistintamente os dois lados do problema, já que obriga a usina a comprar de seus fornecedores, como também os obriga a não deixar a usina sem a matéria prima, necessária à sua produção, evitando com isso especulações de ambas as partes. No Art. 22º dava poderes ao IAA inclusive de a revelar dos interessados, ditar normas para regular o fornecimento sendo no Art. 25º estipulados livros e impressos necessários à escrituração por parte dos usineiros, da quantidade de canas adquiridas, a fim de permitir a fiscalização do cumprimento do disposto no Estatuto. O Art. 28º dava garantias à moagem da cana, chegando ao ponto de que se o IAA, fornecedor ou mineiro sentisse que uma usina estivesse insolvente ou com atraso no início da moagem, o primeiro podia intervir até a normalização da situação, sendo que os artigos seguintes até o 31º, reforçam e determinam as maneiras de se realizarem essa intervenção econômica. A partir do Art. 32º até o 38º, vemos a preocupação de solver um problema, que desde o início acompanhou as relações entre produtores e fornecedores: a pesagem da cana entregue pelos segundos, inclusive sendo um ponto de pressão econômica bastante utilizada pelos primeiros, pois dificultavam sempre o controle. Com o Estatuto procurou-se cercar o problema de todas as soluções sugerindo, obrigando, multando aqueles que não cumprissem o determinado. Nos artigos 39º e 40º, vemos sanções duras para os usineiros que porventura tentassem burlar a lei, afetando-os no seu ponto mais sensível, o financeiro, pois com a negativa injustificada em receber as canas dos seus fornecedores, veria sua quota de produção de açúcar diminuída e com a obrigação de ressarcir o fornecedor com o valor das canas não aceitas. Contudo a lei não era unilateral pois para o fornecedor relapso os artigos 43º até o 47º aplicava também sanções econômicas, que praticamente o alijava das atividades e da qualificação do fornecedor.

**III- DAS QUESTOES DERIVADAS DA LIMITAÇÃO DA PRODUÇÃO,** representa de fato a tentativa dos legisladores em coibir a destruição sistemática que estava ocorrendo com as pequenas e médias propriedades, que

de há muito sem uma garantia mínima de aproveitamento de sua produção de cana, se via inibido em continuar na atividade, pois o poder aquisitivo das usinas ia forçando-os a se retirarem dos mapas de fornecimento, como bem explica Barbosa Lima Sobrinho: “Tomemos algumas usinas de Pernambuco, por ordem alfabética, preferindo, naturalmente, aquelas em que mais se acentuou o decréscimo das quotas de fornecimento. A Usina Bulhões, por exemplo. Em 1929 - 30, recebia 100 por cento dos fornecedores. Hoje, recebe 18 por cento. A quantidade de matéria prima dos fornecimentos, com a respectiva percentagem, foi a seguinte:

MATÉRIA PRIMA DE FORNECEDORES

ANO	TONELADAS	PERCENTAGEM
1829/30	64.856	100
1930/31	39.655	100
1931/32	42.620	100
1932/33	39.879	99
1933/34	18.461	68
1934/35	33.212	71
1935/36	20.213	33
1936/37	10.809	57
1937/38	9.201	34
<b>1938/39</b>	<b>10.110</b>	<b>18</b>
1939/40	9.477	16
1940/41	7.622	15

Na usina Catende, os números revelam o mesmo fenômeno. A participação do fornecedor foi se tornando de ano a ano mais reduzida:

ANO	TONELADAS	PERCENTAGEM
1929/30	251.482	84
1930/31	117.784	77
1931/32	226.677	84
1932/33	115.405	58
1933/34	95.948	47
1934/35	83.979	35
1935/36	57.093	22
1936/37	31.490	30
1937/38	50.186	25
<b>1938/39</b>	<b>39.760</b>	<b>13</b>
1939/40	49.169	17
1940/41	41.646	15 <sup>31</sup>

No Art. 48º fica determinado com precisão, cortando, as idéias expansionistas dos usineiros, estipulando as percentagens de canas a serem esmagadas, obrigando com isso que o usineiro passasse a ter interesse de manter produtivos os seus fornecedores e não destruí-los como anteriormente ocorria. Nos artigos seguintes, 49º, 50º e 52º, esse esforço de proteger o pequeno fornecedor é amplamente amparado, porém vemos ruir, todas as boas intenções protecionistas a uma classe economicamente pulverizada, com a inclusão no texto da lei, dos Arts. 51º e 55º os quais subrepticiamente dá direitos aos usineiros de completarem a quota de matéria prima, com canas próprias, desde que não houvessem fornecedores com quantidade suficiente. Ora, isso abria campo para que os usineiros com mais recursos oferecessem preços elevados pelas terras, ou pressionassem os pequenos, lavradores com a cobrança, em prazo exíguo, de dívidas contraídas na entre-safra, para obrigá-los a entregar as suas terras. No Art. 61 vemos a intervenção estatal, a fim de terminar com a produção do açúcar extra-limite ou o clandestino pois ambos seriam confiscados pelo IAA, a fim de controlar a produção, evitando a suposta superprodução, fantasma que perseguia todos os tecnólogos dessa autarquia. Nesse artigo, o próprio presidente do IAA, Sr. Barbosa Lima Sobrinho, achava um pouco draconiana essa faculdade legal e que possivelmente comportasse perigos se mal administrada<sup>34</sup>. Contudo também achamos que o Art. 62º é um tanto ríspido, pois ficaria na dependência de possíveis conveniências pessoais do IAA a distribuição de quotas chamadas extintas. Havia no Art. 68º uma disposição legal, que sem limitar a modificação do endereço fiscal da usina, obrigava-a a cumprir integralmente os acordos em primeiro lugar com os fornecedores da localização anterior, ou seja, no caso de mudança dos maquinários as quotas de fornecimento de cana poderiam acompanhá-los, a critério do IAA. No texto do Art. 74º é de nosso ver que o mesmo foi inserido no Estatuto a fim de incentivar a produção de álcool anidro, pois isentava as destilarias das obrigações junto ao fornecedor, estipuladas pelo Art. 48º.

Isso aparenta-nos como uma válvula de escape para os usineiros possuidores de grandes áreas de terra, as quais tornavam-se ociosas devido ao citado Art. 48°. No Art., 83° percebemos que mais uma vez a pretensão de se proteger a pequena propriedade foi rompida, pois nesse artigo o antigo senhor de engenho vê-se desamparado, cujas técnicas não tão avançadas para concorrer com o usineiro, terá de descer um degrau na escola social rural, passando de produtor a simples fornecedor, tendo ainda que trocar a sua cota de açúcar em favor da usina pela de cana, para obter essa classificação de fornecedor, e assim mesmo se o usineiro achar conveniente. Em caso contrario, seria a derrocada financeira para estes.

**IV – DOS PREÇOS E SUA: COORDENAÇÃO.** Cremos que se fossem cumpridos o determinado nos Arts. 87° e 88°, terminariam de fato os grandes e seculares problemas sociais da indústria açucareira: um preço justo ao serviço de amanhã da terra. Norma mais do que merecida para ambas as partes, distribuindo para usineiros e fornecedores os lucros e perdas do negócio, eximindo os segundos de arcar sozinhos com as quedas de cotação do açúcar, pois o preço da cana seria em função de tabelas baseadas no preço do produto acabado. Mas nesse artigo, talvez como compensação, aos preços melhores a serem obtidos pelos fornecedores, obrigava-os para compensar os usineiros dos custos mais elevados<sup>35</sup>, a entregar na usina uma cana com melhor qualidade, maior riqueza de sacarose, mais limpa, o que resultaria num melhor aproveitamento industrial, incentivando com isso um progresso na técnica agrícola. O Art. 90° para a época foi uma utopia, pois até hoje poucos são os trabalhadores na lavoura canavieira que realmente recebem o salário estipulado por lei.

**V - DO FUNDO AGRICOLA,** todos os seus artigos do 91° ao 106° são baseados em legislação vigente na época em Cuba e em Porto Rico, grande produtores de açúcar, na qual as quotas de fornecimento estão vinculadas à terra e não ao proprietário<sup>36</sup>, isso a fim de evitar um empobrecimen-

to das chamadas zonas produtoras com a saída dos proprietários, que anteriormente ao Estatuto, transferiam-se também com suas quotas para outras paragens, empobrecendo a anterior que ficava sem meios de fornecer a cana por falta dessas quotas. Nos artigos citados, o Estatuto estipulava várias medidas com a finalidade de assegurar a integridade desse fundo, ficando proibida a divisão das quotas de fornecimento em consequência das partilhas da terra, desde que as novas quotas não assegurassem aos novos donos um mínimo decente para a manutenção de si e de sua família. Enfim o fundo agrícola serviria como garantia aos reforços do agricultor que dessa terra extraía a sua riqueza, não podendo portanto empobrecê-la com sua transferência.

**VI - DA COMPOSIÇÃO DOS LITÍGIOS**, em seus capítulos trata-se das disposições gerais sobre litígios, suas fórmulas, os órgãos para solver os mesmos, inclusive fixando os números e a qualificação de seus componentes como também, normas gerais de procedimento sobre os litígios.

**VII - DA ASSISTENCIA A PRODUÇÃO**, normatiza as taxas a serem cobradas a usineiros e fornecedores suas multas, aplicação as mesmas principalmente para financiamento no período de entre-safra, assistência a produção na melhoria das condições sócio-econômicas do trabalhador rural e montagem de novas unidades fabris.

**VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS**, regulando em seus artigos o funcionamento dos diversos órgãos e comissões necessárias ao cumprimento do Estatuto.

**IX - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**, são as que determinam em seus artigos as providências imediatas para o início do cumprimento do Estatuto, até que se instale em definitivo, as comissões referidas no Título anterior.

## Conclusões

Pelo exposto, concluímos que o Estatuto da Lavoura Canavieira, como peça jurídica e técnica, procurando atender a todos os problemas da agroindústria açucareira, era uma perfeição, pois tentava solucionar as crises cíclicas, terminando de uma vez por todas com as arestas que existiam entre os componentes do problema, ditando normas e sanções. Algumas delas, bastante avançadas para a mentalidade da época, principalmente pelo enfoque ultrapassado dos usineiros, herdado em parte pela mentalidade colonial dos senhores de engenho.

Porém na prática o Estatuto deixou de cumprir com o determinado, porque foi baseado em dados distorcidos ou mal analisados das realidades mercadológicas, sociais, econômicas e políticas da época, e principalmente por não terem sido adotadas as medidas e legislação complementares necessárias, ou seja, o problema não foi do Estatuto mas da sua execução. A realidade de mercado era o problema de sub-consumo<sup>37</sup>, e não a idéia dos técnicos do IAA de super-produção. Essa realidade era ainda mais agravada pelas medidas protecionistas aos usineiros, (Decreto nº 20.761) que incentivava o aumento do preço do açúcar. Falhava em procurar solucionar somente com preços elevados cada vez mais, problemas de infra-estrutura obsoleta dos bangüês e mesmo das usinas. A nossa indústria açucareira estava em grande atraso tanto no setor agrário quanto no industrial, os quais impossibilitavam preços condizentes com os mercados interno e externo.

Outro ponto negativo foi o estrangulamento da produção do açúcar sem previsões, principalmente das necessidades mundiais, assolados que estavam os campos de plantio de beterraba na Europa pela Grande Guerra iniciada em 1939, chegando ao ponto de assim se expressar Gois Monteiro

“Todos nos sabemos que ao se findar a guerra, no momento em que a Europa se encontrava com a sua indústria açucareira fundamentalmente afetada e quando grandes produtores mundiais, como Java, as Filipinas, Formosa etc., tinham os seus parques e suas lavouras quase inteiramente devastados, os mercados mundiais se encontravam ávidos de açúcar e o produto alcançou preços fabulosos. Os produtores brasileiros receberam propostas que foram até a Cr\$ 400,00 por saco<sup>38</sup>, contudo nossos usineiros, devido ao estrangulamento imposto pelo IAA, não tiveram condições de atender as exportações. Outra falha dos técnicos foi no tocante ao maior uso do álcool como combustível, em substituição ao petróleo que era escasso com guerra. Sendo que este consumo abaixo das previsões foi devido aos motores de combustão existentes, os quais não foram fabricados para consumir este tipo de combustível e a falta de uma técnica mais apurada na obtenção de um tipo de álcool apropriado. Concluímos que o Estatuto no final não beneficiou economicamente nem o usineiro, pois tolhia a sua produção, nem ao fornecedor de cana, já que restringia a sua área cultivada e nem ao consumidor que pelos métodos anacrônicos e baixa produção nas usinas, pagava preços elevados.

Na parte social o Estatuto foi mais ambicioso, pois pretendia humanizar a vida do lavrador, a qual pouco diferia da dos escravos motivada pelas injustiças praticadas pelos proprietários, tanto do engenhos, das terras, e agora, das usinas. Procurava uma assistência médico-hospitalar inédita, infelizmente obtida a maior parte em décadas posteriores. Porém o ponto mais polêmico do Estatuto, a cessão de terras gratuitas ao lavrador para que esse pudesse cultivar a sua lavoura de subsistência, tinha um quê de utópico, pois dentro de uma realidade industrial não seria lógico ceder terras produtoras matéria prima, rentáveis portanto<sup>39</sup>. Outra matéria importante de assistência e controle aos lavradores de cana teria sido os contratos tipos, os quais iria proporcionar a estes um amparo das leis trabalhistas, mas em 1963 - o Sr. Barbosa Lima Sobrinho, denunciava o não cumprimento do Art. 5º do Estatuto<sup>40</sup>.

Na parte econômica, pretendeu-se dar ao fornecedor garantias para a sua produção de cana-de-açúcar de maneira paternalista, mas dava também aos usineiros meios de burlarem o Estatuto no tocante às quotas da cana, compra de áreas pela pressão econômica. Enfim, paternalismo ambíguo, conciliatório para não desagradar grupos poderosos economicamente e nem aos menos favorecidos.

O IAA ao tentar abranger e resolver todos os problemas, somente com o Estatuto, deixou de levar em conta as diversas zonas açucareiras do Brasil, cada uma com variedades de problemas, para as quais eram exigidas soluções específicas, tanto que três anos após, surgem leis para sanar essas falhas, como a de nº. 6.969, que dispunha sobre problemas peculiares aos lavradores de terra em São Paulo<sup>41</sup>.

Concluímos que se houve dificuldades na elaboração do Estatuto, maiores foram essas, para a sua execução. Porém o importante dele é que se não resolveu de todo os problemas existentes, serviu como uma abertura para a solução desses problemas sócio-econômicos que atingiam uma agro-indústria em crise - a do açúcar, iniciando uma caminhada a procura de uma real paz social, com o objetivo de elevar as condições do assalariado, sem querer destruir o assalariado.

## NOTAS:

<sup>1</sup> IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930 - 1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. p. 22.

<sup>2</sup> Brasil/Açúcar, Coleção Canavieira nº 8 Rio de Janeiro, IAA, 1972, p.80.

<sup>3</sup>SIMMER, Roberto. *Historia econômica do Brasil (1500/1820)*. 6 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 6 ed., 1962, p. 95.

<sup>4</sup>PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 5 ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1966, p. 14.

<sup>5</sup>GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e

Terra, 1968. p. 58.

<sup>6</sup>Ibidem, p. 5.

<sup>7</sup>PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 10 ed. São Paulo, Brasiliense, 1967. p.34.

<sup>8</sup>Ibidem, p. 20

<sup>9</sup>ANDRADE, Manoel Correia de. *A terra e o homem no nordeste*. 2 ed. São Paulo, Brasiliense, 1964. p. 76.

<sup>10</sup>C.NABHLVA, A.P. *Introdução e vocabulário da obra cultura e opulência do Brasil de ADREONI, João Antonio*. 2 ed. São Paulo, Editora Nacional, [19\_\_], p. 49-50.

<sup>11</sup>ANDRADE, Manoel Correia de. *O Açúcar e a formação da sociedade nordestina, em história social da agroindústria canarieira*. Recife: Museu de Açúcar, IA.u., 1974. p. 15.

<sup>12</sup>PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*, citada. p. 22.

<sup>13</sup>ibidem, p. 22

<sup>14</sup>COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala a colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966. p. 3.

<sup>15</sup>SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil*, citada.p.96

<sup>16</sup>Brasil/açúcar, citada p.41

<sup>17</sup>CANABRAWA, A.P. *Introdução e vocabulário da obra cultura e opulência do Brasil de Andreoni, João Antonio*, citada, p.58

<sup>18</sup>Nota-se o crescimento da produção do açúcar de beterraba, pelo quadro inserido, extraído do Brasil/Açúcar, citada, p.162

<sup>19</sup>GUIMARAES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*, citada p.177

<sup>20</sup>ANDRADE, Manoel Correia de. *A terra e o Homem no Nordeste*, citada p. 76.

<sup>21</sup>AMARAL, Luis. *História geral da agricultura brasileira*. 2 ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1958, v.1, p. 362 - 368.

<sup>22</sup>IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*, cite—da.p. 22.

<sup>23</sup>O Decênio da Política do Açúcar. Brasil Açucareiro, Rio de Janeiro, IAA, dez/1941, pp.78/80.

COSTA FILHO, Miguel - Três fases da vida do Instituto. *Brasil açucareiro*, Rio de Janeiro, IAA, dez/1941. p.81-86.

<sup>24</sup>AMARAL, Luis. *História geral da agricultura brasileira* - citada p.378.

<sup>25</sup>VARGAS, Getúlio – A Nova Política, do Brasil. Rio do Janeiro., Olympio v. 4. p. 162.

<sup>26</sup>COSTA FILHO, Miguel. *Três fases da vida do instituto*, citada pp.81/86

<sup>27</sup>LIMASOBRINHO, Barbosa *Problemas econômicos e sociais da lavoura canarieira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zelio Valverde Editora, [19\_\_]. p. 39

<sup>28</sup>MIRANDA, Vicente Chermont de. *O Estatuto da lavoura canarieira e sua interpretação*. Rio de Janeiro: IAA, 1943, p.125.

<sup>29</sup>MIRANDA, Vicente Chermont de. *O Estatuto da lavoura Canarieira e Sua Inter-*

pretação, citada, pp.142 e 143

<sup>30</sup> Ibidem.

<sup>31</sup> LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira*, citada, p.257.

<sup>32</sup> A situação dos fornecedores e dos trabalhadores rurais, na Indústria açucareira - *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, p. 14-15 nov/ 1944.

CELSO FILHO. Terra alheia. *Brasil Açucareiro*, Rio de Janeiro, p. 35-36 , Fev/1945, pp.22/24.

<sup>33</sup> LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira*, citada pp. 45/46

Acreditamos que na Tabela “Matéria prima de Fornecedores” da p46 a data 1829/30, refere-se a 1929/30, por possível erro de impressão.

<sup>34</sup> LIMA SOBRINHO, Barbosa. O Estatuto da lavoura canavieira e seus adversários. *Revista “Jurídica”*, Rio de Janeiro, vol.29 p. 10, abr./jun./1964.

<sup>35</sup> CELSO FILHO. Preço e financiamento no estatuto da lavoura canavieira. *Brasil Açucareiro*, Rio do Janeiro, p. 60-63, nov./1944.

<sup>36</sup> LIMA SOBRINHO Barbosa. *Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira* citada, p.272

<sup>37</sup> AMARAL, Luis. *História geral da agricultura brasileira*, citada, p. 378.

<sup>38</sup> GOIS MONTEIRO, Ismar de. *O Preço do açúcar e outros problemas da economia canavieira*. Rio de Janeiro, p. 13, 1949.

<sup>39</sup> FREYRE, Gilberto e outros. *A Cana o a reforma agrária*, Recife Inst. Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Ministério de Educação e Cultura, 1970, p. 355

<sup>40</sup> LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O estatuto da lavoura canavieira e seus adversários*, citada, p.15

<sup>41</sup> Estatuto da Lavoura Canavieira e Legislação Complementar. Rio de Janeiro, 1949, p. 34-39.

## Crimes e delitos

*Antonio José Miguel Feu Rosa (\*)*

Há várias espécies de criminalidade. Antes de mais nada, temos a criminalidade violenta – homicídio, lesões corporais, etc. – a seguir, a criminalidade fraudulenta – estelionato, apropriação indébita, fraude contra credores, crimes do colarinho branco, etc..

Mas, além desses dois grandes e frondosos ramos, surge, com não menos destaque a criminalidade sexual: estupro, sedução, atentado violento ao pudor, etc..

Ao longo dessas manifestações, encontramos, ainda, os crimes políticos – sabotagem, terrorismo, etc. – crimes contra a humanidade – genocídio, destruição do meio ambiente e de bens públicos, especialmente protegidos etc. – crimes religiosos, crimes passionais e, finalmente, “the last bust not the least” ou a criminalidade louca.

O criminoso louco é, sem dúvida alguma, o mais perigoso de todos. Isto porque seu procedimento não tem lógica nem motivação.

Se a pessoa tem um inimigo que quer matá-la, passa a tomar cuidados, cautelas especiais, evitando andar sozinha e por onde anda o suposto assassino, pedindo garantias policiais, nunca passando por locais escuros e isolados.

Já em se tratando de um criminoso louco – homicida, estuprador ou incendiário – qualquer um pode ser agredido. Toda a localidade entra em pânico. Assim, por exemplo, se há na cidade um estuprador louco, que violenta mulheres e crianças, matando-as em seguida, ninguém sabe quem será a próxima vítima, razão por que todas as mulheres se sentirão ameaçadas, criando-se na cidade um ambiente de terror.

Da mesma forma, sabe-se que um homicida louco, daqueles que matam indiscriminadamente – que os americanos chamam “serial

(\*) O Autor é Desembargador aposentado e Associado do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

killer” – e que está atuando na cidade, ninguém se sentirá seguro em locais públicos: ruas, parques de diversão, praças, supermercados, etc..

Aparecem, ainda, como sub-espécie dessa criminalidade de louco os crimes de fanáticos políticos, religiosos e ideológicos.

Há na história da humanidade inúmeros exemplos de pessoas que foram mortas por fanáticos, que pessoalmente não tinham motivo algum para cometer o crime, mas que achavam estar intepretando a vontade de Deus ou os sentidos do povo ou de sua grei política, religiosa ou filosófica.

Tivemos assim, os assassinatos de Marat, Lincoln, Kennedy, Martin Luther King e, mais recentemente, a tentativa de homicídio do Papa João Paulo II.

Não há muito tempo o estilista Gianni Versace foi morto por um criminoso louco, na Itália, apenas por ser homossexual. Inúmeros crimes semelhantes têm sido cometidos: mata-se porque a vítima era judeu, negra, índio, prostituta, árabe, policial ou menor infrator.

Vale lembrar ainda os chamados crimes passionais, em que o agente, cego pela paixão, mata “por amor” (a propósito, Roberto Lyra dizia que a “honra do homem não pode estar no meio das pernas de uma mulher.”)

A criminologia registra incontável número de crimes cometidos por homens ou mulheres, ricos, pobres ou remediados, sem distinção de grau de cultura, de patrimônio econômico ou de nível social, apenas sob o domínio de um sentimento incontrolável que lhe turva a mente e cega-lhes o raciocínio, levando-os muitas vezes ao crime e, em seguida, ao suicídio.

Além disto, superada aquela época em que só se concentrava a preocupação na pessoa do criminoso, em torno de quem se polarizavam todas as medidas de repressão e de prevenção social, hoje em dia nota-se que ao seu lado está, às vezes, a vítima, que também apresenta tendências para o crime, é recorrente e sem cuja participação efetiva e decisiva não se teria apresentado a ocorrência.

Em muitos crimes de estelionato (no “conto de paco”, por exemplo), não fosse a ganância da vítima, sua ânsia de locupletar-se indevidamente do dinheiro alheio, não teria havido crime algum. A vítima agiu de má fé.

Por essas e muitas outras razões não podemos deixar de nos regozijarmos com a proposta em curso na Câmara dos Deputados, que praticamente revoluciona o Direito Penal brasileiro e que esté perfeitamente sincronizada com a ciência penal moderna. Pretende a proposta diferenciar, na aplicação da pena, os inúmeros agentes do crime. Trata-se de idéia tão boa que achamos difícil ser aprovada.

# Fundamentos do Constitucionalismo e da Constituição Brasileira

Gabriel Bittencourt<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

### Origens - elaboração e fontes da Constituição

Os três elementos essenciais da constituição do Estado - povo, território e governo, se conjugam e se harmonizam para a estruturação dessa entidade política. Assim, o Estado é um fato político na vontade do corpo social. Para Bluntschli, é a nação politicamente organizada.<sup>2</sup> Dentro deste princípio, conforme Lassalle, não se pode conceber um Estado que não tenha uma constituição real e efetiva. (Lassalle, 1988, p. 29)

Neste sentido vamos encontrá-la em Aristóteles, sob a expressão *politeia*, que significa a maneira de ser da cidade, ou seja, da estrutura social da comunidade; modernamente entendida em dois sentidos: como ordenamento fundamental do Estado e como o “conjunto de regras organizatórias destinadas a disciplinar as relações entre os vários órgãos de soberania.”. Em Roma, a expressão *constitutiones principum*, como fonte do direito, indicava os atos normativos do imperador, que passaram a valer como lei. Mas Cícero, ao considerar a *res publica* como “agregado de homens associados mediante um consentimento jurídico e por causa de uma utilidade comum”, já nos apresenta uma conotação jurídico-política. Isto é, além de avultar a importância do povo (*populus*), a *res publica* “exprime já a coletividade tomada na sua individualidade como sujeito de relações jurídicas”. De acordo com Canotilho (1980,

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Apos.). Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais. Membro do IHGB, do IHGES, da AEL e da AEI.

p.101-4), a *civitas* representava, precisamente, uma forma de *res pública* - a comunidade organizada juridicamente e constituída na cidade. A idéia de lei fundamental como lei suprema, limitadora dos poderes soberanos, só aparecerá na Idade Média, salientando as leis feitas pelo rei distintas das leis do reino. Podendo o soberano modificar ou revogar aquelas. Sendo-lhe defeso tal atitude em relação às últimas, que tinham características de *lex terrae* e de direito natural.

A conceito de Constituição, no sentido jurídico do vocábulo, de organização constitucional do Estado, só começou a se tornar realidade a partir do Século XVIII, com o denominado movimento constitucional, que consolidou os contornos do chamado 'estado constitucional'. Entendido o instituto da Constituição, no sentido jurídico, o conjunto das normas que definem a estrutura do Estado, estabelecem a tríplice divisão do poder, fixam a competência dos órgãos estatais e garantem o exercício dos direitos fundamentais do homem. Nesse sentido, regime constitucional significa, portanto, governo baseado na divisão do poder e na garantia das liberdades e dos direitos individuais.

## ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O estado constitucional - o triunfo definitivo da Constituição, é assinalado, conforme Canotilho (p. 107), pela independência das treze colônias americanas. Em 1776, pela Constituição de Virgínia, que já vinha inserida de uma declaração de direitos, e em 1787 com a entrada em vigor da Constituição dos Estados Unidos da América. Com a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* dos revolucionários franceses de 1789 e conseqüente Constituição de 1791, emoldura-se o quadro que compõe o constitucionalismo moderno. Em decorrência da Revolução, e, com a emancipação das colônias hispano-americanas, desde 1812 foram sendo promulgadas as constituições das novas nações latino-americanas, entre estas a Constituição do Império do Brasil (outorgada em 1824).

Até o Século XVIII, portanto, eram costumeiras ou consuetudinárias as constituições. Segundo Darcy Azambuja (1985, p. 170), “compunham-se de praxes, tradições, costumes e as vezes de uma ou outra lei ou documento como a Magna Carta”.

Esta, aliás, a base das instituições jurídicas constitucionais, imposta a João Sem Terra pelos barões do Reino da Inglaterra em 1215, não consistiu uma verdadeira declaração de direitos, mas um pacto para resolução de problema de domínio do Estado, de acordo com as estruturas feudais então vigentes.

Maiores avanços sujem no século XVII com os textos da lei de **habeas corpus** (1679), do **Bill of Right** (1689), do **Act of Settlement** e, sobretudo, da **Petition of Right** em 1628. Esta, inobstante seu caráter apenas declaratório, já se tratava de uma tentativa de posicionamento do Parlamento a propósito dos princípios fundamentais das liberdades civis. No mesmo século surgem os célebres contratos de obrigações recíprocas dos colonos americanos com a Inglaterra e as **Fundamental Orders of Connecticut** (1639), que já continham a idéia de Constituição como instrumento ordenador da sociedade política. Canotilho, citando K. Löwenstein, credita também a Inglaterra a primeira tentativa de Constituição escrita com o **Agreement of the People** (1647-1649). E o primeiro texto verdadeiramente constitucional de um Estado moderno o **Instrument of Government**, em 1653, sob o ‘protetorado’ de Lord Cromwell (1653). Aproximando-se este das fórmulas constitucionais autoritárias da época contemporânea. (p. 106-7)

Tais preceitos jurídicos, não reunidos e/ou codificados, eram quase que desconhecidos fora do mundo britânico e do âmbito dos juristas e legistas das Cortes. Tais iniciativas, no entanto, haveria de influir de feição formidável do século seguinte, que coincide com o aparecimento ou a divulgação de um novo fator, um novo modificador da estrutura política, que são as novas teorias políticas que então agitavam e renovavam o hemisfério norte e ocidental desde os seus fundamentos: o Liberalismo, o Parlamentarismo, o Federalismo, a Democracia e a República e o Constitucionalismo.

## O CONSTITUCIONALISMO NO BRASIL

Quase todos os países do mundo têm hoje uma constituição escrita. O pensamento político do iluminismo, as revoluções do século XVIII e os movimentos da independência do século XIX abriram a América Latina ao fenômeno da constituição escrita. É necessário ter em conta, porém, que o constitucionalismo, apesar de impulsionado sempre pelos mesmos objetivos básicos, teve características diversificadas, segundo as circunstâncias de cada Estado. Em alguns, conforme Dallari (1991):

foi o instrumento de afirmação política de novas classes econômicas, enquanto em outros, foi mera expressão de anseios intelectuais, nascido de um romantismo político sem caráter utilitarista. Naqueles, em consequência, o constitucionalismo teve caráter revolucionário, consagrando mudanças estruturais e implicando limitações ao governo e ao Estado. Nos demais teve um sentido quase simbólico, gerando as monarquias constitucionais, cujo absolutismo perdeu o caráter pessoal para adquirir um fundamento legal. (p. 170)

Muitos estados limitaram-se, portanto, a adaptar cartas constitucionais de outros países ou fórmulas doutrinárias já experimentadas noutros regimes, nem sempre documentos inovadores. Assim, a Constituição espanhola de Cadiz de 1812 foi mandada observar provisoriamente no Brasil (Decreto de 21 de abril de 1821) e influenciou profundamente os constituintes portugueses de 1821 e a própria Constituição do Império do Brasil (1824).

Aqui, uma ‘nobreza brasileira’ conforme ensina Oliveira Viana, “asentada sobre a base dos grandes latifundiários, numerosa, rica, orgulhosa, esclarecida pelas idéias novas, que revolucionavam os centros cultos do Rio de Janeiro e de Pernambuco”, bem como “uma aristocracia intelectual, graduada na sua maioria pelas universidades européias, especialmente a Universidade de Coimbra”, haveria de influir na formação política desses primeiros tempos. (Viana, 1956, p. 10).

A transmigração da família real, no contexto da Revolução Liberal e das Guerras Napoleônicas, redundou em sensíveis modificações à vida do país, notadamente a interrupção do exclusivismo comercial volumoso e desfavorável para a colônia; pondo fim ao sistema colonial e sua expressão teórica, também do absolutismo: o mercantilismo, que esgotara sua capacidade criadora.

Nesse contexto, o processo da independência brasileira ocorrerá em estreita conexão com a expansão do constitucionalismo. Ainda não havia sido declarado, oficialmente, a emancipação política do Brasil e o príncipe d. Pedro já decretara, em 3 de junho de 1822, a convocação de uma Assembléia Constituinte e Legislativa, atendendo a representação dos procuradores da província do Rio de Janeiro e do Estado da Cisplatina (Rodrigues, 1975, p. 237). Mas o constitucionalismo do início do século XIX não trazia a democracia, nem em Portugal, nem ao Brasil, porque conviveu com a escravidão e limitou as concessões liberais a certos grupos sociais; uns mais 'iguais' que outros como reflexo das discriminações sociais.

Instalada a Assembléia Constituinte, a 3 de maio de 1823, foram eleitos alguns representantes da 'melhor sociedade da época'. Cerca de cem deputados previstos (dos quais apenas oitenta, aproximadamente, tomaram posse), eleitos à moda de Cádiz, em pleito indireto, por eleitores de freguesia e paróquia, em número proporcional à população das províncias; algumas contando apenas um único representante (Franco, 1972). É deste contingente que se extraiu, mais tarde, boa parte dos dirigentes aos quais ficará entregue a nação: 33 senadores, 28 ministros, 7 conselheiros de Estado, 4 regentes e 18 presidentes de província.

Contudo, como se sabe, não se fez com tranqüilidade os trabalhos dessa primeira constituinte; dissolvida no mesmo ano de sua instalação, ante o caráter violento do debate suscitado pelo projeto Antônio Carlos Ribeiro de Andrade. É que pretenderam os constituintes, inicialmente, atribuir ao imperador o direito de veto apenas em caráter suspensivo sobre as decisões parlamentares. Na Carta outorgada por ele, posteriormente, procurou assegurar para si maiores poderes (Costa, 1988, p. 64-125). Nomeando um Con-

selho de Estado para elaborar, sob sua orientação pessoal, a Constituição de 25 de março de 1824.

Ao elaborar o projeto de 1823, foram os constituintes buscar subsídios nas constituições inglesa e francesa. Nesta, sobretudo os princípios filosóficos e políticos do Contrato Social. Mas daí não se deduz condições análogas àquelas nações. Aqui são os próprios senhores de terras que adotam as idéias de liberdade econômica e soberania nacional contra a burguesia mercantil-monopolista. Adotam-nas porque se adaptam aos seus propósitos, na falta de um sistema original, que não estavam, evidentemente, em condições de produzir. Afasta-se o ‘fantasma’ da recolonização mas exclui dos direitos políticos as categorias inferiores da sociedade. Reflete a ideologia e os interesses da classe dominante, adaptando a situação daquelas categorias às exigências da filosofia rousseauiana.

## O CONSTITUCIONALISMO CLÁSSICO E CONSTITUCIONALISMO SOCIAL

A revolução aboliu a monarquia da ordem antiga, e a concepção vigente na autoridade do rei de que **L’Etat c’est moi**. A república burguesa reinventou o Estado e suas funções pondo a lei, expressão de uma abstrata e soberana vontade, em lugar da vontade unipessoal do rei.

A segurança jurídica é um dos pressupostos para o desenvolvimento do capitalismo e a segurança jurídica não estava garantida no Antigo Regime. Devido as freqüentes intervenções do Estado Absoluto na esfera jurídica-patrimonial dos súditos a que o soberano se apropriava, e o direito discricionário do mesmo príncipe quanto à alteração das leis. Conforme Canotilho (p. 131), citando Habermas, toda a construção constitucional liberal tem como escopo a certeza do direito “...o laço que liga ou vincula às leis gerais as funções estatais, protege o sistema da liberdade codificada do direito privado burguês e a economia do mercado”.

O constitucionalismo liberal engloba o liberalismo político, ao qual está associado a democracia burguesa, entendida esta pelos seus pressupostos doutrinários dos direitos do homem e da divisão dos

poderes, e o liberalismo econômico, apoiado sobre uma economia de livre-mercado. Assim, o estado constitucional permite a ascensão política da burguesia por vias da influência parlamentar. Nesta perspectiva, a limitação do direito eleitoral apenas aos que possuem bens de raiz, conforme preconizado por John Locke, se explica que, fazendo coincidir a regra do acesso às funções políticas com o sistema censitário, o constitucionalismo clássico ratificava, sob a forma jurídica, uma posição econômica conquistada. Daí a exclusão dos estratos sociais não proprietários do acesso às funções públicas. Por sua vez, é natural que as intervenções estatais não autorizadas por lei fossem censuráveis, porque afetam a garantia do desenvolvimento econômico e do lucro segundo expectativas calculáveis. Bem como, que as leis do Estado, tal como as do mercado, são objetivas. Destinam-se a todos, não podendo ser manipuladas por qualquer indivíduo em particular. (Canotilho, p. 132) N o plano econômico propriamente dito, ficam apenas implícitos nos textos constitucionais os dogmas do pensamento clássico, não se incluindo, como de praxe, disposições sistematizadas sobre a ordem econômica. No entanto, é também inquestionável que o pensamento liberal como princípio fundamental da constituição adotou a opção pelo mínimo de restrições aos direitos fundamentais economicamente relevantes.

Além do liberalismo econômico implícito, o constitucionalismo clássico costuma ser visto como uma exaltação dos direitos fundamentais do homem, considerando o indivíduo “como sujeito da autonomia individual, moral e intelectual” e que justifica **a priori** a *declaração de direitos*. Consistindo esta uma esfera própria e autônoma do cidadão, fora dos ataques do poder do soberano. Noutra perspectiva, do ponto de vista das doutrinas utilitarista, o indivíduo é “essencialmente o proprietário de sua própria pessoa, das suas capacidades e dos seus bens, e daí que a sociedade política seja considerada como uma invenção humana

para a proteção da propriedade que o indivíduo tem sobre a sua pessoa e os seus bens... Trata-se, no fundo, do individualismo ideológico do liberalismo econômico.” (Canotilho, p. 133-4)

Em que pese o escravismo predominante nas relações de trabalho do Brasil, a ideologia do constitucionalismo do país não se afastou desses parâmetros individualistas. À semelhança do que acontecia com as primeiras constituições francesas, a Constituição de 1824, separou a constituição organizacional do Estado da declaração dos direitos. Derivando-se diretamente da *Declaração* dos revolucionários franceses de 1789, o artigo 179, tendo como objeto manter a liberdade, segurança e propriedade dos brasileiros, chega a conter parágrafos inteiros dela transcritos.

Outro problema do constitucionalismo clássico é o da soberania e legitimidade, sobretudo da soberania popular. Idéia que exerceu grande influência na Revolução Francesa, avançando o seu conceito no sentido de soberania popular, concebendo a nação como o próprio povo numa ordem. Conforme Rousseau (Capítulo IV, p. 47), “o pacto social dá ao corpo político um poder absoluto sobre todos os seus, e este poder é aquele que, dirigido pela vontade geral, leva o nome de soberania”. O poder soberano, absoluto, sagrado e inviolável, sem transgredir, contudo, os limites das convenções gerais. A regra básica da limitação envolve um sentimento teórico de justiça, segundo o qual “o soberano não pode sobrecarregar os cidadãos de coisas inúteis à comunidade e tampouco pode exigi-las, devendo finalmente, fazer exigências iguais a todos os súditos”. (Dallari, 1991, p. 66-7)

Devido ao interesse das grandes potências expansionistas, ganha corpo no século XIX a noção de soberania como expressão do poder político, sustentando-se a tese da imunidade desta a qualquer limitação jurídica. Entretanto, a teoria da personalidade jurídica do Estado, desenvolvida na Alemanha a partir do meado do século, irá desenvolver uma completa teoria jurídica da soberania nas seguintes linhas: Se a soberania é um direito, seu titular só pode ser uma pessoa jurídica. A atribuição da titularidade da soberania ao Estado atende a este preceito ao mesmo

tempo em que preserva o fundamento democrático na medida em que o povo dele participa e é o elemento formador de sua vontade. Conforme Mortati (citado por Dallari, p. 71), é esta uma teoria legitimista, pois a legitimação do soberano, que equivale ao aparecimento do Estado, ocorre com a consolidação da ordenação por decurso do tempo.

As Constituições contemporâneas, quase a unanimidade, proclamam o princípio de que a soberania, o poder pertence ao povo ou à nação. A Constituição brasileira em vigor declara no art. 1º, parágrafo único: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.”

O problema da soberania nacional implica, pois, em estreita relação desta com a de representação política a partir da qual se formou a teoria do *governo representativo*. Que consiste na adoção de um sistema constitucional em que o povo governa através dos seus representantes eleitos. Consagrando-se no constitucionalismo clássico a teoria de Montesquieu, segundo a qual os representantes do povo, recebendo destes o mandato, eram livres para tomar decisões em nome da nação. (Canotilho, p. 136-70)

Assim sendo, o direito constitucional, organizador do Estado e de seu governo, disciplina as relações entre governantes e governados, e trata da Constituição do Estado. Daí a sua importância, porque é da Constituição que decorre a validade das demais partes do ordenamento jurídico, que devem fundamentar-se nos princípios jurídicos constitucionais, que assumem uma posição superior na hierarquia das leis. É o sistema de normas e princípios fundamentais, imprescindível ao Estado, e que pode emoldurar-se das mais diversas correntes ideológicas. Tanto pode versar sobre um Constitucionalismo e Constituição de feição liberal, cujos fundamentos apresentamos, como sobre um Constitucionalismo social ou uma Constituição socialista.

Muitos textos constitucionais da atualidade correspondem ao modelo político da social-democracia. Inúmeras foram as causas que, a partir da Grande Guerra, pôs em xeque os princípios políticos econômicos do liberalismo. O constitucionalismo clássico, individualista no seu âmago, tornara-se inconciliável com as reivindicações proletárias que empol-

garam o mundo do pós-guerra. Em todo mundo democrático não havia mais campo para aquela posição de neutralidade inspirada no romantismo político do século XVIII. O Estado deveria intervir como árbitro na luta entre o capital e o trabalho, promover a justiça social e humanizar a democracia burguesa. Persistir na manutenção dos princípios do individualismo político e do liberalismo econômico clássico seria aceitar a falência do Estado democrático e o estabelecimento do caos social. O aparecimento das ideologias socialistas, ao promoverem a revisão da ordem jurídica liberal, não podiam deixar de provocar alterações relativamente importantes na estrutura constitucional.

Assim, em oposição ao constitucionalismo liberal, as constituições sociais-democratas valorizam o conteúdo idológico-programático. Se em alguns pontos mantêm os postulados constitucionais do liberalismo político (p. ex: a garantia dos direitos fundamentais e observação, em tese, do princípio da divisão dos poderes), não fica limitada apenas a organização do Estado e de seu governo. Pretendem mais do que a ordem estatal ser, também, a ordem social. Conforme Canotilho (p. 117):

Esta ordem social não se compadece com uma abstinência normativa, antes pressupõe um esforço de conformação normativa. A ordem social e econômica já não é considerada, à maneira liberal, como “naturalmente” melhor; a justiça social não é um produto de geração espontânea. Daí que aos entes públicos incumba o dever de intervir para “conformar” uma sociedade desigualitária. À constituição cabe a missão de estabelecer os pressupostos da socialidade e definir os princípios orientadores da constituição econômica. estamos agora em posição de compreender como e por que é que estas constituições contêm uma ordem constitucional econômica, abrangendo os vários aspectos da economia: estatuto da propriedade dos meios de produção; estatuto dos agentes econômicos, sobretudo dos trabalhadores; estatu-

to da coordenação da economia (intervenção do estado, defesa da concorrência); estatuto das organizações econômicas e profissionais (sindicatos, organizações patronais). este conjunto de preceitos constitui a chamada *constituição econômica estatutária*.”

No Brasil, abandonando-se a ortodoxia das constituições liberais anteriores e adotando uma nova concepção de Direito de Estado, a Assembléia Constitucional exigida pelo movimento armado de 1932, de São Paulo, iniciou, em 1933, a segunda fase da vida constitucional republicana nacional.

## **REFLEXO DO INTERVENCIONISMO NO BRASIL: A CONSTITUIÇÃO DE 1934**

A fragilidade do modelo brasileiro, em meio à anarquia econômica mundial que campeou no período entre guerras, aflorou de modo dramático. A teoria liberal-clássica, implícita na Constituição de 1891, havia fracassado. Não só no Brasil, mas em todo mundo democrático, não havia mais campo para aquela neutralidade constitucional inspirada no romantismo do século XVIII. Destarte, abandonando a ortodoxia das constituições anteriores e adotando uma nova concepção de Direito de Estado, a Assembléia Constitucional exigida pelo movimento armado de 1932, de São Paulo, iniciou, em 1933, a segunda fase da vida constitucional republicana nacional

Inspirada na Constituição alemã de Weimar, no seu plenário digladiaram-se as mais contraditórias correntes ideológicas e políticas “que agitavam o cenário conturbado do mundo de após-guerra.” Anarquistas, socialistas, comunistas, liberais, cristãos, anti-cristãos, positivistas, corporativistas, todos contribuíram para a estruturação da nova Carta. (Maluf, 1980. p. 23)

A Constituição de Weimar, de 1919, editara uma série de medidas em que são atendidos muitos dos problemas que a nova ordem mun-

dial impunha à atenção do Estado. Cabendo, então, confessadamente, a João Mangabeira, a ênfase social-corporativista no texto de 1934. Idêntica responsabilidade coubera a Rui Barbosa na Constituição de 1891 (autor em maior ou menor escala de 74 de seus artigos). (CHACON, 1987 p. 146-7) No entanto, há que se destacar a ação do episcopado católico, liderado pelo Cardeal Leme, para quem os dispositivos da Ordem Econômica e Social correspondiam às linhas das encíclicas de Leão XIII e Pio XI; ou, ainda, à voz do general Góes Monteiro, condestável da Comissão Constitucional, cujos adeptos conseguiram introduzir todo um título constitucional, o VI - da Segurança Nacional.

A Constituição de 1934 não fora tão bem estruturada como a primeira. Conservara, porém, seus pontos principais. Isto é, a República, o Federalismo, a divisão dos poderes, o presidencialismo, o regime representativo, a autonomia municipal, e os direitos e garantias individuais. Mas, apartando-se definitivamente da democracia liberal da Carta de 1891, facultava ao governo, por todo seu Título IV, ampla intervenção no campo econômico e nas relações entre o capital e o trabalho em geral. Coube-lhe, ainda, o mérito histórico da atenção pioneira às grandes minorias: às mulheres, pelo direito de voto (art. 108), e à institucionalização da busca da verdade eleitoral, através do voto secreto e da Justiça Eleitoral.

Ao lado da Ordem Econômica e Social, inscreveu outro título, sobre a Família, a Educação e a Cultura. Ampliou os poderes da União e do Executivo e rompeu com o bicameralismo rígido (arts. 5º e 6º), atribuindo apenas à Câmara dos Deputados o exercício do Poder Legislativo, transformando o Senado em mero órgão de colaboração. E adotou, no artigo 23, ao lado da representação política tradicional, a representação corporativa de influência fascista. Bancada classista dividida em quatro categorias distintas: lavoura e pecuária, indústria, comércio e transporte, profissões liberais, e funcionários públicos. Finalmente, ao lado do Ministério Público e do Tribunal de Contas, instituiu os Conselhos Técnicos, como órgãos de cooperação nas atividades governamentais. Era, em síntese, um documento de compromisso entre o liberalismo, que caracterizava

as Cartas anteriores, e o intervencionismo, trazido pelo Direito Público das Leis Fundamentais contemporâneas.

Falharam, no entanto, os elevados propósitos dos legisladores constituintes da Constituição de 1934. “Entre o proletariado organizado e a burguesia conservadora travaram-se conflitos de indisfarçável gravidade, sendo uma das suas conseqüências a revolução comunista de 27 de novembro de 1935.” A confusão política, as dificuldades econômicas e financeiras, o acirramento dos grupos totalitários - fascistas e comunistas - o aviltamento da vida pública e o esfacelamento dos ideais de 1930, tudo contribuiu para o golpe de 1937.

Getúlio Vargas, eleito que fora pela Assembléia Constituinte para o quadriênio constitucional, promove o golpe de Estado à maneira de Deodoro, sob o âlibi da salvação pública, revogando a Constituição de 1934 e outorgando, em 10 de novembro de 1937, a Carta do Estado Novo.

Mas se a Constituição de 1934 falhou nos seus propósitos, muitos dos dispositivos considerados avançados da Carta de 1937 deixaram de ter aplicação regular, permanecendo como letra morta na ditadura pura e simples que, de fato, se implantou nesse último ano. Com todo o Poder Executivo e Legislativo concentrado nas mãos do Presidente da República. Mas as bases do conteúdo social e democrático, especialmente da Constituição de 1934, ficarão reproduzidos nas Constituições posteriores.

Estes os fundamentos da Constituição brasileira, cujo constitucionalismo segue uma linha do tempo histórico, refletindo aqueles acontecimentos dos grandes centros ocidentais. Conforme Alberto Nogueira, em matéria de transferência de instituições, o Brasil tem-se revelado, “por uma série de circunstâncias históricas, extremamente pródigo, oferecendo diversas experiências desde a formação do Império, com a inesperada mudança da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, e, mais tarde, com a proclamação da República”. Fenômeno, aliás, que caracteriza a distinção entre país criador e país importador de instituições e se acha no Direito Constitucional sul americano e no Direito Civil, aquele reflete o regime

parlamentar britânico e a Constituição americana, este os ‘grandes códigos’, conforme ainda Nogueira. (1995. p. 22, citando M. Rivero, 1989, p. 69).

## **TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DO ESTADO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO**

A conjuntura constitucional desfavorável que se seguiu a redemocratização pós 1945, estava também atrelada às crises crônicas pelas quais passava o País. Tanto pelo caráter organizacional, oriundo do cartorialismo de privilégios corporativos, como pela má distribuição estrutural da renda nacional, acrescida da estagnação da atividade econômica e do declínio alarmante do processo de modernização do país.

Nesse contexto, verificou-se, desde o início, a impossibilidade de se produzir um texto constitucional preciso e incisivo. Resultando daí uma Constituição excessivamente analítica, como fruto das teses partidárias que então se opunham, em consonância muitas vezes, com o passionalismo das posições assumidas e, até mesmo casuísticas. Clamando-se por direitos mas esquecendo-se dos deveres.

Contudo, é preciso reconhecer que a Constituição atual encerra aspectos positivos e indiscutíveis inovações. Superando-se suas deficiências, pode abrir caminho para um verdadeiro Estado Democrático. Ainda assim, como vimos, é necessário que se afirme que ela, como todas que a precederam, não encerra o país real e, até certo ponto, falta-lhe originalidade por refletir considerável influência de cartas estrangeiras.

Fugindo a tradição do constitucionalismo brasileiro, embora fruto da sua evolução, já na sua estrutura difere das constituições anteriores, compreendendo nove títulos que cuidam dos princípios fundamentais, dos direitos e garantias, da organização do Estado, da organização dos poderes, da defesa do Estado e das instituições democráticas, da tributação e do orçamento, da ordem econômica e financeira, e das disposições gerais. Perfazia 245 artigos nessa parte permanente, e mais 70 no ato das disposições transitórias (ADCT). Sem contar que o artigo 5º contém 77 incisos, 23 alíneas e dois parágrafos, e o 7º, 34 incisos. É, portanto, uma das maiores Carta do planeta.

Acolheu o referendo (art. 49, XV), a iniciativa popular na apresentação de projeto de lei (art. 61 § 2º) e o direito de voto facultativo aos maiores de 16 anos e analfabetos; mas facilitou a criação de partidos políticos, fato que só fez agravar a conjuntura partidária, contando-se dezenas de siglas na atualidade, algumas de aluguel; criou o ‘federalismo tetradimensional’, com a inclusão do Distrito Federal como integrante da organização político-administrativa; explicita Brasília como Capital (art. 18 § 1º); e, pela primeira vez, consagrou o português como língua oficial, quando a própria Constituição portuguesa não o fez.

Merece especial atenção no texto constitucional o crescimento do poder do Congresso Nacional, podendo este sustar os atos normativos do Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa. Aboliu o decreto-lei, mas a medida provisória, criada no artigo 62, praticamente o reproduz. A estruturação do Legislativo na Lei Fundamental de 1988, aliás, demonstra claramente a intenção de implantação do parlamentarismo, deixado na última hora a critério da consulta plebiscitária, na forma do artigo 2º do ADCT.

Ao Judiciário criou-se o Superior Tribunal de Justiça, com a extinção do Tribunal Federal de Recursos e tribunais regionais federais; e lhe foi assegurado a autonomia administrativa e financeira (art. 99) e, sobretudo, política (art. 96). Autonomia, também, conferida ao Ministério Público, incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art.127).

Concedeu maiores verbas à educação, proteção às mais variadas manifestações de cultura; a natureza passou a ter proteção mais efetiva e, os idosos, os índios, a criança e o adolescente foram contemplados com cuidados especiais. Mas o capítulo de fato de maior alcance, aliado ao problema tributário, é o reservado a ordem econômica e financeira.

Título polêmico, o sétimo, nos artigos 170 a 181, revela o fundo neoliberal do texto constitucional, com redução da presença do Estado na economia. Dá ênfase ao sentimento nacionalista, com tratamento distinto entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional,

agora em decadência. Dá tratamento específico jurídico às micro-empresas e às empresas de pequeno porte, “visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas...” (art. 179) e, o artigo 180 determina a promoção e o estímulo ao turismo, como fator social e econômico. O capital estrangeiro e a remessa de lucros ficaram remetidos à lei ordinária. No entanto, elencou uma série de atividades que constituem monopólio da União: a pesquisa, a lavra das jazidas, inclusive as de petróleo e de gás natural, ou o enriquecimento, a industrialização, o comércio de minerais nucleares.

É sob este pano de fundo jurídico constitucional que os eleitores foram convocados para eleger o substituto do presidente José Sarney. Emoldurado por um quadro eleitoral não muito animador.

Nesse cenário político, a máquina administrativa desmoralizou-se, apoiada numa Lei inflacionária porque diminuía a parte destinada à União na arrecadação global aumentava seus gastos. A ‘Constituição cidadã’, que tantas conquistas sociais enfeixa, suscitou tal número de divergências a propósito do texto que os próprios constituintes, como que sem confiança no que faziam resolveram, ali mesmo, deixar espaço para sua revisão cinco anos mais tarde, ou seja, a partir de 1993. Que aliás nenhuma modificação estrutural trouxe. A partir daí, as modificações constitucionais pertence a atualidade do direito constitucional.

## CONCLUSÃO

As constituições pátrias, como é de se deduzir, além dos grandes momentos mundiais, refletem também as sucessivas políticas sócio-econômicas que tem frustrado ao cidadão, permitindo a existência de uma das maiores concentrações de renda do planeta no Brasil, fracassando todas as tentativas de reversão deste quadro. Uma linha que vem sendo adotada consiste na redução da participação do Estado na economia, remetendo-o, como no passado, a funções mais próprias da sua versão moderna, quais sejam: a normativa, a administrativa e repartitiva - per-

manecendo apenas de forma complementar nas funções produtora e circulativa. Ou seja, cresce a percepção de que o Estado democrático, deixando de ser o grande empresário, fica muito mais fortalecido. Passando a utilizar dos recursos disponíveis humano, material e financeiro, para atender compromissos e responsabilidades de sua natureza original.

Isto fica evidenciado nas políticas de privatização, estabilização econômica, de renda e comércio exterior e na internacionalização do país, no sentido da modernização de sua estrutura produtiva. Entretanto, a inconsistência entre vários desses mecanismos tem colocado muitas medidas sob severas críticas. Mas a diminuição do Estado já se faz sentir. É nesse ponto que a revisão constitucional, pela via congressual, pode servir de 'norte', na tentativa da correção das distorções da Lei Fundamental, tentando adequá-la à necessidade de modernização do País.

É também digna de crítica a situação das finanças públicas federais. Em que pese a virtual ausência de investimentos, o Tesouro Nacional tem cumprido com dificuldade suas obrigações. A Constituição de 1988 redesenhou a distribuição da receita tributária, aumentando a participação de estados e município em detrimento dos recursos da União; sem, entretanto, conforme a crítica contemporânea, a correspondente transferência de responsabilidade. Destarte, o atual quadro tributário mesmo modificado não comporta a manutenção, de uma série de encargos inerentes à antiga estrutura. Mas não adianta lamentar que a Constituição 'tornou o país ingovernável' e levado a administração pública à falência. Afinal ela consagrou uma decisão política em favor da federação. Mas há necessidade de uma reforma tributária e fiscal eficiente para se realizar.

Cabe lembrar que, apesar do caráter liberal da Constituição, ela não deixa de enfeixar as inúmeras conquistas dos grupos de esquerda, inspirada também na Constituição portuguesa de 1976, versão inicial que, primando por uma sociedade sem classes, procurou fixar linhas e metas daquilo que interessava a sociedade contemporânea e que os governos subseqüentes teriam que cumprir. Daí a existência de regras a propósito de

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de. **Pequena história da formação social brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à Ciência Política**. 5. ed. Rio de Janeiro : Globo, 1985.
- BARBOSA, Rui. **O liberalismo e a Constituição de 1988** : textos selecionados/de Rui Barbosa; organização de Vicente Barreto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- BITTENCOURT, Gabriel. **Os engenhos centrais de açúcar no sudeste açucareiro**: Um estudo sobre a pré-industrialização do Brasil -1870/1920. Tese de Livre Docência apresentada na Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro, agosto de 1993.
- BOBBIO, Norberto, **Dicionário de política**/Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1993.
- BRASIL, Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- CAMPANHOLE, Adriano e Hilton Lobo (Compil.) **Constituições do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1984.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes, **Direito constitucional**. 2. ed. Coimbra : Almedina, 1980.
- CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 1993.
- CHACON, Vamireh. **Vida e morte das constituições**. Rio de Janeiro : Forense, 1987.
- COÊLHO, Sacha Calmon Navarro, **Comentários à Constituição de 1988**: Sistema Tributário. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
- COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação do Brasil”. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org.). **Brasil em perspectiva**. 17. ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1988.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**: 15. ed. Atual. São Paulo : Saraiva, 1991.

- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Porto Alegre, Globo : 1976. v.2.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional** : 18. ed. São Paulo : Saraiva, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Conferência proferida na Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro, 22 set. 1993.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Direito Constitucional**. Teoria da Constituição. As Constituições do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro : Forense, 1981.
- \_\_\_\_\_. Introdução In: BRASIL Ministério da Justiça-Arquivo Nacional. **O constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro, 1972.
- FURET, François. **Dicionário crítico da Revolução Francesa**/François Furet e Mona Ozouf; Pref. José Guilherme Merquior. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1989.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. (Dir.) **História geral da civilização brasileira**. São Paulo, DIFEL, 1970. T. II. v.3.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. v. 5. e ed. São Paulo, DIFEL, 1977.
- LASSALLE, Ferdinand. **A essência da constituição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1988.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: O município e o regime representativo no Brasil. 2. ed. São Paulo : Alfa-Omega, 1975.
- LIMA, Heitor Ferreira. **História do pensamento econômico no Brasil**. São Paulo : Nacional, 1976.
- MALUF, Sahid. **Direito Constitucional**. 12. ed. São Paulo : Sugestões, 1980.
- MARTINS, Ives Gandra. **Sistema tributário na Constituição de 1988**. São Paulo : Saraiva, 1989.
- MAURO, Frédéric. **Histoire du Brésil**. Paris: PUF, 197
- MIRANDA, Jorge, (Org.). **Textos históricos do Direito Constitucional**. Lisboa, Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1980.
- NOGUEIRA, Alberto. **O devido processo legal tributário**. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

- RODRIGUES, José Honório. **Independência**: revolução e contra-revolução. Rio de Janeiro : F. Alves, 1975.
- ROURE, Agenor de. **A Constituinte Republicana**. Brasília : Senado Federal, 1979. v.17.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques, **O contrato social** (Princípios de Direito Político). 3. ed. Rio de Janeiro : Ediouro, [19\_\_].
- RUSSOMANO, Rosah, **Curso de Direito Constitucional**. 3 ed. Rio de Janeiro : Freitas Bastos, 1978.
- SÃO VICENTE, José Antônio Pimenta Bueno, 1803-1878. **Direito público brasileiro e a análise da Constituição do Império**. Brasília : Senado Federal, 1978.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 6. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1990.
- VIANA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro : J.Olympio, 1956.

## NOTAS

<sup>2</sup>Este é um conceito sintetizado a partir do princípio das nacionalidades, proclamado pela Revolução Francesa e que teve acolhida sobretudo pelos tratadistas do Direito Internacional. Conforme Bluntschli: “toda nação é destinada a formar um Estado... A humanidade divide-se em nações; o mundo deve dividir-se em Estados que lhes correspondam. *Toda nação é um Estado; todo Estado, uma pessoa nacional.*” Este conceito, no entanto, só pode ser aceito sob o ponto de vista ideal; porquanto a concepção atual de povo, vislumbrado sob o aspecto jurídico, pode englobar diferentes etnias, culturas e até nações. (Azambuja, 1985, p. 30-6)

<sup>3</sup>FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves, **Conferência proferida na Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro, 22 de set. 1993.

# Resumo da História da Geografia do Mundo Antigo

*Ricardo Brunow Costa (\*)*

## INTRODUÇÃO

Algumas vezes ouve-se alguém dizer que a geografia é uma ciência nova. Tal afirmação é verdadeira se considerarmos o conjunto de investigações científicas que há mais de um século são agrupados sob esta denominação. Entretanto, no seu sentido mais amplo, como ciência da terra, a Geografia é, com certeza, um dos ramos mais antigos do saber humano. Basta pensarmos que desde a vida selvagem mais primitiva havia a necessidade de fixação das lembranças dos lugares que cercavam as habitações, das distâncias entre os lugares freqüentados pelos habitantes de então à procura de caças; da localização dos rios e dos montes, dos locais ocupados por outras tribos ou povos, aldeias, etc.

Mas, não queremos introduzir nem debater aqui esses aspectos da vida humana tão longínquas -- não por serem desinteressantes -- mas porque fugiriam ao que queremos especificamente nos ater no momento: a geografia antiga, de modo sucinto, segundo abordagem dos grandes autores daquela época.

Os historiadores de maneira geral concordam em que a história antiga da humanidade está compreendida no período que se inicia quando o homem inventa a escrita e começa a contar então sua própria história isto há alguns milênios antes da nossa era cristã. Este período se prolonga até o ano de 395 a.D. que marca a queda do Império Romano do Ocidente.

## A GEOGRAFIA DO MUNDO ANTIGO

Sabe-se que algumas das mais antigas fontes de Geografia vão ser encontradas entre os povos orientais como os caldeus e os assírios. É que

---

(\*) O Autor é Geógrafo e Associado do IHGES

passando da Astrologia para a Astronomia deixaram muitas noções que ainda hoje observamos: as constelações celestes, o zodíaco, o período de Saros (período compreendido entre a repetição dos eclipses do Sol e da Lua que totaliza 18 anos, 11 dias e oito horas).

Os chineses há 5000 anos já possuíam seu calendário e conheciam os movimentos do Sol e da Lua.

Os hebreus no Pentateuco fornecem muitos dados sobre as populações da Ásia Ocidental.

Em relação aos gregos sabe-se que os poemas de Homero (c. séc. IX e VIII a.C.) não só foram apreciadas por sua beleza literária mas também pela sua exatidão no que concerne as descrições da atividade marítima e das condições geográficas das regiões distantes. Através dos poemas pode-se ter uma idéia das concepções geográficas dos mais antigos habitantes da Grécia como por exemplo a de que a Terra seria semelhante a uma grande Ilha cercada pelas águas do Rio Oceano. Os limites seriam pequenos para os nossos dias, pois que não iriam muito além da região do Mar Mediterrâneo.

Indubitavelmente foram os gregos antigos os criadores da Geografia, bem diferente, é claro, do que é hoje. Heródoto (484-424 a.C.), o pai da História, foi, pode-se dizer, o primeiro geógrafo consciente e um dos criadores dessa geografia, graças às muitas viagens que realizou pelo Mar Egeu, o Mar Negro, a Fenícia, a Mesopotâmia, o Egito, a Cirenáica, a Sicília e o Sul da Itália. Heródoto representa a tendência descritiva da Geografia, a qual denominamos de Geografia Regional.

Declarou que o Mar Cáspio era um mar fechado contrariamente ao que se dizia na época. Descreveu de maneira precisa os lugares visitados reunindo dados de interesse geográfico. É bem verdade que também cometeu erros quando dá informações sobre o mar mediterrâneo ocidental.

Aproximadamente por essa mesma época e mesmo um pouco antes revelava-se nas cidades Jônicas um outro lado da geografia que preocupava-se com o estudo da Terra em seu conjunto. Entre os principais artífices dessa tendência de estudo estava o filósofo naturalista jônico Tales de Mileto (c.624 a.C.- c. 546 a.C.). A preocupação era com os proble-

mas da física da Terra, ou seja, com a forma, a dimensão e a posição ocupada pelo nosso planeta no espaço. Essa perspectiva chama-se Geografia Geral.

Mais adiante vamos retornar a dissertar um pouco mais sobre essa dualidade existente naquela época entre geografia geral e regional.

Pois bem, seguindo de modo cronológico temos que no V século a.C. destacaram-se os filósofos-geógrafos da Escola de Pitágoras que por incrível que possa parecer já consideravam a Terra como sendo esférica e, mais ainda, admitiam que este planeta tivesse um movimento de translação. Pertencia a essa escola Filolaus (fins séc. V a.C.) ao qual se deve a noção mais antiga da concepção heliocêntrica do Universo, uma vez que admitia a existência de um fogo central em torno do qual girariam os astros conhecidos até aquela remota era.

A esfericidade da Terra tinha também o apoio de Aristóteles que muito sabiamente comprovou que a sombra projetada pela Terra na face da Lua, por ocasião dos eclipses, é redonda e, por consequência, o nosso planeta só poderia ser redondo.

Discípulo de Aristóteles (384-322 a.C.), Dicearco de Messina (347-285 a.C.), realizou uma das primeiras tentativas de medição do arco do Meridiano da Terra, além de ter tido a mais antiga concepção da linha equatorial.

O próprio Aristóteles foi um grande defensor da esfericidade da Terra conseguindo inclusive comprová-la pela sombra que o nosso planeta projeta na superfície do nosso satélite natural, a Lua, por ocasião dos eclipses.

Vem em seguida a Escola de Alexandria que se dedicou bastante com os problemas da geografia astronômica. É o caso de Eratóstenes (276-194 a.C.) discípulo do famoso Aristarco de Samos (310-230 a.C.). Eratóstenes foi diretor da Biblioteca de Alexandria e realizou a medição do arco do Meridiano entre as cidades de Alexandria e Siena, no Egito. Daí chegou à conclusão que a circunferência terrestre corresponderia a 46 mil km, cifra, aliás, bem aproximada do que hoje admitimos para o equador terrestre. Também construiu um mapa-mundi baseando-se não só em dados astronômicos bem assim como em informações de viajantes.

Não podemos deixar de mencionar outro grande nome desta época, Hiparco de Nicéia (190-125 a.C.), o maior astrônomo da antiguidade. Não aceitou bem o mapa-mundi de Eratóstenes e organizou o primeiro catálogo de estrelas, descobriu a precessão dos equinócios e os movimentos do Sol e da Lua.

Dando um salto no tempo, já no século II a.D. vamos encontrar outra grande figura da antiguidade que vivia em Alexandria, Cláudio Ptolomeu (90-160 a.D.). Autor da obra *Synthaxis* na qual descreveu a sua teoria geocêntrica do universo além de ter escrito uma “Geografia” em 8 volumes fazendo nesta obra a citação de 8.000 nomes geográficos.

Os antigos gregos admitiam desde a época de Heródoto que o mundo fosse constituído de três partes independentes, sendo a Europa (que pensavam fosse a maior), a Ásia (que conheciam só na sua parte ocidental) e o Norte da África (onde hoje se encontra a Líbia). Os limites mais setentrionais estariam onde se encontra o círculo polar ártico enquanto que os meridionais estariam no equador.

Relativamente ao que tange à Geografia Física existiam duas grandes correntes que tentaram dar alguma explicação sobre a origem da crosta terrestre e das montanhas; algumas atribuíam a origem delas ao fogo -- (eram os plutonianos) -- outros atribuíam à água (eram os netunianos). Também foram estudados os cursos d’água, os mares, as correntes marítimas, os climas e alguns de seus fatores como o relevo e a latitude. Como viajavam da Grécia ao Egito tiveram bastante intimidade com os ventos etésios, que favoreciam grandemente dito percurso; tiveram também conhecimento das monções do oceano Índico.

No que hoje denominamos de Geografia Humana os antigos gregos tiveram relativa contribuição para o estudo das relações entre o homem e o meio.

Quanto aos romanos estes não se destacavam com o mesmo espírito especulativo dos antigos gregos e nem privavam pelo gosto da resolução dos problemas cosmológicos e por conseqüência sua contribuição foi pequena para o desenvolvimento da Geografia. O mais importante geógrafo do mundo romano no período da geografia antiga, na verdade

grego de nascimento, foi Estrabão (60 a.C. – 20 a.D.). Escreveu uma “Geografia” em 17 volumes, não se preocupando apenas com uma geografia astronômica, mas, o que é digno de nota, procurou associar a Geografia à História. Tal obra aparece como uma síntese das idéias da época no que diz respeito ao pensamento geográfico de então.

No século II da nossa era foi escrita por um historiador romano, Políbio (210-125 a.C.), uma geografia descritiva, abordando o estudo de várias regiões, trabalho de envergadura para aquela época. Entretanto para o referido escritor a Terra teria uma forma circular com seu centro no Mar Mediterrâneo.

Outro importante escritor foi Pompônio Mela, nascido na Espanha, escreveu uma obra corográfica, cujo título era *De Situ Orbis*.

Finalmente não podemos deixar de acrescentar outros dois nomes desse período da história da geografia, Sêneca (c.4 a.C. – 65 a.D.) que abordou assuntos relacionados com a Cosmografia, Meteorologia e Hidrografia, na sua obra “*Quaestiones Naturalis*”; o outro grande nome foi o autor de uma “*Historia Naturalis*”, obra composta por 37 volumes, constituindo imensa compilação de milhares de obras, com muitos aspectos de interesse geográfico, contendo uma descrição dos países conhecidos da época. O autor desse trabalho foi o tão festejado Plínio, o Velho (23-79 a.D.).

Como propusemos ao leitor linhas atrás vamos retornar ao assunto da dualidade que persistia na geografia geral e regional dos tempos pretéritos.

Essas duas perspectivas (Geografia Geral e Geografia Regional) foram se desenvolvendo lado a lado durante todo o transcorrer da geografia na história antiga. A Geografia Geral nascida com os jônios, foi por Aristóteles (384-322 a.C.), mais resumida do que propriamente desenvolvida; estudou e fundamentou a Meteorologia e sistematizou a Astronomia. Verdadeiramente, porém, a Geografia Geral foi enriquecida pelos geógrafos de Alexandria. Estes procuraram estudar e resolver problemas da área da geofísica, como no exemplo deixado por Eratótenes que chegou à conclusão de que a Terra é redonda, tendo sido essa sua afirmação baseada

na medição que realizou do arco do meridiano entre Alexandria e Siena, no Egito.

Os alexandrinos preocuparam-se também com questões das áreas hidrográfica e climatológica; com as cheias dos rios especialmente com as do Rio Nilo; com a origem dos rios; com a continuidade dos oceanos, etc. É evidente que sem os recursos científicos da época muitas conclusões estavam carregadas de erros, como é compreensível.

Em certo sentido entre os romanos houve como que uma reação a essa Geografia Geral Alexandrina. Essa reação se assim podemos dizer é iniciada por Políbio (c.210-125 a.C.), historiador, que sendo grego foi levado juntamente com outros do Sul da Grécia para Roma, depois da conquista da Macedônia pelos romanos. Porém, o maior representante dessa reação foi sem dúvida Estrabão (c.54 a.C. – 24 a.D.)

A geografia regional e descritiva desse período tem por característica estar mais ligada aos aspectos etnográficos, às migrações dos povos, aos costumes, portanto, mais da área humana, enquanto que a Geografia Geral é mais física e mais precisa. O seu representante mais proeminente na época antiga foi sem dúvida o alexandrino Cláudio Ptolomeu (90-160 a.D.). Sua principal obra foi, “Grande Sistema Astronômico” escrito em grego, tendo maior repercussão na sua versão árabe, com o título de “Almagesto”.

Esse dualismo, esses dois ramos, essa dupla face da ciência geográfica manteve-se por longo tempo, ensejando que os dois ramos se desenvolvessem separadamente sem se penetrarem até no século XIX quando houve finalmente a fusão, assunto que pretendemos trazer à baila em uma outra ocasião.

## Referências

DE MARTONNE, Emmanuel . *Panorama da Geografia*. Lisboa. Edição Cosmos, 1953.

ANDRADE, Manoel Correia de. *Geografia, ciência e sociedade*. São Paulo: Atlas S.A. , 1992.

MENDONÇA, Francisco . *Geografia Física: Ciência Humana?* 7. ed. . São Paulo: Contexto, 2001.

MORAES, Antonio Carlos Robert . *Geografia – pequena história crítica*. 7. São Paulo UCITEC, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck . *Introdução à geografia*. 4. ed. Petrópolis, RJ Vozes, 1984.

AZEVEDO, Aroldo. *Geografia física*. 18. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1956.

OLIVEIRA, Cêurio. *Dicionário cartográfico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento de Presidência da República . Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1983.

Enciclopédia Barsa. Encyclopaedia Britannica Editores Ltda. Rio de Janeiro, São Paulo, 1979.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas . *Dicionário enciclopédico de astronomia e astronáutica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

BROCK, Ian O.M. *Iniciação ao estudo de geografia*. 3 .ed. Rio de Janeiro: Zahar Editore, 1976.

# Do Mulembá à Poligonal 11: Um pouco da história vitoriense

*Fernando Antônio Achiamé<sup>(\*)</sup>*

## 1. INTRODUÇÃO – D. PEDRO II FREIA A MONTARIA

Em princípio de 1860, D. Pedro II percorre alguns lugares da província do Espírito Santo. O governante interessava-se em conhecer, entre outros aspectos, terras devolutas e as recentes colônias de imigrantes, uma alternativa utilizada naquela época para substituir o trabalho escravo. Além dos relatos oficiais redigidos por ocasião da visita, ou das análises históricas conjunturais elaboradas tempos depois, a presença imperial produziu episódios considerados “menores” que, por isso mesmo, não são valorizados pelos cronistas da terra. A historiadora Maria Stella de Novaes, no entanto, faz um registro que merece ser transcrito na íntegra, apesar de ela não ter indicado a fonte da qual foi retirada a notícia:

Não faltaram fatos interessantes, durante a Visita Imperial ao Espírito Santo: índios apresentaram-se; palestraram com S. M. o Senhor Dom Pedro II, que lhes anotou o vocabulário. Histórias fabulosas foram relatadas a S. M., além de outras passagens como, por exemplo, a de Sebastiana Lopes, residente num casebre, nas imediações do Morro da Preguiça, vizinho à Ponte da Passagem. Ouvira novas da Augusta Visita. Calculou que, certamente, S. M., na excursão ao Norte da Província, deveria ali transitar. Era o caminho obrigatório, porque único. Ficou atenta, até que percebeu, um dia, extraordinário movimento, na estrada, e, em con-

---

<sup>(\*)</sup> O Autor é Arquivista e Associado do IHGES

firmação da sua idéia, verificou a presença de S. M. o Imperador, que se aproximava, a cavalo, com numerosa comitiva. Pulsou, então, forte no patriotismo, o coração daquela brasileira pobre, mas, sincera, e, num entusiasmo incontido, Sebastiana desceu ao terreiro, transpôs a cancela do seu terreno e, já na estrada, com voz forte e os braços erguidos, bradou:

— Viva S. M. o Imperador!

Surpreso, perplexo, Dom Pedro II freou a montaria. A comitiva deteve-se enquanto Sebastiana, firme, conserva os olhos fitos em S. M. que parecia admirar, ali, uma estátua do patriotismo!

Saudou-a.

Os sitiantes, que se aproximaram, e a comitiva imperial prorromperam em delirantes aplausos! Discretamente, após indagar dos seus predicados e de suas posses, Dom Pedro II deu-lhe, “como lembrança”, generosa oferta (NOVAES, [19\_\_], p. 242-243).

Diversas passagens como essa, e constantes na obra da historiadora, são confirmadas por consultas a periódicos ou a outras obras referenciadas ao final do seu livro, o que nos leva a conferir credibilidade ao relato. O imperador em seu diário não registra o episódio como, de resto, deixou de consignar muitos outros de sua visita ao Espírito Santo.

A região vitoriense outrora conhecida como Mulembá abrangia uma área na qual estava compreendida a ponte da Passagem, e isso há muito tempo. Tal realidade continua a existir, e foi contemplada no traçado da Poligonal 11, recentemente elaborado. O simples episódio acontecido durante a visita imperial, e distante de nós um século e meio, possibilita-nos inferir alguns dados para o estudo sobre a história dessa parte do município de Vitória. Desde o período colonial, esse era o caminho obrigatório para os viajantes que, por terra, dirigiam-se ao norte do Espírito Santo. Circunstância ainda válida em meados do século XIX,

quando nos arredores da ponte da Passagem existia uma população pobre, de pequenos proprietários (sitiantes), possivelmente descendentes de escravos (como sugere o nome Sebastiana), que cultivavam a terra para prover sua subsistência, complementada com o que podiam arrecadar dos mangues e terras circunvizinhas; e que possuíam razoável contato com a Capital da província, para se inteirar de notícias como a da visita imperial.

Quer queiramos ou não, a história é a ciência do único. Aquela que, sobre todas as outras ciências e disciplinas, pode reivindicar a primazia desse título. Mas para que serve essa unicidade da história? Entre outras razões, para nos lembrar que os acontecimentos não se repetem, por serem produzidos de forma exclusiva num espaço determinado e num certo tempo. No presente caso, este contexto “espaço-temporal” refere-se a uma região do município de Vitória, antigamente conhecida como Mulembá, hoje correspondendo aproximadamente à Poligonal 11 – designação técnica adotada recentemente pela Prefeitura Municipal de Vitória para nomear o conjunto formado por parcelas dos bairros de Santa Marta, Joana D’arc, Andorinhas e Mangue Seco.

Assim, a noção da unicidade é uma marca teórica importante que nos auxilia a distinguir a história das outras ciências sociais. Poderão existir pelo nosso país afora outros lugares que já tiveram, ou ainda possuem, o nome de Mulembá, ou Mulemba; lugares até mesmo na África, que esse é um nome a nós trazido pelos povos bantos. Mas não o Mulembá vitoriense, onde existia a “árvore frondosa”, o mulembá fincado em lugar pedregoso. Não essa região que, ao longo do tempo, possui cada vez mais moradores, divide-se em novas parcelas e, recentemente, agrupa-se numa denominação polissêmica, tão ao gosto de técnicos. Não a área que hoje abriga escola de samba, bandas de congo, templos religiosos, estabelecimentos de ensino, creches, posto de saúde, enfim, onde

existem milhares de pessoas que vivem naqueles espaços, e em determinados tempos; únicos uns e outros porque entrelaçados de forma característica.

Pode-se reconstruir a história desse lugar, examinando-se as diversas fases por que passou e correlacionando-as, *grasso modo*, com as denominações correspondentes: o espaço rural (Maruípe); depois a aglomeração suburbana (Mulembá); em seguida um bairro urbano (Santa Marta); agora parcela (Poligonal 11) de uma metrópole formada pela Grande Vitória.

Às vezes, é mais proveitoso para a compreensão ampla de um processo histórico que ele seja apresentado de forma diversa do que se costuma fazer. Portanto, desenrolemos a história ao contrário.

## 2. O ATUAL – UMA POLIGONAL METROPOLITANA

Em 15 de junho de 2004, um pouco da realidade atual dessa região foi noticiado pelo jornal *A Gazeta* (Vitória, p. 17):

### TERRENO DOADO

O Governo do Estado vai doar ao município de Vitória duas áreas de terreno desmembradas da antiga “Fazenda Maruípe”. A doação, proposta pelo Executivo estadual, foi autorizada ontem pela Assembleia Legislativa. A região está localizada na Poligonal 11, formada pelos bairros Andorinha, Santa Marta, Joana D’arc e Mangue Seco, e é ocupada por 1.260 domicílios e 4.492 habitantes. A diretora do Departamento de Regularização Fundiária da Secretaria Municipal de Habitação, Érica Barros, explicou que a Prefeitura já vem realizando na região uma série de intervenções de urbanização, mas faltava entregar os títulos de posse para as famílias que habitam aquela região.

Ressurge em notícia recente um nome antigo – “Fazenda Maruípe”. De que propriedade imobiliária se trata? A resposta tem que esperar mais um pouco. O que se deve destacar agora é a própria existência de uma entidade nova, denominada Poligonal 11. Ela, além de representar um micro-universo exclusivo em Vitória, acaba por gerar uma realidade nova, não somente para organizar os diversos níveis de intervenção do poder público local na região abrangida, mas até mesmo para servir de referência a estudos sobre a região.

Como exemplo deste último caso, pode-se mencionar um levantamento sociológico feito por um grupo de estudantes de psicologia para cumprir uma tarefa de disciplina em faculdade particular de Vitória, e que teve por base um questionário preparado com esquemas e perguntas formuladas por ocasião das entrevistas com cerca de quinze famílias residentes nessa área. Relewa notar que o mesmo questionário também foi aplicado em outras poligonais do município por diferentes grupos de alunos da mesma disciplina, no caso, sociologia. Diferente desta disciplina, a história utiliza teorias e métodos destinados a detectar o que aconteceu de único num determinado contexto sócio-econômico. É uma abordagem própria (e apropriada) para se conhecer a realidade. Ou parte dela, já que a realidade, por conter tudo, está para nós inacessível.

E a realidade da Poligonal 11 começa por seu próprio nome. E prossegue em inúmeros dados, que podem ser obtidos nos arquivos da Prefeitura Municipal de Vitória e em documentos técnicos como, por exemplo, o denominado “Poligonal 11 – Projeto Social Integrado e de Participação Comunitária da PMV / Diagonal”. Essa denominação técnica foi criada para dar expressão verbal a uma necessidade de delimitar o universo espacial que seria tratado dentro do Projeto Terra. Tal iniciativa da prefeitura vitorriense abrange uma série de medidas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de populações de baixa renda por meio da regularização fundiária, construção de habitações populares, abertura e pavimentação de vias de acesso, contenção de encostas, facilitação do transporte urbano, e muitos outros empreendimentos.

O Projeto Terra não pretende se restringir a soluções ligadas somente ao aspecto construtivo, mas visa aumentar a presença do poder público nos locais que abrange. Assim, medidas de toda ordem são objeto de preocupação por parte das autoridades municipais, e englobam áreas importantes como o saneamento básico, a melhoria na educação e na saúde, a assistência social, os esportes, e a cultura. Daí o interesse da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Vitória em construir um breve relato histórico, como o presente, que não se pretende exclusivo. Aqui convém reiterar a constatação de que, por trás da expressão técnica Poligonal 11, existem parcelas importantes dos quatro bairros antes mencionados da cidade de Vitória e cujos nomes merecem ser repetidos — Santa Marta, Joana D’arc, Andorinhas, Mangue Seco. E nestes bairros vivem milhares de pessoas, e que elas fizeram e fazem história, e que são herdeiras da história que seus antepassados construíram.

Com esse entendimento é que podemos elaborar um relato histórico sobre Mulembá, ou melhor, sobre a Poligonal 11. Relato feito pelo método regressivo, comum ao trabalho histórico. Mas o objetivo deste escrito pretende ser a valorização de muitos cidadãos vitorienses, ao mostrar a importância das culturas locais e incentivar a auto-estima desses moradores, restituindo-lhes, pelo menos em parte, a sua herança histórica. Em outros termos, dando-lhes motivos adicionais para estabelecerem ou retomarem laços de identificação com o local em que habitam, e com o seu passado.

Poligonal 11, quem te traçou? Quem estabeleceu as diversas linhas por onde passas, e que te separaram do resto da cidade? Foram os técnicos da prefeitura e consultores de firmas contratadas. Para eles pode ser dito que sua poligonal só existe no papel, na planta cartográfica, na cabeça de certos profissionais, pois o que tem existência real são os bairros antes mencionados, ou parcelas deles. Por outro lado, o próprio fato de se ter criado novo limite urbanístico para intervir na realidade vitoriense com tal profundidade, significa que ele já faz parte da história de Vitória. Ou seja, em determinado momento da existência da Capital capixaba

aconteceu uma série de intervenções políticas e técnicas, econômicas e sociais em determinadas regiões vitorienenses com a intenção de valorizá-las do ponto de vista humano. No futuro, estudiosos darão conta do que realmente aconteceu, com que intenção e com qual sentido.

Por enquanto, podemos levantar alguns temas para estudo mais aprofundado da área abrangida pela Poligonal 11; temas vinculados às edificações que marcam o local: os estabelecimentos escolares mantidos pelo município, pelo estado e por particulares; o comércio local – birosacas, bares, vendas, armazéns, supermercados, barbearias, jornaleiros, cabeleireiros, padarias, locadoras de fitas de vídeo; a presença da torre de telefonia celular. Importa realizar outros estudos, ligados às ciências humanas, que analisem a população – por faixa etária, distribuição por sexo, renda média, principais ocupações profissionais –, o tráfico de drogas, a violência urbana, os assaltos, já que tudo isso ocorre também na região.

Existe um consenso entre os moradores da Poligonal 11 e o poder público (no caso, representado pela Prefeitura Municipal de Vitória) ao escolher a questão da titularidade dos imóveis como a questão básica a ser enfrentada nos dias de hoje. E os moradores da Poligonal estão participando de uma experiência que se pretende pioneira e exemplar no campo da regularização fundiária para imóveis ocupados por populações de baixa renda.

Com base em dados de 1999, está em torno de 6.500 o número de moradores dos bairros estudados. Ora, o número desses habitantes é da proporção daquele existente em muitas cidades pequenas do interior brasileiro. É aquela velha tese – certas cidades grandes se constituem da reunião de distintas cidades menores.

De qualquer maneira, para se conhecer um pouco da atualidade do bairro Santa Marta e de como os seus moradores se apropriam da história que lhes diz respeito, convém conversar com uma moradora do local. Ela foi selecionada, devido sua representatividade como líder comunitária há muitos anos.

Dona Fernandina dos Santos passou a morar no atual bairro de Santa Marta por volta de 1958, tendo nascido em 1942 na localidade de

Fazendinha Treviso, no distrito de Acioli, atualmente pertencente ao município de João Neiva (Cf. entrevista com Fernandina Benedito dos Santos realizada em 05/6/2004). Segundo ela, o local onde hoje é o bairro pertencia à fazenda de Maruípe, que depois foi dividida em porções e uma delas denominou-se Mulembá, devido a uma grande figueira (outra denominação da planta) que existia no bairro, mas que ela não conheceu, porque quando chegou para morar no lugar a enorme árvore já tinha sido cortada. Assegura que antigamente a denominação de Mulembá englobava uma extensão de terra muito grande que ia do bairro da Bomba (na ponte da Passagem), até Barreiros. O bairro Andorinha é mais recente e fica restrito a uma pequena área que vai da rua Dona Maria Rosa até a maré, compreendendo um campinho de futebol. A sua denominação deve-se, segundo acredita, à presença no local, por determinado tempo, de um bando desse pássaro que ali pernoitava. Já o Mangue Seco surgiu por volta de 1985, por meio de invasões dos manguezais de Santa Marta, sendo que antes dessa data uns poucos moradores ocupavam o local a partir de terrenos na beira da maré, e os invasores foram aterrando aos poucos o mangue e construindo os barracos.

A nossa entrevistada veio para Santa Marta por ser professora e ter se submetido a concurso de remoção, mas durante 21 anos lecionou numa escola no bairro de Fátima. É líder comunitária há muitos anos e preside também há bastante tempo o Centro Comunitário de Santa Marta. Demonstra-se muito zelosa com o presente e o futuro do bairro e, assim, pode ser chamada de bairrista, no bom sentido do termo. Ela comenta as conquistas que obteve para o local, em contato com autoridades, especialmente vereadores. A Creche Maria Nazareth Menegueli, mantida pela prefeitura, foi criada por meio de um esforço da comunidade local e da associação liderada por Dona Fernandina. A antiga Escola Marieta Escobar, que era do estado, foi passada para a prefeitura, que a reconstruiu.

Deve-se registrar que Dona Fernandina pertence também aos Conselhos Locais de Saúde e de Escola, e mantém-se atualizada sobre tudo o que acontece no bairro e em suas adjacências. Ela informa que o posto

de saúde vai ficar em Andorinhas e a policlínica em Santa Marta para que os médicos especialistas possam atender à população com mais presteza. Ela informa também que, há muito tempo, houve uma questão judicial envolvendo os terrenos da extinta Escola Alfredo Filgueiras, que ela não soube precisar muito bem, mas indica que o pastor presbiteriano Sinval era o diretor dessa escola. O certo, diz, é que a área foi desapropriada e repassada para a PMV. Questiona a abertura de inscrições para pessoas não pertencentes à comunidade ocuparem os cerca de 200 apartamentos em blocos de prédios. Preocupa-se com a regularização fundiária das propriedades, e afirma que só um terço de Santa Marta foi abrangido por essa regularização, e deseja que todo o bairro dela se beneficie.

A líder comunitária preocupa-se também com a contenção de encostas em áreas de risco, e a construção de becos e escadarias, o calçamento de ruas, a melhoria da iluminação, a colocação de caixas coletoras de lixo, de caixas de correio, a regularização dos números das casas, e a oficialização dos nomes das ruas. Para este último caso, dá como exemplo o fato de que a comunidade conhece determinada rua pelo nome de Manuel Salustiano de Souza, mas agora oficialmente ela se chama Getúlio Miranda. Quer também que o bairro de Santa Marta seja demarcado com precisão. Se fosse cumprido o seu desejo, o atual Parque Municipal de Barreiros passaria a se chamar Parque Municipal Mulembá, em homenagem ao antigo nome da região; e o Parque Municipal Mangue Seco deveria mudar o seu nome para Parque Municipal Santa Marta.

A atuação de Dona Fernandina na comunidade, segundo seu próprio depoimento, começou pela participação em grupos de moradores. Na época da distribuição do tíquete do leite, iniciativa do ex-presidente Sarney, eles tiveram que legalizar a entidade, a Associação de Moradores do Bairro de Santa Marta, antes denominada de Associação de Amigos. Entre os moradores antigos que conheceu e que já são falecidos, Dona Fernandina destaca “o Cícero, Seu Bolinha, a Florícia, Dona Edwirges, que morreu com cento e poucos anos não tem muito tempo”, o pessoal dos Bandeira, a família Sarmento, “Dona Elita, moradora onde tinha

um poço, para baixo da igreja católica, onde todo mundo pegava água”. Lembra também que o falecido vereador e deputado estadual Castelo Mendonça era morador do local que hoje se chama Andorinhas.

Refere-se rapidamente ao reverendo Jáder e à Escola Alfredo Filgueiras, assegurando que o Ateneu Cachoeirense, da igreja presbiteriana, mantinha um educandário, que deu origem à referida escola. Fala do sucessor do reverendo, o também pastor Sinval, que foi o primeiro tesoureiro do Centro Comunitário, na gestão em que ela foi a presidente. Reproduz uma espécie de relato local, dizendo que o platô que existe no alto de Santa Marta, onde ficava localizado a tal escola, é conhecido como “Tabuleiro de Dom Pedro II” por ter o imperador passado por ali, e essa denominação está escrita na planta do falecido reverendo Jáder.

Conseguimos apurar, por meio do programa do culto fúnebre em sua memória, que o reverendo Jáder Gomes Coelho nasceu em 1909 e faleceu em 1998. Era pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil e, em Cachoeiro de Itapemirim, a partir de 1944, organiza um internato que deu origem ao Ateneu Cachoeirense. Esse pastor foi mandado por sua congregação religiosa para criar e dirigir uma escola em Santa Marta, a Alfredo Filgueiras. Ele fez muito trabalho caritativo no bairro, e comprou terrenos, sendo que estes passaram a ser conhecidos como “Terras do Reverendo”. Nesta área existiam muitas mangueiras e deveria ser parte de um pomar. A fonte para esta última informação é o Marcelo Siqueira da Secretaria de Cultura da PMV, que já morou em Andorinhas.

Voltando à entrevista com Dona Fernandina, no final ela fala novamente do mulembá. Explica que existia no bairro uma figueira que era conhecida como mulembá, sendo que, no seu entendimento, figueira, gameleira e mulembá são sinônimos de um mesmo tipo de árvore. Assegura que havia há muito tempo extração do barro no atual parque das Gameleiras e que eram feitas grandes bolas de barro, depois transportadas em carroças até Goiabeiras para a fabricação das painéis.

Por sinal, constatamos que a denominação barreiro está dicionarizada como sendo um local de onde se extrai barro para a fabrica-

ção de tijolos e telhas – no nosso caso, para a fabricação de painéis. E convém ressaltar essa acepção do termo barreiro, por ser muito comum as pessoas acharem que aquele lugar denomina-se Barreiros por antigamente conter muito barro quando chovia, o que também era verdade. No entanto, tal nome não o distinguiria de outros locais igualmente lamacentos por ocasião das chuvas. Já o significado de barreiro como sendo o local de extração de argila para confecção de artefatos é muito mais marcante e específico, além de nos remeter diretamente à história do local.

Não poderíamos falar da realidade atual do bairro Santa Marta, sem mencionar uma de suas características culturais marcantes – a banda de congo “Amores da Lua”. A vida desta banda está ligada à família do Seu Reginaldo Barbosa Sales. Ele foi morar no Mulembá em 1945, vindo de Goiabeiras. Mais que um homem *folk*, é um dínamo cultural para a região. Quem nos garante isso é o falecido historiador e folclorista Renato Pacheco na contracapa do CD gravado em 1999 pela banda de congo de “Seu” Reginaldo:

Em Vitória, na Rodovia Serafim Derenzi, número 11.044, Bairro Santa Marta, na Grande Maruípe fica sediada a Associação das Bandas de Congo que reúne as Bandas Amores da Lua, Painel de Barro e Boi Estrela. A alma dessa Associação é Reginaldo Barbosa Sales, meu velho companheiro na Fundação Cultural/Rádio Espírito Santo. Há mais de meio século estas bandas alegrem o humilde povo de nossa Capital.

No site *cidadedevitória.com.br* está feito o registro do nascimento da banda de congo no Mulembá:

Do encontro entre um ferroviário, uma professora e um devoto de São Benedito nasceu a Banda de Congo “Amores da Lua”. Era 20 de março de 1945,

quando seu Alarico Azevedo, dona Jacinta Souza e seu Alfredo Manoel da Silva reuniram-se no então bairro Mulembá, atualmente Santa Marta, e criaram a banda. Em 25 de dezembro do mesmo ano, com “congueiros” emprestados da Banda de Congo de Gurigica de Baixo, a Amores da Lua fez a estréia na Festa de São Benedito e na Puxada de Mastro, eventos até hoje tradicionais em Santa Marta.

O certo é que todo dia 25 de dezembro ocorre, em homenagem a São Benedito, uma puxada de mastro realizada por moradores do bairro de Santa Marta. O mastro sai do alto do morro, percorre ruas do bairro, conduzido em cima de um “barco” com o nome de Rio Corrente e puxado por extensa corda. Ao esticá-la o povo faz força e renova sua fé no santo e em si mesmo. A banda de congo “Amores da Lua” acompanha todo o trajeto, feito de forma peculiar. Após deixar o bairro de Santa Marta, a puxada pega a avenida Maruípe, a Reta da Penha, entra na rua Constante Sodré, já em Santa Lúcia, e pára em frente ao que foi uma casa de família humilde, mas onde se oferecia água e lanche para os devotos. Esta família possui laços de parentesco e amizade com moradores de Santa Marta.

Em entrevista, ao explicar o trajeto da puxada do mastro no dia 25 de dezembro, Seu Reginaldo Sales informa que na rua Constante Sodré, em Santa Lúcia, os festeiros paravam na casa de sua tia Maria Sales, casada com “Cenciano, um pretão forte, um pedreiro, baiano”, ambos já falecidos. Conta que seus parentes construíram uma caixa d’água no quintal da casa e no dia da puxada botavam gelo na caixa, de forma que de tarde, quando os devotos paravam lá, eles podiam beber água gelada. Lembra que seus parentes faziam uma homenagem muito bonita a São Benedito – soltavam fogos, colocavam uma bandeja com flores e uma imagem do santo em cima de uma toalha branca, além de pegar uma mangueira e dar banho no povo para refrescá-lo do forte calor, mas “os filhos venderam tudo, não tem mais nada lá”. Depois que a família vendeu a propriedade para construção de moderno prédio, moradores de

casas vizinhas limitam-se a dar banhos de mangueira nos devotos para amenizar o calor de dezembro. Após este “refresco”, a puxada prossegue pela avenida Leitão da Silva, passa por Itararé, Eucalipto e retorna ao bairro onde, em frente à igreja de São Benedito no alto de Santa Marta, o mastro é fincado. Na mesma entrevista, Seu Reginaldo informa que no ano corrente de 2004 o trajeto deve ser encurtado na sua etapa final (Cf. entrevista com Reginaldo Barbosa Sales realizada em 14/6/2004).

Interessa notar que a puxada de mastro começa em Santa Marta e vai até Santa Lúcia, outro bairro de Vitória. Porque esse percurso de um bairro a outro? Ele representa a sobrevivência de antigas ligações familiares e fraternais de moradores dos dois bairros com o folguedo devocional. A própria manifestação folclórica é a continuação de um tempo passado que teima em se fazer presente.

### **3. O BAIRRO DE SANTA MARTA — PARCELA URBANA DE VITÓRIA**

Uma explosão de dinamite estremece tudo. É um tiro dado numa tarde qualquer de 1970, perto da garagem da Viação Santa Marta, que pertenceu a Ceny Júdice Achiamé, e estava situada à rua Dona Maria Rosa. Este logradouro liga a ponte da Passagem à avenida Maruípe, e o local da antiga garagem abriga hoje um moderno posto de gasolina. No terreno ao lado existe agora uma faculdade no lugar da Incospal, firma que arrasou parte das encostas do morro do Mulembá — muitas manilhas em Vitória e arredores têm em seu corpo a brita extraída de tal morro. É isso que acontece com as cidades. Onde havia um mangue foi feita uma garagem de ônibus (os caranguejos enterrados para sempre), depois substituída por um posto de gasolina. O morro perde parte de seu sopé em benefício de uma indústria de extração de brita e fábricas de pré-moldados em concreto, cujas antigas instalações abrigam, no momento, uma faculdade. A impermanência é uma regra geral da vida, que também pode ser aplicada à história.

O próprio site da PMV registra diversas informações proveitosas sobre a região. Para o bairro de Santa Marta (grafado com th, a eterna dúvida dos nomes de Marta, com ou sem th?) existem os seguintes dados: “Originou-se, por volta de 1959, na forma de invasão em área pública. Inicialmente a área foi invadida e posteriormente a Prefeitura Municipal de Vitória fez um plano de urbanização que incluía parte de Andorinhas”. Não podemos precisar os anos em que foi declarado bairro, mas em princípio da década de 1960 já possuía linhas regulares de ônibus que tiveram, de início, os seguintes letreiros: Barreiros (atual São Cristóvão), Mulembá (logo depois Santa Marta) e Engenharia.

Já no que se relaciona à história do bairro de Joana D’arc, o referido site registra que ele “surgiu em 1964, em decorrência de um loteamento clandestino da Imobiliária São José, conjugado a uma invasão na parte baixa, área de mangue de domínio do Serviço de Patrimônio da União – SPU. Através deste, a Prefeitura doou lotes na área”. No que concerne à história do bairro de Andorinhas, somente está assinalado o seguinte: “Teve início há aproximadamente 30 anos, através de uma invasão em terrenos de domínio do SPU – Marinha”.

Sobre a história do atual bairro de São Cristóvão, encontramos diversas informações no site denominado [www.cidadedevitoria.com.br](http://www.cidadedevitoria.com.br), e resolvemos transcrevê-las, considerando o fato de que as divisões desses bairros que integravam a Grande Maruípe, além de serem recentes, não invalidam o estudo das transformações que, em muitos casos, estão interligadas com aquelas ocorridas nos bairros vizinhos:

O bairro São Cristóvão pertence à região da Grande Maruípe, área onde predominavam as grandes propriedades particulares (fazendas). Entre as grandes propriedades estava a Chácara dos Lucas, uma das poucas áreas que não foram invadidas. As outras áreas foram invadidas durante o Governo de Francisco Lacerda de Aguiar, nos anos de 1960. Antes de receber o nome de São Cristóvão, a região era chamada de Barreiros e envolvia também o bairro Joana D’arc. Em

1963 foi realizado o primeiro calçamento de uma rua do bairro, a Avenida Barreiros, hoje Avenida Manoel Marques. O nome do bairro foi mudado em 1966, devido à construção da igreja de São Cristóvão, que começou a ser edificada na rua Manoel Pinto de Araújo.

Para o lazer dos moradores da região, a Prefeitura construiu o Parque do Barreiros, numa área de aproximadamente 48 mil metros quadrados, com anfiteatros, trilhas, estradas e playgrounds.

Como Santa Marta, Joana D'arc e Andorinhas saíram do que se convencionou chamar de Grande Maruípe, é lógico que as informações históricas sobre esta última região, disponíveis no site [www.cidadedevitoria.com.br](http://www.cidadedevitoria.com.br), são mais extensas e englobam um período de tempo maior:

A história da ocupação da região de Maruípe está relacionada, por um lado ao loteamento “Vila Maria”, em “Maruhype”; aos parcelamentos da Fazenda Maruípe e das glebas pertencentes aos herdeiros do Barão de Monjardim. Por outro lado, ao loteamento Nossa Senhora da Consolação, em Gurigica, e às invasões nos morros e mangues.

Em 1897, a Fazenda Maruípe, segundo descrições do Adelpho Monjardim no livro *Vitória Física*, localizava-se ao lado da Fazenda Jucutuquara, compreendendo uma área total de 4.620.000,00 m<sup>2</sup> que se estendia do atual Bairro Santa Cecília até a Ponte da Passagem. Durante o Império, a fazenda pertenceu ao Dr. Inácio Accioli de Vasconcelos [...].

Posteriormente foram doadas várias áreas para abrigar equipamentos públicos de grande porte, tais como: o cemitério, em 1928; o Quartel, antigo Esquadrão da Cavalaria do ES, em 1936; o Hospital dos Tuberculosos do ES, atual Escola de Medicina, em 1951; a Estrada do Contorno e o Horto Municipal.

Em alguns livros e recortes de jornais consta como proprietários de parte da Fazenda um nobre inglês, Mr. Bhering, que ao falecer não deixou herdeiros passando as terras para o domínio do Estado.

Estas últimas informações não são corretas. O citado Mr. Bhering vendeu as terras da fazenda de Maruípe ao Sr. Nicolau Von Schilgen que, posteriormente, as repassou ao Banco do Estado do Espírito Santo que, por sua vez, tinha como maior acionista o Governo do Estado, que as comprou posteriormente. Continuemos a analisar as informações sobre a história de Maruípe existentes no site [www.cidadedevitoria.com.br](http://www.cidadedevitoria.com.br):

Historicamente, devido à sua localização distante do Centro, Maruípe foi um local destinado pela sociedade para a instalação de equipamentos institucionais de grande porte, hospital, quartel e cemitério.

Em 1930, a firma Santos, Soares & Paiva aprovou o loteamento “Vila Maria”, com 209 lotes e área total de 90.537m<sup>2</sup>. Atualmente este loteamento está inserido entre Tabuazeiro e Eucalipto. Constam ainda no cadastro imobiliário da PMV dois loteamentos localizados próximos à Vila Maria. O primeiro feito em 1957, era de propriedade de Américo Martins Figueiredo, e o segundo, sem dados sobre o proprietário, com área total de 18.272,00 m<sup>2</sup>.

À medida que a área de Maruípe foi sendo ocupada e parcelada, diminuiu progressivamente a abrangência do que se convencionou chamar Bairro Maruípe. Isto pode ser explicado pelo fato de novos parcelamentos possuírem outros nomes como: Santa Cecília (ex-fazenda do Sr. Aurinho), Penha, Itararé, São Cristóvão, Tabuazeiro, entre outros.

De modo a ressaltar que as novas parcelas urbanas são provenientes de um conjunto maior (fazenda de Maruípe), a Administração Regional de Maruípe abrange muitos bairros compreendidos na área dessa antiga fazenda.

Consignemos agora as impressões de um morador dessa região desde 1955. Ainda na década de 50 o terreno onde hoje está o Parque Municipal de Barreiros era considerado zona rural, segundo Brandinho Lucas, e abrangia os dois lados da Rodovia Serafim Derenzi; era uma mini-fazenda com gado, cavalos, piscicultura (criação de pitu e tilápia) e orquidário (Cf. entrevista realizada em 20/05/2004 com Hildebrando Gomes Lucas Júnior, também conhecido como Brandinho Lucas). De Jucutuquara para o atual bairro de Santa Marta era tudo chão, não tinha nem paralelepípedo e, “quando chovia muito, a rua ficava intransitável e do quartel em diante não passava carro”. O nome dessa região era Barreiros. O único carro e o único telefone pertenciam ao seu pai, Dr. Hildebrando Gomes Lucas, conhecido dentista na cidade. Das famílias primitivas que Brandinho Lucas conheceu quando foi morar lá, somente restam umas quatro ou cinco, como a família do falecido Haroldo Nunes. Nessa mesma época, o quartel da Polícia Militar passou para a atual sede, que antes era ocupada pelo GEMAC – Grupo Mecanizado de Artilharia de Costa do Exército. Relata que um dos passeios na época era seguir pela Estrada do Contorno, atual Rodovia Serafim Derenzi, dando a volta à ilha de Vitória.

Informa Brandinho Lucas que o terreno que depois se transformou no bairro de Joana D’arc era da família Nunes que fez o loteamento. E que eles tinham gado, cafezal atrás da pedreira da firma Rio Doce, sendo que essa família possuía outras fazendolas no local. Informa também que a parte inicial do terreno do Dr. Hildebrando Lucas foi comprada de João Camilo de Oliveira, que durante certa época, mantinha um restaurante no aeroporto de Vitória, e outra parte de Seu Romeu, cujo sobrenome não se recorda e que “tinha uma loja no centro da cidade chamada ‘Paraíso das Aves’” – estes eram os terrenos mais no alto; já a parte mais baixa da propriedade foi adquirida dos Nunes.

No depoimento, Brandinho Lucas atesta que a região está bastante urbanizada, e o bairro vizinho de São Cristóvão conta com todas as suas ruas pavimentadas e rede de esgoto, além de possuir também uma mercearia boa, padaria, farmácia, açougue; quando a região era rural

“somente existia um botequim, e que hoje em dia tem mais de cem”. O entrevistado assegura também que ainda não se acostumou a chamar o bairro pelo nome de Santa Marta, que é mais recente, pois a denominação mais antiga era Barreiros e depois São Cristóvão. Fala que da “praça do Eucalipto para cá tudo era conhecido como Barreiros”, e que já havia o Horto Municipal, o bairro do Itararé para o lado de baixo, e Mulembá, na parte mais alta do atual bairro de Santa Marta. Refere-se à invasão dos terrenos próximos à antiga Escola de Engenharia, hoje o Centro Integrado de Cidadania de Vitória, no governo do “senhor Francisco Lacerda de Aguiar”.

Brandinho confirma que a ocupação do bairro de Andorinhas aconteceu antes de Mangue Seco. Perto dali existe uma ilha, bem no canal da Passagem, que era usada como passeio e divertimento para a família Lucas. A impressão do bairro hoje em dia é de que melhorou muito como, por exemplo, a urbanização do antigo terreno da família, que se transformou no parque municipal.

No que se refere à festa de São Benedito, Hildebrando Lucas Júnior afirma que ela não tinha a proporção que tem hoje, porque era feita somente perto da casa de Seu Reginaldo Sales. Havia a tirada do mastro que acontecia cerca de um mês antes da festa e no dia a Banda de Congo Amores da Lua saía da casa do falecido Mestre Alarico, sogro do seu Reginaldo. Lembra que no carnaval tinha um bloco, que deu origem à Escola de Samba Andaraí, e que ele Brandinho “entrava no meio da fuzarca”. E a denominação desse bloco já era Andaraí. Hoje existe também a Escola de Samba de Barreiros. Informa também que na parte alta do Parque Municipal de Barreiros construíram um anfiteatro com o nome de Mestre Ângelo em homenagem a um antigo morador do bairro. Brandinho Lucas assegura que em direção à Estrada do Contorno havia mata e pastos, e sua família comprou o primeiro trecho da propriedade em 1944. Recentemente, boa parte dos terrenos pertencentes a herdeiros foi desapropriada para se criar uma área de lazer para a comunidade, com campo de futebol e o referido Parque Municipal de Barreiros.

Pode-se afirmar que a partir dos anos 60 a região era marcada por uma mescla do rural com o urbano. É claro que no início desse período predominavam as características rurais e que, depois, prevaleceram as urbanas. Sem contar que ainda existe uma superposição parcial de atributos rurais e urbanos nas terras delimitadas pela Poligonal 11.

#### 4. UM MULEMBÁ SUBURBANO

Pessoas que habitam Vitória desde os anos sessenta certamente já ouviram falar no Mulembá, local vitoriense para os lados do Quartel da Polícia em Maruípe. Devido a ações relacionadas com o Projeto Terra, o poder municipal de Vitória se interessa em construir um relato histórico do antigo Mulembá, ou melhor, da Poligonal 11. Mas ela é, em si, uma abstração. E uma abstração recente. Daí surge a primeira questão: porque foi criada a Poligonal 11 com o presente traçado? E outra mais: por que tais bairros, e não outros, foram nela incluídos? Questões para serem respondidas por técnicos e urbanistas da própria Prefeitura Municipal de Vitória. De qualquer modo, deve-se historiar o “concreto” dos bairros nela incluídos.

Maria Stella de Novaes registra a ocupação em meados da década de 1930, por população de baixa renda, do que hoje é denominado de Grande Maruípe, possivelmente devido à crise do café, e às obras no porto de Vitória, iniciando a chamada “favelização” de parte da Capital capixaba:

A Fazenda Maruípe, onde se desenvolveu moderno aviário e formou-se um horto frutícola, sob a direção do técnico Henrique Rímolo, passou para a supervisão da Secretaria do Interior e Justiça, para ser transformada em Patronato de menores. De 1935, em diante, seu belo Jardim Botânico foi-se transformando em favela!... (NOVAES, [19\_\_], p. 431).

Entre os antigos nomes da região, ou de partes dela, já citamos os de Mulembá, Vale do Mulembá, Engenharia, Barreiros. Este último nome é comum em certa época. Um exemplo pode ser retirado de texto da historiadora Maria Stella de Novaes [19\_\_], p. 433):

Nomeado Prefeito da Capital, a 2 de dezembro de 1937, o Dr. Américo Monjardim promoveu as Conferências Mensais, confiadas a estudiosos de assuntos relativos ao Espírito Santo e sua Capital. Deve-se a esse Prefeito a numeração dos prédios urbanos pelo sistema decimal, e a Estrada do Contorno, que parte de Barreiros e alcança o bairro de Santo Antônio. Devidamente calçada e arborizada, seria lindo atrativo turístico.

No trecho acima, a historiadora refere-se à Estrada do Contorno construída em 1941 e que passa a ligar essa parte da ilha com o bairro de Santo Antônio e, por meio deste, ao centro de Vitória. Essa ligação, contudo, só foi utilizada regularmente a partir dos finais da década de 1970, com as invasões nos mangues da região que depois ficou conhecida pelo nome de São Pedro.

O que caracterizava a área como subúrbio de Vitória era o fato dela possuir grandes extensões de terrenos ocupados por chácaras, oficinas, depósitos, garagens, etc., e muitos imóveis menores pertencentes a pessoas de baixa renda.

Escrevendo sobre Vitória em 1949, Adelpho Poli Monjardim (1995, p. 57) refere-se à subdivisão dos terrenos da antiga fazenda de Maruípe:

Dentre os mais antigos bairros figura o de Maruípe. O seu desenvolvimento processa-se lentamente, não obstante abrigar o esplêndido quartel que o governo do Estado construiu para a Polícia Militar e que é ocupado pelo Grupo de Artilharia Móvel de

Costa [...] Entretanto desenvolveu-se, subdividindo-se em outros conhecidos por Muxinga, Mulembá e Gurigica, todos prósperos, bem povoados com predominância das classes menos abastadas.

Adelpho Monjardim, que depois iria ser prefeito da Capital, ao descrever o trajeto da Estrada do Contorno também menciona o nome Barreiros e antigos proprietários no local:

Parte a estrada da estaca zero no cruzamento da estrada de Maruípe, ao lado do Quartel do Grupo de Artilharia Móvel da Costa [atual quartel da Polícia Militar], e atravessa trechos dos sítios: Maruípe, Maria Nunes do Amaral Pereira, Barreiros, José Nunes Monteiro, [...] até desembocar em Santo Antônio [...] (MONJARDIM, 1995, p. 67-68).

O historiador Luiz Serafim Derenzi refere-se à região como possuidora de características suburbanas, ao nos informar sobre as atividades do governo estadual de 1920 a 1924: “Nestor [Gomes] tomou interesse marcante pelas estradas suburbanas. Melhorou a de Santo Antônio e construiu as de Jucutuquara, Fradinhos, Maruípe, Bomba, Praia do Canto e a de Goiabeiras à cidade da Serra”. E continua Derenzi o seu depoimento sobre uma época que viveu: “Em Maruípe, na sede da ex-fazenda do Mr. Brian Barry, Nestor instalou residência particular, fugindo às intrigas políticas, pela quais tinha verdadeira ojeriza” (DERENZI, 1995, p.173).

O governo do Estado incorporou ao patrimônio estadual a antiga fazenda de Maruípe na década de 1920, porque se tem notícia a partir destes anos da utilização de terrenos pertencentes a essa fazenda para muitas finalidades. Como exemplo, pode-se citar novamente Derenzi (1995, p. 193): “o Dr. Ormando Aguiar [...] desmembrou parte da fazenda Maruípe, onde projetou, com arte, um jardim botânico capaz de suprir todas as cidades do Estado”, o que deve ter acontecido no final dos anos de 1920. E

o historiador acrescenta em nota: “De 1955 a 1958 se transformou em favela”, sendo que os anos citados coincidem com a primeira administração do governador Francisco Lacerda de Aguiar.

A partir de registros do Serviço do Patrimônio Estadual, da antiga Secretaria da Administração do Governo do Estado, o pesquisador Carlos Teixeira de Campos Júnior (2002, p. 55) constata que a fazenda de Maruípe possuía “aproximadamente 4.620.000 m<sup>2</sup> de área, em excelente localização na ilha de Vitória, foi propriedade do Sr. Brian Barry, depois do Sr. Nicolau Von Schilgen durante vários anos antes de ser vendida ao Estado em 1920”.

Carlos Campos Júnior (1996, p. 196) nos oferece uma pista do porquê desse processo, ao falar que “os proprietários dos terrenos no Novo Arrabalde tinham relativo poder aquisitivo” e que “o governo vendia terrenos menores, tendo em média 200 m<sup>2</sup> em Santo Antônio, extremo oeste da cidade, e na Vila Rubim, localizada nos arredores do centro”, para concluir que “isto significa que a população de menor renda ou adquiriria esses lotes ou invadia outras áreas”.

Esse o paradoxo em que se debateu Vitória na transição do século XIX para o XX. Nessa época, as terras mais valorizadas eram grandes glebas na parte interior da ilha, como as antigas fazendas de Jucutuquara (da família Monjardim) e de Maruípe objeto de comercialização, como já vimos. A região praiana era desvalorizada por se constituir de terrenos arenosos, ou alagadiços e de difícil acesso. Mas eram terrenos públicos. O capital imobiliário privatizou esses terrenos e fez com que o governo estadual e a prefeitura da Capital investissem na infra-estrutura urbana dessa região. Tais terrenos já estavam praticamente privatizados (e valorizados) quando começou uma grande pressão sobre a ocupação de terras em Vitória. Por outro lado, a fazenda de Maruípe, uma gleba de tamanho considerável, passou das mãos de particulares para o poder público em 1920.

Vê-se aí uma inversão de valores, comum a momentos históricos distintos – uma região que era valorizada desde o período colonial

(fazenda de Maruípe) vai perdendo valor de mercado; outra região desvaliosa (as praias) que nem era considerada nos períodos colonial e imperial da cidade, vai adquirindo valor de mercado cada vez maior. A desvalorização dos terrenos da antiga fazenda de Maruípe ocorre, entre outras causas, pelo fato de o Governo do Estado ter repassado à Prefeitura de Vitória vastas áreas de terra no local para edificação de equipamentos urbanos como cemitério e horto e ter reservado para si terrenos para construção de um futuro campus universitário (até 1961 a universidade local era controlada pelo Governo do Estado), e do Quartel da Polícia Militar. Os terrenos adjacentes eram públicos e foram invadidos porque os governos estaduais pós-1930, especialmente depois da redemocratização de 1947, praticavam o populismo em diversos matizes: num grau maior, incentivavam as invasões e, em grau menor, não colocavam um fim a elas.

Assim, tal processo de ocupação urbana em áreas distintas de Vitória ocorre como duas faces de uma mesma moeda. Uma face se beneficia da crescente valorização na região onde foi projetado o Novo Arrabalde. A outra face é a região onde existia o que se pode denominar de “Velho Arrabalde” e vai se desvalorizando progressivamente, sendo objeto de invasões e loteamentos para as classes média e baixa e onde se situa o objeto de nosso interesse, a Grande Maruípe e, nela, os bairros ou parte deles que estão inscritos na Poligonal 11.

O quadro urbano antes esboçado é muito mais complexo do que foi aqui sugerido e, como óbvio, vai se alterando com o passar dos anos. No entanto, essas duas grandes regiões da ilha de Vitória (o Novo e o “Velho” Arrabaldes; ou seja, a Praia Comprida e Maruípe) vão estar em constante interação, até a abertura dos novos bairros ao norte, e já no continente — Jardim da Penha, a Grande Goiabeiras, Jardim Camburi.

Nesta altura, devemos nos lembrar de uma realidade muito nossa conhecida e que teimamos em esquecer: a interdependência entre ricos e pobres. Se no decorrer das décadas de 1940 a 1970 os ricos de Vitória escolhem para moradia os bairros de Praia do Canto, Bento Ferreira, Barro

Vermelho, os pobres e remediados vão construindo, a duras penas, os futuros bairros da Grande Maruípe como Santa Marta, São Cristóvão, Joana D'arc, Itararé, Tabuazeiro e outros. Os empresários, grandes comerciantes, altos funcionários do Estado ou da Companhia Vale do Rio Doce, profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros) que viviam nos bairros “nobres” próximos às praias estavam em correspondência direta com os pescadores, peixeiros, mestres de obra, ajudantes de pedreiros, pedreiros, bombeiros hidráulicos, costureiras, lavadeiras, pequenos funcionários civis e militares, comerciários que viviam nos bairros populares de Maruípe. Um exemplo: muitos engenheiros e médicos da Vale do Rio Doce moravam na Praia do Canto, mas um funcionário da mesma companhia que trabalhava no cais de minério como Seu Alarico (sogra do Seu Reginaldo) morava em Barreiros. De um lado, bairros planejados (mesmo que seja no século XIX), de outro a autoconstrução, a urbanização espontânea.

Em outras palavras: os ricos e a classe média alta residem em bairros que se formaram nas praias da região norte e projetados para residências unifamiliares em terrenos com fossas, já urbanizados, com linha de bonde (e ônibus, quando chegou a época), oferta de eletricidade e água encanada. Os eventuais pobres que ali residiam, geralmente por terem invadido algum terreno, foram gradativamente expulsos. Já os pobres e a classe média baixa moram na região de Maruípe, onde todas as facilidades urbanas antes mencionadas tiveram que ser obtidas dos poderes públicos, quando o foram, por meio de enormes esforços das comunidades. Os eventuais ricos que ali residiam, o faziam em grandes chácaras, como é o caso da família Lucas. Nada disso se constitui em muita novidade para quem pára um pouco e pensa na trajetória histórica de cidades como Vitória. Mas precisa ser enfatizado para as pessoas que chegaram recentemente ao mundo vitoriense, por mudança ou por serem novos de idade.

As colocações anteriores ajudam a explicar por que somente parte da região de Maruípe (o Mulembá, perto do canal da Passagem) estava incluída no projeto do Novo Arrabalde de Saturnino de Brito. Por oportuno, deve-se

observar que a área entre o morro de Mulembá e a ponte da Passagem estava indicada no projeto do Novo Arrabalde como a expressão “Jardim Botânico”.

Vamos neste ponto nos valer de outro morador antigo, há quase seis décadas residindo na região, para procurar entrever algumas questões sobre a formação histórica das terras hoje incluídas na já muito citada Poligonal 11. O Seu Reginaldo nos concedeu a entrevista em sua própria casa, situada nos fundos do Quartel de Maruípe (Cf. entrevista com Reginaldo Barbosa Sales em 14/6/2004). De início, ele informa que nasceu a 5 de julho de 1923 em Goiabeiras Velha. Veio para a região Mulembá em 1945 porque foi sorteado para prestar serviço militar no 3º B. C. (Batalhão de Caçadores) em Vila Velha. Por ser mais perto de sua casa, pediu para “servir no 1º GEMAC – Grupo Especial Móvel de Artilharia de Costa em Maruípe”, onde ficou “três anos e quarenta e um dias”. O GEMAC possuía “grandes tratores e canhões Vicker-Armstrong, modelo brasileiro”.

Como precisasse de uma lavadeira, desceu um caminho atrás do quartel e a lavadeira era Dona Cecília Maria Rosa, casada com Alarico Azevedo, que vieram a ser sogros dele, por serem pais de sua esposa, Maria de Lourdes Azevedo Sales, com quem se casou em 1954. A conhecida Dona Maria Rosa, cujo nome foi colocado na rua que liga a ponte da Passagem à avenida Maruípe, era avó de sua esposa e “morava no bairro que hoje é conhecido como Santa Marta, antigo Mulembá, no alto, bem ao lado da atual igreja de São Benedito”.

Segundo Dona Maria de Lourdes Azevedo Sales, o nome Mulembá vem do “costume dos pescadores chamarem o local de Pedra do Mulembá”, que existia perto da maré, mas “derrubaram o pé de mulembá, quebraram a pedra e fizeram casa em cima”. Os pescadores aqui no caso eram o pai dela, e “Seu Ladário Mando, o finado Pedro de Pia, o finado Zé, e o finado Álvaro, o finado Deraldo, o finado Armando Alves”. Acrescenta que “as canoas ficavam tudo lá, amarradinhas pra eles ir pescar e pescavam tudo de tarrafa, de madrugada, no porto do Benedito Cristo, morador antigo de lá”, perto de onde existia a pedra com o pé de mulembá.

O nome de Santa Marta, segundo Seu Reginaldo, se deve ao fato de Sebastião Gomes, presidente da Comunidade de Mulembá em 1958, ter ido junto com o Bolinha (sargento João Batista, também da comunidade) até a casa de Dona Maria Osória, esposa do Coronel Macedinho, para pedir sugestão acerca da troca do nome. “Dona Maria Osória sugeriu que o bairro tivesse como novo nome o de Santa Marta, tendo doado a imagem da santa de sua devoção”. Não conseguimos averiguar com toda certeza a origem dessa denominação. No entanto, tudo indica que o proprietário da antiga Viação Santa Marta colocou esse nome na sua empresa, organizada em fins da década de 1950 e inícios da seguinte, por influência de moradores da região. Ceny Júdice Achiamé, proprietário da referida viação, sempre dizia em tom de brincadeira que tinha querido homenagear sua mãe com o nome de Viação Santa Maria, mas como esta razão social já existia, transformou a letra ‘i’ em ‘t’.

Sobre Dona Maria Rosa da Conceição, antiga moradora da região e homenageada com a colocação de seu nome com o respectivo título de respeito (Dona) em rua importante do local, Seu Reginaldo nos garante que ela “era uma capelã de ladainha, era mestra de folia de reis, era benzedeira de mão santa”, além de fazer garrafadas e ser parteira curiosa. Informa também que ela era de origem indígena, nascida nos arredores de Santa Maria do Rio Doce (atual Colatina), tendo falecido com cerca de 110 anos. Acrescenta que Dona Maria Rosa, além de benzedeira (“benzia com as folhas de muxinga”), era curandeira e, na época de seca, reunia as crianças do bairro de Mulembá numa parte baixa onde hoje é a praça Álvaro Amorim, perto da escola Marieta Escobar. E fazia com que “elas enchessem os canequinhos com água e subissem por um caminho estreito até o alto de Santa Marta, ela na frente com um terço na mão e as crianças em fileira rezando”. No alto havia um cruzeiro “que ela fez a propósito, lá em cima no terreiro da casa dela” e as crianças jogavam a água no pé do cruzeiro, e “dois a três dias depois a chuva vinha”, em abundância.

Seu Reginaldo e Dona Maria de Lourdes confirmam a história de o reverendo Jáder ter vindo de Cachoeiro de Itapemirim a mando de uma associação de crentes que era mantenedora da Escola Alfredo Filgueiras. Acrescentam que essa escola serviu muito à comunidade, e tinha alunos pobres que estudavam de graça e, “os que podiam, pagavam” pelo ensino.

Dona Maria de Lourdes conta que as mulheres vinham a pé de Goiabeiras, carregando enxadas para tirar o barro em Barreiros e contratavam as carroças para levar o produto para Goiabeiras. Seu Reginaldo afirma que é filho e neto de paneleira, “minha mãe era Ana Maria da Penha e minha avó Raquel Maria da Penha, duas grandes panelleiras”. Recorda-se que seu pai (João Sales), sua mãe, seu irmão Leopoldo e ele vinham “de Goiabeiras em canoa de manhã cedo tirar o barro lá dentro no Barreiros, que hoje chama-se Vale do Mulembá”. Dona Maria de Lourdes faz questão de acrescentar que o lugar que agora estão chamando de vale do Mulembá sempre foi conhecido por Barreiros. “Aquele barreiro criou muitas famílias de Goiabeiras e até hoje está criando. Eu fui criado com dinheiro de panela de barro”, acrescenta Seu Reginaldo. Este barro era transportado dali para as canoas que ficavam no antigo porto de Barreiros. Informa também que os primeiros donos de Barreiros eram Dona Chiquinha e o marido Seu Manuelzinho, depois a área passou para a filha deles Nininha e o marido Zeco Daniel. E complementa: “desde os primeiros dias que se tirou barro de Barreiros, ele era pago”.

Em trabalho intitulado *Cerâmica popular em Vitória* o folclorista Renato Pacheco, já nos idos de 1953, informava sobre a presença de uma olaria em Barreiros e o fornecimento de barro do local para a confecção das famosas panelas em Goiabeiras:

Averiguamos, dentro do município de Vitória, a existência de três indústrias do barro: uma olaria de tijolos, em Barreiros, Estrada de Contorno a que não nos referiremos, no presente trabalho:

uma indústria de meringas e vasos na Ilha de Santa Maria; e um processo afro-mesolítico de fabrico de vasilhame no distrito de Goiabeiras, que, desde, pelo menos, o século passado [XIX], vem dando sustento a dezenas de famílias. [...]. A produção [em Goiabeiras] é permanente e utilitária: não se fabricam objetos religiosos ou esculturas. O barro (tabatinga) é comprado na Estrada de Contorno à Ilha de Vitória, no local denominado Barreiros (ex-Boa Vista) próximo a Maruípe, arrabalde da Capital, ao senhor Zeco Nunes. Custa Cr\$ 12,00 o bolo (aproximadamente 50 Kg) ou Cr\$ 2,00 a bola. 8 bolas formam um bolo. O transporte de Barreiros a Goiabeiras (aproximadamente 6 quilômetros) é feito de caminhão (carro) e o bolo ao chegar ao local da fabricação está por Cr\$ 40,00. Cada bolo dá para a fabricação de um cento de panelas. (Cf. Comunicação ao II Congresso Brasileiro de Folclore, transcrito de Folclore, boletim da Comissão Espírito-Santense de Folclore, Ano I, nº 5, Vitória, setembro / outubro de 1953. Em [www.cidadederitoria.com.br](http://www.cidadederitoria.com.br)).

Informa Seu Reginaldo que antes existiam no Mulembá poucas casas de estuque, e poucos barracos, e que o lugar foi crescendo com casas melhores; “Santa Marta era um bairro de militares”, pois muitos moradores tinham essa ocupação. As invasões aconteceram mais recentemente em Andorinhas, Mangue Seco, Joana D’arc. “Aqui morava soldado, cabo, sargento, tenente, capitão, major, coronel, muitos deles aposentados” e cita os “coronéis Macedo, Azeredo, e Sasseberg”. Dentre os moradores antigos, além de Dona Maria Rosa e Benedito Cristo, recorda-se de Dona Edwirges, esposa do Álvaro Amorim, o alfaiate: “Tinha aqui o Euclísio que foi sargento da Polícia, depois oficial, o cabo Zé Reis, o cabo Bolinha, que depois foi promovido e reformado”. Lembra também que o sargento Sebastião Gomes criou o clube de futebol Andaraí (depois bloco de carna-

val e escola de samba) na década de 1940, e “era um time bom, muito bom mesmo e deu muita força e movimentou a região, junto com o então major Vadinho que criou o Andaraí”. E continua: “Do bloco carnavalesco Andaraí surgiu o clube carnavalesco do Seu Magalhães no alto de Santa Marta. O Taiu ajudou muito o Andaraí a crescer, junto com o Seu Sebastião Gomes, junto com o sargento João Batista, o Bolinha”. Acrescenta que “o Andaraí era a maior atração nesse bairro. Quando tinha um jogo ali no campo do Andaraí, no campo da Polícia hoje [chamado Campo do Caxias], era uma multidão que comparecia, era uma coisa, era uma loucura”.

Para organizar uma banda de congo, Seu Alarico Azevedo convidou Seu Reginaldo porque ele “lá em Goiabeiras era do congo”, e este chamou o Alfredo Manoel da Silva, que fazia em Goiabeiras a festa de São Benedito e também era do congo. Formaram a banda em 30 de março de 1945, e dela participavam Carlos e Cícero, filhos de Seu Alarico, que comprou dez tambores em Jaburuna, Vila Velha. Algum tempo depois escolheram o nome de “Amores da Lua”. “Os ensaios eram no terreiro da Dona Maria Rosa, lá em cima do morro”.

O Seu Reginaldo declara que o bairro Santa Marta a partir dos anos de 1960 “tomou um impulso muito grande, melhorou muito, cresceu, em matéria de construção de novas casas, casa boas, o comércio dele melhorou bastante, com supermercado, farmácias, já tem uma farmácia lá em cima, e outra aqui embaixo; melhorou bastante, o calçamento, as escolas são boas”. Com as melhorias, o bairro atraiu diversas e novas famílias que lá fixaram residência. Informa também que o “senhor José Ângelo era mestre de obras, e conhecido como Mestre Ângelo, sendo que um seu filho chama-se Alcebíades Ângelo e é farmacêutico antigo”.

Para terminar esta parte da história do bairro, tratemos um pouco da ponte da Passagem, marco antigo do local. Ao registrar as iniciativas da presidência de Muniz Freire que repercutiram em Vitória, Luiz Serafim Derenzi afirma que aquele governante “confiou ao jovem engenheiro sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito os estudos e a

construção do Novo Arrabalde nas magníficas praias da zona norte da ilha, desde o Suá até a ponte da Passagem”. Mais adiante, e tratando ainda dos finais do século XIX, Derenzi afirma que “a comunicação com a ponte da Passagem se fazia por Maruípe, cuja estrada colonial se transformou em avenida com pouca variação de traçado” (DERENZI, 1995, p. 146-147). Tal transformação somente se deu, logicamente, muitos anos depois do final do século XIX. O engenheiro e historiador Luiz Derenzi (1995, p. 154) também nos informa, numa nota em sua obra sobre Vitória, que a ponte da Passagem, “construída por Silva Pontes (1801), com pedregulhos de alvenaria, o príncipe [de Wied-Neuwied] achou-lhe, em 20 de dezembro de 1815, fechada a porteira. Foi substituída pelo engenheiro Ormando Borges de Aguiar, quando secretário de Viação, 1929, pela atual, de concreto armado”.

Segundo Carlos Benevides Lima Júnior (1994, p. 72), para substituir a antiga ponte de madeira, “o governador Aristeu Borges de Aguiar contratou a firma Christiani & Nielsen para a construção de uma ponte de cimento armado, com um único vão de 34 metros, tendo 6 metros de largura útil”. Esta ponte em “cimento armado permaneceu até 1973”, quando foi substituída pela que lá ainda se encontra, duplicada posteriormente.

## 5. MARUÍPE – O PERÍODO RURAL DA ÁREA

Um avião prepara-se para pousar na pista do aeroporto de Vitória, no ano de 2004 – passa por cima de Santa Marta, da ponte da Passagem, mira a pista e aterrissa. O avião percorre uma de suas rotas normais, mas por terra esse local, há séculos, é importante trajeto para outros viajantes.

Na verdade, as divisões que estamos fazendo aqui da história dessa região não são muito adequadas, porque existem as sobrevivências e os contatos de uma época com a outra. As divisões somente servem para distinguir o período de maior predominância de uma característica da área – se rural, suburbana, urbana ou metropolitana.

O já muito citado historiador Luiz Serafim Derenzi (1995, p. 154-155) descreve o antigo caminho colonial, nos começos do século XX:

A estrada, hoje rua Jucutuquara, tortuosa em meio a grandes blocos de granito, dividia-se em dois ramos: à esquerda para Fradinhos e, para a direita, vencendo o riacho, com ponte de madeira, sobre os pegões da fracassada Estrada de Ferro Vitória a Peçanha, atingia-se a Passagem por caminho lindeiro com as propriedades do Figueiredo, do barão [de Monjardim] e de Maruípe.

Em nota ele informa que a fazenda de Maruípe era “propriedade de Brian Barry, gerente da Hard Rand [firma exportadora de café]”. Estas informações são complementadas pelo pesquisador Carlos Teixeira de Campos Júnior (2002, p. 55):

O Sr. Brian Barry era o gerente da casa comercial de exportação de café Hard Rand, de origem norte-americana, instalada em Vitória por volta de 1892. Os registros que se tem informam que em 1910 a Fazenda Maruípe pertencia ao Sr. Brian Barry. Durante esta década foi vendida ao Sr. Nicolau Von Schilgen, que em 1920 vende para o Estado. No mesmo ano o Governo do Estado vende a fazenda para o Banco do Espírito Santo. Quatro anos depois, em 1924, compra-a do banco. E desfaz-se dela através de diversas doações feitas à Prefeitura de Vitória. Doações para construção de cemitério, horto municipal, casa para operários, dentre outras.

Pelo traçado da antiga fazenda de Maruípe, pode-se concluir que os seus terrenos abrangiam vasta área que deu origem a muitos bairros de Vitória no decorrer do século XX (Cf. CAMPOS JÚNIOR, 2002, Mapa 1). Sobre a história da fazenda de Maruípe, também são muito elucidativas as seguintes informações:

Além de sua excepcional situação dentro da ilha, atravessada pelo único caminho que cortava Vitó-

ria na direção norte-sul, a fazenda não estava sujeita à influência da maré, era prolongamento natural da cidade e a propriedade de maior tamanho na ilha de Vitória. Apesar da denominação “fazenda”, a produção agrícola não era a fonte de renda de seus proprietários (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 55).

O professor Carlos Campos Júnior (1996, p. 27), ao descrever o perímetro do Novo Arrabalde, diz que ele “limitava-se ao norte com o canal que se forma a partir da desembocadura do rio Santa Maria no mar. Compreende, hoje, a faixa que margeia o canal Norte, desde a ponte de Camburi até a ponte da Passagem”. E prossegue na descrição do perímetro: “A oeste, ia além da avenida atualmente conhecida como Leitão da Silva, tocava a base dos morros Mulembá, Grande, Gurigica, contornando-o até tocar novamente o Grande, indo atingir Jucutuquara (antiga Vila Monjardim)”. O Novo Arrabalde já foi objeto de estudos, entre os quais se distingue esse aqui utilizado. Menos atenção os pesquisadores têm dado ao “Antigo Arrabalde” de Vitória, a fazenda de Maruípe. Sobre o acesso viário para a região norte da ilha no início da República, Campos Júnior (1996, p. 127) nos oferece as seguintes considerações:

Não havia, nesse tempo, caminho para as praias passando pela que é hoje a avenida Vitória. Para chegar às praias passava-se por Jucutuquara, depois Maruípe, dando a volta por trás do morro Grande até alcançar a ponte da Passagem, próxima a terrenos secos [...]. A partir daí margeava-se o ramo norte do estuário (hoje canal da Passagem), contornando o morro Barro Vermelho e atingindo por fim o ramo sul do estuário, que conhecemos, atualmente, como Praia Comprida.

Campos Júnior (1996, p. 128) também nos informa que

as maiores glebas de terras pertencentes a particulares constantes na ilha de Vitória ficavam nos

espaços interiores, mais distantes do mar, próximos à fazenda Jucutuquara. Porém, esta distância do mar fazia com que os terrenos fossem ondulados, sendo muito poucos os terrenos planos. [...] As grandes glebas ocupavam os espaços planos de encontro dos morros, como que formando um vale e ao mesmo tempo as respectivas encostas de um lado e de outro dos morros em partes de menores inclinações. Bastava observar o caminho que ia de Jucutuquara à ponte da Passagem atravessando Maruípe. Nesse percurso, passava-se pela fazenda Jucutuquara, pelas terras dos Figueiredo, até atingir a fazenda Maruípe, a maior de todas, pertencente na época [começo do século XX] a Brian Barry.

A área onde hoje está inserida a Poligonal 11 possui uma longa vida como terreno rural. Mais precisamente, desde sua ocupação pelos portugueses (a sua chegada em 1535 foi estabelecida, por mera convenção, como o começo da história espírito-santense) até os começos do século XX.

Logo que os portugueses aqui chegaram, para dar início à sua empresa colonial, trataram de fazer um reconhecimento nos arredores da ilha e navegaram pelo que depois se chamou de rio da Passagem, como menciona o historiador Basílio Carvalho Daemon (1879):

Em fins deste ano [1535] e princípio do ano seguinte os novos povoadores saem em novas explorações, mas em muito maior número e bem armados e municados, passam-se para o lado Norte, e subindo talvez o rio da *Passagem*, desembarcam e entram-se pelo sertão adentro, e fazendo picadas chegam até os arredores da hoje cidade da Serra, tendo tomado como rumo a serra do Mestre Álvaro. Nesta excursão não consta que fossem incomodados ou pressentidos pelos índios.

Outras referências a períodos antigos do local são feitas por Luiz Serafim Derenzi, quando cita a expansão das roças de cana-de-açúcar para a parte norte da ilha de Vitória logo nos começos da colonização, e quando se refere à estrada colonial que, passando por Maruípe, ia até a ponte da Passagem (construída ou reformada em 1801) e continuava em direção a Serra.

A conhecida praia de Camburi já se chamou praia de Maruípe. Esta denominação é encontrada em antigos documentos escritos e mapas. É importante registrar tal denominação, hoje restrita a uma área no interior da ilha de Vitória, mas que está localizada *na retaguarda da praia*. Ou seja: a atual praia de Camburi era denominada de praia de Maruípe, mesma denominação da região vizinha que ficava bem perto, do outro lado do canal da Passagem. Este canal também era chamado “de Maruípe”, assim como a grande fazenda fronteira, cuja existência certamente ajudou a preservar tal denominação.

Devemos também registrar, como um documento que ajuda a esclarecer a origem do local e de seu nome, o mapa elaborado por Domingos José Caldas em 1778, onde está bem desenhada a orla das ilhas que compõem o arquipélago vitoriense. Afinal, tratava-se de uma iniciativa para incrementar a fortificação da vila de Vitória e seus arredores. O desenho, no que se refere à atual região de Maruípe, é esquemático, mas a orla está bem proporcionada e nela destaca-se a expressão *Praia de Maruípe* para designar o local hoje conhecido como praia de Camburi. Estas indicações são preciosas por três motivos, pelo menos: esclarece-nos sobre a antiga denominação de uma vasta área do atual município de Vitória; indica-nos que o interior da ilha estava pouco habitado, e que ele não possuía maior importância em termos estratégicos (Cf. mapa em OLIVEIRA, 1975).

Tendo a colonização se firmado, os portugueses fizeram-se donos desses terrenos, situados no continente, no interior da “Praia de Maruípe”. Depois eles passaram para a propriedade dos jesuítas. Em princípios do século XIX, essas terras já estavam na posse de pessoas que as

requereram à Câmara Municipal de Vitória, entre elas o futuro comendador Souto. Daemon preserva em sua obra algumas notas sobre a vida desse antigo proprietário das terras de Maruípe em meados do século XIX:

Falece a 11 de Março deste ano [1866] o antigo negociante desta cidade Comendador Domingos Rodrigues Souto, nascido em Portugal, mas que, tendo abraçado a Independência do Brasil tornou-se brasileiro adotivo. Prestou muitos serviços à causa pública, ocupou diversos cargos e foi deputado provincial. Deixou fortuna regular não só em moeda como em prédios, terrenos e escravos.

De maneira ampla, pode-se traçar a linha de sucessão dos proprietários das terras de Maruípe (tanto na ilha de Vitória, como no continente), consultando-se a obra sobre a então província do Espírito Santo de Daemon (1879). Ele consigna registros sobre tais terras desde o século XVII até o XIX, e, provavelmente, valeu-se de documentos que estão para nós inacessíveis, ou perderam-se para sempre. É significativo o detalhado registro sobre os diversos proprietários da região feito por Basílio Daemon, como forma de nos chamar a atenção para a importância que elas possuíam no período colonial, e que continuavam a ter, como patrimônio, na época do relato histórico. O historiador assinala no ano de 1644 os limites de uma grande extensão de terra que passara aos jesuítas, onde se menciona a barra do canal da Passagem como uma de suas referências:

Os terrenos de Vicente Vaz, Gaspar do Couto e Pinto Pimentel, que passaram ao domínio dos Jesuítas, principiavam na barra do rio da *Passagem*, em Maruípe, e estendiam-se até a ponta de Camburi, onde colocara-se um marco, daí ao córrego *Negro*, onde se fincou outro, tomando o rumo do Norte até o rio *Carapebus-Mirim*, hoje rio da *Praia Mole*, foi assentado outro marco, daí à *Malha Branca* do Mestre Álvaro, prosseguindo

em rumo de Sul com diferentes marcos no travessão de *Jacuí* ao *Porto Velho*, que era à beira da estrada para a Vitória, em direção ao rio da *Passagem*, no lugar onde se havia fincado o primeiro marco. (Daemon, 1879).

Ao listar os fatos que julgou significativos no ano de 1780, Basílio Daemon (1879) refere-se com certa minúcia às avaliações feitas dos bens deixados pelos jesuítas, onde se menciona também a “Passagem Real” e a praia de Maruípe:

[...] ainda outras terras foram avaliadas no Pontal, da outra parte do rio no chamado Maruípe, hoje da Passagem, que de um lado se divide com a Passagem Real, que ia desse lugar para a praia de Maruípe e da outra se dividiam com a estrada das Pitangueiras e faziam um ângulo na encruzilhada das ditas duas estradas, fazendo termo afinal no mar, onde tinham mais largura e alguma mata virgem.

Uma referência importante à estrada de Maruípe nos é fornecida por Daemon (1879) quando, ao historiar os acontecimentos de 1792, escreve:

Neste ano [1792] é dado princípio à estrada que desta hoje cidade segue para Maruípe (nome derivado de *maru*, mosca, *ipe*, lugar), sendo para o dito fim fornecidos 10 índios para aquele trabalho, de que foi encarregado o Ouvidor Bacharel José Pinto Ribeiro, que a concluiu.

Tudo indica que já existia uma via terrestre que ligava a vila da Vitória a Maruípe, e ao canal da Passagem, sendo a estrada para Maruípe locada em obediência a antigos caminhos. De qualquer maneira, é in-

interessante constatar que a estrada e a ponte são construídas e reconstruídas muitas vezes no decorrer da história vitoriense. Processo que, de resto, ainda não terminou, diante do fato de que existem planos para se substituir as atuais “pontes” da Passagem por outras de estrutura metálica, como prolongamento da ampliação da avenida Fernando Ferrari, e objetivando melhorar seu tráfego. Eis um exemplo de obras de reconstrução da ponte, retirado também do livro de Daemon (1879):

É reconstruída neste ano [1801] a ponte do rio da *Passagem*, a mandado do Governador [Antônio Pires da Silva] Pontes [Leme], fazendo-se pegões de alvenaria e sob planta do mesmo Governador, tendo-se nessa obra empregado indígenas e particulares.

Acima de qualquer dúvida está o fato de que a primeira ligação terrestre da ilha de Vitória com o continente ocorreu por meio da ponte da Passagem. Outro exemplo, narrado por Daemon (1879), que comprova as obras realizadas de forma reiterada naquela importante passagem terrestre de Vitória:

Neste ano [1851] são concluídas as obras da ponte de Maruípe ou da *Passagem*, não só em alvenaria na fatura e concertos de pegões, como em novas linhas, barrotamento e assoalho, a qual fora contratada por 1:400\$000 em 23 de Agosto deste mesmo ano, com José Correia Maciel.

O historiador e jornalista Basílio Daemon (1879) refere-se também a um episódio de briga entre indivíduos que saíam de Vila Velha para “fazerem lenha” nos mangues existentes nos fundos da fazenda de Maruípe. A agressão que tais pessoas sofreram, certamente por parte de empregados ou escravos da referida fazenda, é destacada pelo autor, que vivia à época deste acontecimento (terá extraído de notícia de jornal, ele que era jornalista?):

No dia 21 de dezembro deste ano [1877], indo da vila do Espírito Santo [atual Vila Velha] Manoel Hipólito de Miranda, Albino Cândido da Fraga, José Francisco de Queirós e José Cordeiro de Barcelos, a fazer lenha nos mangues contidos nos fundos da fazenda de *Maruípe*, são ali agredidos por pessoas da dita fazenda; sendo amarrado Manoel Hipólito, os outros companheiros atiraram-se ao mar para não lhes acontecer o mesmo; lascaram-lhe a golpes de machado as canoas em que os mesmos lenheiros tinham ido, causando tal atentado geral indignação; a custo, puderam os mesmos chegar à vila do Espírito Santo.

Assim, não podemos esquecer que uma vasta região da ilha de Vitória era parte da fazenda de Maruípe, e que os mangues de Vitória há muito tempo forneciam lenha para a população do entorno do município.

O bispo Dom José Caetano da Silva Coutinho (2002, p. 95-96), novamente em visita pastoral à capitania do Espírito Santo em 1819, refere-se às anotações que fizera na sua visita de 1812, quando se encontrava na Serra:

A minha viagem para aqui foi diretamente de Vila Velha, vindo por duas léguas de mar crespo e perigoso ao sítio denominado o Pontal, junto à ponte que atravessa o canal que comunica os mares das duas barras com a enseada do Lameirão, e formam a grande ilha da Vitória. A fortaleza de Piratininga junto à barra salvou-me com 21 tiros; e na sobredita ponte me esperavam oito soldados de cavalo com o meu conhecido tenente Mesquita [...].

E uma nota nos esclarece que a ponte referida pelo bispo é a “ponte da Passagem, em Maruípe. Maximiliano [príncipe de Wied-

Neuwied] informa que cruzou ‘o pequeno rio Muruim ou Passagem, sobre o qual passa uma ponte de madeira, geralmente fechada por uma porteira’” (COUTINHO, 2002, P. 95).

O grande biógrafo de Vitória continua a ser Luiz Serafim Derenzi, passados quase quarenta anos da edição original de seu livro sobre a Capital capixaba. Ele refere-se logo nos começos da vida de Vitória às lavouras que “se abrem pelo lado norte e transpõem o continente pelo braço da ‘Passagem’” (DERENZI, 1995, p. 32). Contudo, não indica de onde tirou esta conclusão. Na continuação de sua obra, ele cogita que “os temiminós, que não se pode afirmar se autóctones ou emigrados, pelas referências um tanto incertas, deviam habitar a baixada de Goiabeiras e Carapina até as proximidades da Serra” (DERENZI, 1995, p. 53). Tratando da vila de Vitória no limiar do século XVII, Derenzi (1995, p. 61) escreve que

os colonos plantam de Caratoira a Santo Antônio. Da “Capixaba” até a “Passagem”, abrem-se lavouras de mantimentos, que cobrem manchas de terra entre o mar e as encostas dos morros. Em Jucutuquara ou Jocutaquara, uma língua de mar sobe até a confluência dos rios Fradinho e Maruípe. Nesses vales, possivelmente, as roças são mais extensas. Pelas referências antigas presume-se que o algodão e a cana são as plantas preferidas. A mandioca generaliza-se em substituição ao pão, de que os portugueses não se deslembram.

Deve-se notar a referência ao *rio Maruípe*. Por onde corre ele agora? Será que ainda existe?

Por último, falemos um pouco mais da Vitória atual e também de um período da história vitoriense, no qual o colonizador português não se fazia presente na região atualmente abrangida pela Poligonal 11.

## 6. CONCLUSÃO – O PÉ DE MULEMBÁ É NATURAL?

Pode-se examinar a região da Poligonal 11 a partir do espaço, com ajuda de satélites – basta entrar em determinados sites e fazer uma aproximação sucessiva por quadrículas. De que isso adianta? É somente mais um ponto de vista que pode ser adotado. O ideal seria examinar, também com a mesma facilidade, os diversos momentos históricos por que passou essa região.

É sabido que o olhar humano modifica tudo o que vê. A nós interessa estabelecer algumas alterações promovidas por nossos olhares de agora, ou por aqueles dos nossos antepassados indígenas. Quem foram os primeiros seres humanos que percorreram a região? Não é difícil responder – um grupo de caçadores nômades. Descrevendo as cercanias do canal da Passagem, seus manguezais e ilhas, assim se exprimiu Adelpho Monjardim (1995, p. 94):

Por uma passagem pouco conhecida, chega-se à ilha da Margarida. Pequena, mas de margens elevadas, a ilha é rico sambaqui de onde farto material foi remetido para o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Várias peças foram enviadas ao Rio de Janeiro, para competente classificação, entre as quais um dente, de cerca de dez centímetros, bastante gasto na extremidade inferior interna, igual à presa de um javali.

O certo é que a presença humana nos arredores do Mulembá já acontecia há centenas e centenas de anos. Fatores diversos proporcionavam essa presença: o clima, a existência de fontes alimentares abundantes, e de lugares para abrigo e defesa. Local com a presença de água doce nas proximidades, nele os indígenas coletavam alimentos de ecossistemas diversos: da terra seca (frutas e caça), do mangue (ostras) e do mar (peixe). Tem-se atestada a ocorrência de população Tupiniquim habitando

áreas no atual Campus Universitário de Goiabeiras – contíguo a Maruípe – desde mil e quinhentos anos atrás. São restos de cozinha, pontas de flecha, ostras (sambaquis), ossos animais e humanos que asseguram a ocupação dos arredores desta grande porção de terra há muito tempo. Essas observações sobre a denominada pré-história da região são feitas para se reconhecer a presença pioneira de populações autóctones na Grande Maruípe, e não a título de mera postura romântica.

Quais são os mundos deste Mulembá? O que sobrou, o que sobreviveu de cada um dos tempos antes mencionados? Cada reminiscência, afinal, é difícil de ser classificada porque pertence a momentos distintos, porque está inserida numa transição. A banda de congo, por exemplo, é a penetração do tempo rural no urbano, a sobrevivência de um tempo no outro, a persistência de um costume muito antigo. Outro exemplo: quando existia no bairro uma garagem de ônibus e uma fábrica de pré-moldados havia também a interpenetração de momentos suburbanos e urbanos. Agora, como já assinalado, a garagem virou posto de gasolina e no terreno da antiga fábrica está instalada uma faculdade particular. Ou seja, a história continua – são tempos distintos, mas coexistindo como camadas de um grande bolo. Prova disso é o fato de que as antigas denominações referentes aos locais tratados não desapareceram, mas convivem, nem que seja no imaginário coletivo – Maruípe, Engenharia, Barreiros, Mulembá.

Também não se pode esquecer de relacionar esses “mundos” da Poligonal 11 (ainda coexistindo num mesmo espaço) com os tempos históricos da cidade a que pertenceram ou pertencem. Vitória nasceu (na segunda metade do século XVI) como “Vila do Açúcar” e permaneceu nessa condição até os anos de 1850, quando gradativamente se transforma na “Cidade do Café”. Tal situação perdura até meados do século XX. A partir desta época, pouco a pouco, vai transformando-se na “Metrópole Industrial” de hoje. Este pequeno território abrangido pela Poligonal 11 é também um pedacinho da história capixaba e nele repercutiram os momentos históricos vividos pelo Espírito Santo, e os acontecimentos importantes ocorridos no Brasil e no mundo. Às vezes como um sussurro,

quando os índios que ali passavam falavam em voz baixa para não serem notados pelo colonizador português reconhecendo o terreno. Outras vezes como um gemido — os escravos trazidos do outro lado do Atlântico e que lamentavam sua sorte na fazenda de Maruípe. Outras ainda como um grito — o de um sargento do Exército comandando uma ordem unida, já que a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, determinou que, em 1942, o novo Quartel de Polícia em Maruípe fosse destinado a abrigar o 1º Grupamento Móvel de Artilharia de Costa — GEMAC.

Consideramos imprescindível que geógrafos e urbanistas registrem as mudanças físicas no território — a abertura de avenidas e ruas, a autoconstrução presente nas soluções dos moradores para edificação de moradias, a destruição de acidentes naturais e, como tendência geral, o progressivo aumento da integração da área ao tecido urbano de Vitória.

Como é evidente, mas precisa ser lembrado aqui, um lugar como o que no momento é objeto de nossa atenção, por se constituir numa parcela significativa de determinada capital regional, sempre absorve em sua vida histórica os reflexos de acontecimentos de toda ordem (econômica, social, política, administrativa) que ocorreram no seu entorno imediato, no território estadual, no país ou mesmo em terras distantes. Os exemplos antes citados podem se multiplicar por estarem inscritos como tatuagens, como marcas indelévels no próprio corpo da região. Dessa forma, informações antes apresentadas podem ser reagrupadas de maneira diversa.

Encontram-se referências esparsas sobre a favelização da área de Maruípe. Pode-se estabelecer, com uma boa dose de certeza, que a primeira onda de ocupação irregular ocorre devido aos reflexos da Grande Crise de 1929 e iniciativas para superá-la no estado do Espírito Santo, como intensificação nas obras da construção do porto em meados dos anos 30. A esses fatores se associa a construção do quartel de Maruípe (final dos anos 30 e inícios dos 40), ocupado na época da 2ª Guerra Mundial pelo GEMAC.

De fins dos anos de 1950 até os anos de 1970 temos uma outra expansão populacional no lugar devido à erradicação do café no interior do estado, liberando contingentes populacionais que procuraram se ins-

talar na Capital. As fases de industrialização também tiveram reflexos no lugar, apesar de as decisões básicas relativas aos grandes projetos industriais terem sido tomadas em locais bem distantes de Vitória: construção das usinas pelotização da Vale do Rio Doce nos anos de 1960/70, a edificação da Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST a partir de meados dos anos 70, período que coincide com a expulsão de pessoas do meio rural capixaba pela Aracruz Celulose. Mas, nesses últimos casos, a pressão populacional ocorre no sentido do prolongamento do bairro, onde havia manguezais, o que originou a Grande São Pedro.

Deve-se notar que essa determinada região da cidade, mesmo pequena em área, quando continha poucos habitantes, possuía uma denominação genérica – Maruípe. À medida que ocorre um adensamento populacional, as necessidades mudam. São formados becos, vielas e ruas; a autoconstrução se intensifica, e começam a surgir demandas por oferta regular de água, energia elétrica e destinação de esgotos. Enfim, vai havendo uma subdivisão da área, qual um grande condomínio horizontal. De fato, os interesses envolvidos na formação de uma cidade são diferenciados. É comum ver-se a cidade do ponto de vista do poder público, dos proprietários, da lógica do capital, enfim, dos interesses das classes dominantes. Mas essa lógica do capital só existiu porque dela fizeram parte as classes menos favorecidas. Nesse sentido, um dado significativo é o fato de que as invasões, no que outrora era a fazenda de Maruípe, ocorreram sempre em terrenos públicos, sejam federais (os mangues), estaduais (nos morros) e municipais (parte do antigo Horto). Os grandes proprietários de terra urbana, evidentemente, não sofreram prejuízo com tais invasões – nesse caso, como em inúmeros outros, os lucros foram privatizados e os prejuízos, socializados.

O lugar ora estudado, no entanto, não é constituído somente de ausências, onde faltariam muitas comodidades da vida urbana. Deve-se entender que a população de baixa renda não está excluída da vida da cidade. Ao contrário, dela participa de forma ativa. É uma população que pode ser chamada de classe média e de classe baixa, sem ser miserável –

soldados e oficiais da Polícia Militar, empregados do comércio, motoristas e trocadores de ônibus, servidores públicos pobres, pessoas de pouca instrução formal e que exercem ofícios manuais como pedreiros, carpinteiros, biscateiros, manicuras, lavadeiras.

Mesmo com o risco de entediar o leitor com a repetição de episódios históricos, convém abordá-los numa outra perspectiva. Certas datas são significativas para se traçar a história da região hoje abrangida pela Poligonal 11. O fato de o Governo do Estado ter adquirido a fazenda de Maruípe em 1920 coincide com o uso de sua sede pelo presidente Nestor Gomes, fato referido por Derenzi. Esta sede devia situar-se nos arredores onde hoje está implantado o Hospital das Clínicas. O estado doa parcelas da antiga fazenda à Prefeitura Municipal de Vitória – para o cemitério de Maruípe, para o Horto Municipal, como já assinalado. Mas reserva para si outras glebas – instala o Instituto de Maruípe, internato para menores carentes, no sítio onde está hoje o Hospital das Clínicas; as cavalariações do Regimento de Cavalaria da Polícia Militar vão ser construídas nas imediações do atual quartel daquela Força Pública. Relewa notar que muitos terrenos estavam destinados a abrigar um campus universitário, como provam a instalações da antiga Escola de Engenharia (hoje Centro Integrado da Cidadania de Vitória) num extremo e, do outro lado, o atual Campus de Maruípe, com as faculdades ligadas à área da saúde. Esses imóveis foram repassados ao Governo Federal, quando da federalização da universidade estadual.

Agora estão presentes na área do antigo Mulembá, dentre muitas outras, as questões de regularização fundiária, e de construção da estação de tratamento de esgoto, sem prejudicar a retirada do bom barro para serem feitas as conhecidas panelas. De um modo ou de outro, essas questões serão resolvidas, e isso nos permite dizer que a história desse lugar prosseguirá, sempre de forma única. E algum dia, nas imediações do local onde existiu a desaparecida árvore, será plantado um novo mulembá.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. *O novo arrabalde*. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

\_\_\_\_\_. *A construção da cidade – formas de produção imobiliária em Vitória*. Vitória: Flor&cultura, 2002.

COUTINHO, D. José Caetano da Silva. *O Espírito Santo em princípios do século XIX*. Transcrição do original por Maria Clara Medeiros Santos Neves. Vitória: Cultural-ES, 2002.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Transcrição da 1ª edição [Vitória: Tipografia do Espírito-santense, 1879] realizada por Maria Clara Medeiros Santos Neves e existente no site [www.estacaocapixaba.com.br](http://www.estacaocapixaba.com.br), de onde foi capturada em agosto de 2001.

DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. 2 ed. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Eletrônico, Século XXI*. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

LIMA JÚNIOR, Carlos Benevides, *et alii*. Baía de Vitória – aspectos históricos e culturais. Vitória: Editora FCAA, 1994.

MONJARDIM, Adelpho Poli. *Vitória física: geografia, história e geologia*. 2ª ed. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995.

NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, [s.d.].

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 2ª ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

ROCHA, Levy. *Viajantes estrangeiros no Espírito Santo*. Brasília: Ebrasa, 1971.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Trad. Milton Amado. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / EDUSP, 1975.

CD: *Banda de Congo Amores da Lua*. Vitória, Lei Rubem Braga, 1999.

Periódico: *A Gazeta*, Vitória, ES.

Sites: *www.cidadedevitoria.com.br*, acessado em 16 de maio de 2004.

*www.vitoria.es.gov.br*, acessada em 20 de abril e 25 de maio de 2004.

Entrevistas:

- Hildebrando Gomes Lucas Júnior, realizada em 20/5/2004.
- Fernandina Benedito dos Santos, realizada em 05/6/2004.
- Reginaldo Barbosa Sales e Maria de Lourdes Azevedo Sales, realizada em 14/6/2004.

<sup>1</sup> Versão modificada de trabalho finalizado em dezembro de 2004, feito sob encomenda da Secretaria Municipal de Cultura para o Projeto Terra da Prefeitura Municipal de Vitória – PMV.

## **Farmacêuticos, boticários e dentistas -práticos da antiga Linhares - legítimos pioneiros da saúde pública**

*José Tristão C. Fernandes. (\*)*

Antes e após os anos 30, ser boticário (era assim conhecido) no baixo Rio Doce, era uma temeridade: tinham que enfrentar, além do ambiente hostil, as febres palustres, o tifo que grassava, as mordidas de cobras venenosas, com pouquíssimo recurso da medicina, usando como meio de transporte o então caudaloso Rio Doce, que transbordava nas cheias deixando um caudal de anofelinos, que grassava nas barrancas e valões. Para essa missão teriam que ter têmpera de pioneiros e espírito de missionário.

Em 1920, chegava ao Linhares, ainda jovem, o alemão Hans Shomoger, que ficou conhecido como “João Alemão” que instalou na rua da conceição uma pequena farmácia, que denominou Farmácia Progresso. Veio trazido por seu irmão, Carlos, um médico, que ficou pouco tempo e retornou à Alemanha. João, que tinha sido 1º tenente do exército alemão na guerra de 1914/1918 e que durante a guerra foi farmacêutico-bioquímico, abraçou de corpo e alma sua profissão, transformando-se no médico, clínico, parteiro, ortopedista e sanitarista de toda a região.

Encontrou um garoto esperto e de coragem, Jairo Pinheiro Machado, o “Dudu do Celso” e o tomou para seu “pajem e escudeiro”. De lavador de vidros, auxiliar de farmácia passou, em pouco tempo, a ser o seu substituto, capaz de aliviar a tarefa árdua de atender às famílias e os fazendei-

---

(\*) O Autor é 2º Vice-Presidente do IHGES e Conselheiro da AEI (Associação Espírito Santense de Imprensa)

ros de cacau, que trouxeram numeroso grupo de de baianos para a implantação do cacau no rio Doce que, àquela época era o ouro do município, a abastança dos coronéis, vindos do sul da Bahia. Hans, em sua mula chamada “Ingrata”, percorria as regiões de Juparanã e do baixo Rio Doce, aplicando a atebрина, que combatia a febre palustre. Dudú, na farmácia até operava, além de manipular, ciência que aprendeu com o bioquímico-mestre alemão. Uma bela dupla a serviço da saúde. Essas lembranças me vêm agora, com a morte do Dudu, que já no acaso da vida ainda servia à saúde de Povoação, Regência e a zona da Suruaca, com sua vocação para boticário.

Ambos tiveram adversários e até inimigos, mas João Alemão deu nome a rua importante no bairro da Lagoa do Aviso, terminando no loteamento Três Barras da Conceição. Dudú, seu discípulo, jamais deixou a profissão que abraçou quando adolescente. Hans, após meio século de atuação na área da saúde, abraçou, por pouco tempo, a profissão de madeireiro. Um dia, antes de seu falecimento, em 27 de julho de 1965, deu-me um apertado abraço e confidenciou-me: “José, ganhei mais em cinco anos exportando madeira do nosso Linhares do que nos cinqüenta anos como farmacêutico. E mais: paguei tudo que fiz aos meus pais. Deixei a Alemanha, jovem e não mais voltei, a não ser por uns dias, para casar-me com a D. Margarida. Hoje, minha filha, Dáres, nascida em Linhares, voou para lá e nunca mais voltará”.

Deixaram esses dois cruzados os seus nomes ligados à saúde de nossa gente, sem ambições e sem politicalhas. Os pioneiros da ciência farmacêutica no Linhares foram ao tempo do Império Brasileiro, sob o reinado de D. Pedro II, segundo uma anotação feita em seu diário de viagem, em 05 de fevereiro de 1860. Registrou D. Pedro: “Visitando a Câmara encontrei os remédios que os dois irmãos vereadores, Carlos Nogueira da Gama e Francisco de Paula Nogueira da Gama, distribuem gratuitamente à

população. São sobrinhos do 1º Conde, e 1º Visconde, Barão de Juparanã, Manoel Jacinto Nogueira da Gama”. Sem fins lucrativos, eram os médicos e boticários homeopatas daquele tempo tão distante. Ao Imperador nada escapou em seu diário de viagem a Linhares.

Do lado oposto da cidade de Linhares, nas proximidades da Estação Experimental de Goitacazes, o vereador Sebastião Justino Furtado também prestava inestimáveis serviços à pobreza, atendendo aos carentes com seus conhecimentos homeopáticos.

Depois de João Alemão, exerceram a profissão de farmacêuticos em Linhares, o Antônio Soares e Argeu de Carvalho, que dirigia a farmácia Klinger.

Samuel Batista Cruz, oriundo de Iconha, trazendo uma experiência de farmacêutico-prático, instalou uma farmacinha que lhe credenciou a ocupar a chefia do executivo municipal (1973/1976) pela legenda da UDN até o advento de drogarias, ofuscando, dessarte, os velhos profissionais da manipulação de remédios e das injeções a domicílios. Mas daquele tempo de dureza e sacrifício, Dudú e João Alemão foram os pioneiros e desbravadores bandeirantes da saúde popular da antiga Vila de Nossa Senhora da Conceição de Linhares.

Linhares viveu um período de estagnação e desprestígio político, ocasionado por desentendimento de membros da família Calmon, que comandavam a oligarquia dominante, tendo o coronel Xandoca, (Cel-Alexandre Calmon), que chegou a Vice Presidente do Estado, enxergando o progresso de Colatina com o advento dos trilhos da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM). Enquanto os seus primos de Linhares só pensavam na extração de madeira e do cacau via Regência Augusta, na foz do Rio Doce o coronel Xandoca se tornou empreiteiro da Estrada, levando os trilhos, com o engenheiro Ceciliano Abel de Almeida, até Governar

dor Valadares. Mais adiante, Xandoca levou a capital do Estado para Colatina, por 33 dias, na famosa briga com o coronel Bernardino Monteiro, expoente da oligarquia dos Monteiros. Os Calmons de Linhares apoiavam Bernardino, adversários do Cel. Xandoca.

Nesse período de estagnação de Linhares, enquanto Colatina prosperava, avultou-se o valor do dentista Talma Drumond Pestana, vereador e dentista-prático, que não só atendia o baixo Rio Doce (Riacho, Regência e até São Mateus) e ao norte, Guaraná e Ribeirão da Linha. Além de dentista, era o cirurgião e até operava, como ocorreu com o nariz do autor destas linhas, que sofreu, quando garoto, um grave acidente.

Linhares perdeu a hegemonia e os bois e as cabras pastavam na porta da sua Igreja matriz, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, que visitei dia 27/08/2005, numa grande festa evocativa, com um programa de recordações e saudades, à qual compareceram vários moradores da rua da Conceição, daqueles idos de 20 e 30 e 40. Houve uma missa e o núcleo do IHGES e de antigas famílias estiveram presentes.

Em toda extensão da Rua da Conceição registrou-se eventos, ora em antigas residências, ora em setores públicos do município, em toda a extensão da rua, com cartazes e fotografias antigas. Dedicados colaboradores, residências ornamentadas, profusão de doces locais, salgados, cafés com bolos caseiros, senhoras, rapazes e moças recebendo e acolhendo visitantes que retornaram para o encontro de saudades. Homenagens foram feitas aos remanescentes da tradicional rua, vivos e muitos já na eternidade. Assim, foram, na igreja e nas casas, recordando seus extraordinários feitos, Athualpa Calmon Costa, Francisco Arnal (Paco), sua esposa Mercedes, Maurício Neves Fernandes, que com o Cel. Lastênio foram, com grande sensibilidade e altruísmo os parteiros, que solucionaram vários partos “enguiçados”, salvando as parturientes e seus filhos. Todos esses beneméritos da antiga Vila já se encontram na eternidade. Lembrados, também,

Humberto Filho (Betinho), Amenophes Arzizaut, Laurentino Dias, Celso Machado e sua esposa Aurélia. João Soeiro Banhos e esposa Alípia, já povoam a eternidade como diria Agostinho, Santo e Teólogo da Inteligência. Dos vivos estavam presentes, Laurita e Aurita Calmon, o causídico, advogado militante nos foros do Rio de Janeiro, Fernando Tristão Calmon Fernandes, o autor deste registro, que acompanhado do Dr. Sebastião Sobreira presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, estiveram presentes ao evento, visitaram as famílias ainda ali residentes, a comitiva que prestigiou a efeméride, à frente o Dr. Fernando Tristão, que deixou seu moderno escritório, no Rio de Janeiro e veio com sua esposa Dona Zuka, prestigiar a tradicional festa. A Sra. Therezinha Durão Costa rejubilou-se com o êxito, sem precedente, da festa que teve a bênção do atual vigário, que engalanou a secular capela para o histórico acontecimento.

O grande e fecundo escritor Alberto Camus, nascido na Argélia, prêmio Nobel de Literatura, profundo e profético afirmou: *“Os vivos esquecem, facilmente, as suas memórias, mas os mortos vivem delas”*. A rua da Conceição vive hoje das memórias de alguns ainda vivos, cultuadas por nós, que descendemos desses inesquecíveis pioneiros que nos legaram a memória viva de um povo.

## Breve histórico da Polícia Militar

*Millton Monjardim Filho*<sup>(\*)</sup>

Data da época das Capitânicas a instituição das Polícias Militares do Brasil. Não fugindo às contingências inelutáveis a que estão sujeitos todos os gregários humanos, tão logo se estabeleceram os primeiros povoadores do solo da novel nação americana, mister se tornou cuidar dos elementos destinados ao estabelecimento do indispensável equilíbrio social. Foi assim, que em 1549 era baixado o Regimento de El Rei em cujo artigo 33 era autorizada a posse de armas e munições para defesa das novas terras e manutenção da ordem.

Dom Sebastião, pelo Regimento de 1570, prescrevia a criação obrigatória de milícias, nas províncias, para proteção e defesa comum contra os piratas e invasores estrangeiros.

Essas milícias eram mantidas, ora pelo Governo da Corte, ora pelo das Capitânicas e, às vezes, por ambos os poderes, simultaneamente.

A Capitania do Espírito Santo, fundada em 23 de maio de 1535, por Vasco Fernandes Coutinho, depois de prolongada luta contra os aguerridos autóctones, e que mais tarde foi muito visitada por piratas de várias nacionalidades, também teve a sua milícia. Aos 20 de abril de 1736, era o seu efetivo de 28 soldados, elevado para 80 homens, por ordem de Sua Majestade El-Rei de Portugal, que determinava, ainda, fosse enviado da Capital da Bahia, de 3 em 3 anos, um oficial superior para inspecionar essa guarnição.

Em 1768, por determinação do Marquês de Lavradio, Governador e Capitão Geral, foi transferida, para aqui, uma Companhia do Regimento Alvim, denominada Companhia do Pinto.

A 29 de janeiro de 1788, por Dom Rodrigo José de Menezes, governador geral, foi determinada a criação, aqui em Vitória, de um Regimento de

---

(\*) O Autor é Coronel da Polícia Militar do Espírito Santo, Economista e escritor

Milícias e duas Companhias de Cavalaria, sendo nomeado Coronel Comandante Geral o próprio Capitão Mor IGNÁCIO JOÃO MONJARDIM.

Em 1893, foi organizada uma Companhia de primeira linha com efetivo de 114 homens e, em 1800, o Presidente ANTÔNIO PIRES DA SILVA PONTES, determinou a criação de uma nova unidade, com a denominação de CORPO DE PEDESTRES, com o efetivo de 300 homens.

A 1º de dezembro de 1810, foi organizado um batalhão de artilheiros milicianos, com quatro companhias.

Além dessas, algumas outras unidades foram, ainda, criadas em períodos diferentes, havendo todas como descendentes dos bravos pioneiros das terras do valente ARARIGBOIA — o herói da expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, prestado os mais assinalados serviços ao Reino e ao Império, na formação do país, ora lutando na defesa e proteção da vida dos habitantes e de seus bens, ora na expulsão dos invasores da Capitania.

Em um desses renhidos combates, surgiu, como deusa das batalhas, a heroína MARIA ORTIZ, que, em lampejos de audácia e bravura, num arrojado gesto, irradiou coragem e ânimo por entre os defensores da vila, iluminando-lhes o caminho incerto da vitória. Lutaram, ainda, aquelas milícias, na cruenta guerra do Paraguai em defesa da dignidade e soberania nacionais, compartilhando nos mais rudes embates, inclusive na célebre “BATALHA DO RIACHUELO” onde só o uniforme distinguia as corporações, no navio da esquadra, conforme relata a história.

Estávamos no ano de 1835. As rivalidades entre portugueses e brasileiros eram motivo, ainda, de inquietação. Os desgostos vinham de longa data. Desde a revolução pernambucana de 1817, quando um punhado de jovens idealistas, chefiados pelo ousado e destemido espírito-santense DOMINGOS JOSÉ MARTINS, projetara a constituição de uma república independente.

Três partidos políticos dividiam a opinião pública — um apoiava a regência, outro a república e o terceiro se debatia pela volta de Dom Pedro I. Eclodia, a esse tempo, a rebelião no norte e sul do país.

Foi em tal ambiente que o Poder Público da então Província do Espírito Santo, levado por instruções do governo central, ou inspirado

pelos acontecimentos da época, sobretudo pela grande reforma por que passava o Corpo de Permanentes da Corte, empreendida pelo seu então comandante Tenente Coronel LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, mais tarde Marechal Duque de Caxias – o inolvidável patrono do nosso glorioso Exército - houve por bem reorganizar a sua entidade militar, decretando a Assembléia Legislativa, pela Lei nº 9, de 6 de abril de 1835, a criação de uma companhia de infantaria, em substituição ao Corpo de Permanentes, com a denominação de GUARDA DE POLÍCIA PROVINCIAL, que, como símbolo de ordem e segurança, soube cumprir, com dedicação e patriotismo, embora sob várias denominações, os seus altos e honrosos destinos.

Assim, a nossa Polícia Militar nasceu e cresceu com o Brasil. E, em marcha ininterrupta, chegou até nossos dias, desfraldando, hoje, como bandeira imperecível, um já bem apreciável acervo de gloriosas tradições e inestimáveis serviços prestados à causa pública, sendo considerada, dentro do Estado, como um dos mais fortes esteios de nossas instituições democráticas.

## **AQUARTELAMENTOS**

Desde a mais distante antiguidade, foi sempre uma das grandes preocupações do homem, a sua habitação. Da caverna natural ou da palafita ao arranha-céu hodierno, da tenda ou da castra às modernas vilas militares, a parte artística, a comodidade e a segurança têm sido o objetivo visado.

A nossa Corporação, como é sabido, tem ocupado, desde sua remota origem, prédios e dependências de naturezas várias. Esteve aquartelada, a princípio, no antigo convento dos jesuítas, onde se ergue, hoje, o magnífico Palácio Anchieta, sede do governo estadual; depois, em pequenas casas da rua do sacramento; em seguida no Convento do Carmo; daí se transferiu para a Pedra D'água, onde, atualmente, se encontra o Instituto de Readaptação Social na Glória, Município de Vila Velha. Desse local, passou para o monumental prédio de majestosa austeridade, construído

em estilo medieval, todo em pedra, sem se descurar, também, das seteiras e especialmente para a Força Policial, em 1892, no denominado bairro Moscoso. Em 1936 transferiu-se para o moderno Quartel de Maruípe de aspecto moderno e situado em apreciável colina, também especialmente construído para a Corporação, mas, cedido no ano de 1942, por emergência, em virtude da necessidade de aqui se instalar o 11º Batalhão de Caçadores da cidade de Juiz de Fora por motivo da declaração de guerra aos países do eixo (segunda grande guerra), tendo, por isso, a Polícia Militar de regressar ao vetusto quartel do Moscoso, antigo Campinho, já então reduzido a escombros, logo, porém, reconstruído totalmente pela ação dinâmica e pronta do então Comandante Geral da Corporação, Cel Sidronílio Firmino, só retornando a Maruípe no dia 7 de janeiro de 1953, depois da desocupação do Grupo Motorizado de Artilharia de Costa (GMAC) do Exército Brasileiro.

Hoje, a Polícia Militar ocupa vários aquartelamentos espalhados pelo interior do Estado e na Grande Vitória, com vários batalhões, Companhias Isoladas e Unidades Especializadas. Conta, também, desde 1985 com a Polícia Feminina que tem prestado inestimáveis serviços à sociedade. Além das unidades operacionais, conta com um modelar hospital, construído em sentido horizontal, prestando assistência médico-hospitalar não só a seus integrantes, como a seus dependentes e à comunidade como um todo.

# Anchieta no contexto histórico do desenvolvimento do Espírito Santo<sup>1</sup>

*Carlos Teixeira de Campos Júnior<sup>2</sup>*

## Introdução

O município de Anchieta participou apenas de forma residual dos principais momentos que definiram o desenvolvimento do Espírito Santo. Há alguns períodos da história econômica e social do Espírito Santo que marcaram seu desenvolvimento – o período colonial, o da emergência do café no século XIX, o da crise configurada pelo modelo produtivo dos anos 1950 e o da recomposição produtiva que logo se seguiu como alternativa a esta situação anterior.

Que tipo de inserção Anchieta teve no processo de desenvolvimento ocorrido nesses períodos? Anchieta esteve à margem ou se beneficiou desses processos?

Acredita-se que a discussão dessas questões possa ajudar na compreensão de Anchieta e contribuir na construção de seu futuro.

## Anchieta no período colonial

Anchieta foi fundada no século XVI. Sobre a data precisa os historiadores divergem: “[...] fala-se em 1565, 1567 e 1579, mas sempre no dia 15 de agosto desses anos” (SANTOS NEVES e outros, 1995, p. 18). Trata-se de uma ocupação das mais antigas do Espírito Santo. Foi criada com a vinda dos primeiros jesuítas. Embora sua história contemple toda a época colonial, foi o período de permanência dos jesuítas na colônia – entre o século

<sup>1</sup> Este texto serviu como documento de referência na elaboração do planejamento do estratégico do município de Anchieta (PMA/Futura).

<sup>2</sup> Professor da UFES e sócio efetivo do IHGES.

pre no dia 15 de agosto desses anos“ (SANTOS NEVES e outros, 1995, p. 18). Trata-se de uma ocupação das mais antigas do Espírito Santo. Foi criada com a vinda dos primeiros jesuítas. Embora sua história contemple toda a época colonial, foi o período de permanência dos jesuítas na colônia – entre o século XVI e o ano de 1759 – que teve maior significado para seu desenvolvimento. É que as iniciativas dos jesuítas foram as importantes no período colonial para o entendimento do Espírito Santo, e Anchieta foi resultado dessas iniciativas.

A presença jesuítica marcou, no Espírito Santo, a fase litorânea da ocupação territorial. O sentido de nossa colonização, dentro do molde que se processou no país, deu-se, conforme assinalou Caio Prado, para viabilizar a empresa exploradora. A colônia viria para alimentar o processo de acumulação centrado na metrópole. Primeiro extraíam-se as riquezas naturais disponíveis e em seguida estabelecia-se uma estrutura para produção agrícola. Nesse sentido, justifica-se a ocupação que se verificou nesse período, fundamentalmente litorânea e voltada para fora.

Os membros da Companhia de Jesus foram os ocupantes que mais se projetaram nessa fase. Garantiram a posse da terra ainda que restrita aos seus limites litorâneos. Fundaram todo um sistema produtivo, bastante organizado para a época, cuja sede administrativa ficava em Vitória, no colégio Jesuíta (hoje o prédio reformado e modificado abriga a sede do governo estadual). Formaram fazendas: no Sul, denominava-se Muribeca, especializada na criação de gado (chegou a ter 2 mil cabeças); Araçatiba, na região central, produzia açúcar e empregava mais de 852 pessoas em sua produção entre escravos e índios;<sup>3</sup> e Carapina, na Serra, dedicava-se à produção de mantimentos de boca, para o abastecimento do colégio de Vitória. Este colégio, do qual fazia parte a igreja São Tiago, concentrando todas as atividades

<sup>3</sup> Conforme a referência de Gabriel Bittencourt. *Formação Econômica do Espírito Santo*. Rio de Janeiro, Cátedra, 1987, p.36.

administrativas da ordem no Espírito Santo, contribuiu para formação, mesmo que incipiente, da centralidade econômica da capitania em Vitória.

Serafim Leite, reportando-se aos anais dos jesuítas, faz referência ao percurso do açúcar, que, saído de Araçatiba, chegava a Vitória. Ele fala da construção, em madeira de lei, de uma embarcação resistente para transportar a mercadoria até Vitória. Tomava-se o rio Jacarandá, afluente do Jucu, o Jucu, o rio Marinho e um certo canal até a baía de Vitória. São indicações que ajudam a mostrar que a centralidade administrativa contribuiu para que a centralidade econômica fosse se constituindo.

Anchieta fazia parte dessa empreitada jesuítica. Era o aldeamento indígena de Riritiba o mais importante que havia, situado às margens do rio Benevente, entre os povoados de Guarapari e Itapemirim. A catequese, ao mesmo tempo que convertia o índio ao mundo cristão, amortecia possíveis conflitos que a ocupação territorial poderia ocasionar. Apesar de não se produzir em escala como nas fazendas, o aldeamento tinha um papel importante em sua viabilização.

Enquanto durou a presença jesuítica no país, o aldeamento de Riritiba teve um importante papel, dada sua efetiva integração à empreitada jesuítica, que foi a que estabeleceu a mais destacada estrutura produtiva, até aquela data, construída no Espírito Santo. Com a expulsão daqueles religiosos das terras da Coroa portuguesa, Riritiba tornou-se, em 1759, a Vila Nova de Benevente.

Nesse período, marcado pelo declínio do ciclo do ouro, ao final do século XIX, não aconteceu muita coisa em Benevente. Durante o ciclo do ouro em Minas Gerais os impactos econômicos das descobertas e da exploração mineral não trouxeram prosperidade para a capitania litorânea do Espírito Santo. Proibida pela Coroa a construção, no Espírito Santo, de qualquer caminho que pudesse dar às minas gerais, o território espírito-santense serviu

como barreira verde de proteção às regiões auríferas. Resultado: Benevente, como toda a capitania, viveu momentos de penúria, pois aqui quase nada se fez.

## **A emergência do café**

O século XIX foi diferente, esteve marcado pela emergência do café e por uma nova configuração espacial, dada pelo início da ocupação territorial do interior, promovida por mineiros e fluminenses, que trouxeram a cultura cafeeira para o Sul do Espírito Santo. Estabeleceram-se em grandes propriedades escravocratas nos moldes praticados em suas províncias de origem.

A partir de 1853 o café já havia superado o açúcar como principal fonte de renda da província capixaba e apontava para um novo momento, que traria para o Espírito Santo o mais longo e promissor, até então visto, surto de prosperidade de sua história. Anchieta, antes da década de 1870, esteve à margem destas transformações que o Espírito Santo atravessava.

Somente com a imigração italiana, que subiu o rio Benevente para abrigar-se nas terras férteis da região de Alfredo Chaves, no último quartel do século XIX, difundindo a cultura cafeeira em pequenas propriedades, é que a vila de Benevente alcançou um dos momentos de maior prosperidade de sua história. Os rios, nessa época, eram as principais vias de comunicação para o acesso do litoral às regiões cafeeiras do interior. Serviram para a ocupação do território e para o escoamento da produção.

A produção daquela importante região, que incluía, além de Alfredo Chaves, o que seria hoje também as terras de Iconha até Piúma, tudo pertencia a Benevente. E o porto, que foi de entrada para os imigrantes, tornou-se de saída para a exportação de café de toda essa próspera região. A vila de Benevente progrediu. Tornou-se cidade, em 1883, com o nome de Anchieta.

O progresso foi sentido. Há indicações que ajudam a confirmar isso. O próspero comerciante de Guarapari, o Sr. Pedro José Aboudib, justo em 1905 mudou-se para Anchieta. Construiu grande armazém, vindo a se tornar o mais importante comerciante de café e posteriormente usineiro de açúcar daquela região.

Curiosamente, o citado comerciante, em 1915, transfere residência para Vitória, segundo o cronista, para melhor acompanhar seus negócios com o café. Anchieta esvaziou-se ao final da primeira década do século XX. Que fatores contribuíram para seu esvaziamento econômico?

Anchieta deixou de ser o porto de escoamento de café da região de Alfredo Chaves.

No final do século XIX, no auge da produção cafeeira, a ocupação territorial havia formado regiões produtivas no Espírito Santo em torno de cidades e que não se comunicavam entre si por transporte terrestre regular. As três principais regiões eram: a Sul, polarizada por Cachoeiro de Itapemirim; a Central, convergente para Vitória e a Região Norte, produtora de mandioca e polarizada por São Mateus.

A proximidade física de Cachoeiro com o Rio de Janeiro e a sua ligação por estrada de ferro com a Capital federal contribuíam para que o café produzido no Sul do Espírito Santo fosse exportado pelo Rio de Janeiro, como se ele se originasse naquele Estado vizinho. Isso acarretou prejuízo de receita para os cofres do Espírito Santo. Durante a administração do presidente do Estado Muniz Freire (1892-96), o governante advogou, em seu plano de governo, a via comercial como alternativa para o desenvolvimento do Espírito Santo. Visando capturar o café da Região Sul, propôs que seu escoamento fosse feito por Vitória, bem como o de parte de Minas Gerais, no propósito de transformar Vitória numa grande praça comercial do Espírito Santo e de parte de Minas.

Com o propósito de efetivar seu plano, Muniz Freire planejou a construção de uma estrada de ferro para ligar Cachoeiro, no Sul do Estado, a Vitória e outra que ligasse a Capital capixaba a Minas Gerais. Mandou fazer estudos para construção de um cais para embarque de mercadorias; contratou serviços para construção do abastecimento de água e esgotos e planejou a construção de uma área para expansão da cidade de Vitória, que era cinco vezes maior que a área de sua ocupação naquele momento.

Conclusão: em 1910 Cachoeiro de Itapemirim estava ligada a Vitória pela Ferrovia Sul do Espírito, que havia sido vendida à Leopoldina Railway, e hoje pertence à Ferrovia Centro Atlântica. Esta ligação deslocou o escoamento de café, que era realizado pelo rio Benevente para Anchieta, para ser feito por ferrovia e exportado por Vitória, trazendo, com isso, sérias implicações para a cidade de Anchieta, que era o principal centro exportador de café da região de Alfredo Chaves e arredores.

Outras iniciativas concorreram, em menor grau, para o gradativo esvaziamento de Anchieta. O engenheiro inglês, naturalizado brasileiro, Tomaz Dutton, radicado na região de Iconha, por volta de 1860, constituiu fazenda nas proximidades dessa localidade e chegou a possuir trapiche em Piúma. Foi responsável pela vinda de imigrantes ingleses, que povoaram aquela região, e por iniciativas importantes de seu progresso. Dutton, político hábil, bem relacionado no império, monarquista de primeira hora, conseguiu o desmembramento de Piúma de Anchieta. Com isso dividiu receitas oriundas do café, que antes pertenciam apenas a Anchieta, para a nova freguesia.

O período cafeeiro que regeu a economia do Espírito Santo por quase um século teve vida curta em Anchieta. Como o município possuía poucas áreas aptas para o cultivo do produto — sempre produziu pouco café — seu período de prosperidade deu-se quando o porto de Anchieta conseguia escoar a produção da região de Alfredo Chaves e arredores.

Depois de sofrido esse baque, Anchieta construiu sua existência à margem do processo cafeeiro. A quantidade de produto cultivado em seu território não permite afirmar que o município tenha participado do ciclo do café ocorrido no Espírito Santo.

A história religiosa da cidade sempre foi muito forte, marcada pela cultura e pelos monumentos arquitetônicos, com maior representação dada pela igreja Nossa Senhora da Assunção de Anchieta.

No intervalo de tempo que precedeu mudanças no rumo da história econômica do Espírito Santo, cabe salientar uma manifestação de iniciativa religiosa em Anchieta, que ajuda a explicar a vida do município nesse período. O religioso anchietense Dom Helvécio Gomes de Oliveira e seu irmão — ambos chegaram a arcebispo, o primeiro de Mariana e o outro, Dom Emanuel, de Goiás — promoveram Anchieta, criando instituições tradicionais. Fundaram o Colégio Maria Matos, em 1932, um dos primeiros do Espírito Santo, destinado a formar professoras. A nova função dada pelo colégio à cidade contribuiu para requalificá-la no contexto do sistema de cidades do Espírito Santo, então estruturado pela dinâmica cafeeira.

A relação pessoal e próxima do arcebispo Dom Helvécio com governantes estaduais ajudou na realização de melhorias públicas no município. Anchieta também foi passagem obrigatória das viagens rodoviárias que partiam de Vitória com destino ao Rio de Janeiro. Esse percurso permaneceu até a década de 40, quando foi, então, construída a BR-101; e esta rodovia concorreu com a antiga estrada e, definitivamente, com seu asfaltamento; na década de 60, reduziu ainda mais o movimento naquela cidade.

## **Limites da cafeicultura capixaba e novas atividades econômicas**

A economia cafeeira, que por mais de um século foi a principal atividade econômica do Espírito Santo, encontra os seus limites na modalidade como vinha se reproduzindo no Estado, ao final da década de 1950.

A crise do trabalho compulsório, no Espírito Santo, contribuiu para difusão da pequena propriedade, estruturada no trabalho familiar. A modalidade de produção da agricultura familiar, que se estendeu por todo o território estadual a partir do final do século XIX, fazia uso da fertilidade natural do solo como condição básica para sua reprodução. Associava-se à condição citada o cultivo realizado sem técnica, que acarretava baixa produtividade e gerava um produto com pouca qualidade; tudo contribuía para exaurir o solo mais rápido. Em consequência, a agricultura familiar deslocou-se no território estadual do Sul para o Norte, em busca da fertilidade natural do solo, proporcionada pelo cultivo em novas terras.

No final dos anos 1950, a agricultura entra em crise. Não havia mais terras férteis aptas para o cultivo do café — a fronteira agrícola esgotara-se. Havia excesso do produto no mercado, e os preços internacionais despencaram para patamares muito baixos. Estabeleceu-se uma crise econômica e social sem precedentes na história do Espírito Santo, que ocasionou a mais importante migração campo—cidade do Estado, especialmente em direção a Vitória e seus arredores. A crise sinalizava que era necessário mudar o modelo de produção, para que se restabelecesse o processo de cultivo no campo.

As mudanças tiveram maior amplitude. Promoveram transformações no campo e na cidade ocasionadas pelas iniciativas, em primeiro momento, de industrializar o Espírito Santo com recursos da poupança gerada no próprio Estado. Anchieta não sofreu com a crise, nem participou do pro-

cesso de recomposição produtiva impulsionada pela indústria fomentada pelos incentivos fiscais do governo estadual.

A recomposição produtiva, construída como alternativa à crise, caracterizou o momento de ruptura regional do Espírito Santo em relação ao resto do país. O Espírito Santo vivia fechado regionalmente. Seu território não fazia parte do universo que o capital nacional/internacional dispunha para se reproduzir. A ruptura das barreiras regionais começou a se verificar no país a partir dos anos 1930, como forma de viabilizar a expansão do capital paulista então hegemônico, para todos os cantos do território nacional. No entanto, esse processo só se apresentou no Espírito Santo a partir da década de 1960.

A integração física do Estado capixaba ao restante do país, proporcionada pela construção das rodovias federais, é um indicador da constituição desse processo de unificação do espaço em escala nacional à reprodução do capital. A construção da BR-101, anteriormente citada, juntamente com seus resultados para Anchieta, bem como a das demais rodovias interestaduais, em que pese aos impactos positivos e negativos às iniciativas locais, traduziram-se em sinalização de que o processo de integração territorial estava em curso.

A política de erradicação do café, de iniciativa do governo federal, realizada em 1961-62 e em 1966-67, “passou a régua” e estabeleceu novas características à reprodução das atividades agropecuárias no Estado. As políticas federais, anunciadas em seqüência, deram o tom para ser ouvido em todo o território nacional. Criou-se o Sistema Nacional de Crédito (SNC) para financiamento da atividade agrícola, difundiu-se a política de reflorestamento em 1967, para pecuária, no período de 1970-75, criou-se financiamento para o cultivo da heveicultura, lançou-se o Pro-álcool no início de 80. A incorporação de progresso técnico e novas relações de trabalho serviram para nivelar as mudanças verificadas no campo, inclusive

marcada pelo retorno do café em novas relações de trabalho e com outro padrão técnico.

A manifestação maior desse processo em Anchieta pode ser notada na concentração fundiária ocorrida entre 1970 e 1975. Admite-se que a expansão da pecuária tenha sido responsável pelas mudanças ocasionadas no campo. Aumentou a área no extrato que concentra as propriedades com mais de 500 hectares: no intervalo de 100 a 500 hectares o aumento foi de 1.525 para 4.479 hectares e no de mais de 1.000 hectares passou de 1.000 para 4.172 hectares entre 1970 e 1975, respectivamente. As propriedades com até 100 hectares, em 1970, correspondiam a 52,58% da área dos estabelecimentos agropecuários de Anchieta, enquanto em 1975 essa participação passou para 41,04%, apresentando uma redução significativa das pequenas e médias propriedades. Essa relação de participação entre as pequenas e médias e as grandes propriedades manteve-se na mesma proporção até 1995, que foi o ano do último censo agropecuário disponível.

O impacto maior que o município de Anchieta recebeu, decorrente da reestruturação produtiva que se perseguia no Estado, naquele momento em que as atividades econômicas já se achavam expostas a todo tipo de concorrência, não mais regional, mas nacional/internacional, deu-se como consequência da implantação dos grandes projetos no Espírito Santo.

A saída para a crise do modelo, perseguida pela elite local, por intermédio de sua política de industrialização do Estado com recursos da poupança local, através de incentivos fiscais, não proporcionou os resultados esperados a ponto de alterar a base econômica do Espírito Santo, estruturando-a em função da indústria.

A industrialização, alicerçada no II PND, que previa a criação de pólos industriais fora dos principais centros urbanos do Sudeste, viabilizou,

naquela conjuntura, a implantação, no Espírito Santo, dos grandes projetos industriais, ligados à siderurgia e à celulose. Anchieta figura, nesse momento da definição industrial tomada pelo Espírito Santo, como lugar da instalação da Samarco, que hoje tem a maior participação no PIB do município.

Que alternativas o município vem construindo para sua sustentabilidade, com vinculação ou não com a indústria? Qual a reflexão que se faz diante dos impactos deste momento do petróleo e do gás, e a respeito das perspectivas do turismo? O desafio está posto.

As considerações anteriores objetivaram mostrar que, no curso de sua história, Anchieta pouco participou dos principais momentos do desenvolvimento do Espírito Santo. Anchieta, na maior parte do tempo, esteve à margem de todo o processo. Um novo momento de mudanças está em curso, com outras perspectivas. A expectativa é de que as experiências do passado possam ajudar a construir, em novas bases, o futuro de Anchieta.

## Referências

BITTENCOURT, Gabriel. *Formação econômica do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

BUSATTO, Luís. A imigração no Espírito Santo. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória, n. 38, 1987/88.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. *O novo arrabalde*. Vitória: PMV, 1996.

CASANOVA, Indá Soares. Coronel Pedro José Aboudib (1873-1947). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, Vitória, n. 48, 1997.

CASTRO, José Manoel Monteiro de. *Iconba: origem e história*. Vitória: IHGES, 2003.

MORAES, Cícero. *Geografia do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1974.

SANTOS NEVES et al. *História, geografia e organização social e política do município de Anchieta*. Vitória: Ed. Brasília, 1995.

## **O Sanatório Getúlio Vargas e o Hospital Universitário “Cassiano Antonio de Moraes” (HUCAM)**

*Benito Zanandréa\**

### **O Hospital Universitário Cassiano Antonio de Moraes (HUCAM) e o Sanatório Getúlio Vargas**

Em Maruípe, onde está situado o Hospital Universitário, foi por vários anos um nosocômio para tratamento de tuberculosos pulmonares, denominado Sanatório Getúlio Vargas, inaugurado no ano de 1945. É curioso assinalar que, antes dele ser utilizado como hospital, serviu como presídio para vários italianos e alemães, no ano de 1942, durante a segunda grande guerra mundial. Dentre os detentos, lá estavam: Henrique Mayerfreund, fundador da fábrica de chocolates “Garoto”; Mainardi, que possuía uma oficina mecânica na rua Vasco Coutinho; o Dr. Schroeder, médico com bom prestígio em Vitória; Luiz Zanandréa, engenheiro técnico, formado na Suíça, que instalou várias usinas hidrelétricas, principalmente no interior de Minas Gerais; o Sr. Otto Dietz, brasileiro, filho de alemães, dono de uma pensão situada na rua General Osório, que foi bastante danificada, pela simples suspeita, fantasiosa, de que ele pudesse enviar, tocando o seu piano, mensagens para a Alemanha; um alemão, proprietário de uma fábrica de gelo, a qual foi depredada! Além dos citados acima, vários outros, que no momento não estou lembrado, lá foram trancafiados.

---

\* O Autor é médico gastroenterologista

Época de guerra! O simples fato de ser italiano ou alemão, os colocava como possíveis colaboradores dos inimigos do nosso país. O povo, não só de Vitória, mas de muitas outras cidades brasileiras, tinha ficado indignado e revoltado pelo afundamento, nas costas do nordeste brasileiro, de cinco navios mercantes nacionais, atribuído à submarinos alemães. Isso levou o presidente Getúlio Dorneles Vargas a declarar guerra aos países do “eixo”, Alemanha, Itália e Japão, no dia 22 de agosto de 1942. Dentre os navios postos a pique, estavam o Anibal Benévole e o Baependy, que dias antes, estiveram no porto de Vitória. Eu e o meu irmão Oswaldo, os vimos bem de perto, pois num domingo, dia de regatas, o povo tinha livre acesso ao cais do porto. O Anibal Benévole estava atracado, enquanto o Baependy estava ao largo, na baía de Vitória. Dentre os mortos nesses afundamentos encontrava-se o capixaba Adão Benezath, nosso professor de educação física. Quantas arbitrariedades e, até safadezas, foram feitas contra pessoas e firmas inocentes, pelo simples fato de serem italianos ou alemães! A casa “Empório Capixaba”, do Sr. Cinelli, foi saqueada, havendo uma ampla pilhagem de suas mercadorias. Sabia-se haver ouro em seu cofre... Do prédio onde tinha a representação das máquinas de costura alemãs Pfaff, situado no local, que atualmente está o Edifício Ouro Verde, lançavam-se, janela a baixo, máquinas, mesas e cadeiras. A sorveteria Mikey em Jucutuquara, foi toda depredada. Eu e Oswaldo, que tínhamos saído do Colégio Americano, onde éramos alunos internos, passando pela rua General Osório, fomos “presenteados” com muitas balas doces, de uma fábrica ali existente, também recém destruída. O bar Hamburgo e a representação da Bayer, na rua Duque de Caxias, foram quebrados e saqueados. Até o Colégio Americano sofreu ameaças, pelo simples fato do seu diretor, Dr. Alberto Stange Júnior, ser descendente de alemães. Outras propriedades, como a Joalheria Petrochi além das citadas, sofreram agressões e/ou ameaças. Foram horas e dias de horror para muitas famílias honestas e trabalhadoras!

O Sanatório Getúlio Vargas, teve como primeiro diretor, o sério e competente pneumologista, Dr. Ovídio Paoliello, tendo sido substituído pelo

Dr. Antonio Saad, que não teve uma passagem muito elogiada em sua gestão! O Dr. Herval Modenesi Wanderley veio a seguir - enérgico e trabalhador, tendo ficado no posto por vários anos. Passou a residir em uma casa, na área hospitalar! Graças a ele, e possivelmente, pelo pavor que a tuberculose incutia na população, o Hospital manteve-se com a sua ampla área íntegra, sem invasões. Posteriormente, o governo estadual doou parte de seu terreno à Associação Feminina de Combate ao Câncer, onde foi edificado o Hospital Santa Rita. A sua área foi ampliada após 1970, quando a Prefeitura de Vitória, tendo demarcado a Av. Marechal Campos, deixou um espaço entre a cerca do Hospital e a referida avenida. De imediato, estive com o prefeito de Vitória, o Dr. Setembrino Pelissari, tendo obtido dele a concordância para avançar os seus limites até a nova delimitação da rua. Evitou-se, assim, que aquele espaço, de aproximadamente uns 3 metros de largura, fosse invadido por terceiros, transformando-se numa favela, condição não favorável à segurança, bem como à estética do Hospital.

O Sanatório teve ainda como diretores os doutores Nélio Faria Espíndula; eu - Benito Zanandrea - (1967) e José Carlos Soares da Silva. Duas pessoas também merecem registro na vida do Sanatório, Ronaldo Marangoni, eficiente administrador e, o Sr. Elias Rocha, um dedicado e honesto zelador, responsável pela manutenção da ordem, limpeza e supervisão dos trabalhos executados na parte externa do hospital. O quadro médico era formado por Ovídio Paoliello, Jayme Santos Neves, Mário Casanova, Jurandir Frossard, José Moyses, Wilson Simões Ferreira, José Timóteo Filho, Nélio Faria Espíndula (pneumologia); Irineu Rodrigues (cardiologia); Herval Modenesi Wanderley e José Carlos Soares da Silva (cirurgia); Vitor Santos Neves (otorrinolaringologia e endoscopia-tráqueobrônquica); Tabajara de Oliveira (anestesista); Amantino Soares (radiologista); o Dagmar Macedo (bacteriologista); Fausto Edmundo Lima Pereira (patologista) e eu (clínica médica e gastroenterologia).

Tendo sido aprovado em concurso para Médico do Serviço Público Federal, realizado pelo DASP, fui colocado à disposição da Campanha Nacional Contra a Tuberculose em Vitória. O Sanatório Getúlio Vargas se tornou um local de referência nacional, no tratamento da tuberculose, quer pelo nível da assistência médica prestado aos seus pacientes, como pelas condições de trabalhos científicos que apresentava! Uma pessoa, que julgo importante lembrar, é a de Jandyra Cardoso que, quando iniciei minhas atividades no Sanatório, já encontrei atuando eficientemente como chefe do Setor de Rouparia. Dona Jandyra foi a minha primeira professora, tendo residido na casa de meus pais, em Nova Valsugana, município de Santa Teresa, durante três anos. A querida professora, anos após, passou a ser chefiada por mim, seu antigo aluno! A ela os meus agradecimentos e as minhas saudades! O hospital tem uma capela dedicada à Santa Terezinha, xará da minha esposa, protetora dos tuberculosos. Devido a isto, e por ser médico nesse hospital, escolhemos o local para o nosso casamento. Esta foi, de maneira sucinta, a história do Sanatório Getúlio Vargas, segundo meus conhecimentos e minha ótica.

### **A Faculdade de Medicina do Estado do Espírito Santo - Centro Biomédico da UFES**

Durante os governos estaduais de Jones dos Santos Neves e de Carlos Monteiro Lindenberg, foram criadas várias faculdades na cidade de Vitória, formando assim, a Universidade Estadual do Estado do Espírito Santo. Uma faculdade de medicina, passou a ser o desejo dessas duas personalidades, pertencentes ao quadro do antigo Partido Social Democrático, que comandava a política estadual. Ora um era eleito governador e o outro senador e vice-versa, numa alternância de quatro em quatro anos! O Dr. Affonso Bianco, que já tinha demonstrado ser competente, ao criar o exemplar Serviço de Combate ao Câncer, na Santa Casa de Vitória, foi encarregado, extra oficialmente, de fazer os estudos preliminares para a implantação da referida faculdade, missão que deu início de imediato, mas que teve que interromper por ter havido uma reviravolta na política

do Espírito Santo, com a derrota do candidato do PSD para governador. Saiu vitorioso o Dr. Francisco Lacerda Aguiar, candidato de uma coligação de partidos oposicionistas!

Durante o quadriênio desse novo governo, sendo Secretário de Estado da Educação o Dr. Emílio Zanotti, foi oficialmente criada a Faculdade Estadual de Medicina do Estado do Espírito Santo, sendo nomeado para dirigir-Ia o Dr. Aloísio Sobreira Lima, que em sua curta gestão, construiu, na área onde se situava o Instituto Agrícola de Maruípe, instalações para o Instituto Anatômico da futura escola. Quando já estava com vistas em formar uma equipe de professores para as disciplinas do setor básico do curso médico, eis que a política estadual deu nova guinada, voltando o governo do Estado ao comando do PSD, tendo sido Affonso Bianco então, conduzido à direção da Faculdade de Medicina, que com a sua experiência e tenacidade, tomou todas as providências necessárias para torná-Ia apta para dar início ao curso médico no ano de 1960, com uma turma de 28 alunos previamente selecionados em concurso público!

Nessa fase preparatória a direção atuava na rua Caramuru, no centro da cidade. O Dr. Bianco entrou em contato com os responsáveis pelas disciplinas do setor básico do curso de medicina, da Universidade do Brasil, atual UFRJ, pedindo-lhes que indicassem os professores de suas respectivas áreas, para que aqui as lecionassem. Assim foi que de lá vieram os professores: Eugênio Marcos Cavalcanti (anatomia); Lauro Solero (farmacologia); Charles Esberard (fisiologia); Ariovaldo Vulcano (histologia). Da Universidade Federal de Minas Gerais, veio o professor Luigi Bogliolo (patologia geral e anatomia patológica), que além de também participar com algumas palestras, indicou os professores da sua equipe: Washington Tafuri, Edmundo Chapadeiro e Fausto Edmundo Lima Pereira. Daquela Universidade vieram também Ulisses Moreira Santos (microbiologia) e Zilmar Miranda Andrade (biofísica e bioquímica). O Dr. Aldemar Neves, daqui de Vitória, ficou com a disciplina de parasitologia; João Luiz de Aquino Carneiro (anatomia), Vitor Murad (histologia), Ricardo Paulo Bonino e

Evandro Pretti (biofísica/bioquímica), todos daqui de Vitória, também foram contratados!

Vários alunos das primeiras turmas da escola interessaram-se pelas disciplinas acima aludidas, e foram progressivamente se tornando habilitados para o ensino, a princípio como monitores, e posteriormente como professores: José Alfredo Ferrari, Dalton Valentin Vassalo, Vicente Campagna, Gelcílio de Barros, Benedito Gianordoli. Paralelamente às providências acima referidas, foram feitas construções e adaptações no antigo prédio de Maruipe, para a direção da faculdade, além das instalações dos laboratórios, para as salas de aula e para o anfiteatro.

Para formar o corpo docente das disciplinas clínicas, o Dr. Bianco adotou o critério de convidar os profissionais que se lhe parecessem os mais aptos em atividade profissional, em Vitória. Para as disciplinas de Clínica Médica ele convidou o Dr. Jayme dos Santos Neves (pneumologia), o Dr. Irineu Rodrigues (cardiologia), a mim, Benito Zanandrea para a (gastroenterologia) e o Dr. Heraldo Lucas (semiologia). Fomos os primeiros a ser indicados, no começo do ano de 1964, porque essas eram as disciplinas iniciais a serem ministradas em seu currículo! Para a pediatria, Jolindo Martins e João Carlos de Souza. Para a clínica cirúrgica, além de Afonso Bianco, o escolhido foi José Carlos Soares da Silva. Nos anos subsequentes os seguintes nomes foram acrescentados: Arnaldo Ferreira e Saulo Ribeiro do Val (obstetrícia e ginecologia); Cassiano Antônio de Moraes (endocrinologia); Carlos Mariano Neves Peixoto e José Carone Neto (semiologia); Vitor Santos Neves e Sérgio Ramos (otorrinolaringologia); José de Almeida Rebouças (oftalmologia); Paulo Diniz de Oliveira Santos e Pedro Nelson Pretti (ortopedia/traumatologia); Pedro Gualandi da Silva (cirurgia vascular); Sylvio Figueiredo Costa e Arildo Santos Abreu (anestesia); Antônio Batalha Barcelos e Cesar Carneiro Mendonça (psiquiatria); Tomaz Tommasi e Nélío Faria Espíndula (medicina social); Hélio Ribeiro Santos (radiologia); Luiz Buaiz e Douglas Puppim (dermatologia); Dr. Jacy Aguiar (cancerologia/radioterapia); Má-

rio R.Garcia Marques e Roberto Zanandréa (urologia); Michel Asbú (nefrologia); Antonio Louro Costa (cardiologia); Hervan Modenesi Wanderley (cirurgia de torax); Amantino Soares (radiologia); Léo Siqueira e Álvaro Machado (pediatria); Rogério Jahel Nascif, Carlos Sandoval Gonçalves, Wilson Mário Zanotti e Vítor Buaiz (gastroenterologia); Olívio Louro Costa, Jader Bispo da Cruz ; Carlos Augusto S.de Barros (cirurgia geral); Laurentino Biccás Jr.(cirurgia de cabeça e pescoço); Noé da Silva Santos (cirurgia pediátrica); Agnaldo Prezotti (cirurgia angiológica); Scharif Moyses (cirurgia cárdiovascular); e Carlyle Passos (oftalmologia); Laélio Lucas e José Carlos Saléme (neurologia); Carlos Salla Pissinalli (pneumologia).

O Regimento da Faculdade previa a necessidade da escolha dos chefes dos Departamentos, pois além das responsabilidades administrativas, eles iriam compor a Congregação da Faculdade. Na Clínica Médica, éramos os quatro acima referidos e, a meu ver, o nome natural para ser o chefe era o de Jayme Santos Neves, pela sua experiência administrativa e pela cultura médica e geral de que era dotado. Porém, ele argumentou estar sem condições de exercê-la, por estar a sua filha doente, em fase final de vida e ainda, por ter a responsabilidade de organizar e presidir o Congresso Nacional de Tuberculose, que naquele ano iria ocorrer em Vitória. Ele, prometendo ajudar-me no que fosse necessário para a missão da chefia, indicou o meu nome, tendo eu aceitado o encargo, o qual exerci de 12 de novembro de 1964 a 03 de julho de 1970. Meses depois, o cargo de Vice Diretor da Faculdade ficou vago, pois o seu titular, o Prof Zilmar Miranda de Andrade, transferiu-se para Belo Horizonte, tendo havido uma reunião extraordinária da Congregação para escolher o seu substituto. Nessa ocasião, o Dr. Thomaz Tommasi, que era um dos seus membros, mesmo antes de uma discussão mais aprofundada do assunto em pauta, e sem me consultar, lançou o meu nome para a apreciação do plenário, o qual, foi unanimemente aprovado. Assim, com uma das suas habituais atitudes repentinas, o meu grande e saudoso amigo Tommasi, tornou-me Vice Diretor da Faculdade de Medicina da UFES, cargo em que atuei de 03 de setembro de

1965 a 03 de julho de 1970. Durante esse período, por muitas vezes, substitui Dr. Bianco na direção da Faculdade, sempre de maneira harmônica, respeitável e amiga. Em 04 de julho de 1970, devido ao término do mandato do Dr. Affonso Bianco, tornei-me vice-diretor no exercício de Diretor da Faculdade até o dia 15 de fevereiro de 1973.

Nesse período em que a jovem faculdade ainda estava em fase de maturação, o Ministério da Educação achou por bem implantar uma reforma nas universidades federais, a qual viria, teoricamente, trazer benefícios administrativos e financeiros para o ensino. Além de ter ela provocado uma alteração significativa na estruturação das universidades, as dificuldades para implantá-la foram acentuadas, por não ter o governo federal fornecido subsídios financeiros suficientes para que a mesma fosse integralmente realizada. A reforma tinha como objetivo agrupar tanto os recursos materiais de ensino, como o pessoal administrativo e técnico das várias áreas de conhecimentos científicos, em disciplinas, e essas, num número mínimo de oito (8), formariam os Departamentos, que por sua vez seriam reunidos sempre obedecendo às suas afinidades de conhecimentos, dando origem aos Centros. A reforma determinava a formação de Comissões de Cursos, as quais, teriam a incumbência de aprovar os respectivos currículos e supervisionar sua adequada execução, que seriam ministradas por professores das mais variadas disciplinas necessárias ao curso, existentes nos diversos Departamentos da Universidade. Dessa maneira, os Centros teriam a incumbência básica da administração, prevendo e buscando elementos para prover as necessidades de seus Departamentos, cabendo às Comissões de Cursos as tarefas relacionadas às aplicações didáticas dos seus respectivos currículos. Em 12.7.72, foi constituída uma comissão, para apresentar ao Conselho Universitário da UFES, proposta de Departamentalização do Centro Biomédico, pela portaria 245/72, a qual, era composta pelos dois diretores das faculdades, medicina (Benito Zanandréa) e da odontologia (João Luiz Aguirre), e mais um representante dos respectivos conselhos departamentais (Paulo Diniz de Oliveira

Santos e Romualdo Gianórdoli). Em obediência ao que rezava o Regimento da Reforma, o Centro biomédico teria seis Departamentos: o de Medicina Social, o de Clínica Médica, o de Clínica Cirúrgica, o de Medicina Especializada, o de Clínica Odontológica, e o de Prótese Dentária. O Departamento de Clínica Médica seria constituído por 13 disciplinas, a saber: Propedêutica Médica, Cardiologia, Gastroenterologia, Doenças Bronco-Pulmonares, Endocrinologia, Nutrição, Neurologia, Nefrologia, Hematologia, Dermatologia e Sifilografia, Psicologia Médica, Clínica Psiquiátrica e Reumatologia. O Departamento de Clínica Cirúrgica seria composto por 10 disciplinas: Introdução à Clínica e Parte Geral; Anestesiologia; Hemoterapia e Gasoterapia; Técnica Operatória e Cirurgia Experimental; Cirurgia do Aparelho Digestivo e Glândulas Anexas; Cirurgia Torácica; Cirurgia Vascular Periférica; Neurocirurgia; Cirurgia Urológica e Oncologia. Esta proposta foi apresentada ao Conselho Universitário, que a homologou.

Dada às várias dificuldades para a implantação da Reforma Universitária, a UFES achou por bem fazê-la em duas etapas. Primeiro o setor que abrangia as disciplinas consideradas básicas para os diversos cursos e, numa outra oportunidade, as consideradas de formação para cada um deles. Em 13 de fevereiro de 1974, fui designado pelo Magnífico Reitor da UFES, Máximo Borgo Filho, Diretor Provisório do Centro Biomédico, com a responsabilidade administrativa do mesmo, que veio eivada de várias dificuldades! Uma delas era o distanciamento físico existente entre a direção do Centro Biomédico, localizada em Maruípe, e os setores odontológicos situados no centro de Vitória. Busquei, com reuniões freqüentes com um grupo representativo de professores da Odontologia (João Luiz Horta Aguirre, Romualdo Gianórdoli, Rômulo Penina, Darly Ferreira Coutinho e Fernando Moraes) ficar permanentemente a par das suas necessidades, de suas atividades, dos seus pedidos e, nessas ocasiões, mostrar o que a direção podia e o que estava fazendo com os recursos orçamentários que o Centro Biomédico dispunha, no sentido de bem

atendê-los. Apesar de todos esses cuidados, foi difícil um entendimento harmônico entre nós! Por ser a Faculdade de Odontologia mais antiga que a de Medicina, vários de seus componentes já tinham galgado posições políticas de destaque na administração superior da UFES, o que, com a nova formulação determinada pela Reforma Universitária, eles poderiam vir a perder! Além disso, até então os seus dirigentes atuavam de maneira autônoma frente à “renda industrial” que obtinham por serviços prestados, utilizando-a sem obedecer aos critérios legais que passaram a vigor na Universidade. Orquestrados por alguns professores insatisfeitos com as novas normas, professores e alunos, mal informados, passaram a ter uma impressão desfavorável das atitudes tomadas pela direção do Centro, o que começou a gerar tumultos naquele setor. Tendo tomado ciência do ambiente que estava sendo criado na Odontologia, de imediato, solicitei que a Secretária Rosinha preparasse, de forma bem discriminada, um documento relatando as providências tomadas, o orçamento do Biomédico com os seus empenhos. Convoquei uma reunião de todos os professores, alunos e funcionários da Odontologia a ser realizada no anfiteatro da referida Faculdade. No dia marcado, com uma grande freqüência de presentes, comecei a exposição das atitudes tomadas por nós, quando, de súbito, o Dr. Romualdo Gianórdoli, interrompeu-me, solicitando que só permanecessem no recinto os professores, que os alunos e funcionários se retirassem, pois ir-se-ia tratar de assuntos administrativos, com o que eu não concordei, pedindo que ficassem todos, uma vez que iríamos discutir sobre verdades e que para as mesmas, não deveriam ter portas e janelas fechadas! Após ter demonstrado com minúcias tudo o que a direção do Centro vinha fazendo, foi franqueada a palavra, tendo alguns professores se manifestado, sem que nenhum deles contestasse o meu relatório. No final da reunião, o que eles deixaram bem evidente, era a insatisfação com a nova situação política que eles passaram a ter. Com a Reforma, eles se consideravam em condições desfavoráveis frente aos da Medicina, a qual tinha quatro Departamentos, enquanto eles apenas dois. Terminei a reunião dizendo-lhes que, com o tempo e mútuos entendi-

mentos, deixaríamos de ter dois lados, Odontologia e Medicina, para compormos um só corpo, que era o Centro Biomédico! No dia 14 de fevereiro de 1974, eu e o Dr. Cassiano Antônio de Moraes fomos nomeados pelo Sr. Presidente da República, respectivamente, diretor e vice diretor do Centro Biomédico, escolhidos que fomos dentre os nomes contidos nas listas sêxtuplas, indicadas pelo seu Conselho Departamental. Naquela ocasião todas as atividades relacionadas à Odontologia foram transferidas para Maruipe. Dentro da filosofia determinada pela Reforma Universitária, preparei duas salas, lado a lado com a da diretoria do Centro, onde foram instaladas as Comissões dos Cursos de Odontologia e a de Medicina, caracterizando a importância das mesmas, com plena independência funcional entre elas e a direção do Centro. Na sala de reunião do Conselho Departamental mandei colocar as fotografias do odontólogo Antônio Pantoja, um dos fundadores da antiga Faculdade de Odontologia e Farmácia do Espírito Santo, ao lado da do médico Affonso Bianco, pioneiro na instalação da Faculdade de Medicina do Espírito Santo, visando caracterizar a origem na formação do Centro Biomédico; entre as duas fotografias foi colocado um crucifixo, simbolizando a paz e a concórdia, que deveriam existir entre as duas facções!

O Dr. Élcio Alvares, uma vez indicado pelo governo federal, como o futuro governador do Estado do Espírito Santo, passou a dar entrevistas à mídia local, afirmando, categoricamente, que ele faria, o seu amigo Laércio Lucas, dentista, ser o próximo Reitor da UFES, o que provocou grande insatisfação no seu corpo docente, com essa ingerência externa e ostensiva na política universitária, fato que motivou, por parte de vários membros dos Conselhos Superiores da Universidade, a formarem uma lista dos seis nomes a ser por eles votados, na qual não constaria o de Laercio Lucas. Convidado para compor a referida lista, eu me neguei, primeiro por não querer abandonar a minha profissão de médico para seguir a política universitária, como eu também já fizera quatro anos antes, e agora, como segundo motivo, para não me caracterizar como opositor das pretensões

de um dentista ao cargo máximo da Universidade, o que certamente iria aumentar as dificuldades para manter o Centro Biomédico unido, numa convivência pacífica. Quanto a obtenção dos cem por cento dos votos consignados a Manoel Ceciliano Salles de Almeida, e que o levou a ser nomeado Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, motivou uma forte suspeita dos outros cinco candidatos, por acharem que Manoel Ceciliano tivesse feito um jogo duplo com os dois grupos em disputa pelo cargo, traindo-os consequentemente! Porem, essa é uma outra história, para qual, não tendo uma opinião precisa a seu respeito, prefiro não me alongar sobre ela.

Outro fato que eu desejo lembrar diz respeito ao Dr Aloysio Sobreira Lima, médico, culto, inteligente e obstinado em atingir os seus propósitos. Fundou a Escola de Medicina da Santa Casa da Misericórdia de Vitória (EMESCAM) (Por vingança? Por idealismo?), com a ajuda dos incentivos dados pelo Governo federal, sob a presidência do general Costa e Silva, o qual visava aumentar a oferta de vagas para os cursos superiores. A nova Faculdade de Medicina iniciou com a oferta de 250 vagas por turma. Esse grande número de alunos levantou, na classe médica de Vitória, questionamento quanto a qualidade do ensino a ser ministrada por ela, o que levou o jornal “A Gazeta” a programar em sua sede, uma reunião de representantes da classe médica local para discutirem sobre tal assunto. Nesse dia foi franqueada a palavra, para que os presentes emitissem as suas opiniões, as quais estavam sendo gravadas. A maioria considerava que, naquela ocasião, a EMESCAM não parecia ter as condições, físicas e de professores, adequadas para tamanha tarefa! Dando prosseguimento, o Aloysio, sem que eu nada tivesse falado, dirigindo-se a mim, foi dizendo, dentre outras coisas, que eu era contra a sua Faculdade por saber que nunca teria a chance de fazer parte do seu corpo de docentes! A tudo ouvi calado até chegar a hora de me pronunciar, quando discorri sobre as vantagens que a nova Escola poderia vir a representar para a sociedade e para o nosso meio médico, tendo dito, ao finalizar, que quando a EMESCAM

estivesse sendo adequadamente administrada, se nessa ocasião ela tivesse interesse em meus serviços e se fosse conveniente para mim, eu lá entraria, com ou apesar da sua opinião! Certamente, o Aloysio queria, matreiramente, com as gravações feitas, caracterizar frente à sociedade local, que eu e/ou o pessoal da Federal éramos contrários à EMESCAM, pondo-se na condição de vítima e, colocando-nos assim, numa situação antipática frente à população, o que não era a verdade, nem minha, nem a do grupo presente àquela reunião! Como em outras situações, ao término da reunião, abraçou-me, rindo, como se nada tivesse ocorrido em seu transcurso! Tempos depois, a direção da Santa Casa o destituiu, colocando em seu lugar o Dr. Sylvio Romero Costa, tendo o Dr. Aloysio que se apresentar ao Centro Biomédico, onde era lotado como professor. Veio na companhia do Dr. Thomaz Tommasi (padrinho-mor universal) ocasião em que o recebi de maneira condigna. Ele era um eterno visionário! Numa das conversas que manteve com um grupo de professores, ele buscava nos convencer da possibilidade de, com ele, fundarmos uma Universidade Particular. A fundação da EMESCAM, com todos os benefícios que essa instituição tem trazido para o nosso Estado, faz dele, apesar da personalidade difícil de ser interpretada, um indivíduo merecedor do respeito e dos agradecimentos do povo capixaba!

### **O Hospital Universitário Cassiano Antônio De Moraes (UTES)**

No início do ano de 1964, estávamos prestes a começar o curso de Clínica Médica e, àquela altura, ainda não sabíamos ao certo onde, e em que local, iríamos ministrar as aulas. Para o Departamento de Cirurgia tudo já estava acertado! Seria no Hospital São Pedro, na Praia do Suá, pertencente ao Sindicato dos Pescadores, por um convênio com a UFES. Encontrava-se adequadamente preparado, pessoal e materialmente, para a assistência e o ensino de cirurgia. Lembro-me bem, que nessa fase de incerteza quanto ao local a ser utilizado pela clínica médica, surgiu, numa reunião informal, a idéia do Dr. Jayme dos Santos Neves de que o Sanatório

seria o melhor lugar para ser adaptado e utilizado como Hospital Universitário; Nélio Faria Espíndula, Vitor Santos Neves e eu, de imediato concordamos com ele! Com essa idéia, iniciaram-se as providências para a sua concretização, as quais foram capitaneadas pela direção da Faculdade (Dr Affonso Bianco) e pela Reitoria da Universidade (Dr. Alaor Queiroz de Araujo). Um dos primeiros obstáculos, a serem removidos, era fazer com que os doutores Affonso Bianco e Hervan Wanderley, voltassem a ter um bom entendimento interpessoal, o que foi resolvido com a indicação do Hervan para uma disciplina de Cirurgia Torácica, do Departamento de Cirurgia, o que, acabou sendo muito bom para a escola, por ser ele um experiente cirurgião de tórax! Daquilo que foi um sonho, anos após, acabou se tornando uma feliz realidade! Simples em resumir, mas, não tanto em conseguir-se o almejado intento!

A solução inicial encontrada para começarmos as nossas tarefas didáticas, foi a de fazer-se convênios com os hospitais, que mesmo de maneira precária, já vinham prestando assistência médica na cidade. A direção do Sanatório, junto com o seu Conselho Técnico, alegando que aquele nosocômio, por atender unicamente a doenças torácicas, só permitiu o ensino de especialidades afins às suas atuações (pneumologia e cardiologia); para as outras, (semiologia e gastroenterologia) tivemos que nos dirigir para a Santa Casa de Misericórdia de Vitória, onde, na ocasião, as condições gerais não eram adequadas para um bom ensino médico. Ali, os serviços de radiologia e o de laboratório de análises clínicas eram muito deficientes. Além disso, o “anfiteatro” ficava impedido para ministrar aulas, sempre que um velório o estivesse ocupando! O Departamento de Clínica Médica ficou, desta maneira, dividido em parte no Sanatório e parte na Santa Casa, o que não era bom para a sua administração. No segundo ano letivo, esse problema foi solucionado, graças à compreensão do Dr. Jayme, que abdicando das vantagens que tinha em lecionar a sua disciplina no Sanatório, foi fazê-lo na Santa Casa, o que também, acabou ocorrendo, por consequência, com o Dr. Irineu Rodrigues.

Quero fazer uma menção especial ao Dr. Heraldo Lucas, recém chegado de Belo Horizonte, onde fizera, com brilhantismo, seu curso de residência em Clínica Médica. (recomendação feita pelo Prof. Washington Taffuri ao Dr Bianco), Heraldo foi o responsável pelo curso de Semiologia da turma do terceiro ano, enquanto Jayme, Irineu e eu, lecionamos semiologia no primeiro semestre e a parte clínica das nossas respetivas disciplinas no segundo período do ano, para os alunos matriculados na quarta série. Heraldo, além de culto e dedicado à medicina, era um cidadão desprovido de interesses pecuniários, haja visto que, no Pronto Socorro Particular do Hospital São José, onde ele atuava, chegou a ter uma legião de pacientes indigentes. Morreu, ainda moço, num acidente de carro, junto com a sua progenitora, quando ia à Belo Horizonte para se casar! Perdemos um amigo e a escola ficou desfalcada de um excelente professor.

Assim foi o início das nossas atividades como professores universitários! Nessa ocasião, além das atenções que o Dr. Bianco passou a ter com a construção do Hospital Santa Rita, ainda houve um período de entendimento pouco amistoso, entre ele e o Magnífico Reitor da UFES, o que trazia, com esse distanciamento entre ambos, mais dificuldades na busca de sanar as deficiências existentes em nosso hospital. Foi quando, Jayme Santos Neves, Paulo Oliveira Santos, Vitor Santos Neves e eu, nos auto constituímos em uma comissão de intermediação entre as duas autoridades acima referidas. Ambos foram cidadãos com grandes méritos em suas atuações, porém, como todos os seres humanos, passíveis de terem os seus melindres, motivados pelos seus orgulhos e ou às suas vaidades feridas.

Em 1968, fui procurado pelo Dr. José Carlos Soares da Silva, responsável pelo Departamento de Clínica Cirúrgica, oferecendo-me quinze leitos para a Clínica Médica, no Hospital São Pedro, uma vez que os seus colegas cirurgiões não tinham interesse, ou possibilidade de atender a todos os leitos. Não só aceitei a sua oferta, como ainda lhe disse que de lá só sairíamos quando arranjassemos um outro lugar melhor, o que ocorreu

no ano de 1969, quando o Sanatório passou a ser da responsabilidade da Universidade Federal do Espírito Santo. A venda do Sanatório do Estado para a UFES, foi um assunto que motivou muita celeuma na Assembléia Legislativa e mesmo na imprensa local. Os que eram contra a venda do próprio estadual, alegavam que os doentes tuberculosos iriam ficar prejudicados, pois ele era o único a oferecer cuidados especializados em regime hospitalar para aqueles pacientes em Vitória. Depois de muitas delongas, acertou-se que a passagem do Sanatório para a UFES seria realizada, desde que a primeira se encarregasse de construir em sua área um prédio adequado para tratar os doentes pulmonares, com uma capacidade de 200 leitos. O custo do mesmo seria deduzido do preço total, passando o mesmo a ser propriedade do Estado. Dessa maneira a negociação foi acordada entre as duas partes. A UFES construiu a referida unidade hospitalar, a qual o Estado posteriormente não mais quis porque com o advento da hidrazida, medicamento de grande potencial de cura para a tuberculose, houve uma substancial modificação na política de saúde pública quanto aos cuidados médicos para aqueles pacientes. Passou-se a só serem internados os doentes “virgens de tratamento”, os quais, com a nova droga, necessitavam permanecer hospitalizados num tempo máximo de três meses, além de que, grande número desses doentes podiam ser tratados em regime ambulatorial. Antes do advento da hidrazida, os pacientes permaneciam internados durante muito tempo (alguns, além de 3 anos!) Com a nova sistemática adotada, diminuiu-se drasticamente o número de leitos necessários para esses doentes. Para os que o tratamento requeria internação, o Hospital da Ilha da Pólvora (Santo Antônio), tinha um número de leitos mais do que suficiente.

O prédio, construído pela UFES, de acordo com o combinado inicialmente, é onde hoje está localizada a direção do Centro Biomédico. No início ficaram, em sua parte inferior direita, 12 leitos para pacientes tuberculosos, um rim artificial proveniente da Europa Central (aparelho já obsoleto em relação aos do lado ocidental), um pequeno laboratório para a disci-

plina de hematologia. No lado esquerdo foi instalada a Biblioteca Biomédica, mais espaçosa e com recursos funcionais bem ampliados. Além dela contar com mais livros das disciplinas curriculares e máquina para xerox, várias revistas foram assinadas, obedecendo às indicações dos seus respectivos departamentos. Um convênio com a BIREME, permitia que os professores e alunos tivessem em mãos, em poucos dias, qualquer trabalho médico que tivesse sido publicado. A biblioteca do Biomédico, passou a ser um dos setores da Biblioteca Central da UFES, tendo sido indicada a bibliotecária Graciola Tambelini Silva para organizá-la e administrá-la. Se foi trabalhoso chegar-se a um acordo com o Estado, no que tange à sua compra, não menos se deu, quanto à quitação, por parte do Governo Federal, da quantia estipulada, o que lhe daria a condição de posse da área, condição legal indispensável para nela, serem realizadas novas edificações.

Em 04/7/1970, com o término do mandato do Dr. Affonso Bianco na direção da Faculdade de Medicina, passei a ser o Vice-Diretor em exercício. Cabia à direção da Faculdade, também a responsabilidade administrativa do Hospital Universitário, o qual existia de fato, mas estava longe de poder ser considerado funcional e estruturalmente como tal. Funcionava com uma verba proveniente do Programa de Saúde e Saneamento da UFES, que não era substancialmente significativa. Não existia um destaque no orçamento da UFES para o Hospital, ou seja, ele não existia sob o ponto de vista orçamentário! Visando sensibilizar o Ministério da Educação, do qual era Ministro o Sr. Jarbas Passarinho tendo o Cel. Pamplona como Secretário Geral, a concretizar a compra do Hospital, fui, juntamente com o Dr. Nélio Faria Espíndula, à Brasília. Do aeroporto, dirigimo-nos diretamente ao encontro com o Diretor do Departamento para Assuntos Universitários, o Professor Sucupira, conforme previamente tínhamos agendado. Após a nossa identificação, fomos informados pela sua secretária, que não poderíamos ser atendidos naquele dia, uma vez que o Professor Sucupira iria viajar para o Rio de Janeiro. De imediato, solicitei-lhe

que ela dissesse ao Sr. Sucupira que nós estávamos lá, às custas da UFES e que não tínhamos condições para justificar aquele gasto, sem cumprirmos a missão a que ela se destinava. Com visível má vontade, fomos autorizados a dar entrada em seu gabinete. Após os cumprimentos de praxe, eu me desculpei pela insistência, argumentando-lhe que, a nossa atitude fugia do que era esperado para um, pejorativamente denominado, “funcionário público” (quanto menores as condições de trabalho, melhor, pois menores seriam as necessidades de se fazer algo). Ao contrário, nós queríamos possuir um hospital, com boas condições de assistência e ensino médicos, e, como conseqüência, termos um bom curso de medicina. O Professor Sucupira nos disse que, a orientação geral no mundo, não era a de se construir hospitais de ensino e sim, fazer-se convênios com os bons serviços existentes nas regiões das escolas médicas. Após concordar com ele, eu lhe disse que, no nosso caso, só nos restariam duas opções: construir um hospital de ensino, ou fechar a nossa faculdade, uma vez que em Vitória não existiam os tais serviços acima referidos. Soubemos posteriormente que havia um impressão desfavorável à negociação por parte do coronel Pamplona, produto de informações errôneas que lhe foram dadas por pessoas ligadas à direção da EMESCAM! O Magnífico Reitor Máximo Borgo Filho, que contou com a tutela do general Lindenberg, obteve um encontro com o Ministro Passarinho, que após estar devidamente ciente da necessidade e conveniência da compra do Sanatório, determinou que providenciassem as medidas necessárias para executá-la, o qual, foi feito pouco tempo depois! Estive no Rio de Janeiro em busca de subsídios do Ministério da Saúde para adequar o laboratório da análises clínicas, com aparelhagens modernas, visando aumentá-lo no número e na qualidade de seus exames. Após reuniões com representantes de outras faculdades, ficou decidido que iríamos receber uma quantia em dinheiro, que seria bastante significativa para o nosso intento. Tudo bem acertado, mas no fim nada de concreto. Foi mais uma das tentativas feitas em prol do hospital, com muito trabalho, e que não foram atendidas!

Ao assumir o exercício da direção, duas foram as prioridades iniciais que considerei necessárias a serem tomadas: a de ampliar a capacidade física e funcional da biblioteca e a de procurar ter um plano diretor para o hospital, que viria nortear as futuras construções e instalações a serem nele realizadas, visando assim, que o hospital tivesse um crescimento harmônico adequado, estética e funcionalmente. Logo no primeiro dia, recebi, à noite, um telefonema do Dr. Arnaldo Ferreira, denunciando as más condições funcionais da maternidade, levando-o a suspender as suas atividades. Pedi para que ele me aguardasse no dia seguinte, quando conversaríamos a respeito. O Dr. Hélio Mannato, no final da gestão do Dr. Bianco, respondia pela administração do hospital. Antes de ir ao Serviço de Obstetrícia, para não agredir o princípio hierárquico, procurei-o para falarmos, não só sobre a Maternidade, mas também, quanto ao planejamento geral do hospital, por mim almejado. Não o encontrei naquele dia, pois ele tinha saído, conforme soube posteriormente, para tratar de assuntos referentes ao hospital. Aproveitei para dar uma olhada geral na área hospitalar e, em particular, na Maternidade. Sem nada dizer ou fazer a respeito, voltei a procurá-lo no dia seguinte, quando fui recebido por ele de maneira fria e descortês, dizendo-me “que não tinha gostado da minha interferência em assunto do hospital, feita no dia anterior.” Expliquei-lhe que a minha ida ao Hospital não teve um caráter de inspeção, nem de ingerência administrativa, mas somente o de relatar-lhe da nossa intenção em dotar o hospital de um planejamento técnico especializado para o mesmo e, nessa oportunidade, falar-lhe sobre as reclamações, que me foram feitas pelo professor Arnaldo Ferreira. A seguir, fiz ver a ele que a responsabilidade última da administração do hospital era do Diretor da Faculdade e minhas, por consequência. Ele não tendo gostado de ouvir essa verdade, deixou a administração e, ainda mais, cortou as relações de amizade que mantínhamos desde os tempos em que foi meu aluno. Foi uma pena, pois, além de honesto, competente e um dedicado administrador naquela primeira fase do hospital, ele fez parte da primeira turma de médicos formada em nossa Escola!

Conseguimos que a UFES contratasse a firma Hospitália, recomendada pelo Dr. Jayme, com sede em São Paulo, de notória especialidade em planejamento hospitalar. Eles vieram a Vitória, viram a área e as construções existentes e ouviram-nos a respeito das nossas aspirações. Foi o que chamaram de “fase de estudo”. Chegaram a fazer um esboço geral do que se pretendia. Seria construída uma “lâmina” na frente do velho sanatório, onde seriam instaladas as enfermarias. As duas construções seriam interligadas por passarelas. Na parte antiga seriam alojados os serviços de suporte, bem como as direções dos serviços e salas de aulas. Só teria acesso às enfermarias quem estivesse devidamente preparado na vestimenta para entrar em contato com os pacientes e autorizados para tal. O pronto socorro, os ambulatórios, os anfiteatros, a biblioteca e todos os outros serviços, ficariam localizados no entorno das edificações antes citadas, na parte mais baixa da área hospitalar. O pronto socorro seria interligado ao corpo do hospital através de elevadores. Com essa disposição ficaria bem mais fácil manter-se a higiene e evitar-se desvios de material hospitalar, o que, como se sabe, é um problema sério para a sua administração. Tendo um plano geral pré estabelecido, todas as construções que viessem a ser feitas teriam que obedecê-lo, trazendo por consequência um conjunto mais harmônico e funcional, conforme o nosso desejo inicial. Infelizmente, a nova administração superior da Universidade achou por bem seguir uma nova estratégia, sem seguir um planejamento técnico especializado. Foram construídos os pavilhões dos ambulatórios, o prédio ao lado do “velho Sanatório”, um prédio contendo um anfiteatro e várias salas de aula, chamado “elefante branco”. Construiu-se um novo local, fora do corpo do prédio principal do hospital, para localizar a lavanderia, ampliando com a sua saída a área do setor radiológico - essa construção foi, provisoriamente, ocupada por um anfiteatro - além de duas salas, onde ficavam guardados o material didático dos cursos de obstetrícia/ginecologia e o de otorrinolaringologia, constituídos de modelos anatômicos, com as quais os alunos iriam se adestrar, antes de entrarem em contato com os pacientes. Buscava-se um maior aprimoramento no

ensino, a exemplo do que era feito em algumas escolas americanas. Esse modelo de ensino foi usado por 1 ou 2 anos naquelas disciplinas, sendo depois abandonado! Muitas adaptações e mudanças foram feitas nesse período. O que foi realizado não ficou ruim, mas, achamos que poderia ser melhor, se fossem observadas as recomendações de especialistas! Enfim, como não adianta a gente se lastimar, deu-se continuidade aos trabalhos que eram necessários.

Com a saída do dr. Manato, foi indicado o Sr. Murilo Gallerani como administrador e o Sr. Waldyr Crema como contador. Dois anos após, o Gallerani pediu demissão, sendo substituído pelo Sr. João Batista Maia e o Sr. Domingo Moro como seu vice-administrador. Este último, passou a titular, com a concordância minha, com a ida do Sr João Batista Maia para o Rio de Janeiro, a fim de fazer um curso de especialização. O Sr. João Batista Maia deu à administração do hospital uma estruturação moderna e bem mais adequada, o que foi fundamental para o seu crescimento funcional. Foi justo e exigente para com os seus subordinados. Quando se fala da Faculdade, depois Centro Biomédico e do HUCAM, considero, por uma questão de justiça e reconhecimento, deixar bem assentado que, o fundamental pelos prestígios que essas instituições gozam atualmente, estão fortemente baseados no trabalho e idealismo exercidos pelos professores e demais funcionários em suas fases iniciais, sempre movidos pelo desejo de implantar uma boa escola médica em nossa terra. Nomes como os Drs. Cassiano Antônio de Moraes, Jayme dos Santos Neves, Olívio Louro Costa, José Carlos Soares da Silva, Nélio Faria Espíndula, Tomaz Tommasi, Affonso Bianco, Vitor Santos Neves, Paulo Oliveira Santos, Arnaldo Ferreira, Irineu Rodrigues, Pedro Gualandi, Luiz Buaiz, Douglas Puppín, Arildo dos Santos Abreu, Pedro Nelson Pretti, Mário Marques, Roberto Zanandréa, Carlos Mariano Neves Peixoto, José de Almeida Rebouças, Laurentino Biccás Junior, Antônio Louro Costa Carlyle Passos, Noé da Silva Santos, Amantino Soares, Tabajara de Oliveira Sílvio Costa, Vitor Murad, João Luiz de Aquino Carneiro, Luigi Bogliolo, Edmundo Chapadeiro, Fausto

Edmundo Lima Pereira, Carlos Sandoval Gonçalves, Rogério Nascif, Michel Asbú, Saulo Ribeiro do Val, Délio Delmaestro e alguns outros, que no momento, posso ter-me esquecido. Os reitores da UFES, Alaôr Queiroz Araujo e Máximo Borgo Filho, muito contribuíram para o sucesso do que é hoje o HUCAM. Os funcionários: Michel Sarkis, Elias Rocha e a eficientíssima Rosinha (Rosa Maria Rêgo Paranhos), cuja atuação como secretária do Centro-Biomédico foi de uma valia inestimável, devem ser sempre lembrados, e homenageados, pois foram fundamentais na história dessa Instituição, que tenho a certeza, honra o nosso Espírito Santo.

O Hospital Universitário recebeu, com toda justiça, o nome de *Cassiano Antônio de Moraes*, porque esse professor, Vice Diretor do Centro Biomédico, representa precisamente o ideal da equipe dos seus pioneiros: trabalhador, honesto, competente, dedicado, tanto para com o Hospital, quanto para os seus pacientes; foi assíduo, estando presente, em defesa de suas causas nobres até na fase bem adiantada de seu câncer pulmonar, quando a dispnéia já era bem manifesta! A ele, nossa gratidão e reconhecimento por tudo que fez e pelo belo exemplo de vida que nos deixou!

Em 1969, quando houve a transferência das atividades de ensino e assistência médicas dos departamentos de Cirurgia e de Clínica Médica, para o antigo Sanatório, ainda permaneciam ocupados com pacientes tuberculosos, o térreo e o segundo andar do prédio principal. O Departamento de Cirurgia, com algumas pequenas modificações, ficou instalado no terceiro andar, enquanto a Direção da Faculdade e o Departamento de Clínica Médica, foram situados no edifício onde funcionava a Clínica de Doenças Torácicas não Tuberculosas. A seguir o Departamento de Ginecologia e Obstetrícia, que até então atuava no Hospital da Pró- Matre, foi localizado na parte superior de um outro prédio que ficava mais ao fundo, que antes era usado como oficinas de aprendizados e adestramentos manuais, para os doentes em fase de sedimentação de cura da tuberculose pulmonar. Em 1970, quando assumi a direção, estas eram as condições existentes. Tínhamos que buscar meios para transferir e manter em fun-

cionamento, os serviços de Ortopedia/Traumatologia, o de Oftalmologia e o de Otorrinolaringologia que funcionavam no hospital da Santa Casa, o que foi sendo progressivamente realizado. Logo de início, o Magnífico Reitor Alaor Queiroz de Araujo, com uma boa verba da UFES, propiciou uma significativa melhoria instrumental no Centro Cirúrgico.

Várias adaptações e mudanças de localizações foram progressivamente efetuadas. Com a desistência do governo estadual de ficar com a posse do prédio, onde ele instalaria os pacientes tuberculosos, para lá transferimos o Serviço de Clínica Médica. A Oftalmologia e a Otorrinolaringologia passaram para a parte inferior do prédio, onde estava, até então, a Clínica Médica; a Ortopedia para o térreo, na ala direita, do edifício principal; a obstetrícia/ginecologia foi para o segundo andar. Procuramos, assim, com as nossas limitadas possibilidades financeiras, obter melhorias para o ensino e para a assistência médica.

Como foi já dito, o hospital não existia sob o ponto de vista de orçamento específico. Recebia da UFES uma verba proveniente da rubrica “Saúde e Saneamento”, o que era bem insuficiente para o seu custeio. Além dessa verba, ele recebia do Fundo Rural, para atender seus dependentes, um quantia pequena tipo “auxílio”, que não cobria as despesas de seus dependentes. Tinha convênio com o INAMPS (atual SUS) para endoscopia brônquica, para cirurgia pulmonar, o que também, não significavam muito em dinheiro. Possuía um pequeno número de funcionários pagos pela Universidade, que atuavam no Hospital São Pedro e que foram transferidos para Maruípe. Naquela ocasião, o INAMPS fugia de convênios com os hospitais de ensino, por considerá-los muito onerosos! Apesar desse quadro financeiro precário, o hospital foi crescendo sob o aspecto físico, técnico e de assistência à clientela. Para conseguir esse “milagre”, utilizávamos do seguinte expediente: o orçamento anual que era apresentado à Universidade, na realidade, não daria para cobrir as suas despesas além do mês de maio/junho. Com uma certa antecedência, denunciávamos a inviabilidade do hospital continuar a funcionar, caso

não recebesse uma verba suplementar, proveniente do Fundo de Reserva da UFES. Isto se tornava possível, mediante um planejamento de ação, apreciado e aprovado pelo Conselho Universitário. Alguns conselheiros, a princípio não concordavam mas, frente a uma situação de fato, com a possibilidade de fechar o hospital, acabavam concordando. Esse Fundo de Reserva provinha do quanto do orçamento de um ano, não tinha sido empenhado naquele período. Essa “sobra” permanecia na Universidade, podendo ser por ela utilizada mediante um Plano de Ação apreciado e aprovado pelo Conselho Universitário. Aqui, vale assinalar, sempre com a concordância velada do Magnífico Reitor Alaor Queiroz de Araujo! Essa “manobra” foi sendo utilizada até que o ministro Antônio Delfim Neto, acabou com o Fundo de Reserva, determinando que a dotação orçamentária que não fosse aplicada num ano, seria descontada no orçamento do ano seguinte. Com essa medida ministerial, o hospital teve que reformular todo o seu plano de funcionamento relativamente a número de clientes a serem atendidos, tanto em número de leitos, quanto aos de ambulatório, exames complementares e outras despesas. Houve, como não podia deixar de haver, um descontentamento geral, ocasião em que o diretor clínico, o doutor Olívio Louro Costa, indignado com as medidas, foi reclamar comigo, por tê-las tomado, pois segundo ele, elas iriam prejudicar os pacientes mais necessitados. Concordamos com ele por esse sentimento humanitário, mas, sob o ponto de vista administrativo, não nos restava outra alternativa. Com vistas a minorar a nova situação criada, entramos em comunicação com o pessoal responsável por este setor do Ministério da Educação, demonstrando-lhe a nova situação do hospital. Vivíamos sob um regime militar! Não podíamos fazer empenho daquilo que não era orçamentado e liberado, pois isso seria um crime administrativo; também não podíamos parar com as atividades hospitalares, o que traria um movimento de insatisfação para a população, atentando assim contra a chamada “Lei de Segurança Nacional - LSN”, o que era considerado crime pelo Governo Militar! Essa era a condição da direção. “Se correr o bicho pega, se parar o bicho come”! Ficou acertado com a Secretaria do Minis-

tério da Educação, que receberíamos a quantia de quatrocentos mil e quinhentos cruzeiros (?), a partir do mês de setembro, a qual viria atender, ao mínimo necessário, para que o hospital continuasse a funcionar até o final daquele ano. Esse numerário seria proveniente dos chamados “Fundos Perdidos”, do Ministério da Educação. O hospital só recebeu o prometido reforço financeiro no início de dezembro, mas, não na sua totalidade, e sim quatro centos mil cruzeiros. (No momento, com tantas mudanças havidas no sistema monetário do país, não sei precisar se é de mil ou de milhões!).

Assim, norteados tão somente em buscar atingir aquele ideal antes citado, de prover a nossa terra de uma boa escola médica, a direção deu continuidade aos trabalhos, apesar de estar vivendo um período de inseguranças e de medo, por saber que, administrativamente, estava incorrendo em erro. Felizmente, tudo correu de maneira razoável, até o final do período. No ano seguinte, o orçamento e os respectivos “empenhos”, ficaram adequados, dentro das normas burocráticas regimentais. Houve um período, que por não se ter rubrica orçamentária específica suficiente para pessoal, recorreu-se a uma fundação, a Tórax Ltda. (sem fins lucrativos) para pagá-los, pela rubrica de “Serviços de Terceiros”. Nessa ocasião recebemos a visita de um representante da Inspetoria de Finanças do Ministério da Educação que, após ver, ouvir e entender o porque da situação do nosso hospital, acabou concordando com as medidas até então tomadas. Confesso que, se não fosse pelo idealismo que nos movia, dificilmente teríamos suportado toda aquela luta e apreensões sofridas naquela época!

Os nossos alunos vinham fazendo seus aprendizados de urgências médicas no Pronto Socorro da Santa Casa, até que a direção daquele hospital, alegando a necessidade de utilizá-lo para os alunos da EMESCAM, vedou as suas participações naquele serviço. Considerando ser fundamental para a formação médica o adestramento em medidas médicas de urgência, busquei dotar o nosso hospital de um Serviço de Pronto Socorro. Para tal, marquei audiência com o prefeito da Capital. Expus a ele o nosso desejo,

tendo conseguido a sua concordância em dividir a verba da Prefeitura de Vitória, destinada ao Serviço de Pronto Socorro, em partes iguais, entre o P.S. da Santa Casa e o nosso. Assim foi criado esse serviço, que a princípio, não foi muito bem visto por alguns colegas, sob a alegação de que um Pronto Socorro traria problemas para os internamentos agendados, o que é uma verdade, assim como, também, um tal serviço deixaria o hospital exposto às demandas ocasionais, o que viria ocasionar problemas de vagas para internações e ainda, de gastos financeiros não previsíveis. Porém, como aquilo que é fundamental deve ser feito, assumi o risco de instalar o P.S., que até hoje presta inestimáveis serviços à comunidade e ao ensino!

Com a transferência do curso de Odontologia para o Sub-Campus de Maruípe, criei no P.S., um setor para atendimento de urgências odontológicas, com vistas ao ensino daquele curso, o qual, foi mantido em atividade por um breve período, sendo desativado por falta de interesse dos seus professores! Como foi dito anteriormente, a transferência do curso de Odontologia, da Ladeira São Bento, no centro da cidade, para a área do Hospital Universitário, não foi realizada com ampla aceitação e satisfação dos seus professores, pois, alguns sentiram que perderiam parte da autonomia, que há anos vinham tendo até então! Com diálogo e com o tempo, as coisas foram se ajustando! Quanto ao Fundo Rural, apesar de uma verba pequena, era algo que vinha minorar a precária condição financeira do hospital. Para mantê-lo, tivemos que disputar com a direção da Santa Casa, que a todo custo queria nos tomar esse atendimento. Para tanto, oferecemos aos seus beneficiados um atendimento em um ambulatório exclusivo, numa casa existente na Av. Maruípe, onde eles eram pronta e adequadamente atendidos. Assim, o hospital ganhou mais uma luta, buscando sua sobrevivência.

Em virtude das características especiais que envolvem a administração de um hospital, não é fácil enquadrá-la às rígidas rubricas orçamentárias. Visando uma elasticidade maior, para permitir assumir responsabilidades em novos contratos de serviços, foi realizado, por uma comissão de

professores, estudo para transformar o Hospital numa fundação. Em seu Estatuto, era prevista a participação de membros representantes de todos os serviços do hospital, e de representantes do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFES, na composição dos seus Conselhos de Administração e de Curadores. Nessa mesma ocasião, foi conseguido, e até facilitado pelo governo federal, que o Hospital Universitário da UFRJ na ilha do Fundão, fosse transformado numa fundação. O Hospital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi transformado numa Empresa, com a mesma finalidade, de torná-lo, administrativamente, mais dinâmico. O mesmo não aconteceu com o nosso! Falta de empenho da Reitoria? Falta de prestígio político? Tempos depois, foi criada na UFES, a *Fundação Ceciliano Abel de Almeida*, na qual os Conselhos Administrativo e o de Curadores eram compostos por pessoas indicadas pelo reitor.

Presente em todas as reuniões do Conselho Universitário, que trataram da criação dessa fundação, sempre deixei, consignado em ata, a minha discordância, pela maneira como eles eram constituídos (até na reunião final, cuja finalidade era a de se aprovar apenas a sua redação, recebi um aparte do ilustre ex-governador e ex-senador, Dr.Carlos Monteiro Lindenberg, dizendo-me que naquela reunião não mais se trataria de modificar ou acrescentar nada, além do que já estivesse sido aprovado. Eu agradeci e concordei com o seu ponto de vista, mas disse-lhe que preferia ferir as “regras parlamentares” a deixar, mais uma vez, de protestar contra aquela criação esdrúxula! Perguntava eu, se a Fundação seria da Universidade ou do Magnífico Reitor, pois a ele caberia a indicação dos nomes dos dois conselhos, principalmente a de Curadores, ao qual cabe fiscalizar as suas contas! Porém, apesar dos meus protestos, ela foi criada e implantada. Creio que o Hospital Universitário não foi em nada beneficiado com aquela criação. Melhor estaria, administrativa e funcionalmente, com uma fundação própria!

Reconhecendo as melhorias que um Curso de Residência Médica traz para o hospital, tanto na qualidade científica, quanto na da eficiência dos serviços, fiz todo o empenho em dotá-lo de condições físicas para a sua implantação, o que ocorreu no ano seguinte, na gestão do Dr. Jayme dos Santos Neves. O mesmo raciocínio anterior foi feito para o Curso Superior de Enfermagem, implantado ainda em minha gestão. Conteí, para tanto, com a capacidade e a incansável atuação do Dr. Tomaz Tommasi, em seu planejamento e na constituição de seu corpo docente inicial. O HUCAM foi o primeiro, no Espírito Santo, a ter um Serviço de Endoscopia Digestiva Alta em funcionamento. Para isso, o hospital patrocinou a ida do Dr. Evanilo Silva ao Rio de Janeiro, para o seu aprendizado nessa especialidade.

Pioneiro também em nosso Estado, foi o Serviço de Cintilografia Médica, implantado sob a chefia do Dr. Luiz Carlos França Cabral. Trabalhos experimentais em cateterismo cardíaco foram realizados pelo Dr. Luiz Alvarado que, junto com a sua esposa, Sra. Borges Alvarado, nutricionista do HUCAM, foi vítima fatal num acidente automobilístico. Como foi dito antes, pequena era a participação do SUS (antigo INAMPS) para as finanças do hospital, pois, sendo o paciente de ensino mais oneroso, ele evitava convênio com esses nosocômios, até que houve uma verdadeira reviravolta na política governamental, ao considerá-los como “órgãos de atendimento de excelência” para a sua clientela. Essa mudança, com significativa melhoria financeira, ocorreu já no apagar das luzes da minha gestão frente ao hospital! Um convênio com aquela instituição foi feito com o hospital, já na direção do Dr. Jayme dos Santos Neves. Eu despachava, diariamente, na administração do Centro Biomédico no expediente da manhã e, no da tarde, na do hospital.

Motivado pela sobrecarga cada vez maior, que as duas administrações vinham apresentando, e ainda, pela nomeação de um novo reitor, que não me parecia confiável politicamente, considerei o momento

adequado para que, a exemplo do Instituto de Tecnologia, fundamental no suporte do ensino da Engenharia, o Hospital Universitário passasse a ser também considerado um órgão uplementar, sob a responsabilidade da Reitoria, conforme é previsto no Estatuto da UFES.

Ainda como diretor do Centro Biomédico, o Conselho Departamental, assessorado pelo experiente e competente auxílio do Dr. Emílio Zanotti, redigiu e aprovou um anteprojeto do Regimento do Centrobiomédico. Nele constava um tópico em que ditava a corresponsabilidade funcional e administrativa entre as direções do Centro e a do Hospital, uma vez que as atividades de assistência e de ensino são inseparáveis. O anteprojeto, quando foi apreciado e aprovado pelo Conselho Universitário, já sendo Diretor do Centrobiomédico o Prof. Thomaz Tommasi, teve o referido tópico omitido!

De maneira sucinta e com possíveis omissões involuntárias, esta é a história do HUCAM, até o final da nossa gestão frente ao seu destino. Desde então, anos após anos, o “Hospital das Clínicas”, melhor dizendo, o Hospital Universitário *Cassiano Antônio de Moraes*, vem sempre crescendo e se aprimorando, sendo atualmente o maior e melhor hospital público do Espírito Santo. Para nós, os pioneiros, sentimos-nos felizes e até orgulhosos com esse seu destaque, o que se nos afigura, graças a Deus, ter sido alcançado o objetivo daquela equipe que se portou sempre de maneira coesa e harmônica, em busca do ideal por ela almejado!

26/01/2004